

Lucineudo Machado Irineu
(Org.)

COLEÇÃO
ADC
TEORIA E MÉTODO
VOLUME 2

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

EXERCÍCIOS ANALÍTICOS

COESÃO E COERÊNCIA
AVALIAÇÃO IMPLÍCITOS
INTERTEXTUALIDADE ETHOS
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO
POLIDEZ METÁFORAS
MODALIDADE
GÊNEROS DISCURSIVOS CONTROLE INTERACIONAL
INTERDISCURSIVIDADE MODELOS MENTAIS
HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora ou dos autores.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

I68a Irineu, Lucineudo (org.).
Análise de discurso crítica: exercícios analíticos
Organizador: Lucineudo Irineu. – 1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2022.
figs.; quadros. (Coleção Adc: Teoria e Método, v. 2).

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-544-1

1. Análise do Discurso. 2. Linguística. 3. COVID-19. I. Título. II. Assunto. III. Organizador.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso. 401.41
2. Linguística. 410
3. Saúde pública / Medicina preventiva / Prevenção contra epidemias e pandemias. 614

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA
EXERCÍCIOS ANALÍTICOS

volume 2

Copyright © 2022 - Do organizador representante dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração e Capa: Eckel Wayne
Revisão: Joana Moreira

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Gláis Sales Cordeiro

(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UnB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UnB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br



<http://www.uece.br/gpadc>

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram:

- submetidos a corpo de pareceristas internos do Conselho Editorial da Pontes Editores;
- submetidos a corpo de pareceristas externos;
- revisados por pares;
- indicados para publicação por todos os pareceristas e revisores indicados.

PARECERISTAS

Adriana dos Santos Pereira
Adriana Regina Dantas Martins
Ametista de Pinho Nogueira Silva
Ana Maria Azevedo de Oliveira
Assuerio Marcos Alves
Caroline Vieira Rodrigues
Dulce Valente
Fabio Nunes Assunção
Fátima Carla Furtado Silva Marques
Georgia Tath Lima de Oliveira
Gerson Boaventura Bastos Netto
Gleicyane Feitosa Gomes Torres
Hylo Leal Pereira
Iara Sousa Nascimento
José Elderson de Souza-Santos
José Raymundo Figueiredo Lins Júnior
Kélvia Cristina de Menezes Arrais
Leiliane Aquino Noronha
Luciana Atanásio
Luís Claudio Nogueira Madeira
Marcos Roberto dos Santos Amaral
Maria Helena Clarindo Gabriel
Sâmia Araújo dos Santos
Thaysa Maria Braide de Moraes Cavalcante
Ticiane Rodrigues Nunes

REVISORES

Adriana Marly Sampaio Josino
André Mesquita Saraiva Verçosa
Anna Paula O. S. F. Braga
Camila Maria dos Santos Silva
Daniel Aguiar e Silva
Dominique de M. F. Campelo Oliveira
Elisafran de Menezes Lemos da Silva
Elisandra de Oliveira Lima
Francisca Natália Leite Lopes
Francisco Ismael Araújo Rebouças
Georgyana Patrícia Rodrigues Melo
Grayce Cristiane Rodrigues da Silva
Jeannie Fontes Teixeira
Kélvia Cristina de Menezes Arrais
Lorena Maria Pitombeira
Luana Monteiro do Nascimento
Luana Ribeiro de Lima
Maria Celça Ferreira dos Santos
Maria Oceneia dos Santos Rocha
Meysa Maria Bezerra Cavalcante dos Santos
Raquel Leite Saboia da Costa
Renan da Ponte Castelo Branco
Sâmia Alves Carvalho
Susane Machado Teixeira

FORMATAÇÃO

Bernardo Augusto Mesquita Sales

Para Idália Cavalcanti Parente,
professora e pesquisadora que teve sua vida brutalmente abreviada pelo genocídio pandêmico de covid-19 no Brasil e que, por isso, não teve tempo de imprimir sua assinatura nesta obra.

Em memória.
Em protesto.

*Na luta antissistema, trata-se de compreender o que ainda se pode imaginar **junto**. Aos sujeitos que conformam esse junto, talvez reste o trabalho de imaginar modos de fazer do capitalismo uma cidade fantasma. O antirracismo, os feminismos, o anticolonialismo, reconfigurações imprevistas de classes em guerra, movimentos de uma teoria crítica em movimento e outras formas de negação pautam **nosso encontro**. Sim, porque uma **coleção de livros, na mobilização de ideias e interrogações, autoras e autores, leitoras e leitores**, é também a ocasião para **encontros** – quem sabe – perigosos: riscos, como aqueles de um ponto riscado, **mapa que nos leva a lugares que ainda não são**, a partir dessa **encruzilhada em que nos posicionamos, reconhecemos e saltamos**.*

José Fernando Peixoto de Azevedo, em *Não vão nos matar agora*, de Jota Mombaça.

SUMÁRIO

A ADC E SEUS EXERCÍCIOS ANALÍTICOS: UMA INTRODUÇÃO	17
Lucineudo Irineu	
INTERDISCURSIVIDADE	21
Clodoaldo Pires Araújo	
Isabella Freire Ribeiro Rocha	
Paula Alves Pereira da Silva	
Rafael Valladão	
REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	37
Janáina Alves More	
Lucimara do Nascimento Numata	
Marianna Ribeiro da Silva	
Tiago Silvio Dedone	
TRANSITIVIDADE	53
Fernanda do Nascimento Sousa	
Leidiane Sousa Barros	
Márcia Linhares Rodrigues	
Maria Vitória Martins Souza	
CONTROLE INTERACIONAL	73
Catia Manuel	
João Flávio Furtado Cruz	
Suze do Amaral Oliveira	
Tânia Gracieli Vega Incerti	
INTERTEXTUALIDADE	95
Arilene Maria de Oliveira Chaves	
Camila Rayssa Barbosa da Silva	
Fátima Ingrid Bezerra Bonfim	
Raimunda da Conceição Silva	
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	115
Alcilene Aguiar Pimenta	
Gustavo Santos de Macedo	
Jhussyenna Reis de Oliveira	
Samantha Ellen de Souza	

GÊNEROS DISCURSIVOS.....	139
Gustavo Cândido Pinheiro	
José Alves Ferreira Neto	
Klausney Muniz Sampaio	
Maria Natália Coelho da Silva	
REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS.....	161
Cristiane da Cruz Santos	
Lázaro Rodrigues Tavares	
Leonardo de Oliveira Colares	
Ritacy de Azevedo Teles	
CORTESIA-DESCORTESIA LINGUÍSTICA	181
Amanda Almeida Alencar de Souza	
Ludovica Olímpio Magalhães	
Maria de Castro Damázio Queiroz	
Reginaldo Gurgel Moreira	
POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA.....	201
Camila Alves Rocha	
Carla Silva do Nascimento	
Erick Cruz Padilha de Oliveira	
Kelvy Wanderson de Morais Maia	
MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	219
Darlice Monte	
Francisco José Holanda	
Miguel Leocádio Araújo Neto	
Thiago Teixeira de Almeida	
IMPLÍCITOS	239
Fidel Quessana Mbanda	
Heuler Costa Cabral	
José Janio Lopes Silva	
Rafaelle Leite Sousa	
ETHOS.....	255
Angélica Cecília Freire Sampaio de Almeida	
Indira Lima Guedes	
Maria Renata Soares do Nascimento	
Yago Bezerra Pessoa	

MODALIDADE	277
Diana Andrade Bezerra Farias	
Íkaro César da Silva Maciel	
Érika Rodrigues Moraes Machado Girão	
METÁFORA.....	291
Antônio Henrique da Silva	
Diógenes Felipe Santiago Nobre Júnior	
Humberto Soares da Silva Lima	
COESÃO E COERÊNCIA	309
Davi Francklino Guedes	
Francisco Jeimes de Oliveira Paiva	
Luciana da Silva Moraes Sardeiro	
Mariana Costa Araújo	
MODELOS MENTAIS	331
Joelma Soares da Silva	
Marizita Saraiva Rabelo	
AVALIAÇÃO.....	353
Érica Alves do Nascimento	
Francisco Djefrey Simplicio Pereira	
Wes Viana	
HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA	371
Fernando Henrique Rodrigues de Lima	
Genyelle Moraes Benevides	
Marieli Rosa	
Naara Lima Ripardo	
LEXICALIZAÇÃO	387
Ana Lorena dos Santos Santana	
Maria José dos Santos	
Micheli Rosa	
Tatiana Freitas Ribeiro Alcântara	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....	409

A ADC E SEUS EXERCÍCIOS ANALÍTICOS: UMA INTRODUÇÃO

Lucineudo Irineu

Análise de Discurso Crítica: exercícios analíticos é uma obra escrita a muitíssimas mãos, como tudo que fazemos no Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica da Universidade Estadual do Ceará (GPADC/UECE)¹. Ao passo em que o tom de celebração nos toma com o lançamento deste que é o **VOLUME 02** da **COLEÇÃO ADC: TEORIA E MÉTODO**², o sentimento de tristeza e indignação nos abate diante da falta da assinatura, nos capítulos que compõem a obra, de uma de suas autoras, Idália Cavalcanti Parente, vítima do genocídio que foi/é a pandemia de Covid-19 no Brasil. À querida Idália, em memória e em protesto, dedicamos este livro e renovamos nosso compromisso diário em busca da sonhada e necessária mudança social.

Esta obra dá seguimento às discussões lançadas em *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*³ e apresenta à comunidade acadêmica, em perspectiva transdisciplinar, 20 capítulos em que executamos exercícios

1 <http://www.uece.br/gpadc/>

2 O volume 01 da referida coleção, intitulado *Análise de Discurso Crítica: exercícios analíticos*, está disponível em: <http://www.uece.br/gpadc/conceitoschave>. O volume 03, intitulado *Análise de Discurso Crítica: metodologias de base*, tem previsão de lançamento para dezembro de 2024. A coleção é integralmente dedicada a mulheres que marcam, com seus nomes, a história da ADC no Brasil.

3 O referido volume representa o primeiro projeto multiplataforma de divulgação científica de que temos notícia no mundo (livro impresso, livro digital, podcasts, site e canal no YouTube) e discute, em um passeio pelas diversas abordagens em ADC, os seguintes conceitos-chave: discurso, poder, ideologia, hegemonia, texto, modernidade tardia, prática discursiva, prática social, mudança discursiva e social e dialética discurso-sociedade.

de interpretação de dados a partir das seguintes categorias analíticas caras aos estudos em ADC: interdiscursividade, representação de atores sociais, transitividade, controle interacional, intertextualidade, condições de produção, gêneros discursivos, representações discursivas, cortesia-descortesia linguística, polarização ideológica, modos de operação da ideologia, implícitos, ethos, modalidade, metáfora, coesão e coerência, modelos mentais, avaliação, heterogeneidade enunciativa e lexicalização.

Neste livro, compreendemos análise científica como a *interpretação especializada* que fazemos de determinado objeto de pesquisa manifesto em um conjunto de dados (no nosso caso, textos que circulam na modernidade tardia e que intitulamos *corpus*) à luz de referenciais teóricos e procedimentos metodológicos específicos. Na mesma direção, compreendemos categorias analíticas como as *lupas teórico-metodológicas* que emergem da observação acurada que pesquisadores fazem de determinadas dimensões que são selecionadas para a compreensão do objeto em debate. Ao analisarmos tais categorias, afirmamos que os exercícios que aqui apresentamos se destinam a estudantes, professores, pesquisadores e profissionais interessados em estudos do discurso das mais diversas áreas do conhecimento, pois o olhar lançado é sempre o da transdisciplinaridade na concretização de uma Análise de Discurso Textualmente Orientada, esta “proposta de compreensão das práticas sociais na concepção dialética do discurso”, como bem destaca Magalhães (2004, p. 113).

Tal olhar se conforma no modo como cada capítulo é organizado através da disposição das seguintes seções retóricas: introdução para contextualização social e histórica dos fenômenos de onde emerge o olhar lançado sobre cada tema, discussão teórica da categoria-tema, análise de dados subdividida em dois passos (recontextualização da conjuntura e análise linguístico-textual), conclusão com expansão das reflexões sobre a categoria em análise em debate e suas implicações para a mudança social, além das referências ao final de cada capítulo. Esta organização foi pensada com o objetivo de dar conta dos referenciais teóricos e dos procedimentos metodológicos de base da ADC somados à postura decolonial apresentada em cada capítulo pela leitura local dos

problemas sociais que é apresentada, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19 que tematiza o *corpus* da maioria dos capítulos do livro.

Nesta obra tão mais coletiva quanto plural, um circuito dialógico e democrático de produção, distribuição e consumo de formas de conhecimento produzidas pela universidade se concretiza através das assinaturas dos 126 pesquisadores, revisores e pareceristas de todas as partes do país que integram o GPADC/UECE e/ou que cursaram a disciplina Análise Crítica do Discurso do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE, em 2021, em formato remoto, em decorrência do isolamento social provocado pela pandemia. Eram professores, jornalistas, autônomos e diversos outros profissionais interessados em estudar ADC que, reunidos, superaram os dramas de uma pandemia e se lançaram ao desafio de cursar uma disciplina de pós-graduação em formato remoto e, desta experiência, registrar seus nomes em uma coleção de livros como a que protagonizamos.

E aqui cabe destacar que estamos falando de mães e pais de bebês, trabalhadores em regime remoto, brasileiros, estrangeiros, enfim, um mosaico de pensadores que, *juntas*, mostraram que a universidade pode e deve sim ser para todes, afinal “*uma coleção de livros, na mobilização de ideias e interrogações, autoras e autores, leitoras e leitores, é também a ocasião para encontros – quem sabe – perigosos: riscos, como aqueles de um ponto riscado, mapa que nos leva a lugares que ainda não são, a partir dessa encruzilhada em que nos posicionamos, reconhecemos e saltamos*” (AZEVEDO, 2021, p. 08).

Em frente!

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. F. P. Sobre os livros da Encruzilhada. *In*: MOMBACA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. p. 07-08.
- MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. *In*: **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 113-131, 2004.

INTERDISCURSIVIDADE

Clodoaldo Pires Araújo
Isabella Freire Ribeiro Rocha
Paula Alves Pereira da Silva
Rafael Valladão

INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a doença respiratória denominada covid-19 foi caracterizada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Devido a esse evento, foi necessário reorganizar as práticas sociais em todo o mundo com o objetivo de interromper a propagação do vírus e, por consequência, a infecção da população. Foi, então, determinado pelos governos locais o isolamento social que atingiu diretamente quase todos os segmentos da sociedade, incluindo as instituições de educação básica, superior, tecnológica e todos os centros de formação.

No Brasil, como em outros países do mundo, estabeleceu-se, como alternativa para que se mantivessem as atividades escolares, o intitulado “ensino remoto” e, novamente, ganhou força a discussão acerca do ensino domiciliar – o *homeschooling*. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil, no intuito de esclarecer e orientar acerca dos novos rumos e apresentar as ações por ele empreendidas, criou uma página na internet na qual apresenta práticas para diminuir os impactos causados pela suspensão das aulas presenciais. Dessa forma, destaca que:

Tem se empenhado em promover medidas urgentes, de curto, médio e longo prazos, de modo a mitigar as perdas decorrentes da suspensão das aulas presenciais e as dificuldades estruturais dos sistemas de ensino diante dessa nova realidade imposta pela pandemia do Covid-19 (BRASIL, 2020, s.p.).

No entanto, não são apresentados, de maneira definitiva, meios e condições para que esses modelos de ensino se realizem adequadamente. No caso do *homeschooling*, ele foi “reinserido” no debate por determinados setores da sociedade que, de forma sutil, se aproveitaram do contexto da pandemia e do fechamento das escolas para justificar a sua necessidade e urgência. E o que se apresentava como transitório, contingencial, pode ganhar contornos permanentes na figura do *homeschooling*.

Diante dessas discussões, nos questionamos: quem são os grupos políticos interessados nas transformações ou reinterpretações de novos modelos de ensino e aprendizagem, considerando, inclusive, que o *homeschooling* já possui projetos de leis para regulamentação tramitando na Câmara federal¹?

Nesse sentido, iremos analisar, com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), de Norman Fairclough (2001), os discursos políticos do Presidente da República Jair Bolsonaro, do deputado federal Eduardo Bolsonaro² e de Olavo de Carvalho³ sobre o *homeschooling*, através da categoria analítica interdiscursividade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes da análise do *corpus*, é preciso descrever alguns conceitos que darão fundamentação à proposta teórico-metodológica de nosso trabalho. Tal proposta está ancorada na Análise Crítica do Discurso (ACD), de Norman Fairclough (2001). Para o autor, discurso não deve ser considerado uma ação exclusivamente individual ou resultante de

1 Projeto de Lei nº 3262/19, autoria da Deputada Bia Kicis (PSL-DF).

2 *Eduardo e Jair Bolsonaro: EAD e homeschooling*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8GxX76v4NPI>. Acesso em: 12 ago. 2021.

3 *O Homeschooling no Brasil*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N0EB8wJmPhY>. Acesso em: 29 ago. 2021.

diversas variáveis situacionais. O discurso, em Fairclough (2001), pode ser definido como prática social, modo de ação das pessoas sobre as outras, sobre o mundo e como forma de representação e significação de ambos. O discurso também se constitui em uma relação dialética entre a prática social e a estrutura social, sendo a estrutura tanto condição como efeito da prática (FAIRCLOUGH, 2001).

Pensar o discurso como prática social pode ter diversas orientações, a saber: econômica, política, cultural, ideológica, ou pode ainda ser atravessado por todas essas. Como nosso *corpus* para análise será os discursos políticos de Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro⁴ e Olavo de Carvalho⁵ sobre o *homeschooling*, são as dimensões política e ideológica da prática social que nos preocuparão.

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política e não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

A ACD é, portanto, uma proposta teórica e metodológica que nos permite investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia (BARRETO, 2019). Barreto (2019) defende que, por ser marcada pelo realismo crítico, a ACD não pode funcionar sustentando suas

4 Eduardo Nantes Bolsonaro, deputado federal pelo PSL-SP, filho do Presidente Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/92346>. Acesso em: 17 ago. 2021.

5 Olavo de Carvalho é professor, filósofo e astrólogo.

formulações exclusivamente na dimensão simbólica, pois esta dimensão não dá conta da realidade. Ao contrário, ela deve estar apoiada na dimensão material e preocupada com a mudança social. “O que faz com que as ideias-chave adquiram performatividade é a congruência dessas disposições de pensamento com a base da vida material” (BARRETO, 2019, p. 223).

Isto posto, também consideramos importante pontuar, além dos conceitos, as diferenças entre intertextualidade e interdiscursividade. A intertextualidade pode ser definida como texto que se remete a outro ou a vários outros textos. Fairclough (2001, p. 134), citando Bakhtin, nos esclarece que a intertextualidade é o “modo como os textos e os enunciados são moldados por textos anteriores aos quais eles estão ‘respondendo’ e por textos subsequentes que eles ‘antecipam’”. Para o autor, sejam romances ou artigos científicos, a intertextualidade sempre fará com que os textos sejam orientados retrospectivamente por pedaços de enunciados de outros, de forma explícita ou não.

Já a interdiscursividade não tem, necessariamente, que se remeter a textos anteriores, mas, sim, ao entrecruzamento das esferas da atividade humana. A “interdiscursividade é uma questão de como um tipo de discurso é constituído através de uma combinação de elementos de ordens de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 152). Fairclough (2001) utiliza o termo “ordem do discurso” – assumindo sua inspiração foucaultiana –, que proporciona a reprodução do sujeito social, assim como sua transformação. Ainda a respeito da interdiscursividade, Irineu, Souza e Garantizado Júnior (2018, p. 284) esclarecem que:

ao nos reportamos ao termo “interdiscursividade”, referimo-nos a um fenômeno de linguagem que se fundamenta na concepção de alteridade, ou seja, nas relações pelas quais, pela linguagem, interagimos com o outro, em termos socio-discursivos. Estamos tratando de um fenômeno que deve ser tomado para reflexão em termos de sua natureza constitutiva nas práticas discursivas (já que, como dissemos, é impossível pensar em discurso independente de outros discursos).

A partir da categoria analítica da interdiscursividade, pretendemos analisar como o *homeschooling* é abordado nos discursos de representantes do campo conservador brasileiro, pois o que se convencionou chamar ensino domiciliar é o modelo de ensino praticado pelos responsáveis legais de criança e/ou adolescente, na própria residência, sem que estes tenham o convívio com toda a comunidade escolar. Após um ano de escolas (principalmente as públicas) fechadas, a discussão sobre sua reabertura – ainda que num cenário de alta de casos – tem colocado em destaque a necessidade de se adotar esse ensino domiciliar.

O ensino híbrido que integra aulas presenciais e *online* é utilizado como uma medida emergencial devido às circunstâncias provocadas pela pandemia que só serão resolvidas após a vacinação ampla de toda a população. Já o ensino domiciliar é visto, pela ala conservadora da política e da sociedade, como solução definitiva e também como estratégia para impedir a “doutrinação ideológica” que, supostamente, “professores de esquerda” estariam fazendo nas escolas públicas. Para Freitas (2020, s.p.), há um risco iminente

de que as escolas públicas, com a desculpa da alfabetização digital, sejam povoadas por plataformas híbridas de baixo custo, rebaixando a qualidade da formação da juventude, enquanto as escolas privadas de elite preservem seus filhos destas soluções, aumentando ainda mais a desigualdade educacional *e social* (Grifo nosso).

Nessa concepção, compreendemos que a desigualdade social é uma assimetria progressiva da nossa sociedade entre uma minoria de estudantes preservada destas exclusões – que terá acesso através da cultura digital e da linguagem, possuirá todas as ferramentas necessárias para pensar e refletir sobre o mundo – e uma maioria de estudantes, com recursos e ferramentas limitadas, que terá dificuldades de compreender o mundo e agir como cidadãos críticos das causas educacionais e, sobretudo, das causas sociais. O *homeschooling* que, na prática, retira a obrigatoriedade legal dos pais/responsáveis matriculem seus filhos nas escolas, pode contribuir muito para a acentuação dessa desigualdade.

ANÁLISE DE DADOS

A educação brasileira, nos últimos anos, vem sofrendo um intenso ataque de setores da sociedade que atuam para alterar os ideais historicamente conquistados e que estão sustentados nos princípios da gratuidade, obrigatoriedade e laicidade do ensino. O avanço do conservadorismo no País e a vitória eleitoral, em 2018, do Presidente da República Jair Bolsonaro alteraram substantivamente as correlações de forças, impactando a educação pública. Projetos como “Escola Sem Partido” e *homeschooling* possuem em comum o desejo de modificar as prerrogativas de quem decide o que deve ser ensinado – e onde – aos alunos e, dessa forma, abre caminho para transformar o ensino em objeto de influência de grupos privados.

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 205, estabelece que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e deve ser promovida em prol do pleno desenvolvimento do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) asseguram e estabelecem punições para os familiares que descumprirem o dever de garantir educação para os menores (BRASIL, 1990). Programas sociais de combate à pobreza por meio da transferência de renda, como o Bolsa Família, exigem, como condição para o recebimento do auxílio, a obrigatoriedade da matrícula de crianças e jovens em instituições regulares de ensino. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou sobre a matéria, sustentando que, para o reconhecimento do ensino domiciliar no Brasil, fazia-se necessário alterar a Constituição Federal e a LDB. Na contramão dessas legislações, um movimento crescente de famílias tem reivindicado o direito à escolarização domiciliar, ingressando com processos judiciais para requererem esse direito. Cecchetti e Tedesco (2020), em artigo em que analisam a crescente influência do *homeschooling* no País, demonstram como grande parte dos pedidos judiciais sobre o assunto está sustentada em argumentos religiosos que estão colocando novamente um conflito histórico entre igreja x estado, público x privado, ensino confessional

x laico. E “esse fenômeno se alastra como um ‘câncer’, à medida que líderes religiosos de perspectiva fundamentalista vêm assumindo papéis importantes na política brasileira” (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p. 4).

Um caso representativo é o da Família Bolsonaro, a começar pelo Presidente Jair Bolsonaro que, em 2018, durante a campanha eleitoral, defendeu e prometeu regularizar o ensino domiciliar como forma de combater a “doutrinação” da esquerda. Em um evento de campanha, em agosto de 2018, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, junto com o seu pai, Jair Bolsonaro, também defendeu o *homeschooling* para uma plateia que acompanhava o debate. Este conteúdo está disponível no canal do deputado na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube⁶. O discurso proferido no vídeo aponta para várias contradições que serão tratadas em outro momento deste artigo.

A situação de crise sanitária, iniciada em 2020, provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que vem alterando de forma significativa até mesmo o cotidiano escolar em todo o mundo, inclusive no Brasil, permitiu indiretamente que a temática do ensino domiciliar ganhasse destaque novamente⁷. As escolas foram obrigadas a fecharem para evitar a circulação do vírus e, assim, frear o contágio, e esse fechamento se prolongou por praticamente todo o ano de 2020 e segue pouco alterado em 2021. Essa situação possibilitou que famílias questionassem a proibição do *homeschooling* e, em simultâneo, o governo federal continuou se articulando para retirar as barreiras que impediam a sua regularização. Dessa forma, no dia 10 junho de 2021, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara dos Deputados, aprovou a admissibilidade do projeto de lei que trata da modalidade de ensino domiciliar, o *homeschooling*. A matéria altera o Código Penal para incluir o parágrafo único no seu artigo 246, a fim de prever que a educação domiciliar não configure crime de abandono intelectual. Na modalidade, os pais ou responsáveis assumem as funções dos professores no processo educacional. O projeto

6 *Eduardo e Jair Bolsonaro: EAD e homeschooling*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8GxX76v4NPI>. Acesso em: 30 jul. 2021.

7 *Por que a pandemia fez o interesse por homeschooling crescer tanto no mundo todo*. Ver mais em <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/pandemia-interesse-homeschooling-mundo/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

de lei é de autoria da Deputada Federal Bia Kicis (PSL-DF), aliada do Presidente Bolsonaro⁸.

Botelho e Braghini (2021) destacam que, além dos conservadores, outros interessados no ensino domiciliar são os setores empresariais, pois essa pauta cria abertura para discussão sobre a necessidade de liberalização do Estado em matéria de ensino oferecido ao público e, conseqüentemente, estimula a privatização da educação estatal. Em uma sociedade de classe, a educação sempre será um espaço em disputa, o que a conjuntura aponta é que o ensino domiciliar se tornou nos últimos anos uma bandeira importante para setores conservadores e privatistas que usam como argumento o discurso de que eles têm o direito de educar seus filhos com seus próprios valores e longe da interferência do Estado. Para Cecchetti e Tedesco (2020), a regulamentação do ensino domiciliar coloca em xeque o direito público subjetivo à Educação Básica, apontam ainda que “a defesa da educação domiciliar no Brasil está enraizada em valores religiosos fundamentalistas, apoiada e fortalecida por partidos, instituições e líderes religiosos alinhados ao movimento neoconservador” (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p. 13).

O importante a ser destacado é que após a vitória eleitoral, ocorrida nas eleições de 2018, nos primeiros 100 dias de governo, o Presidente Bolsonaro assinou um projeto de lei para disciplinar o *homeschooling*⁹, demonstrando que essa temática é de seu interesse político imediato.

O governo Bolsonaro, através de sua política educacional, tem se empenhado em implementar e desenvolver a precarização da educação, e um dos pilares de sustentação deste desmonte é a proposta de ensino a distância (EAD) e o *homeschooling* ou escolarização doméstica, que nada mais é do que uma educação que acontece fora da escola, retirando, dessa forma, o direito constitucional de crianças e adolescentes de

8 *CCJ da Câmara aprova projeto de educação domiciliar. Ver mais em <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/ccj-da-camara-aprova-projeto-de-educacao-domiciliar-10062021>. Acesso em: 30 jul. 2021.*

9 *Ensino domiciliar enquanto bandeira política do conservadorismo na educação. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2021/Ensino-domiciliar-enquanto-bandeira-pol%C3%ADtica-do-conservadorismo-na-educac%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 29 jul. 2021.*

a frequentarem. Hoje, apesar de a prática do *homeschooling* ser aceita em países como os Estados Unidos, França, Canadá, Itália, entre outros, no Brasil é considerada ilegal. Segundo a Constituição Federal de 1988,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

Além de estar evidente o papel do Estado e da família na educação, nesse mesmo artigo também fica claro que a educação é direito de todos e que, com a prática de educação domiciliar, este direito não estaria garantido. No ano de 2013, a LDB foi alterada e passou a incluir o seguinte texto:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (...) (BRASIL, 2019, Art. 4º).

Estabelece-se, desta forma, que a matrícula em escola é obrigatória. O não cumprimento deste artigo traz como consequência que as famílias sejam responsabilizadas judicialmente pelos Conselhos Tutelares e Ministérios Públicos.

Desde 2019, ano de sua posse, o Presidente Bolsonaro tenta emplacar, na Câmara dos Deputados, a legalização da prática de ensino domiciliar através da alteração do artigo do Código Penal, o 246, que tipifica

como crime “deixar de prover, sem justa causa, a instrução primária de filho em idade escolar”. No movimento de legitimação do *homeschooling*, a CCJ da Câmara dos Deputados aprovou o PL nº 3262/19, que modifica o Código Penal e retira a educação em casa da lista de crimes de abandono intelectual. Fica clara a orquestração de combater a escola na intenção de atacá-la como espaço fundamental de socialização e produção dos conhecimentos historicamente produzidos.

Neste contexto, o discurso matriz que predomina no *corpus* por nós analisado é o discurso político praticado por sujeitos, em dois vídeos distintos (*Eduardo e Jair Bolsonaro: EAD e homeschooling* e *O homeschooling no Brasil*). O primeiro foi postado no canal de Eduardo Bolsonaro, no YouTube. Nele, parece ocorrer uma palestra para um grupo de apoiadores, e Jair e Eduardo Bolsonaro respondem a perguntas e realizam a defesa do *homeschooling*. O gênero discursivo do pronunciamento é utilizado no vídeo em que Eduardo Bolsonaro pratica o discurso político ao insinuar que o mundo está na vanguarda e o Brasil no atraso: **“algo que é regularizado no mundo inteiro, mas é criminalizado no Brasil”** (Eduardo Bolsonaro). Neste trecho da fala, ele se utiliza da argumentação, por exemplo, e até se poderia afirmar haver a utilização da falácia lógica *ad populum*, dado que tal argumento seria válido, porque a maioria das pessoas concorda com ele. Ocorre que o argumento não é verdadeiro. Há 195 países no mundo e somente 63, ou seja, menos da metade, admitem a legalidade do *homeschooling* (BARBOSA; KNIHS, 2017).

Também é possível notar a presença do discurso matriz (político) praticado por Olavo de Carvalho no segundo vídeo disponibilizado no YouTube, que também tem como gênero discursivo o pronunciamento focado em convencer pais a tirarem seus filhos da escola e educá-los em casa. Tais evidências linguísticas do discurso político podem ser observadas pela lexicalização que destacamos no trecho abaixo:

Atenção, tire seus filhos da escola, eduque em casa, **resista, lute** porque um dia nós vamos **derrubar essa farsa imensa** que é a educação brasileira (Olavo de Carvalho).

Ainda que de forma mais subjetiva, a interdiscursividade se dá pelas relações e entrecruzamentos com discursos políticos-religiosos de Jair e Eduardo Bolsonaro, com Olavo de Carvalho e grupos religiosos conservadores norte-americanos e brasileiros de base cristã¹⁰ conservadora, que historicamente defendem a educação domiciliar. Em comum possuem o incômodo com a laicidade da escola pública e atacam o movimento LGBTQIAP+¹¹ (ALVES JÚNIOR; TROVÃO, 2019). O próprio Presidente da República já foi condenado por crime de homofobia e processado diversas vezes por ataques a grupos minoritários¹². Destacamos, no trecho a seguir, excertos em que Olavo de Carvalho pratica um discurso homofóbico, já habitual para os grupos religiosos conservadores de extrema-direita, denotando a prática da interdiscursividade supramencionada.

Esses professores vivem fazendo greve, querem aumento etc. ... eles querem ganhar mais dinheiro pra **ensinar o seu filho a dar o cu, a chupar a piroca deles, a fazer discurso idiota contra o capitalismo...** é isso que eles querem po. Se tem uma classe no Brasil que não merece aumento, que não merece ganhar nada é professor porque o que vocês estão fazendo com as crianças é criminoso (Olavo de Carvalho).

No trecho destacado, nota-se também um discurso ideologicamente relevante quando Olavo de Carvalho refere-se à categoria profissional dos professores. Uma das estratégias usadas para legitimar a sua posição é construir uma narrativa que desfavorece a imagem pública do professor: “Esses professores vivem fazendo greve, querem aumento etc. eles querem ganhar mais dinheiro”. Constrói-se um discurso em que a preocupação do professor é voltada apenas para questões salariais, por exemplo. Esse artifício permite a criação de modos particulares de identificar atores sociais no cenário político. A imagem do professor sendo desmerecida acaba por fortalecer o discurso sobre a urgência do *homeschooling*, já

10 Essa posição não é confirmada na totalidade dos cristãos no Brasil, mas sim de uma facção.

11 LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

12 *Video que lista condenações de Jair Bolsonaro não sofreu manipulação*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/montagem-de-video-que-lista-condenacoes-de-jair-bolsonaro-usa-trechos-verdadeiros.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2021.

que os professores não estariam capacitados para assumir essa tarefa, a melhor solução é educar “nossos filhos” em casa.

Em outro momento, Olavo de Carvalho narra uma história sobre a sua mãe e a professora que a alfabetizou. Vejamos.

A minha mãe só fez o curso primário, minha mãe escreve um português perfeito tem uma caligrafia maravilhosa, faz conta de cabeça, etc. E é uma pessoa inteligentíssima e ela diz: ‘tudo o que eu sei eu devo a minha professora primária, Dona Símirá’ isso aí em 1900 e antigamente. **Então, ela viu que aquela professora era realmente devotada e que fez algo pela educação dela** (Olavo de Carvalho).

No trecho destacado, vemos o discurso de Olavo de Carvalho articulado a outro discurso político, segundo o qual a profissão do professor deve ser encarada como um sacerdócio, um dom, uma vocação quase religiosa. O professor recebe um dom (divino?) e a sua missão é compartilhar com o próximo, portanto preocupações salariais ou questões trabalhistas não seriam relevantes. A partir disso, impõe-se um discurso ideológico em que se afirma que os professores da atualidade não fazem da sua profissão um sacerdócio e que sua preocupação é apenas “**ensinar o seu filho a dar o cu, a chupar a piroca deles, a fazer discurso idiota contra o capitalismo...**”, por isso, a alternativa do *homeschooling* se apresenta como ideal.

CONCLUSÃO

Os discursos analisados aqui acerca do *homeschooling* vão de encontro aos preceitos conquistados desde a abertura democrática ocorrida nos anos de 1980, que, segundo Rosa e De Camargo (2020), envolvem a garantia de direitos conquistados, tais como alterações nas condições do trabalho dos professores; reestruturação do ambiente escolar; convivência entre sujeitos de diferentes classes sociais; e a possibilidade de compartilhamento de valores diversos (ROSA; DE CAMARGO, 2020). A escola não é uma instituição responsável apenas por garantir a apren-

dizagem de conteúdo, a sua importância abrange muitas outras esferas, e podemos destacar que conviver com o diferente é uma das principais. Aprender que existem outras formas de pensar e estar no mundo é uma das grandes riquezas possibilitadas pela escola.

Ademais, a escola, como instituição social, historicamente situada, reflete, mas também refuta o meio físico, político, econômico e cultural o qual pertence. Portanto, é espaço de contradições, de embates, de críticas, de desconstruções e de produções diversas. [...] Uma instituição que garante por intermédio da ciência em seu interior o desenvolvimento de meios para a qualidade de vida dos sujeitos que a defendem, como daqueles que só veem nela a desvirtuação de valores bem particulares. Por isso que defender a instituição escolar implica defender o conhecimento científico, defender a vida: de quem a defende e de quem a ataca (ROSA; DE CAMARGO, 2020, p. 16).

O *homeschooling*, ainda que seja praticado em alguns lugares do mundo, representa um anacronismo no campo da educação, além de deixar um vácuo na formação dos indivíduos que são privados da convivência social possibilitada pela escola. O movimento conservador em atuação no Brasil, um dos responsáveis pela difusão do *homeschooling*, anseia pelo pensamento único e pela ausência de contradição de modo que suas ideias possam ser difundidas sem contestação.

Desse modo, o *homeschooling* apresenta-se como uma investida clara do movimento conservador brasileiro que, com uma retórica em defesa da família e dos valores religiosos, ganha espaço no debate político e em determinadas frações da sociedade com discursos que enaltecem às tradições e convenções que sustentam o chamado “cidadão de bem”. É razoável argumentar que o *homeschooling* apresenta-se como método que propiciará às famílias o controle da educação oferecida aos seus filhos. Entretanto, por trás desta proposta, está claramente posta a ameaça à escola pública e o combate ao direito à educação. Além disso, aprofunda as consideráveis desigualdades sociais e educacionais e, possivelmente, multiplica os casos de violência e desproteção aos quais estão submetidas

muitas crianças e adolescentes. Vale destacar que o *homeschooling* põe em xeque a educação como dever do Estado, desobrigando-o de garantir o direito humano à educação de qualidade para todos e todas, ameaçando os investimentos no ensino público e dificultando o avanço educacional.

Nessa modalidade de ensino, o *homeschooling*, a família precisa ter um nível intelectual de, no mínimo, o ensino médio. Entretanto, ficou evidenciado, durante a pandemia do covid-19, que não basta apenas a família ser intelectualmente preparada para alcançar os objetivos de alfabetizar seus filhos para que ocorra de fato a aprendizagem, é necessário haver uma mediação entre o aluno e o conhecimento. É nesse momento que se faz necessário, também, a presença do professor para fazer a mediação didática do conhecimento. Por fim, a regulamentação do *homeschooling* e os interdiscursos que buscam endossá-la evidenciam o interesse em uma educação comodificada, menos emancipadora e cada vez mais acrítica.

REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, A. G. da C.; TROVÃO, F. V.-B. A educação entre a religião e a política: Conservadorismo cristão e o *homeschooling*. **Transversos: Revista de História**, Rio de Janeiro, n. 17, dez. 2019. doi:10.12957/transversos.2019.47290. Acesso em: 29 ago. 2021.

BARBOSA, E. M. de Q.; KNIHS, K. K. O direito à educação domiciliar e os novos desafios ao Supremo Tribunal Federal: recurso extraordinário 888.815/RS, lacuna legislativa e direito comparado. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, v. 9, n. 17, jul./dez. p. 399-430, 2017. Disponível em: <http://abdconst.com.br/revista18/direitoEstefania.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BARRETO, R. G. Tecnologias na educação brasileira: de contexto em contexto. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 43, p. 218-234, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20190011>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BOTELHO, W. M.; BRAGHINI, K. **Educação Domiciliar: fundamentalismo e business**. 2021. Disponível em <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/educacao-domiciliar-fundamentalismo-e-business/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/559748/lei_de_diretrizes_e_bases_3ed.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 135, p. 13563, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coronavírus. Ações do MEC em resposta à pandemia da Covid-19**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/coronavirus/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

CECCHETTI, E.; TEDESCO, A. L. Educação Básica em “xeque”: *Homeschooling* e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014816, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462860027/89462860027.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREITAS, L. C. de. **O ensino híbrido e a produção do idiota digital feliz**. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL – Blog do Freitas. 2020. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2020/10/31/o-ensino-hibrido-e-a-producao-do-idiota-digital-feliz/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

IRINEU, L. M.; SOUZA, M. M. F de; GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. da S. Discurso do professor e problematização da prática docente: argumentação, interdiscurso e representação. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 29, n. 57, p. 273-297, 2º semestre 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/cadlettrasuff.2018n57a550>. Acesso em: 19 ago. 2021.

ROSA, A. C. F. R.; DE CAMARGO, A. M. M. *Homeschooling*: o reverso da escolarização e da profissionalização docente no Brasil. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 15, e2014818, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 21 ago. 2021.

REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

Janaína Alves More
Lucimara do Nascimento Numata
Marianna Ribeiro da Silva
Tiago Silvio Dedone

INTRODUÇÃO

Com o surgimento dos primeiros casos de coronavírus no final de 2019 e o início da pandemia do SARS-Cov-2, os brasileiros, por imposição da rápida disseminação da doença, confinaram-se em suas casas a fim de evitar o aumento acelerado da contaminação pelo vírus ainda desconhecido. Essa situação gerou muitas crises familiares em nível econômico, na divisão do espaço físico em tempo integral, no aumento da violência doméstica, que expôs novos casos de agressão bem como os invisibilizados já presentes nos lares. Dentre os tipos de violência doméstica, os crimes de feminicídio têm ocupado um papel de destaque nas principais páginas policiais.

Notadamente, a violência contra a mulher não é um crime recente, está cristalizado nas estruturas socioculturais de nosso país, que ocupa, em 2021, a 5ª posição no ranking mundial de feminicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH). Em comparação aos países desenvolvidos, aqui se mata 48 vezes mais mulheres do que no Reino Unido, por exemplo. Tal fato evidencia a exclusão da mulher da sociedade, seja pelo reforço dos ideais do patriarcado e da própria desigualdade social, seja pela eliminação da identidade que pertence àquele corpo feminino violentado e expurgado.

O que nos choca e nos leva a essa análise é a naturalização da violência contra corpos femininos e as assimetrias nas tratativas desse tipo de crime pela imprensa, que, mesmo com o poder de mobilização social obtido por meio do discurso, já que esse possui grande alcance, opta por apagar ou destacar os corpos de mulheres vítimas de feminicídio ou ainda a brutalidade dos crimes cometidos por seus parceiros, ao considerar a classe social e a cor dessas mulheres e de seus agressores.

Diante disso, analisaremos a construção discursiva das representações de mulheres pretas e pobres e de mulheres brancas de classe média/alta em notícias de jornais cearenses, uma vez que nesse estado a Rede de Observatório das Seguranças apontou¹ que, desde o início da pandemia, os casos de feminicídio aumentaram em 74%, sendo que 58% dos autores são os cônjuges ou ex-cônjuges. Assim, baseamo-nos na proposta de Análise do Discurso de van Leeuwen (1996) que propõe modos possíveis de representação dos sujeitos a partir de um inventário sociossemântico, que estabelece categorias de relevância sociológica e crítica que se realizam na linguagem, cujo método é compreendido como Representação de Atores Sociais.

Partimos das seguintes hipóteses: i. os textos jornalísticos apagam as identidades de mulheres pretas e pobres de suas manchetes; ii. os crimes envolvendo mulheres brancas e de classe média/alta são noticiados em textos que reforçam o ato hediondo e expõem sua identidade, além de outras características da mulher, o que tende a chocar mais a sociedade; iii. o agressor branco e rico é tratado de acordo com o cargo que ocupa socialmente, enquanto o agressor pobre é tratado como indigente ou criminoso, mesmo antes de um julgamento.

Dessa maneira, neste capítulo, apresentaremos o referencial teórico “Representação de atores sociais”, de van Leeuwen (1996), a descrição da conjuntura brasileira e o atual cenário no qual se situam os casos analisados, a análise interpretativa das representações de mulheres pretas e pobres e das mulheres brancas e ricas a partir do inventário sociossemântico de van Leeuwen (1996) e a comparação de como o jornalismo

1 O relatório “A dor e a luta” está disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/03/REDE-DE-OBS_ELASVIVEM-1.pdf.

cearense representa esses atores.

Ressaltamos que nos aprofundaremos na teoria de van Leeuwen (1996) acerca da Representação de Atores Sociais, respeitando a proposta que compreende a contextualização histórica e social a partir da análise linguística por uma ótica crítica, tendo como princípios a compreensão e a produção textual. Portanto, partimos do pressuposto de que as formas de representar as identidades nas mais variadas configurações podem tanto perpetuar como desconstruir as relações ideológicas de poder.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proposta teórico-metodológica de van Leeuwen (1996) busca averiguar os diversos modos pelos quais atores sociais podem e são representados discursivamente e estudar e analisar as alternativas que comportam a língua em relação às escolhas que o sujeito (escritor ou falante) faz em seu discurso para se referir a outros sujeitos. O autor parte de um inventário sociossemântico dos modos possíveis de se representar atores sociais para estabelecer categorias de relevância sociológica e crítica que se realizam na linguagem e reafirma a relevância da agência linguística para os estudos críticos do discurso. Esse conceito sociológico ocupa um posto clássico da maior importância em ADC, pois pretende analisar quais os atores sociais e em que contextos estão representados como “agentes e como pacientes” (VAN LEEUWEN, 1996, p. 169).

Dessa maneira, ao considerar aspectos de cultura e contexto como fundamentais para entender as formas de representação do mundo por dada sociedade, tais categorias têm uma maneira própria de representar o mundo social, mas uma maneira particular de mapear os diferentes modos semióticos, dentro dessa ordem, descrevendo o que pode ser realizado verbal e visualmente (VAN LEEUWEN, 1996).

Logo, os significados pertencem à cultura e à linguagem, e as categorias de representação dos atores sociais à complexa rede de sistemas linguísticos distintos que contempla os elementos lexicais e gramaticais como figuras retóricas. Esses sistemas linguísticos, por sua vez, meta-

morfoseiam-se ao passar por processos que envolvem o apagamento, a reestruturação e a substituição da consistência linguística, como o processo de exclusão e inclusão, o que é relevante para os estudos críticos da linguagem.

Dentro dessa perspectiva, a exclusão, uma categoria mais radical, que apaga definitivamente do texto atores sociais e suas atividades, auxilia a compreensão de como eles são representados nos discursos, já que as “representações incluem ou excluem atores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (VAN LEEUWEN, 1996, p. 183). Quando se menciona a atividade realizada por um ator social em detrimento do sujeito é comum que o leitor tenha pistas que são deixadas no texto por esse tipo de exclusão, o mesmo ocorre, como define o autor, quando a apresentação dos atores se dá por uma representação em segundo plano. A supressão é uma das formas de excluir sem deixar referências sobre os atores sociais. Ao se colocar o ator em segundo plano, os atores podem ser excluídos, não mencionados, embora possam ser localizados em partes do texto.

Quando se tem a inclusão, os papéis atribuídos aos atores sociais incluídos devem ser analisados. De acordo com van Leeuwen (1996), nisso consiste a força política de representação dos atores. Ambos, ativação e passivação, podem ser realizados por meio da participação, da circunstancialização, por circunstâncias preposicionadas, ou da possessivação (VAN LEEUWEN, 1996). Os atores sociais também podem ser personalizados ou impersonalizados a fim de serem mais humanizados ou mais distanciados de humanização (VAN LEEUWEN, 1996).

O autor propõe que a realidade (um fato social) pode ser retratada de maneiras distintas a depender da intenção do sujeito ou do veículo emissor de um discurso. Dentre os mecanismos a disposição do sujeito (ou organização) estão os mecanismos de ativação ou passivação dos atores envolvidos, que podem ser acionados por meio de estratégias linguísticas que evidenciam um ou outro participante do evento discursivo. Assim, a única maneira de resgatar exclusões radicais, a ponto de não deixarem marcas na representação, segundo van Leeuwen (1996), é por

comparação crítica de diferentes representações de uma mesma prática social. Nesse sentido, ao lançar luz sobre publicações a respeito de um mesmo fato, por diferentes meios de divulgação, dentro de um eixo temporal, a análise que empreenderemos trata de um objeto substancial para a pesquisa crítica de um momento de mudança social e discursiva.

ANÁLISE DE DADOS

Ao criar uma imagem idílica da situação colonial do Brasil, Gilberto Freyre (2006), sem mencionar a expressão “democracia racial”, na obra *Casa Grande & Senzala* (1933), sistematiza o conceito (BERNARDINO, 2002; GOMES, 2007; GUIMARÃES, 2002) e contribui com grande influência para o estabelecimento do mito da democracia racial. Segundo Bernardino (2002, p. 251), com a “sistematização e *status científico*”, o mito é estabelecido na obra por uma ordem “livre e minimamente igualitária”.

Assim, ao defender uma natureza diferencial da escravidão no Brasil, Freyre (2006) mascara o arquétipo de opressão existente nas relações raciais e empodera argumentos da sociedade tradicional avessa a admitir o preconceito e a discriminação em práticas sociais, incluídas as discursivas. A democracia racial seria uma reconstrução fantasiosa do passado nacional, uma ideologia de falsa ilusão, sem preconceito e discriminação e dotada de oportunidades sociais e econômicas para todos (HASENBALG, 1979).

Com esse pensamento enraizado na sociedade brasileira, somente a partir de 1970, pesquisadores e ativistas problematizaram questões referentes à integração do negro, apontando que as diferenças entre negros e brancos não eram apenas relacionadas à classe. Embora tais estudos ainda tratassem preferencialmente da investigação da apropriação da riqueza nacional entre negros e brancos, não é negada a grande influência dos fatores de reprodução das condições de privação pelas quais os negros passavam (e passam). Também já se destacava o papel da cor da pele na modelação da pobreza em nosso país (HANCHARD, 2001). Isso con-

firma o que ainda acontece em nossa população: o fato de nascer preto ou pardo converge para a ocupação dos estratos sociais mais empobrecidos, desprivilegiados e invisibilizados. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2018², pessoas pretas ou pardas correspondem a 55,8% da população e 64% dos desempregados, pois as disparidades entre pessoas brancas e negras crescem em oportunidades. Os números são ainda mais graves em relação ao rendimento médio de mulheres negras e homens brancos: elas ganham 31% a menos que eles.

Diante das visíveis condições de desigualdade impostas às mulheres, especialmente às negras, a análise proposta neste trabalho aprofunda-se no debate sobre racialidade e gênero. Trazer o conceito de gênero é imprescindível, pois estudamos a legitimação de representações sociais por meio do discurso. Esse conceito situa os sujeitos de um grupo como detentor do poder ou por ele dominado. Ao pertencer ao gênero feminino, o sujeito acessa direitos e deveres inerentes à sua condição – papéis sociais naturalizados pela sociedade. Logo, o entendimento social referente ao que é ser homem e ao que é ser mulher possui uma natureza discursiva, e estudar acerca de papéis de gênero socialmente estabelecidos é uma atribuição dos estudos linguísticos.

Dessa maneira, evidenciam-se assimetrias sociais para o tratamento de mulheres brancas e negras. Nesse viés, Butler (2003) afirma que o sujeito é formado por discursos que constroem e subordinam corpos que se realizam por meio dessa subordinação. Aprendemos a naturalizar essas diferenças a partir do contexto no qual estamos inseridos, assim, as relações assimétricas entre homens e mulheres, ou pretos e brancos, não são elaborações inatas de nenhuma população humana, mas de comportamento culturalmente aprendido e ensinado. Para van Dijk (2008), tal processo não é automático nem determinante, já que é possível questionar as ideologias às quais se está exposto e, conseqüentemente, construir opiniões diferentes ou ideologias alternativas.

As ideologias podem ser aprendidas, mas também questionadas, ambas as atividades atravessadas pelo discurso. No Brasil, pode-se

2 Os dados são da pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, com atualização em 2019.

afirmar que temos o domínio de um discurso essencialmente branco, difundido pelas elites simbólicas, que constituem e perpetuam a forma mais intensa de racismo atualmente (VAN DIJK, 2008). Com isso, temos a questão racial como agravadora do apagamento dos corpos femininos negros e pobres em detrimento do hiperfoco dado pela mídia aos corpos das mulheres da elite branca nos casos de feminicídio noticiados pelos meios de comunicação.

Recentemente, em julho de 2021, noticiou-se o caso de Pamella Holanda, brutalmente espancada pelo seu ex-cônjuge, o produtor musical cearense Iverson de Souza Araújo – DJ Ivis. Os vídeos com as agressões chocaram a sociedade e refletem a questão estrutural da violência contra a mulher, porquanto pessoas presenciam as agressões e não reagem à violência – o que revela a naturalização da violência no Brasil.

Essa naturalização levou as instâncias superiores, pressionadas pela brutalidade de casos de violência contra a mulher, a sancionar a Lei Maria da Penha, em agosto de 2006, como reação a uma questão social urgente e antiga. É evidente que a existência da lei não é capaz de causar uma transformação na realidade social de forma instantânea, porém, faz parte de um processo mais longo de mudança social.

O caso de Pamella mostra que a violência contra a mulher acontece em todas as classes sociais, diferentemente do imaginário do senso comum, fortalecido pelo modo desigual com que as mídias tratam os casos de mulheres vítimas de agressões que as levam a óbito. A mídia tem o poder de sub-representar vários grupos sociais ou ainda representá-los de modo negativo, e, nos casos de violência sofrida, apagá-los, minimizando suas dores e significados. Tais distinções são o foco de nossa análise, de modo que investigaremos as imagens e os sentidos produzidos pela mídia cearense e por suas políticas de visibilidade e invisibilidade de acordo com a classe social e com a cor do corpo feminino violado, já que, para Rutherford (1990, p. 19-20), “a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação”.

Assim, a investigação dos vários agenciamentos discursivos mostra sua pertinência ao desvelar as estratégias de produção, reprodução e atualização de sentidos, normas, valores e representações que, conjuntamente, elaboram e promovem as condições em que as subjetividades são constituídas.

A representação social da mulher preta pobre e a da mulher branca de classe média podem ser analisadas por meio dos signos que sofrem intervenções para um direcionamento da construção da realidade. Isso porque existe, em uma ação contínua de distinção destas representações nos cenários sociais, um velado – porém expressivo – esforço para legitimar espaços de uns, em detrimento de outros, considerados marginalizados em sua representação. Há uma ausência de pluralidade e diversidade de vozes e representações, fortemente expressadas por ideologias de veículos de comunicação de massa, que não privilegiam a mulher pobre, preta, de periferia, mas que se dobram para ouvir as que não se enquadram nesse constructo.

O corpo linguístico, configurado na forma de apresentação da representação de mulheres brancas de classe média, se comparado às pretas e pobres, em espaços da mídia clássica, compõe o objetivo de estabelecer o que van Leeuwen (1996) chama de macrofunções ideacionais. Há um constructo estabelecido, possível de analisar os discursos que se esforçam para se legitimar como plural. Mas que nem sempre o são. Assim, as estruturas conceituais de forma enaltecem que as mulheres brancas de classe média, quando comparadas em situações iguais a de mulheres pretas e pobres, não desempenham ações diretas no discurso, mas são representadas em razão de termos de classe, significados, estrutura (traços e características essenciais).

Esse paradigma funcional da linguagem é pautado pela Análise do Discurso Crítica, que possibilita o entendimento das subjetividades e intencionalidades nas produções discursivas analisadas. Quando se refere à leitura crítica da mídia, exige-se um esforço para o entendimento dos mecanismos de psicologia da comunicação que se enveredam ao cumprimento de ideologias (a quem interessa determinadas formatações

discursivas e de representações de sujeitos? A quem interessa a construção de realidades, quando expressadas na posição das mulheres brancas e de melhores condições financeiras?). A Teoria de representações de atores sociais de van Leeuwen trata do estudo das formas através das quais as práticas sociais podem ser representadas nesta construção discursiva.

Ademais, existe uma relação de forças entre polos produtores dos sentidos (linguagem, atores sociais, sociedade, configurações de poder, ideologias) redirecionando as estratégias de como os sujeitos são construídos em sua forma e texto discursivo (verbal ou não). Isso porque todo discurso construído, necessariamente, recontextualiza práticas sociais, redefinindo processos de estrutura de imagem. E isso pode ser uma instigante ferramenta de reflexão, já que é possível, nesse viés, identificar diferentes tessituras textuais em um mesmo fenômeno de construção representativa (VAN LEEUWEN, 1996).

Por fim, os ideais envoltos na intencionalidade de construir uma realidade representativa de um sujeito, no caso a mulher branca de classe média como superior, aportam-se em aspectos que orbitam em torno de uma imagem almejada, que se explicam na cultura de afirmação de um sujeito superior em detrimento de outro. Como mencionado no referencial teórico, para van Leeuwen, o sujeito está inserido em uma plataforma de representação bastante delimitada, o que chama de categoria sociossemântica, descrito em um inventário em duas grandes vertentes: a inclusão (Ativação e Apassivação; Participação, Circunstanciação e Possessivação; Personalização e Impersonalização e a Exclusão (supressão e encobrimento)).

Ao analisarmos nosso *corpus*, inicialmente a reportagem publicada no Jornal Diário do Nordeste, em 04 de maio de 2021: “Caso Jamile: processo tem reviravolta e Ministério Público denuncia advogado por feminicídio”, podemos tecer algumas reflexões analíticas, do ponto de vista da ideologia da notícia – que perpassa pelo direcionamento de uma ótica crítica frente ao constructo textual verbal e a representação pictórica (imagem), que também é objeto conjunto de construção de sentidos em uma pauta. Isso porque nos deparamos com alguns pontos

de observação necessária, do ponto de vista da representação social, identidade e interesses do enunciador (que podem ser os atores oficiais e/ou a imprensa). Cabe mencionar que essa pauta integra uma sequência de matérias sobre o crime.

O primeiro ponto a ser considerado é a forma de atenção dada pelo veículo de imprensa ao caso; pelo fato de o ator representado ser uma mulher branca, rica, integrante da alta sociedade e empresária, há evidências de que a mídia investe em uma ampla cobertura do caso ao buscar vozes de várias autoridades do Poder Judiciário, principalmente do Ministério Público e de autoridades policiais. Em outras palavras, se compararmos a outros casos também de feminicídio, vale atentarmos para como os agentes de segurança pública e os representantes da justiça demonstraram envolvimento e uma atenção explicitamente ampliada neste caso.

Nesse sentido, fica evidente que a imprensa tem uma parcela de responsabilidade na construção da realidade, principalmente nas narrativas discursivas (forma como operam a divulgação dos atores) e na escolha dos personagens (fontes) que irão discursar sobre o tema. Portanto, as escolhas (ou seleções) de fontes e, conseqüentemente, de narrativas, ajudam a construir uma leitura subjetiva dos fatos.

No texto em análise, o agressor é tratado com certa polidez. É possível notar que, no título da notícia, o acusado é referenciado por meio de sua posição social de advogado, o que revela também seu *status* social, bem como o apagamento do crime cometido. Ainda, no corpo do texto, são expostos outros crimes cometidos pelo feminicida, que evidenciam seu *status* social. O jornal ainda aborda o fato de o criminoso ter porte ilegal de arma.

O jornal também destaca um trecho da denúncia do Ministério Público no qual há uma espetacularização do agressor: “advogado experiente no manuseio de arma de fogo e praticante de tiro esportivo, com seu porte alto e forte”. Na denúncia, os termos qualificadores referentes ao agressor “experiente”, “praticante de tiro”, “alto e forte” parecem enaltecer suas qualidades em detrimento da caracterização do crime cometido,

bem como do ator como criminoso. Inclusive, a atenção direcionada ao feminicida chega a apagar a violência e a própria vítima. Isso corrobora com o proposto por Butler (2003), ao afirmar que o gênero age sobre os corpos como uma norma regulatória, mas também é influenciado por outros tipos de regulamentos que regem a vida social, não se produzindo sozinho, estando sempre em relação com ou para o outro.

A mulher vítima do feminicídio, caracterizada desde a manchete da reportagem, ganha atenção especial ao nomear o caso do qual foi vítima. Apresentada como empresária, Jamile de Oliveira Correia pode ser visualizada ao lado do agressor em um ambiente social de requinte por meio de uma fotografia retirada de seu perfil no Instagram, o que reforça sua classe social. Além disso, suas características físicas reforçam sua posição na sociedade: mulher branca, loira, de olhos claros – uma mulher visivelmente rica. Tais marcas textuais diferem-na das mulheres que estão habitualmente nas páginas policiais da grande imprensa: pobres e pretas. Portanto, há uma intenção de construir realidades, partindo da recepção articulada, atuando na psique humana.

Cabe salientar então a disseminação da estrutura de imagem do veículo, destacando a necessidade de apagar a mulher, em detrimento do seu agressor, ao passo que a representação social do sujeito agressor vai flutuando conforme o desenrolar da pauta, talvez, em uma tentativa do veículo de apresentar-se como imparcial, evitando possíveis processos em vista de prováveis influências do autor do crime. O Jornal O Povo, ao noticiar o mesmo fato, apresenta uma abordagem semelhante, ao propagar uma narrativa na qual o acusado é retratado pela profissão, como um advogado, apagando, portanto, a sensibilização do fato – uma postura cristalizada pela mídia ao tratar de atores com tais características sociais: brancos de classe média ou alta.

Partimos da discussão sobre interseccionalidade na interação sobreposta entre gênero e raça – que revela a interação entre qualquer tipo de discriminação, seja baseada em classe social, raça, gênero – para analisarmos as múltiplas realidades sociais em busca de ferramentas políticas para o alcance de justiça social. Tal conceito defende que as

discriminações ativas são imputadas a determinados atores sociais em virtude das “políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função da sua raça e de seu gênero” (CRENSHAW, 1989 *apud* KERNER, 2012, p. 55).

Dessa forma, é compreensível que as discriminações não sejam vivenciadas de maneira explícita, ou seja, uma mulher negra retratada pela mídia poderá sofrer injustiças por estar em uma intersecção de características que fazem dela um ser social mais propício a ter sua representação social apagada, considerando os históricos de intolerâncias de gênero e de classe social aliados às suas ideologias – o que ocorre no segundo caso que compõe o *corpus* desta investigação.

O próximo caso em análise é o de um ator social desprivilegiado socialmente. A notícia publicada no Jornal O Povo e a falta de desdobramento desse caso já revelam isso. Sob o título: “Mulher é morta a pauladas no Dia Internacional da Mulher e companheiro é preso”, o feminicídio é anunciado. Nesse ínterim, já é possível destacar o apagamento das identidades dos atores envolvidos, bem como a tentativa de aproximação da mulher à condição de indigência, visto que seu nome aparece apenas no *lead* da notícia precedido do qualificador “vítima identificada como”, o que remete o leitor a uma incerteza da identificação da vítima.

Já o título revela um caráter panfletário, ao destacar que um caso de feminicídio ocorreu no “Dia Internacional da Mulher” em detrimento do destaque à vítima. Nota-se que a tipificação do crime ocorrido em um dia emblemático para a redução da violência contra a mulher é mais vendável do que a exposição da identidade dos atores envolvidos no ato criminoso.

No texto em análise, verifica-se uma abreviada identificação tanto da vítima quanto do agressor: não há dados extras sobre função e *status* sociais dos envolvidos. O agressor ainda é tratado como autor do crime – “infrator” –, mesmo antes de um julgamento com sentença penal transitada em julgado. Ademais, ao expor a relação dos atores representados, o jornal os trata como companheiros e não como marido e esposa, ou seja, permitindo a interpretação de que a relação não é estável.

Acrescenta-se ainda a esta análise uma tentativa de desconfiguração

do caráter do feminicídio, por parte do jornalismo responsável pela exposição dos fatos, porquanto em um trecho o caso é destacado como “briga de casal”. Já o mesmo caso veiculado no Jornal Diário do Nordeste, que segue uma proposta discursiva com características similares, porém mais apelativa, o caso é logo de imediato tratado como feminicídio.

Da mesma forma, não há uma preocupação com a caracterização dos atores envolvidos no crime; uma evidência disso é que a foto de divulgação da notícia refere-se a um simples imóvel no qual vítima e agressor viviam, com destaque para o objeto utilizado para a execução da mulher: um pedaço de pau. A finalização do texto jornalístico ainda revela uma tentativa de justificação para as agressões sofridas pela vítima, ao mencionar que entre os envolvidos não havia “um histórico de brigas com a vizinhança” e que ambos eram “usuários de drogas”. Por fim, expõe que o agressor estava embriagado ao adentrar a delegacia e a notícia é finalizada com a afirmação de que “a motivação da morte, entretanto, não foi informada pelos policiais”, restando evidente a escolha de fortalecer a não qualificação do feminicídio, fato muito recorrente quando se enuncia esse tipo de crime.

CONCLUSÃO

O presente capítulo concentrou sua atenção, de modo geral, em analisar as representações discursivas sobre mulheres brancas e ricas e mulheres pretas e pobres vítimas de feminicídio cujos casos tenham sido divulgados pelo jornalismo cearense. Tal análise se deu sob a perspectiva teórica da Representação de Atores Sociais proposta por van Leeuwen (1996).

Nosso propósito foi destacar as diferenças nas representações dos atores envolvidos nos casos de acordo com sua posição sociorracial, que se evidenciaram no apagamento das identidades dos atores pretos e pobres e na supervalorização, e até na espetacularização, dos atores brancos e ricos. Inclusive, ficou evidente a manipulação dos gêneros textuais selecionados para a divulgação dos fatos: reportagens são escolhidas

para retratar atores com nível social elevado, em contrapartida, notícias (quando noticiado) para atores excluídos socialmente.

Além disso, é importante ressaltar que nos casos de feminicídio noticiados envolvendo mulheres brancas e ricas houve a supressão da exposição do crime em detrimento da exaltação das características do agressor. Já nos casos em que os atores são pretos e pobres, a criminalização do agressor fica evidente mesmo antes de qualquer análise jurídica.

Há ainda um cuidado na coleta das informações nos casos que envolvem atores sociais de nível social mais elevado, pesquisa documental, publicação da versão do acusado e de sua defesa. Por outro lado, evidenciamos o descaso na coleta de informações referentes às notícias sobre os atores desfavorecidos socialmente, na medida em que não são apresentadas informações extras sobre os atores. Além disso, fica evidente uma assimetria na apresentação dos dados, uma vez que ao compararmos as duas notícias que narram o caso de Adriana Jardim de Araújo (47), morta a pauladas no Dia Internacional da Mulher, encontramos ainda uma divergência de informações a respeito da relação conjugal estabelecida entre os atores em análise.

Dessa forma, fica evidente que as identidades de mulheres pretas e pobres são apagadas das manchetes, enquanto, nos crimes envolvendo mulheres brancas e de classe média, a identidade é reforçada, tanto da vítima quanto do autor, e o ato hediondo tende a chocar mais a sociedade, corroborados pelas ideologias da notícia.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, T. M. Afro-brasileiros e a construção da ideia de democracia racial nos anos 1920. **Linhas**, Santa Catarina, v. 8, n. 1, 2007.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HANCHARD, M. **Orfeu e o poder**: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

KERNER, I. Tudo é interseccional? Sobre uma relação entre racismo e sexismo. Tradução de Bianca Tavorari. **Novos estudos – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento**, São Paulo, n. 93, p. 45-58, jul. 2012.

RUTHERFORD, J. **Identity**: Community, Culture, Difference. Universidade de Michigan: Lawrence & Wishart, 1990. p. 19-20.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. *In*: PEDRO, E. R. (org.). **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.

TRANSITIVIDADE

Fernanda do Nascimento Sousa

Leidiane Sousa Barros

Márcia Linhares Rodrigues

Maria Vitória Martins Souza

INTRODUÇÃO

A linguagem é inerente ao ser humano e fundamental em sociedade e, segundo Halliday e Matthiessen (1999), ela propicia uma transformação nas experiências desses seres e, para isso, a experiência interna serve de referência para as diversas interpretações externas, seja individual, seja coletiva, representada por orações. A título de ilustração, temos os discursos políticos como práticas discursivas comuns e se utilizando do aparato teórico da Linguística Sistemico Funcional de Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (1999), no que se refere à transitividade, buscamos apontar como se constrói, linguisticamente, a figura do presidente Jair Bolsonaro como alguém que se mostra dotado de atributos suficientes para dirigir a nação, na crise pandêmica vivida pelo mundo, mesmo que o conteúdo do discurso tenha suas fragilidades.

Nesse contexto, a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC), segundo Ramalho e Resende (2011), tem a concepção de linguagem como prática social e, portanto, o discurso é a parte central, pois faz referência tanto ao sistema quanto ao seu uso contextualizado. Dessa forma, na relação entre ADC e a Linguística Sistemica Funcional (doravante LSF), segundo Halliday (1994), a oração exerce um pa-

pel central na linguagem, dando materialidade ao princípio geral da construção da experiência, que é feita por entidades, circunstâncias e processos. Assim, o sistema gramatical em que a figura é construída foi denominada de transitividade porque representa os eventos como orações centradas em tipos de processos nos quais constituem diferentes domínios de experiência. Segundo Fairclough (2001), a dimensão ideacional da gramática da oração, essa transitividade, ocupa-se com os tipos de processos que são codificados em orações e com os tipos de participantes¹ envolvidos.

Além disso, no plano da metafunção ideacional, é importante perceber o perfil dos participantes discursivos no que se refere ao seu papel social, ao grau de prestígio, bem como as formas características da autorrepresentação e da representação do outro. Nesse sentido, este capítulo pretende refletir, a partir do entremeio da ADC e LSF, o processo de transitividade no pronunciamento oficial do presidente Jair Messias Bolsonaro sobre a pandemia da covid-19. Esse discurso rotulado de pronunciamento contribui para entender como o país atualmente está significando a complexidade de problemas, questões e dilemas que a pandemia está provocando. O presidente, por seu poder instituído, logo, representante da nação, tem em sua fala, a partir dessa posição de chefe de Estado, dizeres que manifestam diferentes posicionamentos a respeito do que se enfrenta atualmente. Sua fala permite visualizar, por sua vez, diferentes problemáticas em torno de como o país está enfrentando essa crise e também seu posicionamento a respeito delas. Analisar esse pronunciamento é ir além da figura do presidente para uma conjuntura maior. Sua fala pode se dar como reprodução de sentidos correntes, como também de ditos não condizentes com a posição na qual assume.

Essas são postulações iniciais que a análise desta pesquisa, a partir da transitividade, poderá possibilitar, afinal, as escolhas no sistema da transitividade nos permitem investigar quem faz o quê, para quem e em quais condições. O discurso presidencial, nessa conjuntura, é encarado como texto, como marca de uma discursividade. A partir da transitividade das orações selecionadas neste trabalho, pode-se chegar a empreender

¹ Participantes são elementos da oração.

um caminho de análise discursiva que possibilitará entender discursos instituídos de poder. Este capítulo será, portanto, organizado nos seguintes tópicos temáticos: reflexões sobre a Linguística Sistêmico-Funcional, transitividade em relação com a LSF a partir da Análise de Discurso Crítica, análise da conjuntura sócio-histórica, análise linguístico-discursiva e considerações finais. Por fim, convidamos você, leitor, para apreciar as contribuições do nosso debate.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir dessas relações, segundo Souza (2006), as correntes de base funcionalista consideram a linguagem como um sistema que não é autossuficiente, pois nascem ainda, segundo a autora, da necessidade de comunicação entre pessoas de uma mesma comunidade. É dessa interação entre usuários da língua que, de certo modo, acontece a estruturação da língua. É importante ressaltar que, como explicita a referida autora, o funcionalismo estabelece relações com outras áreas como a Fonologia, Morfologia Estrutural e diversos tipos de linguagem – técnica, jornalística, científica etc.

Um dos principais nomes dessa corrente de estudo é Michael A. K. Halliday, que entende a língua como um sistema de escolhas, as quais são realizadas estruturalmente, ou seja, realizam-se por meio de camadas. Sobre isso a língua é “uma semiose e, para que haja a construção de significados via signos, esta tem que ser estratificada com os estratos se relacionando por realização-ativação e realização-construção” (ROSA; SOUZA; GOMES, 2011, p. 92). Desse modo, o texto é resultado de uma teia de sistemas, fato que justifica, segundo os autores, o termo “sistêmico-funcional” de sua gramática.

A estrutura gramatical é uma parte fundamental da língua, mas apenas executa as escolhas. No entanto, essas são importantes, porque mostram que alguns termos foram escolhidos em detrimento de outros, bem como ressaltam que muitas escolhas são feitas de forma consciente. Além disso, a gramática funcional não é uma rede de regras, “mas

uma série de recursos para descrever, interpretar e fazer significados” (SOUZA, 2006, p. 36).

Portanto, a LSF beneficia, segundo Souza (2006), a sincera interação social que, de acordo com a autora, também pode ser chamada de texto. Este só ocorre a partir de dois contextos que estão imbricados um dentro do outro: o contexto de cultura e o contexto de situação. A autora comenta ainda que o primeiro pode ser definido como a junção de todos os significados possíveis dentro de uma determinada cultura. Dentro desse contexto, os usuários da língua usam a linguagem em ambientes específicos, fato que resulta no segundo, no qual chamamos de contexto de situação, que também é responsável pelos elementos extralinguísticos do texto, como, por exemplo, os elementos gramaticais. A teórica afirma que a combinação entre esses dois contextos resulta nas semelhanças e diferenças de um texto.

Halliday (*apud* SOUZA, 2006) afirma que esses contextos influenciam as escolhas linguísticas, pois apresentam as três metafunções da linguagem: a ideacional, a interpessoal e a textual. Essas metafunções, para além do que foi citado, deram forma aos significados da própria ADC. A primeira é responsável por construir e representar, segundo Souza (2006), as significações do mundo por meio da transitividade. A segunda, de acordo com Cabral (2015), relaciona-se com os papéis que os usuários da língua desempenham, ou seja, age como um instrumento de interação. A terceira é responsável pela organização das informações de um texto. Cabral (2015) explica que cada uma dessas metafunções realiza-se, a partir de uma grande teia de escolhas, que integram o sistema linguístico. Portanto, para Souza (2006), a finalidade da LSF é compreender como os usuários usam a linguagem, uns com os outros, na interação social.

Ainda conforme Cabral (2015), os participantes do processo de transitividade são pessoas ou coisas e as circunstâncias se referem a advérbios, como tempo, modo, causa entre vários. Portanto, os componentes da oração distinguem-se, gramaticalmente, entre as classes de palavras dos verbos, nomes e advérbios. Segundo a autora, os processos

são usados com dois significados de maior importância: 1) para se referir ao que acontece no todo da oração; 2) para se referir à parte do enunciado encapsulado, no sintagma verbal.

Na gramática tradicional/normativa, a transitividade é apresentada como um assunto simples, pois os verbos são classificados em transitivos (direto, indireto e direto e indireto) e intransitivos. Souza (2006) explica que a noção de transitividade ocorre a partir da necessidade de completar o sentido do verbo. Atividade que, segundo ela, é mais semântica do que sintática. Já na ADC, a transitividade é entendida por Fairclough (2001) como uma importante ferramenta que mostra, a partir das escolhas feitas, uma rede de significações.

Nesse sentido, a transitividade revela e desvenda significados que, por vezes, passam despercebidos nos textos. Ou seja, uma sentença transitiva direta, indireta, direta e indireta revela um conjunto de sentidos e informações, já as intransitivas apresentam outros valores. Da mesma forma acontece com uma oração passiva e outra ativa. Vejamos um exemplo: *O presidente Jair Messias Bolsonaro não comprou vacinas*, podemos dizer que temos uma oração ideacional e transitiva ativa que aponta para um ser que age sobre algo.

Em Fairclough (2001), essa transitividade trata dos processos oracionais, sua codificação e também dos tipos de elementos que fazem parte da oração e, de acordo com o autor, esses elementos da sentença são denominados como participantes, a citar, agente e paciente. Entre esses processos, dois se destacam: os processos relacionais nos quais “o verbo marca uma relação (ser, ter, tornar-se) entre os participantes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 221) e os processos de ação nos quais o agente tem um objetivo e age de acordo com tal.

Esses processos de ação podem ser divididos em “ações dirigidas” e “ações não dirigidas”, conforme o referido autor. Os primeiros têm o agente voltado e dirigido para uma ação determinada. Essa característica é manifestada no texto, em sua superfície, como uma oração transitiva. Por sua vez, os segundos se constituem na mesma estrutura de agente e ação, mas diferenciam-se pela falta de objetivo e se encaixam, nessa pers-

pectiva, nas orações intransitivas. Porém, também se encontram nessas orações intransitivas os processos de evento, que envolvem “um evento e um objetivo” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 224) e, por isso, são confundidas com os de ação não dirigida. Para o analista chegar a uma análise segura, deverá perguntar à oração “o que o agente fez?”. A resposta a essa indagação resultará no processo de ação não dirigida. Para o evento, por sua vez, a pergunta ideal deve ser “o que aconteceu a x?”. Assim, o que satisfará esse questionamento resultará no processo de evento.

Outra característica da transitividade, de acordo com Fairclough (2001), é o grau de nominalização. Esse conceito se dá pela conversão dos processos em nomes, o que tem como consequência a ideia de que o processo em si se dará em segundo plano e isso implica que os participantes não serão especificados e, portanto, “agente e paciente são deixados implícitos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 223). Isso implica que a transitividade, para além dos processos, necessita partir de suas possibilidades de transformação, como a nominalização, que, por motivos de recorte, não será explicitada neste trabalho.

Como dito, a transitividade se dá por processos e seus participantes. Esses conceitos se dão na base linguística e é preciso relacioná-los aos sujeitos e às situações. Assim, um processo real para ser significado linguisticamente dependerá da perspectiva de interpretação desses sujeitos e desses contextos. Assim, a escolha de uma forma, entre tantas possibilidades de dizeres. Por isso, cada língua apresenta processos distintos e seus tipos de participantes, o que insinua que um processo real deverá assimilar alguma dessas formas, de acordo com as especificidades da situação.

Dessa maneira, ao analisar esse aspecto, a transitividade tem sua importância na motivação social de “formular que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos determinam como um processo é significado num tipo particular de discurso (e em diferentes discursos), ou num texto particular” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 223). Além disso, a agência, a causalidade e a responsabilidade que estão envolvidas nas escolhas dos processos podem ser deixadas de forma implícita ou explí-

cita, a depender de como se dá, por exemplo, relatos de eventos midiáticos. De forma resumida, analisar o que está posto nas orações auxilia na explicitação de estratégias, entre outros, que sugerem significados políticos e ideológicos.

ANÁLISE DE DADOS

O mundo convive com uma grave crise sanitária global, desde a emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela pandemia de covid-19. Muitos países implementaram uma série de intervenções para minimizar a transmissão desse vírus e parar a rápida evolução da covid-19, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS). Assim, isolamento social, higienização das mãos e uso de máscaras foram algumas medidas que a sociedade teve que tomar. Dessa forma, nossa rotina foi modificada drasticamente e nos envolvemos com uma tela de computador ou de celular para assistir a inúmeras transmissões de conteúdos virtuais, seja no trabalho, no lazer ou para continuar a viver com a imprevisibilidade mais aguçada.

Nesse contexto, segundo Platero e Gomes (2020), a perspectiva sociológica da construção social da realidade tem o entendimento de que as estatísticas oficiais não conseguem mensurar tudo aquilo que pretendem refletir independentemente da área da gestão pública, como educação e saúde. Assim, esses números oficiais constituem relatos justificadores de ações, nas quais são promovidas pelo Estado. Portanto, ainda mencionando os autores, a realidade objetiva não pode ser refletida por percentuais oficiais, pois, de alguma forma, o Estado precisa prestar contas à sociedade.

Diante disso, é importante questionar como os estados e o Estado brasileiro podem construir realidades inerentes à pandemia, pois, ainda segundo os teóricos, a forma como os gestores públicos publicitam e manipulam os resultados vindos da análise de dados pode influenciar a prática das ações cotidianas da sociedade. Mascaram ou minimizar a pandemia da covid-19 pode aumentar o nível de contágio em um determinado território.

Nesse cenário, o presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, em seu discurso, proferido em rede nacional, no dia 8 de abril de 2020, mostra um eufemismo em relação à doença, pois seu pronunciamento foca apenas em um suposto tratamento da covid-19, desde sua fase inicial com o uso da hidroxicloroquina, medicamento já comprovado cientificamente como ineficaz para o tratamento da pandemia². Além disso, ao culpabilizar os estados pela opção do isolamento social, o presidente mostra que as medidas preventivas que as pessoas devem tomar, para evitar a propagação, não são aceitas por ele, ao mencionar que “(...) respeito a autonomia dos governadores e prefeitos. Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. O Governo Federal não foi consultado sobre sua amplitude ou duração”. Nesse trecho, podemos perceber que, ao dizer que não foi consultado, o presidente não concorda com a ação de *lockdown*, que muitos governadores e prefeitos realizaram para lutar contra a rápida infecção da população.

Nesse enfrentamento contra o vírus, de acordo com Henriques e Vasconcelos (2020), não houve, por parte do governo federal, tomadas de decisão, quando apareceram os primeiros casos confirmados no Brasil. Essa atitude, de não fazer nada, esteve presente mais do que suficiente para permitir a proliferação, em escala nacional, de forma muito rápida. Para os autores, diante dessa falta de orientação, os governadores foram os que se prontificaram a enfrentar a pandemia. Assim, pode-se dizer que cada estado da federação tomou medidas por si. O Distrito Federal foi um dos primeiros a combater através de medidas de restrição, após quatro dias da confirmação do primeiro caso em território nacional, como defendem os autores, e, logo após, outros estados fizeram o mesmo, desde a suspensão das atividades econômicas, entre outras medidas preventivas.

Essas ações, por parte dos governadores, foram criticadas pelo próprio Ministro da Saúde, que alegou, à época, não haver “qualquer orientação da pasta para suspensão de aulas ou suspensão de eventos” (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020, p. 32). Os autores acrescentam que, ainda no início da pandemia, no Brasil, por volta de março de 2020,

2 Conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde – OMS.

começaram as tensões entre o Palácio do Planalto e o Ministério da Saúde, em que este último teve sua autoridade reduzida consideravelmente. Assim, começou o cenário brasileiro, recomendado pelo governo federal, de ir contra o combate ao vírus.

No que tange ao presidente da República, declarações como “*é uma pequena crise*”, “*é uma fantasia*”, “*isto está sendo propagado pela mídia*”, “*outras gripes já mataram mais do que essa*”, entre outros ditos polêmicos, foram comuns no decorrer do ano de 2020. Além disso, “as atitudes pessoais do presidente afrontam ostensivamente as recomendações de distanciamento” (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020, p. 32-33). Não sendo o suficiente, ainda desencorajou o isolamento social ao dar-se como presente em locais públicos e à falta de uso da máscara. Acrescenta-se a isso a defesa do uso de medicamentos não comprovados e, posteriormente refutados contra o vírus, como a cloroquina. Isso, entre outras variáveis, resultou na demissão do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Além do mais, em âmbito nacional, como defende os autores supracitados, os governadores continuavam com suas ações em favor do combate ao coronavírus. Apesar dessas atitudes e por falta de um plano federal, o vírus proliferou-se em grandes proporções, como defendem os pesquisadores e, assim, chegou-se a uma crise assistencial em todo o Brasil que acarretou um grande aumento no número de óbitos em todos os estados. Sem apoio federal, cada estado buscou, em uma corrida pela sobrevivência, desenvolver medidas de proteção e buscar assistência, desde equipamentos a investimentos em pesquisas, em prol da produção de uma vacina eficaz. Além disso, “outra faceta da necessária improvisação foi a iniciativa individual de empresas e da sociedade para mitigar a escalada da crise” (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020, p. 33). De acordo com os autores, até mesmo moradores de comunidades chegaram a contratar profissionais da saúde, inclusive ambulâncias.

Em meio a esse cenário, o governo bolsonarista também não desenvolveu um plano econômico em meio às crises e, mesmo depois da pressão social, “foram tímidas as ações de suporte social que permitiriam

a adesão às estratégias de confinamento” (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020, p. 33). Apesar disso, houve a distribuição de auxílio emergencial para pessoas que não pudessem se manter, o que ajudou nas medidas de isolamento social. Esse plano, para os autores, surgiu no Poder Executivo, no valor de R\$ 200,00 reais, em três parcelas mensais e depois foi alterado pelo congresso para o total de R\$ 600,00 reais por parcela, em uma tentativa de renegociação.

Um ponto positivo, neste momento pandêmico, como defendem Henriques e Vasconcelos (2020), foi o esforço das instituições de pesquisa nacionais em torno de estudar o vírus e o seu impacto. Essas pesquisas ocorreram nas mais variadas áreas da ciência, desde campos da Medicina às Ciências Sociais. Esse interesse necessário resultou na produção da própria vacina contra o coronavírus no Brasil. Entretanto, apesar desses esforços, teria sido oportuno que houvesse uma discussão responsável sobre a pandemia, entre cientistas e Estado.

Toda essa situação revelou a falta de diálogo entre os governantes, fato que resultou em dúvidas e questionamentos para a população. Houve o embate entre o discurso eufêmico sobre o novo coronavírus e o discurso hiperbólico e assustador sobre as consequências do isolamento social, fato que, segundo o presidente da República, resultaria em desemprego em massa. No pronunciamento oficial feito em abril de 2020, Jair Messias Bolsonaro afirmou que “*o desemprego leva à pobreza, à miséria, enfim, à própria morte*”. O direcionamento oficial ficou dividido, enquanto o governo federal focava na parte econômica, mesmo com o crescimento exponencial do coronavírus, governadores e prefeitos, ao ter o sistema de saúde em colapso, optaram pelo *lockdown* (isolamento social rígido). Assim, a falta de harmonia dos governantes em relação à pandemia teve como consequência um Brasil com cenário caótico e assustador. Em vista disso, o contexto sócio-histórico do Brasil, durante a pandemia do covid-19, foi caracterizado por embates políticos, ideológicos e sanitários. A pandemia foi transformada em um palco para discursos anticientíficos e nocivos para a população. Após um ano do pronunciamento presidencial e de toda discussão sobre o uso de máscara, do isolamento social e de medicamentos ineficazes, o resultado foi quinhentos e trinta e duas mil

mortes, inflação elevada e grande índice de miséria. Por consequência disso, os brasileiros choram a morte de seus entes queridos e sentem a dor da fome.

Em suma, nesta parte, falamos sobre o contexto sócio-histórico da pandemia do covid-19, apresentamos discursos feitos pelo presidente da República e o embate entre posicionamento do governo federal e do governo estadual. Na próxima seção, faremos a análise linguístico-discursiva do pronunciamento do Presidente Jair Messias Bolsonaro, feito em abril de 2020.

No início deste artigo, apresentou-se a proposta de analisar o processo de transitividade projetado no pronunciamento oficial do presidente Jair Messias Bolsonaro, sobre a pandemia da covid-19, considerando a subcategoria participantes. Para isso, reconstruiu-se a conjuntura sócio-histórica que contextualiza esse pronunciamento e agora descrever-se-á o sistema linguístico verbal e pronominal que, do ponto de vista da transitividade, explica a representação do presidente. Para tanto, buscou-se fazer uma coleta, principalmente, de verbos e pronomes, nos quais exemplificariam a forma como a transitividade permeia os discursos. Esperava-se encontrar palavras que, ao serem usadas por um presidente, trariam *status* e vantagem para seu discurso, bem como apresentariam um processo relacional possessivo e um processo mental desiderativo.

A fim de que a tarefa chegasse a termo, inicialmente foi feita a coleta do *corpus*, constituído do pronunciamento oficial do presidente Jair Messias Bolsonaro, sobre a pandemia da covid-19, transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, no dia 8 de abril de 2020. Para este trabalho, a fala completa estava no canal TV BrasilGov, na plataforma do YouTube.

Assim, no *corpus* abaixo, foram encontrados usos sob o ponto de vista linguístico, no que concerne à autorrepresentação que o presidente faz. Cada materialidade encontra-se marcada em negrito e com sua respectiva numeração, para fins didáticos de análise. Eis o texto com a materialidade:

*Boa noite. (1) **Vivemos** um momento ímpar em nossa história. Ser presidente da República é olhar o todo, e não apenas as partes. Não restam dúvidas de que o (2) **nosso** objetivo principal sempre foi salvar vidas. Gostaria, antes de mais nada, de me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos nessa guerra que estamos enfrentando. (3) **Tenho** a responsabilidade de (4) **decidir** sobre as questões do país de forma ampla, usando a equipe de ministros que (5) **escolhi** para conduzir os destinos da Nação. Todos devem estar sintonizados comigo. Sempre (6) **afirmei** que (7) **tínhamos** dois problemas a resolver, o vírus e o desemprego, que seriam tratados simultaneamente. (8) **Respeito** a autonomia dos governadores e prefeitos. Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. O Governo Federal não foi consultado sobre sua amplitude ou duração. Espero que brevemente (9) **saiamos** juntos e mais fortes para que (10) **possamos** melhor desenvolver o (11) **nosso** país. Como afirmou o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, cada país tem suas particularidades, ou seja, a solução não é a mesma para todos. Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar seu pão de cada dia. As consequências do tratamento não podem ser mais danosas que a própria doença. O desemprego também leva à pobreza, à fome, à miséria, enfim, à própria morte. Com esse espírito, (12) **instruí meus** ministros. Após ouvir médicos, pesquisadores e chefes de Estado de outros países, (13) **passei** a divulgar, nos últimos 40 dias, a possibilidade do tratamento da doença desde sua fase inicial. Há pouco, (14) **conversei** com o doutor Roberto Kalil. (15) **Cumprimentei-o** pela honestidade e compromisso com o juramento de Hipócrates, ao assumir que não só usou a hidroxicloroquina, bem como a ministrou para dezenas de pacientes. Todos estão salvos. (16) **Disse-me** mais que, mesmo não tendo finalizado o protocolo de testes, ministrou o medicamento agora, para não se arrepende no futuro. Essa decisão poderá entrar na história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil. Nossos parabéns ao doutor Kalil. (17) **Temos** mais boas notícias. Fruto de (18) **minha conversa** com o primeiro-ministro da Índia, receberemos, até sábado, matéria-prima para (19) **continuarmos** produzindo a hidroxicloroquina, de modo a ... (20) **Podermos** tratar*

pacientes da covid-19, bem como malária, lúpus e artrite. Agradeço ao primeiro-ministro Narendra Modi, e ao povo indiano, por esta ajuda tão oportuna ao povo brasileiro. A partir de amanhã, começaremos a pagar os 600,00 R\$ de auxílio emergencial para apoiar trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores, durante três meses. (21) Concedemos, também, a isenção do pagamento da conta de energia elétrica aos beneficiários da tarifa social, por 3 meses, atendendo a mais de 9 milhões de famílias que tenham suas contas de até 150,00 R\$. (22) Disponibilizamos 60 bilhões via Caixa Econômica Federal para capital de giro destinados a micro, pequenas e médias empresas e à construção civil. Os beneficiários do Bolsa Família, que são quase 60 milhões de pessoas, também receberão um abono complementar do Auxílio Emergencial. (23) Autorizamos, ainda, para junho, um saque de até 1.045,00 R\$ aos que têm conta vinculada ao FGTS. (24) Repatriamos mais de 11 mil brasileiros que estavam no exterior, num esforço capitaneado pelo Itamaraty, Ministério da Defesa e Embratur. (25) Tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros quer voltar a trabalhar. Esta sempre foi (26) minha orientação a todos os ministros, observadas as normas do Ministério da Saúde. Quando deixar a Presidência, (27) pretendo passar ao (28) meu sucessor um Brasil muito melhor do que aquele que (29) encontrei em janeiro do ano passado. Sigamos João 8:32, “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará!”. (30) Desejo a todos uma Sexta-feira Santa de reflexão e um feliz domingo de Páscoa! Deus abençoe o (31) nosso Brasil!

Nos primeiros momentos do pronunciamento, Bolsonaro se inclui dentro do contexto caótico para mostrar sua solidariedade e empatia com a população brasileira, nos momentos seguintes, apresenta-se como um sujeito ativo. Para isso, escolheu verbos conjugados na primeira pessoa do singular para construir sua imagem como autoridade máxima responsável por decisões difíceis que são importantes para o país. Nos trechos seguintes, podemos comprovar isso em (3) “**Tenho** a responsabilidade de (4) **decidir** sobre as questões do país de forma ampla, usando a equipe de ministros que (5) **escolhi** para conduzir os destinos da Nação.

Todos devem estar sintonizados comigo”. Ao mencionar em (3) “**tenho** a responsabilidade”, na qual afirma ser detentor de responsabilidades perante a situação e, com isso, de decidir sobre as questões do país e em (5) “equipe que **escolhi**” comprova a escolha da equipe para conduzir o destino da nação. É interessante perceber que o referido presidente, ao preferir o uso do verbo em 1ª pessoa, mostra-se como um chefe de ação assertiva e determinada em relação às suas escolhas. Bem como em (12) “**instruí meus** ministros”, ao instruir seus ministros, o presidente se mostra alguém capaz de orientar da melhor forma possível sua equipe, afinal, detém todo o conhecimento e *expertise* no assunto. Já no (13) “**passei** a divulgar”, ao transmitir a informação sobre a possibilidade do tratamento da doença, no caso, a covid-19, desde sua fase inicial, o presidente usa o aval de médicos, pesquisadores e chefes de Estado de outros países, com a intenção de convencer seus eleitores de que usar a cloroquina é a melhor opção para dar respaldo na sua divulgação, mesmo que outros meios mais seguros afirmem que não há tratamento para a covid-19, assim, tenta mostrar que preside com responsabilidade.

Em (6) “sempre **afirmei**”, ao dizer que sempre afirmou haver dois problemas que precisariam ser resolvidos, no caso, o vírus e o desemprego, o presidente utiliza-se do verbo “afirmar”, que significa expor de maneira segura, portanto, indiscutível, que ele, habitualmente, antes desse pronunciamento já havia falado a respeito da pandemia e suas implicações e mostra-se, portanto, a partir dessa retomada de que conhece o tema e já havia falado sobre ele, que é uma pessoa competente para resolvê-lo. Além disso, na ocorrência do uso dos pronomes possessivos, como (12) “**meus** ministros” e (18) “fruto de **minha** conversa”, percebe-se que o presidente se constrói como alguém que possui o governo, que manda nos ministros e que pensa e faz algo, apresentando-se sempre como alguém que, sozinho, consegue resolver os problemas do país.

Em alguns momentos, o presidente inclui todo o povo brasileiro em seu discurso, incluindo ele mesmo, como mostra o uso do verbo (1) “**vivemos**”, no início do pronunciamento. Mais adiante, ele vai usar os verbos como uma indicação de que todos e todas estão passando por aquele momento. A escolha de palavras apresenta a forma verbal (1)

“**vivemos**” como um marcador semântico, em que o presidente se inclui, assim como todos os brasileiros, em uma situação complexa e desafiadora causada em decorrência da pandemia de covid-19. Mas, logo adiante, ele esclarece, supostamente, a preocupação do seu governo com a vida da população. Para isso, o presidente usa o pronome possessivo **(11) “nosso”** e, por fim, usa a locução verbal: “o **nosso** objetivo principal sempre **foi salvar** vidas”. Ele deixa claro que o propósito de seu governo são as pessoas, suas vidas, mas, ao longo de seu discurso, entra em contradição.

Em **(9) “saíamos** juntos e mais fortes para que **(10) possamos** melhor desenvolver o **(11) nosso** país.”, incluindo ele, a partir daí, o discurso se fecha para ele e para as pessoas que trabalham com ele. Após isso seu discurso muda ao fazer uso do pronome **(11) “nosso”** fazendo relação ao trabalho pelo qual ele e seus ministros e outros que trabalham no governo, além daqueles que indiretamente fazem parte dele, fizeram até aquele momento para salvar vidas. Já nas decisões principais, o presidente usa o discurso individual, **(3) “tenho”** e **(4) “decidir”**, ambos os verbos estão na primeira pessoa do singular como uma forma de demonstrar que apenas ele naquele momento e em relação àquela decisão somente ele tem a responsabilidade ou o aval. Já em outros momentos, o presidente parece enfatizar sobre o que falou anteriormente ao usar as formas verbais **(6) “afirmei”** e **(7) “Tínhamos”** buscando enfatizar sobre ele, como chefe de Estado, já havia alertado sobre os problemas que viriam em decorrência da pandemia. Em seu discurso ocorre também uma delegação da responsabilidade de atos contra a pandemia para os governadores em: **(8) “Respeito** a autonomia dos governadores e prefeitos”. Como um comandante, ele afirma quais ordens deu para seus subordinados e para isso diz **(12) “instruí meus** ministros”. Para comprovar que ele mesmo busca informações, Bolsonaro afirma ter conversado pessoalmente com o médico, em busca de opiniões sobre um tratamento, no qual ele defendia, como se pode notar na marca **(14) “conversei”** com o doutor Roberto Kalil”. Em **(15) “Cumprimentei-o** pela honestidade e compromisso” o médico que defendia o mesmo tratamento que o presidente, um tratamento que em relação às pesquisas ainda não estavam finalizadas, como o próprio presidente afirma em seu discurso, é defendido como honesto

por defender a mesma teoria em relação ao procedimento defendido por Bolsonaro, ainda que (16) “**Disse-me** mais que, mesmo não tendo finalizado o protocolo de testes” afirma essa condição duvidosa de combate ao vírus. Continuando na defesa do tratamento, o presidente busca apoio internacional para compra de matéria prima para a produção da hidroxicloroquina e, para isso, ele pessoalmente vai conversar com outros chefes de Estado em (18) “**minha conversa** com o primeiro-ministro da Índia” e (19) “**continuarmos** produzindo a hidroxicloroquina”. Quando o presidente quer enfatizar os compromissos do Estado com a população no combate à pandemia e com as questões econômicas, ela usa o verbo na 3ª pessoa no plural, enfatizando que ele e os funcionários do governo realizaram ações para combater questões econômicas como (20) “**Poderemos**”, (21) “**Concedemos**, também, a isenção do pagamento”, (22) “**Disponibilizamos** 60 bilhões via Caixa Econômica”, (23) “**Autorizamos**, ainda, para junho, um saque de até 1.045,00 R\$”, (24) “**Repatriamos** mais de 11 mil brasileiros”. No final do discurso, o presidente novamente volta a utilizar os pronomes possessivos e o verbo na primeira pessoa em (25) “**Tenho** certeza de que a grande...”, (26) “foi **minha orientação** a todos os ministros...”, (27) “**pretendo** passar ao **meu** sucessor...”, (28) “**encontrei** em janeiro do ano passado...”. Dessa maneira, a materialidade do discurso autoritário centrado na pessoa do presidente é continuada.

Um ponto a ser enfatizado está nos ditos do presidente, nos quais materializa não concordar com as medidas restritivas de isolamento social. Com isso tira a atenção dele mesmo e joga-a para os governadores, responsabilizando-os pelas consequências, implicitamente, marcadas como negativas pelo mandatário. Os pronomes “eu”, “ele” e “nós”, mesmo que algumas vezes implícitos, além de alguns possessivos, foram usados como elementos construtores de significação específica: os verbos conjugados na primeira pessoa do singular serviram como estratégia lexical para construir uma autoimagem responsável, ativa e preocupada do presidente Jair Bolsonaro. Os verbos conjugados na primeira pessoa do plural “nós” dão a ideia de inserção, ou seja, que o presidente também sofre com a dor do povo brasileiro, sente e tem a preocupação com o futuro da nação e, implicitamente, dizendo que suas ações são propostas

pensando em um bem maior. Por fim, o pronome implícito “eles” (os governadores) foi usado para transferir responsabilidade e culpar terceiros por atitudes consideradas ineficazes e negativas para o presidente.

Assim, nesse contexto e sob o ponto de vista linguístico, no que concerne à autorrepresentação que o presidente faz são encontradas várias frases com o uso de processos relacionais possessivos e processos mentais desiderativos, ou seja, que deseja algo, bem como o uso dos verbos em 1ª pessoa. Pode-se afirmar que ele começa a se construir como alguém que possui, deseja, nega, pensa e faz, mesmo que seja com o discurso autoritarista. Ao realizar o seu discurso, o presidente muitas vezes parece nos dar a ideia de ser ativo, de ter comando. Dessa forma, neste artigo, os 31 termos-chave foram obtidos para a investigação da transitividade no pronunciamento que estão entre o uso do pronome possessivo e a conjugação verbal em 1ª pessoa do singular. Esse uso da 1ª pessoa do singular demonstra que ele tem a primeira palavra, a palavra de comando, quando usa o verbo na terceira pessoa ou quando faz uso do pronome possessivo para indicar que as pessoas que estão trabalhando com ele concordam com o que ele diz ou faz.

CONCLUSÃO

A pesquisa é uma análise sobre o processo de transitividade, projetado no pronunciamento oficial do atual presidente Jair Messias Bolsonaro sobre a pandemia da covid-19, realizado no ano de 2020, considerando a subcategoria participantes. Dessa forma, reconstruímos a conjuntura sócio-histórica que contextualizou o pronunciamento e descrevemos o sistema linguístico verbal e pronominal que, do ponto de vista da transitividade, explicou a autorrepresentação dele, no pronunciamento em análise, apresentando um discurso de forma autoritária, ao usar os pronomes e verbos em 1ª pessoa.

Sob o ponto de vista linguístico, no que concerne à autorrepresentação que o presidente faz, são encontradas várias frases com o uso de processo relacional possessivo e processo mental desiderativo, bem

como os verbos em 1ª pessoa. Pode-se afirmar, então, que ele começa a se construir como alguém que possui, que deseja, que nega, que pensa, que faz, mesmo que seja com o discurso autoritarista.

A pesquisa aqui apresentada foi baseada na transitividade presente na ADC e, para isso, as pesquisadoras se basearam na perspectiva da LSF. Assim, segundo Halliday (1994), a oração ou figura exerce um papel central na linguagem e na ADC a transitividade é entendida por Fairclough (2001) como uma importante ferramenta que mostra, a partir das escolhas feitas, uma rede de significações, ou seja, a transitividade revela e desvenda significados que, por vezes, passam despercebidos nos textos. Assim, a análise mostrou que a perspectiva de mundo do presidente Bolsonaro é exclusivamente para aquilo que ele acredita que é a melhor solução para um país, pois, em nenhum momento, ele pensa ou fala embasado em pesquisas científicas e sim exclusivamente naquilo que julga ser melhor para o coletivo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidente (2019-2021: Jair Messias Bolsonaro). **Pronunciamento oficial do presidente Jair Messias Bolsonaro sobre a pandemia da Covid-19**. Brasil, 8 abr. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oXq_-TO_Er8. Acesso em: 2 maio 2021.
- CABRAL, S. R. S. Transitividade e auto/representação em um debate político. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Rio Grande do Sul, UFSM, n. 16 (1), 2015.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Routledge, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing experience through meaning: a language-based approach to cognition**. London; New York: Continuum, 1999.
- HENRIQUES, C. M. P.; VASCONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate às pandemias da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.003>. Acesso em: 6 jul. 2021.

PLATERO, K.; GOMES, F. Números estatísticos e realidades: uma proposta de reflexão sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, p. 1-11, 2020.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2011.

ROSA, J. da S.; SOUZA, V. F. de; GOMES, I. M. de L. Uma análise do discurso político estudantil de Carina Vitral à luz da Linguística Sistêmica-Funcional e da Análise Crítica do Discurso. **Conexões, Ciências e Tecnologia**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 83-92, 2011. Disponível em: <http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/1446>. Acesso em: 2 jun. 2021.

SOUZA, M. M. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. Recife, 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/7609>. Acesso em: 2 jun. 2021.

CONTROLE INTERACIONAL

Catia Manuel

João Flávio Furtado Cruz

Suze do Amaral Oliveira

Tânia Gracieli Vega Incerti

INTRODUÇÃO

Por influência de Michael Halliday e da Linguística Sistêmico Funcional (LSF), a Análise de Discurso Crítica (ADC) adere a uma investigação textual que trata da função interpessoal da linguagem considerando os aspectos fundamentais do significado linguístico que são funcionais ideacionais, interpessoais e textuais. Dessa forma, ao estudar o discurso considerando o modelo tridimensional de Norman Fairclough, chegamos à dimensão textual. Dentro dela, ao tratarmos da estrutura textual dando foco nos aspectos interpessoais, temos a categoria analítica controle interacional. Essa categoria, segundo Fairclough (2016), é uma propriedade que explora a dinâmica dos participantes do evento discursivo assegurando uma boa organização interacional e corporificando exigências específicas sobre as relações sociais e de poder entre os participantes de uma interação.

Considerando esses pressupostos teóricos que embasam a categoria controle interacional, neste capítulo, objetivamos, de forma geral, analisar as marcas conversacionais que permeiam essa categoria no gênero midiático entrevista televisiva. De forma específica, interessa-

nos i) apresentar os pressupostos teóricos e a conjuntura que permeia o racismo, especialmente no Brasil, sendo essa a temática principal da entrevista televisiva em análise; e ii) descrever a realização de estratégias interacionais dessa entrevista.

Para Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz (2004, p. 86, grifo nosso), a entrevista é um gênero jornalístico de longa tradição, em que, a princípio, “seu lugar social de produção [era] a imprensa escrita, o rádio ou a televisão”, hoje outros meios midiáticos, por vezes, utilizam a entrevista em seus programas. É um gênero previamente planejado e organizado por meio de um roteiro escrito, que servirá de base à condução da entrevista. Conforme Maria Filomena Capucho (2004), a entrevista televisiva inscreve-se num ritual sociolinguístico particular, constituído por um gênero discursivo específico, o diálogo, caracterizado por uma situação de mediação: trata-se, de fato, de um diálogo encenado para destinatários que não intervêm diretamente no discurso. Este ritual corresponde assim a um discurso polifônico, coconstruído por dois ou mais locutores ligados por um certo número de contratos (CHARAUDEAU, 1983), com intenções perlocutórias definidas.

A partir dessas definições acerca do gênero entrevista, nesta pesquisa, analisamos a entrevista televisiva realizada no dia 22 de junho de 2020 com o professor e jurista Sílvio Luiz de Almeida no Programa Roda Viva, programa consolidado da televisão brasileira o qual está no ar há mais de 30 anos. O programa vai ao ar às segundas-feiras à noite na TV Cultura, uma emissora de televisão de sinal aberto e reconhecida por sua programação voltar-se mais aos programas educativos. Os temas debatidos no Roda Viva são bastante variados e mostrados ao público por meio de uma entrevista realizada com personalidades públicas e reconhecidas socialmente.

Assim, consideramos na análise os aspectos que compõem o controle interacional, a saber: tomada de turnos; estrutura de trocas; controle de tópicos; determinação e policiamento de agendas; formulação do que o interlocutor está dizendo; e a formulação no discurso. Formulação discursiva essa, que vai constituindo o sentido positivo ou negativo do

objeto enunciado, evidenciando-se com isso, o sentido que os sujeitos sociais pretendem repassar com o enunciado apresentado.

Por fim, dissertamos na seção seguinte, sobre a categoria analítica “controle interacional”. Na sequência, analisamos a conjuntura que permeia o racismo e as marcas conversacionais da entrevista e, para finalizar, as conclusões.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise textual nos estudos em ADC está ligada à influência de Halliday e da LSF, para a qual a língua é um sistema de escolhas e está integrada a outros elementos da prática social. A partir dessa perspectiva de língua, concebemos que a construção do significado se dá na interação sociocultural, com isso, compreende-se a natureza da linguagem como fenômeno integral.

Nesse sentido, para Halliday (1994, p. 18-19), o estudo da linguagem é funcional em três sentidos: i) explicar como as línguas são usadas; ii) os componentes fundamentais do significado linguístico são funcionais (ideacionais, interpessoais e textuais); e iii) cada elemento de uma língua tem uma função no sistema linguístico, e é explicado por essa função. Esses conceitos linguísticos serviram de base para a ADC francesa. Já acerca da LSF, Fairclough (2003, p. 5, grifos nossos) destaca que essa linguística é bastante adequada para a ADC por estar “profundamente interessada na relação entre linguagem e outros elementos e aspectos da vida social, e [por] sua abordagem à análise linguística de textos [ser] sempre orientada para o caráter social dos textos”.

Dessa forma, ao nos referirmos à história das interações sociais na LSF, adotadas por Fairclough na ADC, destacamos que essas interações, tendo como foco a função interpessoal da linguagem, ou seja, os significados interpessoais, inicialmente, realizavam-se face a face, marcadas pela comunicação oral e em ambientes compartilhados. Todavia, a partir do desenvolvimento das comunicações no século XV, outras formas de interação passaram a fazer parte do cotidiano do ser humano, propician-

do que pessoas em lugares diferentes pudessem comunicar-se, receber informações e interagir sem a necessidade de estarem no mesmo espaço físico. Izabel Magalhães, André Ricardo Martins, Viviane de Melo Resende (2017, p. 51) destacam que especialmente a partir do século XX, com o surgimento da televisão e a diversidade de programações que transformam a forma de interagir e repassar notícias e, mais ao final desse século, com o surgimento da internet, observam-se “uma série de mudanças significativas na esfera pública: no modo de fazer política, nas identidades, na forma de encarar os direitos humanos e na diversidade”.

Além disso, a fim de problematizar as mudanças nas relações sociais e nos modos de comunicação, recorreremos às três formas de interação propostas por John B. Thompson (2011): a interação face a face, em que os participantes vivenciam um mesmo espaço e tempo; a interação quase mediada, aquela realizada pelos meios de comunicação de massa, como jornais, televisão, revistas e livros; e a interação mediada, na qual são utilizados meios técnicos (papel, fios, ondas eletromagnéticas) através dos quais as informações podem ser compartilhadas em tempos e espaços diferentes. A partir das formas de interação apresentadas pelo autor, destacamos que esses tipos de interações podem ocorrer de forma híbrida e misturada no cotidiano das pessoas.

Sendo assim, no período pandêmico¹, vivenciamos mais ainda as formas de interação mediada e quase mediada, em que as interações e comunicações passaram a se realizar de modo *online*, pois como medida preventiva e de saúde pública, o distanciamento físico foi recomendado. Com isso, passamos, por exemplo, a utilizar o ensino remoto como modalidade de ensino emergencial, que buscou transferir as aulas presenciais para meios virtuais, com o uso de plataformas virtuais, como o Meet. Interessa-nos aqui pensar e problematizar especificamente a forma de interação mediada, em junção a quase mediada, realizada por um canal de televisão na condução de um programa de entrevistas, tendo em vista, especialmente, a categoria controle interacional, entendida por Fairclough

1 No ano de 2020, fomos mundialmente surpreendidos/as por um vírus (coronavírus) que é altamente transmissível e fatal. Por conta desse vírus e da doença por ele causada, a covid-19, no Brasil, a partir do mês de março, nossas vidas foram totalmente modificadas. Decretos estaduais e municipais foram emitidos para que o distanciamento social fosse respeitado.

(2016) como uma propriedade que explora a dinâmica dos participantes do evento discursivo. Diante disso, reforçamos, que pretendemos analisar as marcas conversacionais que permeiam essa categoria no gênero midiático entrevista televisiva.

Dessa forma, quando tratamos de apresentar os elementos teóricos que fundamentam a categoria controle interacional, pautamo-nos no modelo tridimensional de Fairclough para discutir a categoria, pois é o nascedouro dela. Segundo Fairclough (2016), no viés tridimensional, a ADC deve ser feita considerando três dimensões: texto, prática discursiva e prática social, em que a prática discursiva é mediadora entre o texto e a prática social. Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho (2019, p. 28) destacam que

a prática social é descrita como uma dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Essas duas dimensões são medidas pela prática discursiva, que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares. A natureza da prática discursiva é variável entre os diferentes tipos de discurso, de acordo com fatores sociais envolvidos.

Conforme as autoras, a dimensão texto e a prática social é mediada pela prática discursiva, por isso, na análise crítica de um discurso, temos que considerar o texto, a prática discursiva e a prática social. Assim, esse enquadre tridimensional do discurso proposto por Fairclough (2016) pode ser organizado em categorias analíticas agrupadas, conforme propõe o quadro que segue, presente na obra *Análise de discurso crítica* de Resende e Ramalho (2019).

Quadro 1 – Categorias analíticas

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário	Produção	Ideologia
Gramática	Distribuição	Sentidos, pressuposições e
Coesão	Consumo	metáforas
Estrutura Textual	Contexto	Hegemonias
	Força	Orientações econômicas, políti-
	Coerência	cas, culturais, ideológicas
	Intertextualidade	

Fonte: Resende e Ramalho (2019, p. 29)

A categoria texto, que nos interessa nesse momento, por ser a que agrega o controle interacional, é dividida em 4 aspectos textuais: o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. Neste estudo, focamos no aspecto estrutura textual para analisar as marcas conversacionais de controle interacional no gênero midiático entrevista televisiva do programa Roda Viva da TV Cultura, considerando que o controle interacional se faz presente nas estruturas textuais discursivas.

A estrutura textual refere-se às características organizacionais do texto em larga escala, às maneiras e à ordem em que os elementos são combinados. Para Fairclough (2016), a estrutura também diz respeito à “arquitetura” dos textos e especificamente aos aspectos superiores de planejamento de diferentes tipos de texto. É por meio da estrutura textual, em que o controle interacional é parte, que, segundo Fairclough (2016, p. 181, grifos do autor), é possível focalizar “as formas em que o discurso contribui para processos de mudança cultural, em que as identidades sociais ou os ‘eus’ associados a domínios e a instituições específicas são redefinidos e reconstituídos”.

Conforme Fairclough (2016, p. 199), “a investigação do controle interacional é, portanto, um meio de explicar a realização e a negociação concreta das relações sociais na prática social”. O exercício do controle interacional pode ocorrer de maneira colaborativa entre os/as partici-

pantes da interação. Todavia, a depender do grau de controle exercido, é possível a predominância de assimetrias de poder nesse processo. Com isso, entende-se que, a partir das características do controle interacional, há elementos para assegurar uma boa organização do texto, observando-se, a distribuição dos turnos, a escolha e troca de tópicos e o início e o término interativo. Considerando essas características, retomamos a análise de Patrícia F. Pichler e Maria Ivete T. Fossá (2014), as quais, em vista desse aspecto, destacam que se controla a distribuição do tempo, do ritmo e a inserção de novos tópicos contribuindo para que não haja redundância no discurso.

Em Fairclough (2016), observamos que o controle interacional se compõe pelas seguintes partes: tomada de turnos; estrutura de trocas; controle de tópicos; determinação e policiamento de agendas; formulação do que o interlocutor está dizendo; formulação no discurso, que vai constituindo o sentido positivo ou negativo do objeto enunciado, evidenciando-se, com isso, o sentido que os sujeitos sociais pretendem construir com o enunciado apresentado. O sistema de tomada de turnos diz respeito à “sequência da fala” de um sujeito. Há uma organização para tipos de sequências, em referência a extensão da conversa para unidades deste tipo que pode ser determinada pelos falantes da interação, em que um falante toma a “fala” do outro. Já o sistema de trocas de turno em si é compatível com extensões variáveis e não predetermina nenhuma extensão (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974). É, como uma realização organizacional colaborativa dos participantes da conversa.

A estrutura de trocas refere-se, em princípio, ao padronizado recorrente pergunta-resposta-avaliação dos turnos de fala dos diferentes participantes. No entanto, de acordo com Harvey Sacks, Emanuel A. Schegloff e Gail Jefferson (1974 *apud* FAIRCLOUGH, 2016), há ainda os pares-adjacentes que são tipos gerais de estrutura e não um tipo particular de troca. Esses podem incluir pergunta-resposta, cumprimento-cumprimento-comprimentos, reclamação-pedido de desculpa, convite-aceitação, convite-recusa, e assim por diante. No que refere ao controle de tópicos, os autores citados observam que conversar seguindo o “tópico” não consiste em blocos de conversa sobre “um tópico”, mas trata-se de

interações, em que, segundo Graham Button e Neil Casey (1984, p. 167), tipicamente, os tópicos são oferecidos por um/a participante, aceitos (ou rejeitados) por outro/a e então elaborados pelo/a primeiro/a participante. Porém, quando se analisa o gênero entrevista televisiva, por vezes, os tópicos serão introduzidos apenas pelo/a participante dominante, frequentemente de acordo com uma agenda ou rotina preestabelecida, que pode ou não ser explícita no discurso.

Fairclough (2016) destaca que os tópicos de uma conversa e as formas pelas quais as pessoas de fato os conectam ao conversarem permitem aprofundar a percepção sobre as preocupações da vida comum e a estruturação de senso comum do mundo e da vida. Seguindo, ao considerar a parte controle de agendas, Fairclough (2016, p. 204) aponta que “estabelecer agendas é um aspecto de controle geral de P sobre o início e o término de uma interação e sua estrutura em transações ou episódios”. Reconhecemos, assim, que o controle de agendas é um elemento importante na categoria de análise controle interacional, pois ocorrem no começo da interação e de forma explícita, algo que dará o rumo que a conversa irá seguir.

Um outro aspecto do controle interacional é a formulação, que Sacks (1972 *apud* FAIRCLOUGH, 2016, p. 206) assim descreve:

Um membro pode tratar uma parte da conversa como uma ocasião para descrever aquela conversa, para explicá-la, para caracterizá-la, para esclarecer, traduzir, resumir, fornecer o seu sentido ou observar que está de acordo com as regras, ou comentar o seu afastamento das regras.

A formulação, de acordo com o autor, assemelha-se com uma forma particular de representação do discurso, na qual ele é parte de uma interação corrente, e não de uma anterior. Fairclough (2016) afirma que formular é frequentemente uma forma de policiar, mesmo quando não age assim. Segundo John Heritage (1984), o ato de formular ainda é parte importante de controle interacional e se faz presente nas tentativas de participantes de uma interação de ganhar a aceitação de outros para

suas versões do que foi dito ou sugerido em uma conversa. Isso pode ocorrer em entrevistas televisivas ou ainda nas interações do cotidiano.

A partir dos referenciais teóricos apresentados, em uma consulta médica tradicional, por exemplo, as características do controle interacional se dão pelas formulações do/a participante médico/a e pelos ciclos pergunta-resposta-avaliação do/a profissional, pois o/a médico é quem controla a tomada, o conteúdo e a duração dos turnos da/o paciente, bem como propõe a introdução e a mudança dos tópicos.

Feito essas considerações e após a apresentação do exemplo de consulta médica tradicional, fizemos uma análise mais precisa da categoria Controle Interacional no gênero midiático entrevista televisiva. A escolha dessa entrevista se deu pelo fato de que ela apresenta e debate a conjuntura que permeia o racismo, especialmente no Brasil, e a partir dela pretendemos descrever a realização de estratégias interacionais em entrevistas.

ANÁLISE DE DADOS

Destacamos que a escolha por uma entrevista do Programa Roda Viva como *corpus*, está no fato de que esse é um consolidado programa de entrevistas da televisão brasileira que vem sendo realizado há mais de 30 anos. O programa vai ao ar às segundas-feiras à noite na TV Cultura, uma emissora de televisão de sinal aberto e reconhecida por sua programação voltar-se mais aos programas educativos. Os temas debatidos no Roda Viva são bastante variados e são mostrados ao público por meio de entrevistas realizadas com personalidades públicas e reconhecidas socialmente.

Atualmente, a jornalista Vera Magalhães é a âncora do programa e a cada exibição são convidados de 4 a 5 entrevistadores/as (debatedores/as), conforme o tema a ser abordado. A partir de março de 2020, com a pandemia do coronavírus e por questões de saúde pública, em que houve recomendação para se evitar aglomerações, muitas atividades, dentre elas as escolares/acadêmicas e as culturais/artísticas foram adaptadas para

modelos *online*. O Roda Viva também se adaptou e o/a entrevistado/a, em geral, participa do programa em local diferente dos/as debatedores/as.

Em vista das inúmeras entrevistas realizadas e da impossibilidade de nos dedicarmos a todas elas, elegemos para a nossa análise, a partir da categoria controle interacional, a entrevista realizada no dia 22 de junho de 2020, com Silvio Almeida². Silvio Luiz Almeida nasceu em São Paulo, no ano de 1976, é filósofo, advogado, professor e homem negro, tem se destacado no debate e na produção intelectual de temas que permeiam a discussão sobre direito e racismo.

Sobre o tema racismo, recorremos a Silvio Almeida (2019, p. 273), o qual nos definiu que “[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Achille Mbembe (2018, p. 73, grifos do autor) destaca que “a raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas”. Nesse sentido, Henrique Cunha Junior (2010, p. 8) aponta que o racismo, fruto desse processo que desperdiça e dispensa vidas negras ou de “pessoas de cor” se mantém nas estruturas sociais, em que se difundem socialmente “ideias ambíguas, erradas ou preconceituosas sobre a população negra”. Essas ideias, deturpadas, tendem a um grande processo de desqualificação de negros e negras. Para Cunha Junior (2010), a negação de muitas pessoas quanto à existência de racismo contra as pessoas negras ocorre pelo fato de essas pessoas se beneficiarem com isso, a negação ocorre por ser uma forma de disfarçar os propósitos de mantê-los subalternizados.

Com influência do movimento americano Black Power, a partir das décadas de 1960 e 1970, o conceito negro foi sacudido “despindo-o de suas conotações pejorativas em discursos racializados, transformando-o numa expressão de resistência [...] ‘negro’ tornou-se uma cor política

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw>.

a ser afirmada com orgulho contra racismos fundados na cor” (BRAH, 2006, p. 333, grifos da autora). Entretanto, ainda que a categoria “negro” tenha sido apropriada e se tornado resistência pelas pessoas não brancas, Silvio Almeida (2018) nos lembra que, no Brasil, vivenciamos um processo de racismo estrutural e estruturante. Corroborando para esse entendimento, sintetiza Asad Haider (2019, p. 72) que “o racismo é a equação entre as consequências sociais da categorização das pessoas e as características biológicas”.

Tendo como tema principal o racismo estrutural, a entrevista realizada com Silvio Almeida teve por participantes, além de Vera Magalhães, mulher branca, jornalista, radialista e comentarista política; os seguintes debatedores/as: Flavia Lima, mulher negra, graduada em ciências sociais e direito, repórter e colunista especializada em economia; Joyce Ribeiro, mulher negra, formada em jornalismo e apresentadora de programa jornalístico na TV Cultura; Paula Miraglia, mulher branca, formada em ciências sociais e doutora em antropologia, engajada especialmente no debate dos temas violência, segurança pública e polícia é cofundadora de um jornal digital de grande destaque no país; Thiago Amparo, homem negro, advogado, professor e colunista sobre direitos e discriminação; e Paulo Cruz, homem negro, filósofo e professor e colunista, dedicado a discussões sobre religião e questões raciais.

Ao nos dedicarmos a análise do *corpus* proposto, debruçamo-nos sobre os momentos de interrupção ocorridos durante a entrevista, os quais totalizaram 9 durante o programa. No primeiro bloco da entrevista, a partir dos pressupostos da categoria controle interacional de Fairclough (2016), evidenciamos que Vera Magalhães utiliza-se do controle de agenda, já no início do programa, para contextualizar o tema racismo estrutural. A apresentadora faz uso do fato ocorrido nos Estados Unidos no caso George Floyd e, na sequência, apresenta Silvio Almeida, demarcando que ele será o entrevistado da noite e que tratará do tema racismo estrutural. Posteriormente, a âncora do programa anuncia os/as entrevistadores/as do programa para aquela noite.

De acordo com Fairclough (2016, p. 204, grifos do autor), isso é algo frequente e explícito no começo de uma interação, como ocorre “com o(a) entrevistador(a) explicitando para o(a) entrevistado(a) ‘porque você está aqui’”. Percebemos, no caso da entrevista televisiva no Roda Viva, que Vera Magalhães torna explícito a agenda do programa, ao expor o tema, demarcar quem será o entrevistado e quem o irá entrevistar.

Ainda sobre a análise do primeiro bloco, destacamos o aspecto formulação, Vera Magalhães na primeira pergunta do momento para Silvio Almeida formula antecipadamente a fala do entrevistado usando sua obra sobre racismo estrutural. A jornalista destaca que no Brasil ainda se nega a existência do racismo. Dito isso, ela apresenta então a pergunta ao professor, como se observa no trecho entre aspas: “[...] mas a tese central do seu livro é que o racismo embora tenha várias manifestações e várias categorias ele é sempre estrutural. Eu queria que você falasse um pouquinho desse momento que o mundo vive e como ele se relaciona com a sua obra?”. Em se tratando do aspecto formulação da categoria interacional, Heritage (1984) explica que esse aspecto pode incluir uma ocasião para resumir algo dito, aqui no caso, Vera resume a tese defendida por Silvio em sua obra e ao fazer isso, a jornalista formula o discurso que o entrevistado ainda vai apresentar.

Após o intervalo do programa televisivo, ao início do segundo bloco da entrevista, Vera Magalhães apresenta a primeira pergunta que envolve a discussão do momento político brasileiro, momento esse em que se tenta mitigar as desigualdades na questão racial e em outras frentes de questões sociais, assim, a jornalista pede que Silvio Almeida dê sua opinião sobre o retrocesso acerca das políticas de mitigação de racismo no Brasil. O professor passa então a responder à questão, deixando claro que “a negação do racismo é um reforço absoluto de posições racistas”. E continua a desenvolver sua resposta guiado por essa afirmativa, já no trecho 28:38’ citado a seguir, ainda em resposta a primeira pergunta, Silvio segue:

Silvio Almeida – “[...] então nós temos que ver essa coisa de maneira muito pragmática” [Joyce Ribeiro]

– “Eu queria tocar em um outro assunto, mudando de assunto, as mulheres negras [...]”

Percebemos que nesse instante Joyce Ribeiro toma o turno de fala e, logo em seguida, troca de turno, por meio do controle de tópicos, propondo agora o debate sobre as mulheres negras. Aqui identificamos dois aspectos do controle interacional: a tomada de turno e o controle de tópicos; no entanto, apesar da tomada de turno ocorrer de forma brusca, por interromper/silenciar a fala do jurista, essa interrupção ocorre de forma tímida, não marcada de assimetria de poder. Notamos a mesma incoerência de tomada de turno ainda no segundo bloco, no trecho 34,49’, transcrito a seguir, quando o professor é novamente interrompido/silenciado ao responder à pergunta de Paula Miraglia referente à realidade existente no governo PT e da atual no governo Jair Bolsonaro no que se refere à institucionalidade e debate público, como observamos adiante:

Silvio Almeida – “[...] se essa mãe, mulher estivesse recebendo algum tipo de auxílio, se não tivéssemos o governo que temos, esse menino poderia tá vivo, enquanto [Vera Magalhães]

– “Deixa eu pegar carona na pergunta da Paula e na sua resposta pra encaixar”

No momento exposto, o professor estava tratando do caso do menino Miguel, que morreu ao cair do nono andar num prédio de Recife enquanto a mãe trabalhava de doméstica. Antes do professor concluir sua fala, seu turno é tomado por Vera, que o interrompe para apresentar uma nova pergunta trazida pelo internauta Marcelo Medeiros, um dos principais especialistas na questão da desigualdade. Entendemos que a interrupção feita mantém o tópico discursivo. Percebemos que a tomada de turno aqui ocorre pela dinâmica do tempo, próprio de uma entrevista televisiva.

Ainda no segundo bloco e respondendo à pergunta do internauta Marcelo Medeiros sobre a im(possibilidade) de falar em meritocracia em

um país como o Brasil, no trecho 36:27' exposto a seguir, o entrevistado é novamente interrompido/silenciado:

Sílvio Almeida – “não acho possível [...] Então, pessoas absolutamente brilhantes não conseguem ter o seu reconhecimento, como podemos falar em meritocracia em um país que mata um menino de 14 anos, que só queria estudar” [Flávia Lima] – [...] Gostaria de saber como você avaliaria a cobertura feita pela imprensa brasileira dentro desse imaginário que você citou, racista, de que forma ela tem atuado para reforçar esse racismo estrutural sistêmico, e como a imprensa poderia se tornar uma imprensa antirracista? [Vera Magalhães] – [...] e também se você ver diferença de como é feita essa mesma matéria nos Estados Unidos?

Percebemos que Sílvio Almeida ainda não tinha concluído o raciocínio quando é interrompido/silenciado pela jornalista Flávia Lima. Ela então passa a fazer um movimento retórico no debate sobre a ideia de imaginário social já colocada por Sílvio, levantando um questionamento sobre as demandas nas redações. Demandas essas, conforme ressalta a entrevistadora, que após o assassinato de George Floyd se tornaram mais frequentes sobretudo de e por repórteres negros, fazendo-se necessário que o jornalismo se reavalie aumentando a sua diversidade incorporando mais pessoas negras nas redações e chamando também “as coisas” pelo nome: racismo por racismo, violência policial por violência policial. Nessa interrupção, percebemos que a tomada de turno se faz presente, ficando evidente que há uma preocupação organizacional, de forma colaborativa.

Um outro aspecto que optamos por destacar sobre o segundo bloco, no trecho 40:40', é que quando o entrevistado estava tentando concluir as respostas das perguntas feitas por Flávia e Vera, houve uma tentativa de controle de turno, todavia, o entrevistado não para seu raciocínio e conclui sua fala. No entanto, no trecho 47:47' mencionado a seguir, novamente, nota-se a tentativa e tomada de turno por parte da jornalista Vera Magalhães quando ela interrompe/silencia o entrevistado e fala:

Vera Magalhães – “Sílvia eles estão pedindo para a gente fazer uma pausa para intervalo, mas eu vou ser um pouco rebelde aqui. Uma pergunta do Preto Zezé que eu acho que se encaixa nesse momento da discussão que o Paulo e o Tiago propuseram” [...].

Na sequência, a entrevistadora menciona sobre “as subdivisões no movimento negro [...] dificuldade de fazer com que haja uma agenda efetiva na sociedade [...]” e, em seguida, questiona por que no Brasil não surgem lideranças de massa no movimento, como nos Estados Unidos, capazes de inspirar os jovens negros, por exemplo, para o debate. Vera então posiciona-se: “Eu te peço para ser bem conciso, mais do que já está sendo”, buscando assim manter o controle da agenda, a qual é nitidamente controlada pela âncora Vera Magalhães ao longo de toda a entrevista, pois ela é quem anuncia a pausa (os intervalos), os retornos, o/a próximo/a falante etc.

Já no terceiro bloco da entrevista, a concepção de controle de tópicos (FAIRCLOUGH, 2016) é a base para nossa análise. Não se pode prever se os/as entrevistados/as seguirão ou não a linha dos questionários (tópicos) feitos pelo/a entrevistador/a, como destacamos no trecho seguinte, no qual o tópico debatido era a “agenda efetiva do movimento negro”.

Vera Magalhães – “[...] e ele estava falando das subdivisões no movimento negro que acabam levando a coisa muito para uma pauta identitária e fogem desse dia a dia das pessoas e de como o movimento negro tem essa dificuldade de fazer com que haja uma agenda efetiva na sociedade. Uma agenda para ser posta em prática”.

Silvio Almeida – “O movimento negro abriu espaço e foi sim fundamental. E olha só a gente está falando de uma agenda pública, eu acho que agora o movimento negro está abrindo uma possibilidade de uma agenda pública [...] E notem não é só o movimento negro que não consegue criar uma agenda, os brancos também não conseguem fazer isso né [...]”.

Notamos, a partir do trecho transcrito, que o entrevistado “fugiu” um pouco do foco do que foi questionado. A fuga do intelectual pode ser entendida como uma saída para procurar mais embasamento a fim de justificar o porquê ele afirma que “não é só o movimento negro que não consegue criar uma agenda”, mas os brancos também não. Quando Silvio Almeida diz a frase “os brancos também não conseguem”, ele deixa de seguir o tópico e recorre às preocupações da vida comum para aprofundar a percepção sobre o assunto.

Ainda no que se refere ao terceiro bloco de perguntas, este é dirigido especialmente ao debate sobre a representatividade e liderança das pessoas negras nos movimentos sociais e partidos no Brasil. Tratando o debate proposto, o entrevistado, utilizando-se do controle interacional, especialmente quanto ao aspecto formulação, revê a fala da âncora e destaca o seu entendimento no que se refere à pergunta feita (citada anteriormente), todavia “quis responder de maneira mais ampla, para esclarecer a pergunta da Vera”.

Na finalização do bloco, o qual é um dos mais longos no que se refere à resposta do entrevistado, Silvio Almeida discorre sobre o debate referente às identidades e do que se vem chamando identitarismo, conceito esse tensionado por ele como um possível “puro moralismo”. Em continuidade à discussão sobre a temática e tendo em vista a proposta de análise da categoria controle interacional, no trecho 63:00’ transcrito a seguir observamos:

Silvio de Almeida – “Então uma esquerda, ou movimento político, ou o partido progressista, seja o que for, que não olha para que essas identidades, não está olhando para a realidade...”
[Vera Magalhães...]

– “Silvio! Silvio, eu vou só fazer uma pergunta.” [Silvio Almeida...]

– “nós temos que saber que as pessoas elas têm a identidade e elas se movem a partir disso.” (ele termina a frase, visivelmente contrariado)

A partir dessa interrupção de Vera Magalhães, observamos dois elementos do controle interacional: a determinação e o policiamento de agenda e troca de turno. A âncora, compreendendo seu papel na condução do programa e possivelmente por observar a delonga do entrevistado em manter-se em um mesmo tópico, interrompe-o/silencia-o e propõe a mudança de turno. Todavia, ela continua no tópico, ampliando o debate para a discussão de cotas para candidaturas negras. Silvio Almeida, mantendo o controle da interação, utiliza-se da interrupção da âncora para “aproveitar para complementar a pergunta sobre isso e para responder à pergunta do Thiago”. Essa discussão estende-se incluindo o debate sobre uma representatividade sem crítica, a qual serve também para naturalizar e não questionar o racismo.

Logo no início do quarto e último bloco de perguntas, no trecho 75:18’ apresentado a seguir, verificamos novamente uma interrupção:

Silvio Almeida – “Portanto [...] esse é um truque muito velho do racismo para induzir você, colocar negros alguns espaços simplesmente para dizer que o racismo ali não tem lugar, quando na verdade é um reforço ainda maior do racismo e da violência contra os negros.” [Vera Magalhães...]
 – “Aproveitando isso que você tá falando, você é filho de um goleiro famoso do Corinthians, o Barbosinha. O futebol no seu entendimento, e na sua vivência como um filho de um jogador, ele é um espaço de superação ou de reprodução do racismo?”

Ao iniciar nova interrupção, a âncora retomando o controle interacional, propõe uma troca de turnos e mudança de tópicos. Ainda que destaque que se aproveitará do que o entrevistado está falando, ela propõe que o debate se estenda para uma discussão que envolve a perspectiva pessoal permeada no espaço institucional do futebol.

E, por fim, ainda nesse bloco, no trecho 78:04’, observamos novamente um momento de controle:

Silvio Almeida – “[...] Então você percebe então como o racismo é algo que está no contorno da prática esportiva, isso

envolve inclusive o papel da imprensa esportiva também como reforçando esses estigmas, esses estereótipos que se abatem sobre os negro [...] [Vera Magalhães]

– “Paula, por favor.”

[Paula Miraglia] – “[...] Eu queria que você falasse um pouco, o que você acha que os brancos têm um papel? E qual é esse?”

Notamos, nesse momento, que a interrupção de Vera Magalhães e a inserção de Paula Miraglia na interação representam o momento de controle de agenda manejado pela âncora. A estrutura de trocas e de turnos pode ser evidenciada ao observarmos a interação em que as entrevistadoras participam. Observamos também mudança de tópicos com a proposta de Paula Miraglia para que o entrevistado discorra sobre a participação dos brancos na luta antirracista. Em uma perspectiva geral, destacamos que o tipo de trocas de turno no aspecto estruturas de turno, ocorrem durante toda a entrevista por meio de estruturas de pares-adjacentes com perguntas-respostas, algo bem comum, conforme nos traz Fairclough (2016) e que envolvem duas categorias ordenadas de ato de fala, em que a primeira ocorrência (pergunta) prevê a ocorrência da segunda (resposta).

Em síntese, tendo por base a categoria controle interacional, destacamos da entrevista analisada os seguintes aspectos: tomada de turnos, estrutura de trocas, controle de tópicos, determinação e policiamento de agendas e a formulação. Esses aspectos, analisados à luz da ADC faircloughiana, como se nota a partir do segundo bloco de perguntas, estão, em alguns trechos, vinculados à disputa discursiva, sobretudo quando a significação da temática racismo estrutural passa a ser vinculada às questões de políticas nacionais. Nesse sentido, em se tratando de significações de palavras, Fairclough (2016, p. 230) destaca que “os significados das palavras e a lexicalização de significados” podem ser socialmente contestadas em “processos sociais e culturais mais amplos” despertando disputas discursivas. Por isso, as palavras “racismo estrutural” foram elementos de disputa discursiva na entrevista em análise, sobretudo, por sua significação no contexto social brasileiro.

Em nossas análises, observamos que as significações das palavras racismo estrutural podem se tornar elementos de disputa discursiva, como destacamos nas repetidas vezes acima, por: o discurso de Silvio Almeida ser interrompido nas tomadas de turnos, como tentativa de silenciamento, e nas tentativas de silenciar as temáticas em debate por meio das trocas de turno, como ocorreu por exemplo no trecho 28:38'. A intenção de silenciar uma temática em detrimento de outra é expressa por uma das entrevistadoras, quando Joyce Ribeiro diz “Eu queria tocar em um outro assunto, mudando de assunto [...]”. Notamos a tentativa de Joyce de silenciar Silvio, que falava sobre “a negação do racismo”, e trazer uma outra ramificação do tema racismo estrutural, voltado para a discussão, “mulheres negras”.

No decorrer do nosso estudo, observamos que os marcadores de poder estavam distribuídos entre os/as participantes. Tal como nos expõe Fairclough (2016) essa é uma perspectiva ligada à tendência de informalidade, modelo pretendido pelo programa Roda Viva. Todavia, foi também perceptível que a âncora do programa, a qual controla a agenda, é de certa maneira, uma representante de uma forma de poder institucional e domina a maioria das interrupções na entrevista. Nessa perspectiva, os marcadores de poder concentram-se, em especial, quando a âncora determina quem fala, quando fala e sobre o que se deve falar.

A partir da análise que realizamos da entrevista com Silvio Almeida no Programa Roda Viva da TV Cultura, destacamos que por vezes o discurso de Vera e dos demais entrevistadores/as se fez soberano, silenciando o discurso do entrevistado, valorizando-se o controle de agenda predefinida do programa, buscando seguir uma pauta e manter o controle dos tópicos, o turno de fala e as mudanças de turno quando julgaram necessário para cumprir o tempo instituído para cada bloco da entrevista. Acreditamos que os exemplos citados nos ajudam a evidenciar que o objetivo maior do Programa foi cumprir a pauta ao invés de tratar do tema racismo estrutural a partir de um debate histórico e contextual dentro da dimensão social, cultural e politicamente necessária.

Para finalizar, em que pese às discussões sobre o racismo estrutural, compreendemos que apesar dessa temática ganhar espaço na grade das mídias televisivas, esse espaço ainda é restrito e limitado, pois não se dispõe do tempo necessário que a temática exige. Como apresentamos nos pressupostos teóricos acerca do tema racismo e constatamos na entrevista em análise, diversas significações engendram o racismo estrutural, por isso, quando Silvio Almeida aborda o tema, principalmente quando engloba o contexto brasileiro, ele precisava de mais tempo para fechar o raciocínio do seu discurso, mas o programa Roda Viva não oportunizou, o que resultou, ao longo da entrevista, em disputas discursivas entre entrevistadores/as, principalmente pela âncora Vera Magalhães e o entrevistado.

CONCLUSÃO

Neste capítulo tratamos da estrutura textual destacando os aspectos interpessoais que permeiam a categoria analítica controle interacional. Fairclough (2016) explica que essa categoria é uma propriedade que explora a dinâmica de participantes do evento discursivo, assegurando uma boa organização interacional e corporificando exigências específicas sobre as relações sociais e de poder entre os participantes de uma interação. Tivemos como *corpus* para a análise a entrevista televisiva realizada no dia 22 de junho de 2020, tendo como protagonista o professor e jurista Sílvio Almeida no Programa Roda Viva.

Objetivamos, portanto, analisar as marcas conversacionais que permeiam a categoria controle interacional. Além disso, objetivamos também apresentar os pressupostos teóricos e a conjuntura que permeia o racismo, especialmente no Brasil, sendo essa a temática principal da entrevista televisiva em análise e descrever a realização de estratégias interacionais dessa entrevista.

A fim de contemplar os objetivos propostos, analisamos os elementos sociais que constituem o *corpus* e os aspectos que compõem o controle

interacional, como: controle de tópicos; tomada de turnos; formulação no discurso, que constitui o sentido positivo ou negativo do objeto enunciado, comprovando o sentido que os sujeitos sociais pretendem repassar com o enunciado apresentado; estrutura de trocas; determinação e policiamento de agendas; formulação do que o interlocutor está dizendo. Discorreremos ainda de uma forma breve e explícita sobre a categoria analítica controle interacional, apontando sua construção teórica. Além disso, trouxemos uma breve apresentação da conjuntura que permeia o racismo.

Com isso, resgatamos as interrupções feitas pela âncora do programa e demais entrevistadores/as, as tentativas do silenciamento, apresentando em trechos os aspectos do controle interacional que se faziam presentes. Portanto, afirmamos que a categoria controle interacional se faz presente em todos os processos de interação social. A partir dela se tem a organização do texto e a negociação das relações sociais presentes na interação, por isso, é relevante e necessário dar atenção e analisar o controle interacional presente nas práticas discursivas, considerando os textos, que materializam essas práticas, assim como também as práticas sociais, algo que nos possibilita entender as conjunturas que permeiam as interações sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. Pólen Livros. Edição do Kindle, 2019.
- BRAH, A. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, 2006, p. 329-376.
- BUTTON, G.; CASEY, N. Generating topic: the use of topic initial elicitors. *In*: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (ed.). **Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press. 1984, p. 167-190.
- CAPUCHO, M. F. **A entrevista televisiva** – Espaço de co-construção da(s) identidade(s). 2004. Disponível em: http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat13/Mathesis13_253.pdf. Acesso em: 16 maio 2021.

- CHARAUDEAU, P. **Langage et Discours**. Paris: Hachette, 1983.
- CUNHA JR., H. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: UnB, 2016.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- HAIDER, A. **Armadilha da identidade: Raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Editora Veneta, 2019.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold Publishers. London, 1994 [1985].
- HERITAGE, J.; ATKINSON, M. Introduction. *In*: HERITAGE, J.; ATKINSON, M. **Structures of social action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- PICHLER, P. F.; FOSSÁ, M. I. T. De que comunidade se está falando? A “nominalização” do conceito do telejornalismo brasileiro. **Razón y Palabra**, 2014, (86). Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199530728013>. Acesso em: 14 maio 2021.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn taking for conversation. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974. Tradução de Maria Clara Castellões de Oliveira e Paulo Cortes Gago *et al.* *In*: **VEREDAS** – Rev. Est. Ling, Juiz de Fora, v. 7, n. 1 e n. 2, p. 9-73, jan./dez. 2003.
- SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *et al.* **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Galís S. Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

INTERTEXTUALIDADE

Arlene Maria de Oliveira Chaves
Camila Rayssa Barbosa da Silva
Fátima Ingrid Bezerra Bonfim
Raimunda da Conceição Silva

INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso Crítica (ADC) é um método de pesquisa que tem como objetivo entender as mudanças sociais decorrentes do processo de globalização, por meio de gêneros discursivos, de modo a desvelar as relações e manifestações de poder nesses textos (FAIRCLOUGH, 2001). Cabe salientar que, no escopo da ADC, textos são entendidos como concretizações dos discursos, inseridos em determinadas práticas sociais, a partir de aspectos multissemióticos, além de estarem relacionados ao tempo, à estrutura social e à ideologia (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

As investigações em ADC partem de categorias analíticas, tais como: coerência, coesão, metáfora, transitividade, *intertextualidade*, dentre outras. Neste estudo, interessa-nos descrever a existência de uma *rede de textos*, como evidência intertextual, em torno da manifestação artística “Cardápio 29”, que ocorreu em frente à Igreja São Benedito, durante um protesto contra o governo Bolsonaro, no dia 29 de maio de 2021, na cidade de Teresina, Piauí. A performance foi realizada por uma artista visual, que na ocasião encontrava-se despida, com os pés e mãos amarrados e com uma fruta na boca, fazendo alusão a um animal abatido

e preparado para ser servido¹. Esse ato gerou uma série de incômodos a pessoas de diversos setores da sociedade, culminando em notas de repúdio emitidas pela Arquidiocese de Teresina, pela Comissão de Liberdade Religiosa da Ordem dos Advogados do Brasil, secção Piauí (OAB-PI) e pelo Conselho Regional de Administração do Piauí (CRA-PI), as quais serão objeto de análise deste estudo.

Para Bessa e Sato (2018, p. 142), “a intertextualidade evoca sentidos, significados de outros elementos trazidos à ação por meio dos gêneros discursivos para participar da interação”. A noção de *intertextualidade* é proposta por Kristeva (1966 [1986])² a partir da noção de dialogismo, posta por Bakhtin. Assim, analisar a *intertextualidade* por meio da perspectiva da ADC é perceber quais textos e vozes ecoam ou se omitem em um texto e o significado dessas ações para a construção do texto, isto é, quais outros textos se manifestam no que é dito e no que é não dito.

Nesse sentido, a análise das notas de repúdio supramencionadas, em linhas gerais e considerando o objetivo geral deste estudo, pretende estabelecer a relação entre a performance artística “Cardápio 29” e as relações desiguais de poder, de modo a observar quais discursos são naturalizados ou transgredidos; além disso, busca evidenciar a argumentação presente na *rede de textos* que corrobora a ideologia machista.

O estudo, assim sendo, de cunho descritivo, qualitativo e interpretativo, segue os métodos e propostas interpretativas da ADC, a partir das ideias divulgadas por Fairclough (2001, 2003), Vieira e Resende (2016), Magalhães, Martins e Resende (2017) e Bessa e Sato (2018). Considerando essas preliminares, este artigo segue a seguinte organização: primeiramente, discutimos sobre a categoria analítica *intertextualidade*, a fim de situar e evidenciar a relação entre esta categoria e a noção de *rede de textos*; em seguida, considerando o evento social colocado na incidência de análise, a performance artística “Cardápio 29”, procuramos estabelecer a conjuntura ou a “rede

1 Fonte: <https://180graus.com/bafao180/em-ato-contra-bolsonaro-mulher-fica-nua-com-fruta-na-boca-na-frente-de-igreja-em-teresina>. Acesso em: 11 out. 2021.

2 KRISTEVA, J. *Introdução à Semañlise*. São Paulo: Debates, 1969.

de práticas sociais” que favoreceu, direta e/ou indiretamente, este ato; na sequência, procedemos a análise linguístico-discursiva das notas de repúdio selecionadas; e, por fim, tecemos a conclusão do estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Não há uniformidade explícita no que respeita ao conceito de *intertextualidade*, que é originário das discussões de Bakhtin (1997)³, de modo que se faz necessário distinguir a *intertextualidade* de uma série de eventos de natureza discursiva que são constitutivos à linguagem. Tendo isso em vista, Nobre (2013) argumenta que a *intertextualidade* não deve ser confundida com dialogismo e nem com interdiscursividade, embora, não raro, haja resquícios de *intertextualidade* nos discursos.

Algumas autoras, como Koch, Bentes, Cavalcante (2007), relacionam *intertextualidade* e dialogismo e/ou *intertextualidade/interdiscursividade*, distinguindo *intertextualidade lato sensu* (dialógica) de *intertextualidade stricto sensu*. Essas autoras acabam por separar a *intertextualidade* da prática sociocultural, limitando o potencial analítico do conceito. Magalhães, Martins e Resende (2017) discordam dessa tomada de posição de Koch, Bentes e Cavalcante (2007), haja vista que, ao contrário da concepção defendida por estas, entendem que os textos são elementos que, para serem compreendidos, precisam estar inseridos em contextos sociais e culturais.

Considerando a natureza heterogênea dos textos, Fairclough (2003) destaca a ocorrência de dois processos que, embora distintos, são correlatos, quais sejam: a *intertextualidade* e a *interdiscursividade*. A *intertextualidade*, de acordo com Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 43), “refere-se à propriedade pela qual os textos são feitos, integrando fragmentos de outros textos e com estes relacionando-se por meio da assimilação, contradição, repercussão irônica, entre outras possibilidades”, ao passo que a *interdiscursividade*, segundo esses autores,

3 BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

refere-se ao âmbito das ordens de discurso, ou seja, como o conjunto das práticas discursivas de uma instituição ou sociedade possibilita uma multiplicidade de textos e como estes se relacionam entre si, fixando regularidades e características semelhantes (2017, p. 43).

Quando se trata da *intertextualidade* enquanto categoria analítica, a voz definidora de Fairclough (2001, 2003) é citada em muitos trabalhos da área da ADC. Fairclough (2003, p. 36) assim define *intertextualidade*:

Em seu sentido mais óbvio, a intertextualidade é a presença de elementos reais de outros textos em um texto – por exemplo, citações. Porém, há várias maneiras menos óbvias de incorporar elementos de outros textos. Se pensarmos, por exemplo, em discurso (fala, escrita ou pensamento) relatado, é possível não apenas citar o que é dito ou escrito alhures, é possível resumi-lo. Essa é a diferença entre o que é convencionalmente chamado de “discurso direto” (que pode citar a escrita e os pensamentos organizados, como também a fala (por exemplo, “Ela disse: ‘Vou chegar atrasada’”) e formas de “discurso indireto” (por exemplo, “Ela disse que ia chegar atrasada”). Diz-se que o primeiro exemplo reproduz as palavras reais usadas, mas o segundo não; um resumo pode parafrasear o que foi realmente dito ou escrito. O discurso (fala, escrita ou pensamento) direto atribui o que é citado ou resumido às pessoas que o disseram, escreveram ou pensaram. Porém, os elementos de outros textos podem também ser incorporados sem atribuição. Assim, a intertextualidade cobre uma gama de possibilidades⁴.

Em linhas gerais, para Fairclough (2001), a presença de vozes nos textos sinaliza o posicionamento das lutas hegemônicas. Nesse sentido, apontam Vieira e Resende (2016, p. 133) que, em ADC, “a polifonia – presença de muitas vozes em textos – e a intertextualidade – relação dialógica entre textos, entendidos de modo amplo – são propriedades intimamente relacionadas”. Assim, é interessante se pensar que tanto a ausência quanto a presença de vozes provenientes de textos diversos,

4 Tradução de Izabel Magalhães.

bem com a articulação dessas “vozes particulares”, são elementos que permitem explorar determinadas práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Considerando que a *intertextualidade* se constitui como uma categoria analítica acional, moldada por gêneros, os quais articulam, conforme Vieira e Resende (2016), vozes de maneiras específicas – explicitadas a partir de discurso direto, mescladas com discurso indireto, além de assimiladas em ironias ou em pressuposições. Essas vozes atuam, no interior dos textos, como disciplinadoras ou transformadoras em relação a lutas de poder.

De modo geral, a *intertextualidade*, no escopo da ADC, constitui uma categoria analítica acional, no âmbito analítico, discursos são representações que legitimam os gêneros discursivos (formas de ação/relação) e são manifestados em formas de identificação (estilos). Esse aporte analítico contribui para elucidar a relação dialética entre os significados do discurso no corpo social. De forma específica, a *intertextualidade* consiste em um aspecto textual norteado por gêneros. Estes, por sua vez, articulam vozes de maneiras particulares. Nos dizeres de Fairclough (2001, p. 135), “*intertextualidade* aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos”.

Além dos aspectos supramencionados referentes à manifestação do intertexto propriamente dito, como a assimilação, a contradição, dentre outros, a *intertextualidade* também pode ser analisada a partir da sua repercussão em rede de textos que surgem posteriormente, enquanto a produção, a distribuição e o consumo se relacionam com o intertexto, seja para legitimá-lo ou para questioná-lo.

Com isso, Fairclough (2001) assegura que o fenômeno intertextual pode ser visto a partir de um viés paradigmático, que se realiza mediante a escolha de elementos de uma ordem de discurso que vão efetivamente se materializar em textos; e de um viés sintagmático, que mantém uma relação com os textos antecedentes e subsequentes numa rede textual. O autor discute sobre as *cadeias intertextuais*, que se constituem

como uma “série de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 166). Após um refinamento teórico (cf. NOBRE; BIASI-RODRIGUES, 2012), o termo *cadeias intertextuais* é substituído, em Fairclough (2003), por *cadeias de gêneros/rede de textos*, haja vista que, conforme este autor, os diferentes gêneros se ligam regularmente, numa relação de transformações sistemáticas de gênero para gênero.

Considerando essas informações, importa ressaltar que, para o aporte analítico da *intertextualidade*, é crucial investigar a presença ou a ausência de textos e de vozes em um dado gênero, além de examinar a natureza da relação estabelecida entre as vozes que são articuladas no texto e como isso pode ser um fator primordial para se verificar as relações de poder no meio social. A inclusão ou exclusão de uma voz específica, estruturada de formas particulares, contribui para estabelecer o texto em lutas hegemônicas, visto que, para a ADC, os textos consistem em artefatos que geram efeitos sociais. Consoante Vieira e Resende (2016, p. 135):

A articulação dessas vozes que podem ser, por exemplo, explicitamente delimitadas na representação por discurso direto; mescladas, por discurso indireto; assimiladas, em pressuposições; ou ainda ecoadas ironicamente, tende a ser disciplinadora ou transformadora em relação a lutas de poder.

Com base nisso, pode-se perceber que os desdobramentos que a *intertextualidade* pode manifestar em um gênero particular são múltiplos e contribuem para perpetuar as relações assimétricas de poder, ou, ainda, para questioná-las e denunciá-las. Dessa forma, por meio da *intertextualidade*, há a manutenção e a naturalização de posturas ideológicas e hegemônicas presentes no corpo social, ou, em contrapartida, esse traço textual pode ser uma forma significativa de desvelar essas posturas.

ANÁLISE DE DADOS

Considerando o objetivo primeiro deste trabalho – descrever a existência de uma rede de textos, como evidência intertextual, em torno da performance “Cardápio 29” –, faz-se mister estabelecer a conjuntura ou a “rede de práticas sociais”, nos termos de Chouliaraki; Fairclough (1999, p. 61), que favoreceu, direta e/ou indiretamente, o ato em foco. Sendo assim, diante da ordem temporal da performance “Cardápio 29”, interessa-nos mapear a sua disposição na estrutura social e temporal, partindo, para tanto, do contexto das eleições de 2018 até maio de 2021, a fim de situar, de modo contextualizado, este evento.

O cenário político das eleições de 2018 trouxe à tona para o Brasil inúmeras questões, debatidas nos mais diversos veículos de comunicação e por profusos especialistas em temas políticos, como a polarização direita *versus* esquerda, o problema de corrupção e ética na política brasileira e o uso das redes sociais como propulsora das campanhas eleitorais. Nessa ocasião, houve uma massiva radicalização do discurso adotado por representantes políticos e, conseqüentemente, aceito por razoável parcela da população brasileira. Os ataques retóricos e físicos, decorrentes desse cenário de polarização (que se evidenciou consideravelmente no segundo turno das eleições de 2018), acompanhados dos posicionamentos que passaram a coexistir nesse cenário, contribuíram para o estabelecimento do ano mais violento da democracia brasileira (CANINI, 2020). Essas questões mostram que a conjuntura que norteou a corrida presidencial no Brasil em 2018 foi marcante e conturbada, uma vez que houve a disseminação de notícias falsas sobre alguns candidatos à presidência de forma vertiginosa (D’AVILA, 2020). A partir dessa propagação de *fake news*, que acirrou a polarização política, surgiram, nas redes sociais, inúmeras campanhas propulsoras da candidatura de Jair Bolsonaro.

Como consequência desse contexto conflituoso, considerando-se apenas os 21 dias que separaram os dois turnos eleitorais, conforme Canini (2020), foram registradas exatamente 11.009 denúncias relacionadas a casos de apologia e incitação a crimes contra a vida. Esse número comprova o alarmante aumento de denúncias da mesma natureza ocorridas

entre agosto e a data do primeiro turno das eleições (07 de outubro de 2018), uma vez que, nesse período, foram realizadas um total de 1.746 denúncias.

Ainda com Canini (2020), as vítimas desses ataques, tanto para os crimes quanto para as denúncias de incitação à violência nas redes sociais, são mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+. É importante ressaltar, no entanto, que esses tipos de crimes de ódio para com as minorias não se iniciaram em 2018, mas foi nesse ano que aconteceu um acentuado alavancamento. Essa situação, marcada pela sensação de insegurança desses grupos, vem se intensificando cada vez mais, desde que a onda conservadora, liderada por Jair Bolsonaro, instalou-se no Congresso, com o resultado das eleições de 2018.

As propostas de Bolsonaro possuem um viés patriota, neoliberal e extremista, focando em pautas como a segurança e o armamento da população brasileira, em detrimento de pautas igualmente importantes, como o respeito à diversidade e aos direitos humanos em geral. Bolsonaro ainda possui características conservadoras e uma oratória pouco eficiente e elaborada, além de possuir um grupo político que conta com o apoio de inúmeros militares e das bancadas evangélica e do agronegócio. Esse contexto político impactante, bem como a magnitude do desdobramento das redes sociais, fez com que houvesse uma forte adesão tanto ao discurso nacionalista quanto aos demais discursos de ódio disseminados pelo então governo Jair Bolsonaro.

Diante disso e de acordo com um levantamento da organização *Words Heal the World*⁵, o registro de crimes de ódio no Brasil aumentou 1,95% entre 2018 e 2019, indo de 12.098 casos em 2018 para 12.334 no ano seguinte. Do total de crimes de ódio registrados em 2019 no Brasil, 1.314 (10,65%) foram motivados por preconceito de gênero (tendo como alvo as mulheres: feminicídios); 8.979 (72,80%), por preconceito racial; 1.732 (14,04%), por preconceito com relação à orientação sexual (tendo como alvo a comunidade LGBTQIA+); 226 (1,83%), por preconceito religioso, e 83 (0,67%) crimes de ódio à origem.

5 Disponível em: <https://www.wordshealtheworld.com/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

O ano de 2020, notadamente marcado pela maior catástrofe sanitária mundial: a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença covid-19, alterou a rotina das pessoas no mundo todo. O avanço da transmissibilidade da doença nos diversos países e o alto índice de óbitos registrados diariamente demandaram a adoção de medidas de contenção social por parte das autoridades de diversos países, incluindo o Brasil. Dentre as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate à pandemia, o uso de máscaras, o isolamento dos casos suspeitos e o distanciamento social configuram-se como estratégias fundamentais para conter o aumento dos casos da doença e a sobrecarga no serviço de saúde (MARQUES *et al.*, 2020). Esse contexto repercutiu negativamente na atividade econômica em todos os seus níveis e na vida em sociedade, assim como incitou o aumento da violência doméstica, de modo que o lar, muitas vezes, passou a ser um lugar de medo e de abuso.

Nesse sentido, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁶, apresentados no final de 2020, mostram que os casos de feminicídio no Brasil cresceram 1,9% no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Conforme o Anuário, 648 mulheres foram assassinadas por causa do gênero nos primeiros seis meses de 2020. E, ao longo desse mesmo ano, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos aponta que foram registradas 105.821 denúncias de violência contra a mulher nas plataformas do Ligue 180 e do Disque 100⁷.

Acompanhando o movimento nacional, em Teresina (Piauí), diversos grupos, dentre os quais sindicalistas, representantes de partidos políticos, estudantes e população em geral, realizaram protestos contra o governo Jair Bolsonaro. Diante das mais de 570 mil⁸ mortes por causa do descaso governamental durante a pandemia do novo coronavírus, uma das formas de protesto foi a performance “Cardápio 29”, realizada por

6 BRASIL. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 14 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

7 Esses dados foram divulgados no dia 07 de março de 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/mais-de-105-mil-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-no-brasil-em-2020-presidencia-da-cdhm-agiu-em-varia-frentes> Acesso em: 29 jun. 2021.

8 Número de óbitos atualizado em 20 de agosto de 2021. Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>.

uma artista visual da cidade, que retratou metaforicamente as pessoas mortas pela covid-19, comparando-as a um animal morto, servido em um banquete ao governo. Durante a performance, a artista despiu-se para representar um porco, geralmente servido inteiro em uma mesa, para evidenciar a banalidade com que as vidas estão sendo tratadas, como se estivessem, a qualquer momento, prontas para serem ceifadas, e a “fartura” que isso dá ao governo em contraponto à miséria que assola grande parte dos brasileiros.

Como o ato aconteceu em frente a uma igreja e devido à onda de ódio que assola o país, sobretudo em relação às minorias, a performance e a artista, por estar despida, foram alvos de retaliações de entidades religiosas e de controle de classes, por meio de notas de repúdio. Dentre as entidades piauienses que emitiram nota de repúdio relacionada à performance “Cardápio 29”, destacam-se a Arquidiocese de Teresina, a Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PI e o CRA-PI. O teor das notas de repúdio, em detrimento do propósito de denúncia e de crítica à performance, evidenciou o fato de a mulher estar com o corpo nu, na medida em que a artista é reduzida a um objeto sexual. A atitude dessas entidades acaba por legitimar os discursos de ódio, de fundamentalismo religioso e machistas, que se sobrepõem a situações de descaso governamental, como as milhares de mortes em decorrência da covid-19.

Tendo em vista a funcionalidade do aparato teórico-metodológico da ADC para a compreensão das relações sociais com base nos discursos, para procedermos a análise linguístico-discursiva aqui proposta, partiremos da ideia de que os textos, entendidos como dispositivos dotados de efeitos sociais, são partes de práticas sociais e podem influenciar formas de ação social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Para Fairclough (2003), nessa linha, os textos possuem efeitos causais, de modo que a investigação desses efeitos é parte constitutiva da análise discursiva dos textos. Isso implica, considerando a busca pela compreensão da relação entre linguagem e sociedade, numa inquirição que leve em conta tanto a análise imanente dos textos quanto a análise social, em uma articulação que abranja a *rede de textos* que se formou diante de determinado fato social, bem como seus efeitos na sociedade

(MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

Diante disso, o presente trabalho possui uma metodologia de cunho qualitativo e interpretativista, com base em uma Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) de orientação dialético-relacional (FAIRCLOUGH, 2001). Nossa proposta consistiu em analisar as manifestações da *intertextualidade* a partir da *rede de textos* que emergiu a respeito da performance “Cardápio 29”.

Os desdobramentos da *intertextualidade* podem ocorrer de forma ambivalente, pois, em um texto específico, sentidos distintos podem coexistir, inclusive, de forma difusa, o que dificulta a possibilidade de delimitar o sentido do texto em sua completude (FAIRCLOUGH, 2001). Um dos aspectos que contribui para essa ambivalência é a *rede de textos*. Assim, uma *rede de textos* possui efeitos sociais que são relacionados à compreensão da realidade. No quadro a seguir, tem-se alguns exemplares que formam uma *rede de textos* veiculados na mídia piauiense sobre a performance “Cardápio 29”, fato social colocado na incidência de análise deste estudo.

Quadro 1 – Textos que repercutiram a Performance “Cardápio 29”, manifestação artística ocorrida no dia 29 de maio de 2021, em Teresina, Piauí

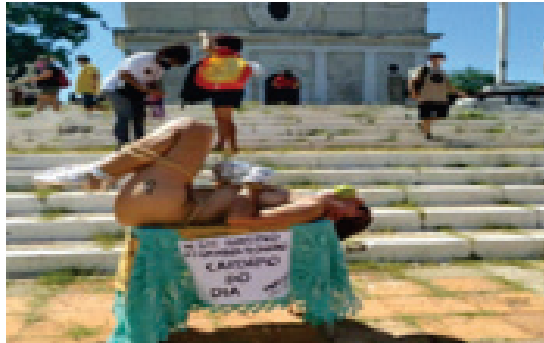
Título do texto	Autor(a) do texto	Data/Veículo de publicação do texto
<i>FOTO: Manifestação contra Bolsonaro em Teresina-PI tem nudez em frente à Igreja São Benedito</i>	Bruno Giovanni	29/05/2021 (https://www.blogdobg.com.br/)
<i>Em ato contra Bolsonaro, mulher fica nua com fruta na boca na frente de igreja em Teresina</i>	Redação	29/05/2021 (https://180graus.com/)
<i>Ato contra Bolsonaro em Teresina teve mulher nua e “caixa de cloroquina” queimada</i>	Paula Sampaio	29/05/2021 (https://www.oitomeia.com.br/)
<i>Jovem fica nua, amarrada e com maçã na boca em Teresina; fotos</i>	Redação	29/05/2021 (https://elpiaui.com.br/)

<i>OAB-PI: Nota de repúdio à manifestação realizada no adro da Igreja de São Benedito em Teresina-PI</i>	Cândido Alexandrino B. Neto, Priscylla Queiroz Lustosa, Alexandre de Almeida Ramos e Jamylle Torres V. de Alencar L. Lima	29/05/2021 (https://elpiaui.com.br/noticia/1752/jovem-nua-na-sao-benedito-oab-diz-que-ato-e-ataque-as-mulheres-e-a-igreja-catolica/)
<i>ARQUIDIOCESE DE TERESINA: Nota de repúdio à manifestação realizada no adro da Igreja de São Benedito em Teresina-PI</i>	Arquidiocese de Teresina-PI	30/05/2021 (https://www.instagram.com/p/CPgjs82DAnW/)
<i>Performance de atriz em manifestação de Teresina viraliza nas redes sociais</i>	Efrem Ribeiro	30/05/2021 (https://www.meionorte.com/)
<i>CRA-PI: Nota de repúdio à manifestação realizada no adro da Igreja de São Benedito em Teresina-PI</i>	CRA-PI	31/05/2021 (https://www.instagram.com/p/CPitpx8D34o/)

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras deste artigo

A análise linguístico-discursiva mais detalhada que se pretende neste estudo levará em conta três dos oito textos apresentados no quadro acima: as notas de repúdio divulgadas pela Arquidiocese de Teresina, pela Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PI e pelo CRA-PI. Essa *rede de textos* surgiu com o intuito de repudiar a performance artística “Cardápio 29”, que (conforme se pode ver na Figura 1) foi concretizada no adro da Igreja São Benedito e, em seu teor, apresentou uma crítica contundente ao descaso do governo brasileiro no combate à pandemia de covid-19.

Figura 1 – Performance “Cardápio 29”



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CPdgLCPDPp8/>. Acesso em: 5 ago. 2021

As notas de repúdio da Arquidiocese de Teresina, Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PI e do CRA-PI foram transcritas abaixo:

Em nome do mesmo princípio da liberdade de expressão, que permite à sociedade civil a livre manifestação de suas questões sociais, a Arquidiocese de Teresina repudia veementemente um ato ocorrido no adro da Igreja São Benedito, no último sábado (29), onde uma mulher despida, com os pés e mãos amarrados foi colocada em uma mesa em frente ao Templo Sagrado.

Esse ato ocorreu durante uma manifestação, que faz parte do exercício da cidadania, mas o desrespeito aos templos religiosos não configura uma manifestação democrática.

A Igreja apoia e defende a liberdade de expressão, mas o direito de se expressar não significa dizer que não haja a imposição de limites éticos, morais e legais. A comunidade católica sente-se ofendida e triste com esse ato de desrespeito (**Nota de repúdio da Arquidiocese de Teresina**).

A Comissão de Liberdade Religiosa da OAB Piauí vem, publicamente, registrar o seu repúdio à manifestação realizada no adro da Igreja de São Benedito em Teresina-PI, neste final de semana, quando, sob pretexto de protesto político, uma mulher foi amarrada pelos pés e mãos e colocada nua em cima de uma mesa com uma fruta na boca.

É inaceitável nos depararmos com manifestações como a aci-

ma noticiada, afrontando a crença católica (ou qualquer outra crença) e menosprezando o sexo feminino.

Não se comporta mais manifestações de intolerância religiosa ou de agressão às mulheres. O Estado Democrático de Direito, o Estado Laico, os princípios constitucionais da dignidade e da liberdade de consciência, de religião e de convicção e a igualdade de gênero perpetuados na Constituição pátria, são absolutamente contrários a toda e qualquer prática como as aqui suscitadas.

A exibição de uma mulher nua no adro da Igreja não pode ser vista como normal ou apenas como o exercício de liberdade de expressão, pois o direito de se expressar não indica que não haja imposição de limites éticos, morais e legais, bem como não deve significar a liberdade absoluta para se fazer o que quiser e afrontar a liberdade de credo e crença, sejam elas de qual natureza for.

Essa Comissão solidariza-se com a Igreja Católica e com todas as mulheres piauienses, e sempre será contrária às práticas abomináveis de ódio religioso e de menoscabo ao sexo feminino, enfileirando-se em defesa dos direitos constitucionalmente resguardados (**Nota de repúdio da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PI**).

O CRA PI vem, publicamente, registrar o seu repúdio à manifestação realizada no Adro da Igreja de São Benedito em Teresina-PI neste final de semana, quando sob pretexto político, uma mulher foi amarrada pelos pés e mãos e colocada nua em cima de uma mesa com uma fruta na boca.

O CRA PI defende a liberdade de expressão, mas somos a favor da proteção da sociedade através da moral e dos costumes, somos contra as manifestações de intolerância religiosa e de agressões às mulheres.

Este Conselho de Classe solidariza-se com a Igreja Católica e com as mulheres piauienses e sempre seremos contrários a estas práticas no nosso Estado (**Nota de repúdio do CRA-PI**).

Ao levarmos em consideração a performance intitulada “Cardápio 29”, no ato ocorrido no dia 29 de maio em Teresina (Figura 1), podemos perceber que o discurso propagado na *rede de textos* distorce a proposta da performance. Esta, concretizada por uma mulher cis, artista visual,

objetivou criticar a atuação omissa e negacionista do governo Bolsonaro diante da pandemia de covid-19 que assola o mundo. Porém, as notas de repúdio direcionam seu argumento para criticar a artista, seu corpo nu e o fato de que ela realizou a performance em frente a uma igreja, na capital piauiense. Isso pode ser visualizado nos seguintes excertos (os grifos são nossos):

[...] a Arquidiocese de Teresina repudia veementemente um ato ocorrido no adro da Igreja São Benedito, no último sábado (29), onde **uma mulher despida, com os pés e mãos amarrados foi colocada em uma mesa em frente ao Templo Sagrado.** [...] A Igreja apoia e defende a liberdade de expressão, mas o direito de se expressar não significa dizer que não haja a imposição de limites éticos, morais e legais (**Nota de repúdio da Arquidiocese de Teresina**).

[...] sob pretexto de protesto político, uma mulher foi amarrada pelos pés e mãos e colocada nua em cima de uma mesa com uma fruta na boca. [...] **A exibição de uma mulher nua no adro da Igreja não pode ser vista como normal ou apenas como o exercício de liberdade de expressão**, pois o direito de se expressar não indica que não haja imposição de limites éticos, morais e legais, bem como não deve significar a liberdade absoluta para se fazer o que quiser e afrontar a liberdade de credo e crença, sejam elas de qual natureza for (**Nota de repúdio da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PI**).

[...] sob pretexto político, uma mulher foi amarrada pelos pés e mãos e colocada nua em cima de uma mesa com uma fruta na boca. O CRA PI defende a liberdade de expressão, mas **somos a favor da proteção da sociedade através da moral e dos costumes** [...] (**Nota de repúdio do CRA-PI**).

Com base nos trechos acima, os fragmentos de textos comuns a essa *rede*, além de fazerem alusão à artista despida, mencionam a defesa da moral, dos bons costumes e impõem limites à liberdade de expressão. De acordo com a nota de repúdio da Arquidiocese de Teresina, “A Igreja

apoia e defende a liberdade de expressão”; ainda que isso esteja explícito na nota de repúdio, o propósito da manifestação artística é ocultado em detrimento da “imposição de limites éticos, morais e legais”. O “limite moral” ultrapassado pela performance artística constitui o fator chave para a produção, distribuição e consumo desse texto. Em outras palavras, na crítica presente na nota de repúdio da Arquidiocese de Teresina, há um apagamento da proposta da performance artística (crítica à má gestão do governo Bolsonaro frente a pandemia), enfatizando apenas a “violação” da liberdade de expressão a partir de uma performance realizada por uma mulher nua em frente a uma igreja.

O mesmo pode ser visualizado nas notas do CRA-PI e da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PI, em que, para a primeira, “O CRA PI defende a liberdade de expressão, mas somos a favor da proteção da sociedade através da moral e dos costumes”; e para a segunda, cujos presidente e vice-presidente são homens, “A exibição de uma mulher nua no adro da Igreja não pode ser vista como normal ou apenas como o exercício de liberdade de expressão, pois o direito de se expressar não indica que não haja imposição de limites éticos, morais e legais”.

Apesar de as três instituições em tela declararem explicitamente, nas notas, que apoiam e defendem a liberdade de expressão, esse argumento parece se contradizer no momento em que elas repudiam a performance da artista, uma vez que, conforme o artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras⁹”. Além disso, o ato artístico em voga é assegurado pela Constituição Federal (CF), em seu artigo 5º, a saber:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igual-

9 Fonte: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 7 ago. 2021.

dade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (BRASIL, 2016 [1988], p. 13)¹⁰.

Outro aspecto visualizado na *rede de textos* está relacionado ao fato de haver uma generalização do impacto da performance da artista, na medida em que o ato é considerado, segundo as notas da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PI e do CRA-PI infra (os grifos são nossos), como um desrespeito às próprias mulheres:

É inaceitável nos depararmos com manifestações como a acima noticiada, afrontando a crença católica (ou qualquer outra crença) e **menosprezando o sexo feminino (Nota de repúdio da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PI).**

[...] somos contra as manifestações de intolerância religiosa e de **agressões às mulheres (Nota de repúdio do CRA-PI).**

Com base nos excertos anteriores, podemos perceber que, para a maioria dos textos da *rede* em análise, a performance artística, realizada por uma mulher, contribui para “menosprezar o sexo feminino” e para a “agressão às mulheres”. A partir disso, podemos perceber as relações de dominação sobre o corpo feminino. Nesse sentido, além de haver um silenciamento sobre o intuito da performance, evidenciando o corpo nu da artista visual, há uma visão deturpada a respeito do impacto da manifestação da artista em outras mulheres. Isso mostra a imposição, a dominação e o silenciamento que há sobre os corpos femininos no meio social, como se o corpo de uma mulher fosse apenas “sagrado” e não político. Isso vai ao encontro de dois trechos bastante similares das notas de repúdio. São eles: i. [...] **sob pretexto de protesto político**, uma mulher foi amarrada pelos pés e mãos e colocada nua em cima de uma mesa com uma fruta na boca (**Nota de repúdio da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PI**; grifos nossos); ii. [...] **sob pretexto**

10 BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

político, uma mulher foi amarrada pelos pés e mãos e colocada nua em cima de uma mesa com uma fruta na boca (**Nota de repúdio do CRA-PI**; grifos nossos).

As vozes presentes em tais fragmentos apontam que, “sob pretexto político”, uma mulher violou limites morais e éticos da liberdade de expressão usando seu corpo para concretizar sua denúncia social. Isso se agrava ainda mais pelo fato de a performance ser executada no adro de uma igreja católica. O “pretexto político” é ocultado em todas as notas de repúdio. Esse apagamento denota uma legitimação das relações de dominação sobre os corpos das mulheres, em que eles devem ocupar posições subalternas na sociedade. Para a ideologia dominante e suas relações assimétricas (cf. FAIRCLOUGH, 2001), um corpo feminino não pode ser uma ferramenta de denúncia social.

Podemos perceber, com efeito, por meio da produção, distribuição e consumo da *rede de textos* sobre a performance “Cardápio 29”, que uma mulher utilizando seu corpo para exercer o direito de denunciar o genocídio em curso no Brasil é um crime mais grave que vivenciar a miséria, o aumento de violência, o descaso e a má gestão governamental em nosso país. A partir dos desdobramentos das vozes contidas na *rede de textos* em análise, notamos que a dominação sobre o corpo das mulheres ainda é um dos “braços” que sustentam as relações de poder na sociedade. O estranhamento ao uso do corpo feminino como uma ferramenta política contribui para legitimar discursos e ideologias machistas. Além disso, a denúncia social através do corpo feminino concretizada nas proximidades de templos religiosos também mostra que a dominação sobre os corpos das mulheres é permeada por discursos de fundamentalismo religioso.

CONCLUSÃO

O presente estudo, pautado nos pressupostos teórico-metodológicos da ADC, juntamente com o aparato oportunizado pela ADTO, de orientação dialético-relacional (cf. FAIRCLOUGH, 2001), permitiu descrever a existência de uma *rede de textos*, como evidência intertextual, em

torno da manifestação artística “Cardápio 29”, que ocorreu em frente à Igreja São Benedito, durante um protesto contra o governo Bolsonaro, no dia 29 de maio de 2021, na cidade de Teresina (PI). Desse modo, a análise linguístico-discursiva pretendida levou em conta três textos, quais sejam: as notas de repúdio divulgadas pela Arquidiocese de Teresina, pela Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-Piauí e pelo CRA-PI, *rede de textos* esta que surgiu com o intuito de repudiar a performance artística em tela.

As análises mostram que o discurso propagado na *rede de textos* distorce/apaga a proposta da performance de criticar a atuação omissa e negacionista do governo Bolsonaro diante da pandemia de covid-19, uma vez que as notas direcionam seu argumento para criticar a artista, seu corpo nu e o fato de que ela realizou o ato em frente a uma igreja na capital piauiense, como se isso fosse ofensivo à moral, à religião, à ética e até às próprias mulheres.

Além disso, a *rede de textos* analisada impõe limites à liberdade de expressão da artista. Isso porque, apesar de as três instituições declararem explicitamente nas notas que apoiam e defendem a liberdade de expressão, esse argumento parece se contradizer quando elas repudiam a performance, que é assegurada tanto pela DUDH quanto pela CF.

Há, ainda, na *rede de textos*, mais especificamente nas notas da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PI e do CRA-PI, uma generalização do impacto da manifestação artística, uma vez que esse ato é considerado um desrespeito às próprias mulheres. Isto é, conforme os textos, o ato, mesmo tendo sido realizado por uma mulher, é algo que menospreza e agride as mulheres. Por fim, este estudo se mostra relevante porque, a partir da articulação da análise linguístico-discursiva e da análise social, evidenciou a ideia de que a objetificação do corpo da mulher é algo, ainda, perpetuado e legitimado por instituições detentoras de poder, mesmo quando há uma denúncia social utilizando esse corpo.

REFERÊNCIAS

- BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de análise. *In*: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. **Análise de Discurso Crítica**: para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- CANINI, R. **Os efeitos do discurso sobre a violência**: uma análise do crime de ódio no Brasil. 2020. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Economia) – Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.
- D’AVILA, M. **E se fosse você?** Sobrevivendo às redes de ódio e *fake news*. Porto Alegre: Instituto E se Fosse Você, 2020.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 133-173.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Analysing discourse**: Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- KOCH, I. G. V.; BENTES, C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.
- MARQUES, E. L. *et. al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 36. Rio de Janeiro, 2020. Ministério da Saúde. COVID-19: Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- NOBRE, K. C. **Critérios classificatórios para processos intertextuais**. 2013. 129 f. Tese. (Doutorado em Linguística) – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2013.
- NOBRE, K. C.; BIASI-RODRIGUES, B. Sobre cadeias de gêneros. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 1, p. 213-230, jan./abr. 2012.
- VIEIRA, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2016.

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Alcilene Aguiar Pimenta
Gustavo Santos de Macedo
Jhussyenna Reis de Oliveira
Samantha Ellen de Souza

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, uma abordagem mais crítica e socio-política, no que se refere aos estudos da língua, do discurso e do poder, começou a se consolidar dentro da Linguística. Nesse ínterim, atrelada a outros movimentos sociais e culturais, ergue-se a Análise do Discurso Crítica (ADC), preocupada, especialmente, com os estudos de problemas sociais fundamentais em que sociedade e discurso estabelecem uma relação dialógica. No entanto, mesmo incluindo as dimensões social e política, as condições de produção do discurso ainda se mostram limitadas a uma perspectiva baseada na gramática, nas regras do discurso e no conhecimento de mundo, até que a atenção dos linguistas se voltou, de fato, ao contexto.

Em outros termos, a ADC é uma abordagem transdisciplinar ao estudo dos textos (unidade mínima de análise), que considera a linguagem como uma forma de prática social (FAIRCLOUGH, 2001). De acordo com Fairclough (2001), os textos são compreendidos na sua relação com as condições sociais, o que envolve as condições imediatas do contexto situacional e as condições das estruturas institucionais e sociais. Assim, as noções de texto, prática discursiva e prática social esclarecem a relação

dialética entre discurso e estrutura social. Neste capítulo, consideramos o discurso como parte da ação social, agindo e interagindo por meio da fala e/ou da escrita, e como “um evento comunicativo específico de uso da linguagem ou da interação verbal.” (BEAUGRANDE, 1997, p. 10).

Consideramos aqui as condições de produção como sendo uma concepção equivalente à de contexto, ancorados no posicionamento de Norman Fairclough. Para ele, o contexto está diretamente relacionado à prática discursiva, ou seja, a forma como se interpreta o que é dito ou escrito, em uma determinada situação, depende do tipo de discurso. Por isso, o autor leva em consideração o contexto de situação (a leitura da situação comunicativa) e o contexto sequencial (o tipo de discurso) para compreender o enunciado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 112).

Nesse sentido, objetivamos investigar, sob o viés do estudo do contexto na ADC, as condições de produção do pronunciamento oficial presidencial. Para tanto, selecionamos o discurso proferido pelo presidente Jair Messias Bolsonaro sobre a covid-19, realizado no dia 24 de março de 2020 (https://www.youtube.com/watch?v=VI_DYb-XaAE) e disponibilizado pelo Planalto, canal oficial da Presidência da República Federativa do Brasil no YouTube. Para analisá-lo, levamos em consideração o *Significado Acional* postulado por Fairclough (2003), dentro de sua Abordagem Dialético-relacional. Dessa forma, delimitamos como objetivos específicos: I– Descrever a conjuntura histórico-social que envolve as condições de produção do pronunciamento oficial do presidente Jair Messias Bolsonaro sobre a covid-19; II– Analisar os aspectos linguístico-discursivos inerentes ao significado acional (gênero, produtor e destinatário).

A seguir, apresentamos o aparato teórico-metodológico que irá nortear a análise.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As condições de produção, entendidas de maneira macro, funcionam como um verdadeiro emaranhado de fios, os quais sustentam os discursos. De forma específica, as condições de produção, também,

podem funcionar como uma categoria analítica. Inicialmente, pontuamos alguns teóricos que problematizam as condições de produção a partir de aspectos específicos.

O trabalho do analista crítico inclui o desafio de organizar, agrupar, classificar e esmiuçar exaustivamente cada um desses fios, na busca por uma compreensão sóbria e, ao mesmo tempo, engajada dos problemas sociais. Nesse sentido, van Dijk (2003, p. 144) afirma que “a Análise Crítica do Discurso centra nos problemas sociais e, em especial, no papel do discurso na produção e na reprodução do abuso de poder ou da dominação”.

Em Bazerman (2007), é possível compreender o contexto como o conjunto de todos os fatores que dão forma a um momento no qual uma pessoa se sente compelida a se manifestar simbolicamente. Tal expressão se materializa em um determinado gênero discursivo, visto como sinalizador de diferenças multidimensionais mais profundas da situação, da interação e do significado aplicados ao contexto de produção e recepção do gênero em destaque.

Já Machado (2009, p. 5) vai um pouco mais além quando afirma que “a inter-relação entre texto e contexto provoca predições, o que é uma excelente perspectiva porque ajuda a entender como se dá a troca de sentido e a interação”; ou seja, contexto não apenas pode fornecer informações sobre a situação específica de um evento passado, mas é peça importante também para a compreensão das situações futuras. Esse ponto é especialmente relevante se pensado sob a ótica da mudança social – um dos principais pilares dos estudos críticos do discurso.

Heberle (2018) demonstrou a estreita relação entre o contexto e as metafunções definidas na LSF, que é uma das raízes epistemológicas da ADC. De acordo com a autora, as escolhas léxico-gramaticais estão diretamente ligadas ao contexto de cultura, além do contexto de situação, que somado ao primeiro revela modos de ser, de agir e de representar. Em Castilho (2013) encontramos que as noções de contexto de situação e contexto de cultura são importantes para entender a linguagem como “potencial” (que se refere às possibilidades linguísticas) e como “real”

(que se refere à escolha particular dessas possibilidades). O contexto de situação é, portanto, mais particular e restrito enquanto o contexto de cultura é mais abstrato e geral, ligado ao sistema social. É exatamente o conjunto desses dois que formata o que consideramos aqui como “condições de produção”.

Nessa direção, Fairclough (2001, p. 115) pontua que o contexto implica mais especificamente um “contexto de situação”, ou seja, o analista do discurso chega a uma interpretação da totalidade da prática textual da qual o discurso faz parte e tais interpretações conduzem a outros sentidos do texto. Dessa forma, a maneira como um contexto afeta a interpretação de um texto varia de um discurso para o outro. Assim, para o autor, o componente acional do contexto faz parte de seu “significado interpessoal, a ação social que realiza, que ‘ato(s) de fala(s)’ desempenha (dar ordem, fazer pergunta, ameaçar, prometer etc.)” e, por consequência, a força do enunciado.

A força do enunciado, em maior ou menor grau, está relacionada às tessituras de poder, ponto destacável quando do estudo na perspectiva da ADC. Para Bourdieu (1989, p. 11), as “diferentes classes [...] estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição de mundo social mais conforme aos seus interesses” e, desta forma, todo exercício de poder subentende um determinado grupo social que torna, relativamente, estáveis relações de dominação.

Estudar modelos de contexto, sob esse ângulo, implica analisar aspectos não apenas do discurso, mas da situação comunicativa, o que vai incluir a própria percepção pessoal, que é sempre variável, e a posição ideológica.

Noutro sentido, abrimos espaço para justificar a relevância de analisar o discurso de lideranças públicas, nesse caso, do principal líder de um país: o presidente. A partir de seu lugar de privilégio, o contexto modifica todos os efeitos decorrentes da enunciação, levando o discurso a uma instância também de privilégio, assimetria e, por fim, hegemonia. Um aluno, por exemplo, eleito o líder da turma, passa a exercer poder junto aos demais colegas os quais, até outrora, eram “seus semelhantes”.

Trata-se, portanto, de um poder inerente ao lugar social possibilitado pelo maior acesso ao discurso público, uma vez que se amplifica a ressonância discursiva desse interlocutor que é integrante inevitável de uma elite:

As elites, assim definidas, são literalmente o(s) grupo(s) da sociedade que têm “mais a dizer” e, portanto, também têm “acesso preferencial às mentes do público em geral”. Como líderes ideológicos da sociedade, eles estabelecem valores, objetivos e preocupações comuns; formular o senso comum, bem como o consenso, tanto no nível dos indivíduos quanto no nível dos líderes das instituições dominantes da sociedade (VAN DIJK, 2002, p. 194-195, tradução nossa).

Ao observar falas de pessoas influentes em matérias da *Revista Veja* e relacioná-las à propagação e manutenção de uma cultura de ódio no país, Monte e Batista Jr. (2020, p. 107) reconhecem a possibilidade de uma autorreflexão viabilizada diante das “condições de produção encontradas nos contextos social e histórico constituintes da cultura na qual o sujeito está inserido”. A pesquisa considera, ainda, o posicionamento dos cidadãos políticos influentes atrelado, em especial, a essas condições de produção. Em outros termos, as pessoas ocupantes de determinados cargos constituem em si mesmas contextos determinantes para a naturalização de ideologias, nesse caso, ideologias de ódio.

Aqui cabe uma ressalva, a partir do que propõe Bauman (2005, p. 34), quanto à fluidez das relações humanas e ao sentimento generalizado de medo. Vivenciamos o fenômeno da globalização, ou seja, a passagem da modernidade sólida (identidades rígidas e inegociáveis) para a modernidade líquida (identidades fluídas e negociáveis). Isso significa que o Estado não mais possui o poder/controla em manter a “união sólida e inabalável com a nação”. Há uma negociação de identidades mediante os contextos de produção dos discursos e, especialmente na política brasileira, tudo é passível de reordenamento.

O aparato teórico-metodológico da ADC serve a análises de textos vistos como produções sociais historicamente situadas, os quais dizem muito a respeito de nossas crenças, práticas, ideologias, atividades,

relações interpessoais e identidades (RESENDE; RAMALHO, 2006). Segundo Irineu (*et al.*, 2020, p. 160), para a ADC, “[...] as práticas sociais estão inseridas na vida social e perpassam âmbitos sociais diversos, como o econômico, o social, o cultural e outros”. Assim, dentro desses campos de existência, as práticas discursivas são frutos de constante negociação, entre interlocutores sob o espectro imanente do poder.

Por sua vez, para Fairclough (2001), as práticas discursivas estão relacionadas ao reconhecimento da relação mediadora entre o texto e a prática social, ou seja, envolvem os processos de produção, de distribuição e consumo dos textos, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com os fatores sociais.

Na perspectiva dialético-relacional, proposta pelo autor, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93).

Dessa forma, o autor classificou esse modelo de análise como tridimensional, tendo proposto, posteriormente, o modelo transformacional, no qual o discurso é dado como “uma dimensão das práticas sociais, que seriam constituídas também por elementos não discursivos como as crenças, valores, desejos, instituições e relações sociais.” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 29). Nesse novo modelo, fica mais evidente a forma como o ator social age por meio do discurso interferindo e sob interferência, podendo reproduzir ou transformar a prática social.

Fairclough (2003) entende que os discursos apresentam dimensões/significados distintos em atuação dialética com os textos, estruturando-os e conferindo sentidos a eles. Ele nos direciona a uma perspectiva de análise que visa olhar o texto com maior ênfase nas significações, as quais reforçam a perspectiva social sem, no entanto, deixar de abordá-los como multifuncionais. Assim, o autor afirma que os modos de agir (significado acional), os modos de representar (significado representacional) e os modos de ser (significado identificacional), nada mais são do que práticas sociais que figuram, respectivamente, como parte da ação, nas

representações que sempre são partes de práticas sociais e como constituição de modos particulares de ser.

ANÁLISE DE DADOS

Analisaremos, sob a categoria linguístico-discursiva condições de produção, o pronunciamento oficial do Presidente Jair Bolsonaro sobre a covid-19, levando em consideração o significado acional postulado por Fairclough (2003) que, nesse sentido, está associado ao conceito de gêneros discursivos e à sua organização e funcionamento. Focalizamos, assim, a análise do modo como agentes sociais interagem por meio de gêneros discursivos diversos. Fairclough (2003) argumenta que um texto pode misturar gêneros diferentes constituindo gêneros híbridos. No que se refere ao significado acional, neste capítulo, contemplamos a conjuntura histórico-social, o gênero pronunciamento, o produtor e o destinatário, conforme explanamos a seguir.

A metodologia desta análise, de base qualitativa interpretativista, foi organizada a partir do reconhecimento de um problema social que se evidencia no discurso praticado pelo presidente Jair Bolsonaro sobre a covid-19. Diante das manifestações populares que reivindicavam uma liderança efetiva para o país e a pandemia da covid-19 que exigia medidas urgentes para garantir o direito à vida à população, percebemos o contexto moldando as condições de produção do discurso.

Tomamos como base quatro subcategorias mobilizadas para o significado acional: a conjuntura histórico-social, o gênero, o produtor e o destinatário. De modo a alcançar a análise a que nos propomos, primeiramente, discutiremos acerca da conjuntura histórico-social e, posteriormente, analisamos os aspectos linguístico-discursivos.

De acordo com Bourdieu (2008), todo ato de fala é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes. Dessa forma, de um lado, estão as disposições, socialmente modeladas, definidas como capacidade linguística de engendramento infinito de discursos gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente

essa competência numa situação determinada. Do outro lado, existem as estruturas do mercado linguístico, que se impõem como um sistema de sanções e de censura específicas.

Ainda, segundo o sociólogo, esse modelo simples da produção e da circulação linguística como relação entre os *habitus*¹ linguísticos e os mercados nos quais eles oferecem seus produtos não visa recusar nem substituir a análise propriamente linguística do código. No entanto, ele permite compreender os erros e os fracassos aos quais está condenada a linguística quando se limita a analisar a competência linguística fora de tudo o que esta deve a suas condições sociais de produção, visto que é fundamental tentar dar conta do discurso em sua singularidade conjuntural também. Diante disso, é necessária uma reflexão analítica acerca da conjuntura histórico-social inerente ao *corpus* em estudo.

Enquanto grande parte do ocidente comemorava a chegada do novo ano (2020), um novo tipo de coronavírus, que não havia sido identificado em seres humanos, já se alastrava entre os continentes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), data de 31 de dezembro de 2019 o primeiro alerta recebido sobre casos de uma pneumonia desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou seu mais alto nível de alerta: a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Somente no dia 11 de março oficializou-se a crise sanitária mundial como a “pandemia” do novo coronavírus (o SARS-Cov-2), que ficou conhecido popularmente como covid-19.

A doença foi caracterizada pelo seu alto poder de transmissão e uma relativa mortalidade (se comparada com outras pandemias históricas), o que provocou a adoção de uma série de medidas de cuidados coletivos pelos diferentes Governos – muitas dessas medidas incluíram o isolamento social, o distanciamento e a proibição total de atividades

1 Segundo Bourdieu (2007, p. 191), o *habitus* é um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. Trata-se, então, de um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática. Isso ocorre devido ao sistema de práticas em que a pessoa inclui seus valores, crenças, além de veicular suas aspirações e identificações.

que envolvem aglomerações. Com isso, o objetivo dos países era evitar um problema considerado ainda mais grave: o colapso dos sistemas de saúde. Ao tempo em que a ciência buscava compreender o novo vírus e desenvolver antígenos, o mundo se polarizava quanto às medidas restritivas, já que implicavam no fechamento de atividades comerciais consideradas não-essenciais, fato este que gerou não apenas preocupação, mas grande insatisfação popular.

No Brasil, a pandemia encontrou um cenário já marcado por um sistema de saúde historicamente fragilizado. O governo, em todas as suas instâncias, passou a tratar de viabilizar os hospitais de campanha para garantir assistência aos infectados. Enquanto isso, o mesmo Governo, a nível federal, deu início a uma série de polêmicas diplomáticas e internas. A primeira delas foi provocada por uma fala do deputado Eduardo Bolsonaro (filho do atual presidente da república), na qual o deputado responsabilizou a China pela doença. No mesmo dia do pronunciamento que constitui nosso *corpus*, o presidente Bolsonaro tentava reatar laços com o presidente chinês Xi Jinping para contornar a situação. Isso porque a China era o principal parceiro comercial do Brasil, uma relação que, exatamente um ano depois desse episódio, se tornaria ainda mais essencial. Os chineses também representam o principal produtor de insumos usados na fabricação das diversas vacinas contra a covid-19.

O pronunciamento político do Presidente Jair Bolsonaro, selecionado para esta análise, foi ao ar em rede nacional, via rádio e televisão, no dia 24 de março de 2020, em uma terça-feira, no período noturno. Na ocasião, houve manifestações contra o presidente em várias cidades do país. Os “panelaços” promovidos por manifestantes, no interior de suas próprias residências, foram registrados e divulgados por veículos de imprensa. Manifestações nesse modelo já vinham ocorrendo desde o dia 17 de março de 2020 em virtude da insatisfação do povo com o presidente em relação ao combate à pandemia.

Após o pronunciamento, que foi em defesa do fim do “confinamento em massa” e da “volta à normalidade”, vários senadores usaram suas redes sociais para criticar a fala de Bolsonaro, que, segundo eles, contraria

cientistas, especialistas do setor de saúde e a OMS. Autoridades como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o primeiro vice-presidente da Casa, Antonio Anastasia, em nota, consideraram a fala de Bolsonaro “grave”. Alcolumbre e Anastasia apontaram, ainda, que o país precisaria de uma “liderança séria” e que o chefe do Executivo estaria na contramão das ações adotadas em outros países ao defender a reabertura de escolas e do comércio naquele momento.

Na referida data, o Brasil contabilizava um total de 2.271 infectados pelo novo coronavírus. Tendo sido registradas, até então, 47 mortes em todo o país: 40 delas no estado de São Paulo, capital brasileira considerada o epicentro do vírus; 6 mortes no Rio de Janeiro; e o estado do Amazonas registrou a primeira morte por covid-19 neste dia.

Nesse contexto, o Presidente, contrariando as diretrizes da OMS, em seu discurso, convocava as autoridades estaduais e municipais a abandonarem “o conceito de terra arrasada, a proibição de transporte, o fechamento de comércio e o confinamento em massa.” (BOLSONARO, 2020). Sua justificativa em defesa da necessidade de uma “volta à normalidade” era em prol da preservação do sustento das famílias. Mas sua postura, duramente criticada por várias autoridades políticas em todo o país e pela comunidade científica no mundo, só reforçou a precarização do mercado de trabalho e deixou vários brasileiros mergulhados em uma crise socioeconômica. Além disso, seu discurso colocou em xeque a credibilidade de diversos órgãos da saúde, a exemplo da OMS e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Outro aspecto que protagonizou divergências no país foi a indicação, em rede nacional, da cloroquina para o tratamento da covid-19, medicação que não tinha comprovação científica até aquele momento e que, posteriormente, foi apontada pela OMS como ineficaz para o tratamento desse novo vírus.

Durante o período pandêmico, a comunidade científica, em todo o mundo, reuniu esforços para desenvolver vacinas, imunizar a população e, assim, conter a disseminação do vírus; algumas, inclusive, desenvolvidas no Brasil. Porém, houve resistência por parte do governo brasileiro para

investir na compra dessas vacinas. O discurso do presidente se proliferou e foi adotado por seus diversos apoiadores que contribuíram para a descredibilização da vacina atrelados à proliferação de *fake news* como, por exemplo, um discurso pitoresco que ressalta a possibilidade de efeitos colaterais da vacina, sugerindo a ideia de que ao receber o imunizante, um cidadão poderia se tornar jacaré. Com base na perspectiva de Bourdieu (2008), ao desqualificar a vacinação, por meio de um discurso que antes descredibiliza a própria comunidade científica, o posicionamento negacionista do presidente revela uma violência simbólica. Para o autor,

A violência simbólica contida em todo discurso ideológico, enquanto desconhecimento que requer o re-desconhecimento, acaba se exercendo quando consegue fazer com que seus destinatários tratem tal discurso como ele quer ser tratado, vale dizer, com todo o respeito que merece enquanto forma por suas formas. Uma dada produção ideológica é tanto mais bem-sucedida quanto mais for capaz de desqualificar qualquer um que tente reduzi-la à sua verdade objetiva. É próprio da ideologia dominante dispor das condições para arrasar a ciência da ideologia tachando-a de ideológica (BOURDIEU, 2008, p. 151).

O Deputado Federal Luiz Henrique Mandetta, à época Ministro da Saúde, diante de divergências públicas com o presidente, em razão das estratégias para conter a velocidade do contágio da covid-19, anunciou, em seu Twitter, no dia 16 de abril de 2020, seu desligamento da pasta. Mandetta é médico e estava como Ministro da Saúde desde 1º de janeiro de 2019. O descompasso entre as orientações do órgão responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros e os discursos promovidos pelo Presidente culminaram na demissão do médico. Enquanto este era a favor do isolamento social, aquele priorizava a manutenção da economia com a continuidade das atividades no comércio.

Entre outros fatores envolvidos nessa conjuntura, os aspectos mencionados aqui, sem dúvida, contribuíram para o avanço da pandemia no

país. No quadro abaixo, sintetizamos pontos relacionados ao significado acional envolvido nas condições de produção, tais como a conjuntura histórico-social, o gênero, o produtor e o destinatário.

Na sequência, discutimos sobre os três últimos aspectos.

Quadro 1 – o significado acional envolvido nas condições de produção

Conjuntura histórico-social (Elementos extratextuais)	Pandemia covid-19: 17.241 mortes no mundo; Brasil: crise sanitária, econômica, diplomática e social; Pronunciamento presidencial em 24 de março de 2020; Panações foram realizados em cidades brasileiras; O Brasil contabilizava 2.271 infectados com total de 47 mortos; Noticiários mostram que várias autoridades políticas e comunidade científica discordam do posicionamento do presidente nesse discurso.
Gênero	Pronunciamento presidencial oficial; Declaração tomada por uma autoridade (relação de poder, propagação de valores e crenças aparentemente neutros); Estrutura do gênero pronunciamento: Boa noite. (Cumprimento inicial); Estamos juntos, cada vez mais unidos, Deus abençoe nossa pátria querida. (Despedida).
Produtor	Presidente Jair Messias Bolsonaro; Acredito (1ª pessoa do singular) em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença.
Destinatário	Imprensa brasileira; Todos os profissionais de saúde. Médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores que, na linha de frente; Nação brasileira.

Fonte: elaborado pelos autores

Para Bourdieu (2008), no princípio do sentido objetivo que se engendra na circulação linguística, há primeiramente o valor distintivo, que resulta do relacionamento operado pelos locutores, consciente ou inconscientemente, entre o produto linguístico oferecido por um locutor socialmente caracterizado e os produtos simultaneamente propostos num espaço social determinado. Há também o fato de que o produto lingüís-

tico só se realiza completamente como mensagem se for tratado como tal, isto é, decifrado. Além do fato de que os esquemas de interpretação que os receptores põem em ação em sua apropriação criativa do produto proposto podem ser mais ou menos distanciados daqueles que orientaram a produção. Por meio desses efeitos inevitáveis, o mercado contribui para formar, não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso. Dessa forma, partimos agora para a análise linguístico-discursiva propriamente dita, a qual, neste caso, diz respeito ao gênero, ao seu produtor e ao seu destinatário.

O gênero envolvido nesse *corpus* é o pronunciamento presidencial oficial. Trata-se de um gênero pertencente à esfera da comunicação pública, mais especificamente situado no domínio discursivo político. Soares (2008, p. 115) explica que “são originalmente escritos, para serem lidos publicamente em ocasiões formais”. Assim, sua concepção envolve, obrigatoriamente, a materialização textual escrita atrelada ao discurso oral. Nesse sentido, é importante ressaltar que a elaboração do texto é realizada por uma pessoa ou uma equipe para, em seguida, ser aprovada ou não por seu assessorado. Contudo, entendemos que ao revisar o texto e proferi-lo publicamente, o assessorado assume a responsabilidade por seus efeitos bem como partilha de ideias, valores e crenças embutidas.

Uma das características dos pronunciamentos é a formalidade, exigida de acordo com regras preestabelecidas e que podem variar segundo cada evento. No pronunciamento analisado, percebemos construções sintáticas claras, linguagem objetiva e uma estrutura formal (cumprimento, desenvolvimento, conclusão e despedida). Outro fator que deve ser ressaltado enquanto condição de produção desse gênero é o seu suporte. Isso porque a transmissão, ao vivo, em horário nobre, através de TV aberta e de canais de rádio, exige ainda maior rigor na clareza e no controle temporal da fala, reforçando a necessidade da elaboração escrita bem como restringindo a liberdade do presidente para possíveis improvisações. Soares (2008) considera, inclusive, que o pronunciamento presidencial oficial se inscreve nos dois domínios: o político e o midiático, o que nos permite concluir que o discurso atrelado ao pronunciamento oficial é atravessado por propósitos comunicativos que emergem dos dois campos.

Quanto à presença dos pré-gêneros, definidos em Fairclough (2003) como um aspecto composicional de menor estruturação e anterior ao gênero em si, prevalecem o narrativo e o argumentativo. Do ponto de vista lexical, são aplicados verbos e marcadores no passado que constroem uma “narrativa do êxito”, por meio da qual se evidencia um propósito comunicativo voltado para uma prestação de contas, típica dos discursos políticos. Observe:

Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação **coordenada pelos** ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, **surgiu** para nós um sinal amarelo. **Começamos a nos preparar para enfrentar** o coronavírus, pois sabíamos que, mais cedo ou mais tarde, ele chegaria ao Brasil (BOLSONARO, s.p., 2020, grifos nossos).

Esse excerto, que abre o discurso presidencial, também é a base para os argumentos que são apresentados a partir daí. Assim, essa narrativa de enfrentamento à pandemia, que se estende até o final do texto, vai sendo entrecortada por argumentos que sustentam posicionamentos políticos de Bolsonaro, como a sua desaprovação em relação à conduta da imprensa brasileira. Após narrar a atuação de sua gestão no primeiro momento da pandemia, ele encerra: “Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos”. O léxico **todos** representa a própria imprensa, uma vez que, imediatamente após essa oração, seguem-se dois parágrafos com argumentos que culpabilizam os meios de comunicação do país pela disseminação daquilo que o presidente denomina “histeria”, veja:

Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, **potencializado pela mídia**, para que **uma verdadeira histeria** se espalhasse pelo nosso país (BOLSONARO, s.p., 2020, grifos nossos).

Os léxicos sublinhados marcam uma mudança no padrão verbal que o discurso estava empregando. Agora, o pronome pessoal é alterado, o **nós** cede espaço para o **eles**, no intuito de extrair a responsabilidade da situação social do país e atribuí-la a alguém externo ao Governo, nesse caso, à imprensa (eles espalharam/anúncio feito por eles).

Assim, um outro propósito comunicativo mais particular ficou evidente: reforçar as posições políticas presidenciais que estavam no centro do debate público daquele momento histórico. Esse propósito é ratificado pelos três argumentos apresentados no pronunciamento: a oposição à imprensa brasileira que ele responsabiliza pelo caos público; a defesa de uma normalidade cotidiana com o incentivo principal voltado para a manutenção do mercado de trabalho; e a minimização dos impactos da doença com a apresentação de uma possível cura a caminho (representada pela cloroquina).

O final do discurso também recebe mais uma recolocação pronominal, agora um pouco mais longa, que ocupa os períodos finais da fala presidencial. Observe:

No meu caso particular, pelo **meu** histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria **me** preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão (BOLSONARO, s.p., 2020, grifos nossos).

Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença (BOLSONARO, s.p., 2020, grifos nossos).

Nesse momento, o **eu** assume o lugar central, o presidente agora explora mais as nuances midiáticas que o gênero pronunciamento proporciona e se coloca enquanto cidadão comum, sujeito ao vírus, para gerar uma identificação com o seu público. Van Dijk (2002) explica que, no discurso público, exaltar os próprios pontos positivos é uma estratégia ideológica, bem como reduzir os pontos negativos sobre si. Por outro

lado, apontar e enfatizar os pontos negativos dos outros são igualmente ações discursivas que produzem efeitos ideológicos (conforme já evidenciamos).

Quanto às relações de poder que se sustentam nesse gênero, especialmente, nesse *corpus*, há um lugar de privilégio do discurso público, comprovado e potencializado pelas especificidades de seu produtor e do destinatário desse discurso. Isso porque, do ponto de vista genérico, somente um cidadão ocupa o cargo de maior relevância política do país e, portanto, somente um único cidadão está imbuído de poder para fazer uso de um pronunciamento presidencial oficial. Esse lugar de fala implica na relação de dominação de um sobre todos, à medida que os efeitos desse discurso passam a ecoar em suas vidas, independentemente de suas vontades.

Conhecido por ser capitão do Exército brasileiro, Jair Messias Bolsonaro disputou sua primeira eleição em 1988 quando foi eleito para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e, depois, para a Câmara dos Deputados do estado carioca. Com um histórico de transição entre partidos, pouquíssimos projetos de leis aprovados e discursos de extrema-direita, fortalecidos a partir da incitação ao ódio e a violência, foi eleito, em 2018, Presidente da República.

Seu posicionamento ideológico fortemente marcado nunca escondeu suas perspectivas – sempre polêmicas – a respeito, especialmente, dos grupos minoritários, das mulheres, dos imigrantes e da defesa de uma política de extrema-direita.

Em 2013, o apresentador britânico Stephan Fry entrevistou Jair Bolsonaro para a minissérie documentário *Out there*, exibida pela emissora BBC. À época, o então deputado, filiado ao Partido Progressista (PP), posicionava-se contra a lei, ainda em debate no Senado, para a criminalização da homofobia, defendendo que “não existe homofobia no Brasil” (<https://cutt.ly/mQn30dQ>).

No ano de 2016, então Deputado Federal, agora filiado ao Partido Social Cristão (PSC), posicionou-se a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Em seu discurso, ele homenageou o coronel Brilhante

Ustra, reconhecido pela Justiça como torturador durante a ditadura militar (<https://cutt.ly/6Qn5dyf>).

Já, em 2018, em ato de campanha no centro do Rio Branco, no Acre, Bolsonaro afirma: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr [...]. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá”. O político, na época candidato à Presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), praticou esse discurso ao simular, com um tripé de câmera de vídeo, atirar com um fuzil (<https://cutt.ly/IQn4KdT>).

Segundo Sousa (2019, p. 9), no “contexto da crise econômica e política que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, das denúncias de corrupção contra os governos petistas, dentre outros fatores, [...] os contornos de sua candidatura, [à presidência da república,] foram moldados especialmente pela internet”. E, diante da crise epidemiológica provocada pela covid-19, podemos constatar que sua atuação profissional só revelou a concretização dos discursos panfletários, como os citados nos parágrafos anteriores. Além disso, os ataques à ciência, à arte e à imprensa e seu posicionamento negacionista em meio aos problemas sociais só reforçam uma identidade discursiva que proclama o ódio e a violência, ingredientes amplificados no meio digital.

Diante desse contexto, o Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos empreenderam pesquisas que “revelaram [...] a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”.

No pronunciamento em análise, é possível ainda identificar uma marca muito característica nos discursos do produtor: a referência à religião. Observe:

Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença.

[...] Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o início, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar

vivendo neste novo Brasil, que tem tudo, sim, para ser uma grande Nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos, **Deus abençoe nossa pátria querida** (BOLSONARO, s.p., 2020, grifos nossos).

Nesse sentido, a negação à ciência se contrapõe a uma possível necessidade de defesa, em discurso público em rede nacional, dessa mesma ciência, mas com o reforço religioso. Isso se dá porque o produtor do discurso tangencia o real problema da pandemia ao impacto da mídia na população que, segundo ele, resultou em “pânico” e “histeria”.

Destacamos, por outro lado, que a marca linguística “nossa pátria querida” insere no discurso um traço de comunicação próprio desse produtor, não enquanto gestor público, mas enquanto candidato político – trata-se de uma bandeira política declarada por Bolsonaro e já reconhecida no imaginário social. Linguisticamente, portanto, o produtor assume a qualidade de candidato ideal à presidência do país (“neste novo Brasil”), colocando-se como capaz de resolver situações que são vistas como conflitantes naquele momento: combater o coronavírus e salvar a economia brasileira. Ademais, ao explorar o campo lexical religioso em: “Deus abençoe nossa pátria querida”, o produtor externaliza crenças e valores cristãos. Desse modo, ele consegue objetivar adesão do público, uma vez que 87% da população brasileira se declara cristã conservadora, de acordo com dados do último censo feito no país². Linguisticamente, o produtor afirma:

Devemos, sim, **voltar à normalidade**.

[...]

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma **gripinha ou resfriadinho**, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão (BOLSONARO, s.p., 2020, grifos nossos).

2 Dados públicos, gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

O advérbio “sim” precedido da expressão “voltar à normalidade” sinaliza um produtor que nega a periculosidade de contágio pelo vírus, indo na contramão das orientações dos órgãos de saúde e reforçando seu posicionamento em favor da continuidade das atividades econômicas e sociais. As marcações do diminutivo, em “gripezinha” e “resfriadinho”, são utilizadas para exemplificar a ação do vírus no próprio Presidente e para subestimar, de forma generalizada, os impactos causados pela Covid.

Não é possível afirmar que o discurso do presidente, em meio a uma pandemia, surpreende os brasileiros, haja vista seu histórico. Há um empreendimento à garantia de uma verdade construída para a manutenção da ordem do discurso: o representante da nação e suas garantias fundamentais. No entanto, atos normativos da União – normativas federais e vetos presidenciais –, atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia e propagandas contra a saúde pública³ conclamada pelo Presidente, deslegitima este pronunciamento e reforçam o seu perfil negacionista.

Em pronunciamento via cadeia nacional de rádio e TV, o produtor do discurso fez um apelo às autoridades para que estas evitem medidas como a proibição de transportes e o fechamento de comércio. Nesse sentido, ele se volta para os destinatários **autoridades estaduais e municipais** para que estes deixem de lado o discurso de “terra arrasada” e afirma que o país não pode parar em razão do vírus, uma vez que os empregos têm de ser preservados.

Percebemos, desse modo, um ponto de vista que interpela o destinatário a posicionar a manutenção da economia em primeiro plano e, assim, tem-se a presença de uma dicotomia: economia *versus* saúde.

Ele se direciona, também, aos **profissionais de saúde**, prestando-lhes homenagem por estarem trabalhando na linha de frente do combate à covid-19. Ao fazer isso, o produtor visa ganhar adesão desse público que, de acordo com os resultados da pesquisa *Condições de Trabalho*

3 Dados de 2021 disponibilizados pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) sobre o mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://cepedisa.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 1 out. 2021.

*dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19*⁴, teve sua vida alterada de modo significativo durante a pandemia. Os dados revelam que quase 50% admitiram excesso de trabalho ao longo desta crise mundial de saúde, com jornadas para além das 40 horas semanais, e um elevado percentual (45%) deles necessita de mais de um emprego para sobreviver.

O produtor ainda faz menção à **nação brasileira**, de modo geral, a qual apresenta-se polarizada entre aqueles que ainda apoiam as ideias do presidente, os que já apoiaram, mas mudaram de posicionamento, e os que nunca o apoiaram. Com o advento da pandemia, essa polarização ideológica da população brasileira se tornou ainda mais acirrada e perceptível. A divergência dos últimos anos envolve, de um lado, uma elite que exalta a democracia, mas busca a privatização do Estado, o extermínio de ações sociais e a concentração da riqueza para uma minoria; do outro, seguimentos sociais e partidos de esquerda em defesa da democracia e ações sociais, além da preservação e proteção do Estado.

Ademais, ao utilizar a sequência lexical “**nossa pátria querida**”, o produtor marca um destinatário em especial: ele se dirige ao **cidadão** a partir do apelo ao sentimento de patriotismo. Esse cidadão, que se identifica enquanto patriota, é essencialmente o destinatário mais relevante para o pronunciamento oficial aqui analisado. Em uma situação de oposições profundas ao seu Governo e uma crise sanitária e social que afetou a nação em todas as suas esferas, era crucial que o seu discurso público fosse cirúrgico no sentido de produzir efeitos que minimizassem a crise, refletissem a esperança nacional e que reforçassem o orgulho que seus seguidores.

O jornalismo e os meios de comunicação de massa atuam na sociedade por meio do enquadramento de notícias que são levadas a conhecimento público, incluindo a agenda política sobre debates, eleições, atos legais ou ilegais que acontecem na sociedade. Desse modo, é fundamental perceber, no pronunciamento presidencial e fora dele, o papel do quarto poder, representado pela imprensa. Essa ideia de quarto poder surgiu a partir de meados do século 19 como recurso no meio de

4 Dados da pesquisa realizada pela Fiocruz, em 2021, em todo o território nacional. Disponível em: <https://cutt.ly/jQOCiIt>. Acesso em: 1 out. 2021.

sociedades democráticas. Desse modo, a imprensa seria um órgão responsável por fiscalizar os abusos dos três poderes originais (Legislativo, Executivo e Judiciário). Esse poder, representado pela imprensa, teria como dever denunciar violações dos direitos nos regimes democráticos (RIZZOTTO, 2012, p. 112).

Nesse sentido, em um primeiro momento, o produtor cita os **meios de comunicação**, afirmando que estes foram responsáveis por disseminar a “sensação de pavor”. E, no segundo momento, a **imprensa brasileira** é mencionada novamente, mas, desta vez, de forma elogiosa por causa da sua mudança de “editorial”, que passou a apelar por “calma e tranquilidade”. Essa mudança de tomada de posição da **imprensa brasileira** possibilita entrever um aspecto importante: o quarto poder não exerce mais, não em sua totalidade, o papel de fiscalizar os poderes e nortear os cidadãos, pois por ele agora passam filtros que são geridos por interesses particulares, ocultando informações e direcionando olhares.

CONCLUSÃO

No que se refere às relações de poder que permeiam o gênero pronunciamento, esta análise ratificou a posição privilegiada dos discursos públicos. Com base no *corpus* investigado, percebemos que pelo menos três linhas de poder se cruzam no pronunciamento presidencial: a primeira refere-se ao poder inerente ao produtor (presidente da república), a segunda está ligada ao poder conferido pelo discurso público (trata-se de uma fala de autoridade administrativa) e a terceira relaciona-se com o discurso midiático (impacto e elementos ideológicos próprios dessa prática discursiva).

Nesse sentido, no discurso presidencial, há um campo ideológico no qual impera uma luta de classes que, na perspectiva de Bourdieu (1989), constitui um poder simbólico. Assim, foi possível perceber a presença de formas linguísticas-discursivas que escondem, até certo ponto, lutas políticas e econômicas na estrutura desse discurso.

Em vista disso, as condições de produção, que incluíram aqui a conjuntura sócio-histórica relativa à pandemia da covid-19, somadas às especificidades de um produtor e destinatários conectados, por meio do pronunciamento investigado, demonstraram a presença de um discurso político-eleitoreiro marcado por contrastes em relação à prática discursiva presidencial cotidiana. É importante destacar que prevaleceu em nossas análises a presença de um produtor (presidente da república) que nega a gravidade da covid-19, indo na contramão das orientações dos órgãos de saúde e reforçando seu posicionamento em favor da continuidade das atividades econômicas e sociais no Brasil.

Verificamos, ainda, que, como pontuado por Fairclough (2001, p. 91), “os processos constitutivos do discurso devem ser vistos [...] em termos de uma dialética na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída”. Em outras palavras, as condições de produção compõem uma dimensão social que entrecruza produtor e destinatário na manutenção de um posicionamento ideológico. Sob a ótica da abordagem dialético-relacional, que explora as condições como contexto, percebemos que a dimensão potencial desta categoria permite que o analista sistematize processos como a produção, distribuição e consumo dos discursos ao tempo em que subtrai as relações de poder. Vale lembrar que o discurso, como modo de ação social, está sempre imbricado em suas condições de produção e, nesse sentido, ousamos dizer que elas também podem representar caminhos para mudanças discursivas e para a justiça social – principal ideal do analista de discurso crítico.

Diante do exposto, concluímos que as condições de produção, determinadas pelo contexto sócio-histórico e ideológico, permitem ao destinatário sair de um posicionamento ingênuo enquanto ouvinte-passivo, no caso do gênero discursivo sob análise, para uma posição ativa e autônoma de percepção social. Dessa forma, o discurso praticado pelo presidente Jair Bolsonaro sobre a covid-19 marca um espaço em que saber e poder se articulam na condução de um ideal predeterminado. Portanto, ignorar o contexto de produção do discurso apenas minimiza a ação dos sujeitos sobre o mundo.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BAZERMAN, C. **Escrita, gênero e interação social**. Traduzido e organizado por Judith Chambliss Hoffnagel e Angela Paiva Dionisio. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- BEAUGRANDE, R. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access do knowledge and society**. Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1997.
- BOLSONARO. Pronunciamento do Presidente da República Jair Bolsonaro. [S.l.; s.n.], 2020. 1 vídeo (4:58 min). Publicado pelo canal Planalto. 24 mar. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V1_DYb-XaAE. Acesso em: 19 de agosto de 2021.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difusão Editorial, 1989. p. 7-16.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CASTILHO, M. L. **O discurso de estudantes de licenciatura e negociação de identidades: uma abordagem crítico-discursiva**. Tese (Programa de Pós-graduação em Linguística) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/InmcFFK>. Acesso em: 6 mar. 2021.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London; New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.
- HEBERLE, V. M. Apontamentos sobre linguística sistêmico-funcional, contexto de situação e transitividade com exemplos de livros de literatura infantil. **Revista D.E.L.T.A.** 34.1. 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/9nmcdim>. Acesso em: 6 mar. 2021.
- IRINEU, L. M. *et al.* **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

MACHADO, R. F. Sentido, estrutura e contexto situacional. **Anais do Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (V Sigid)**. Universidade de Caxias do Sul, 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/EnmcrY8>. Acesso em: 6 mar. 2021.

MEURER, J. L. Ampliando a noção de contexto na linguística sistêmico-funcional e na análise crítica do discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. esp., p. 133-157, 2004.

MONTE, D. S.; BATISTA JR., J. R. L. Discussão sobre o aumento do discurso de ódio nas redes sociais: uma análise bibliográfica. Rio Branco: **Revista Gadel**, v. 01, n. 2, p. 102-108, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/hnmvWg>. Acesso em: 6 mar. 2021.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIZZOTTO, C. **Constituição histórica do poder na mídia no Brasil**: o surgimento do quarto poder. PUC-PR, 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/FQOCswb>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOARES, E. A. L. **A construção/interpretação do Referente “espetáculo político” no Discurso político-presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva**. Belo Horizontes, 2008. 274f. Disponível em: <https://cutt.ly/bTF7naj>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SOUSA, Í. J. de. Bem antes da eleição: Uma análise da campanha permanente promovida por Bolsonaro durante a 55ª legislatura (2015-2018). **COMPOLÍTICA8**, Brasília, 17 de maio de 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/dnH69Y3>. Acesso em: 14 jun. 2021.

VAN DIJK, T. A. Discurso y racismo. Traducción: Christian Berger. **Persona y Sociedad**. Universidad Alberto Hurtado, ILADES. v. 15, n. 3, p. 191-205, 2002. Disponível em: <https://cutt.ly/YnWoazQ>. Acesso em: 31 maio 2021.

VAN DIJK, Teun A. La multidisciplinaridad del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 143-177.

GÊNEROS DISCURSIVOS

Gustavo Cândido Pinheiro
José Alves Ferreira Neto
Klausney Muniz Sampaio
Maria Natália Coelho da Silva

INTRODUÇÃO

Os gêneros discursivos, entidades que modelam as práticas sociais e são moldadas por elas, constituem-se como uma categoria relevante nos estudos da Análise de Discurso Crítica (ADC) na vertente dialético-relacional (FAIRCLOUGH, 2001, 2003). Ao analisar as relações entre linguagem e sociedade, esse pesquisador elucida que o discurso se realiza de três maneiras: como gêneros, que condizem aos modos de agir; como discursos, que correspondem aos modos de representar; e como estilos, que correspondem aos modos de ser.

Neste capítulo, nosso objetivo é analisar, a partir dos postulados de Fairclough (2001, 2003), o modo como o discurso se realiza enquanto gênero, ou seja, como modos de agir. Para tanto, pretendemos investigar as dimensões de atividade, que serão mais bem detalhadas na seção de análise, de relações sociais e de tecnologias de comunicação na constituição do gênero charge.

Nesse sentido, seguimos o pressuposto de que os gêneros são elementos de ordens de discurso no nível da prática social que se configuram como meios relativamente estáveis (BAKHTIN, 2000) e duráveis de (inter)agir discursivamente. O que se verifica, portanto, é que os

gêneros são “o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65, tradução nossa)¹.

Ramalho (2010), nessa perspectiva, assevera que um fator essencial ao se analisar os gêneros discursivos, no âmbito da ADC, é levar em consideração que eles não são categorias puramente linguísticas, uma vez que não somente estabelecem relações entre os sujeitos sociais, mas também exercem ação de uns sobre outros, a qual pressupõe a distribuição de poder na sociedade. É nessa vertente teórica “que se entende que gêneros, como maneiras de agir e relacionar-se discursivamente em práticas sociais, implicam relações com os outros, mas também ação sobre os outros, e poder” (RAMALHO, 2010, p. 96).

Frente a essas questões, pretendemos, com o presente estudo, colaborar para a compreensão de como a categoria de gênero discursivo pode ser investigada a partir dos pressupostos epistemológicos da ADC, com base nos postulados preconizados por Fairclough (2001, 2003) e discutidos e desenvolvidos por outros pesquisadores, como Resende e Ramalho (2006) e Ramalho (2010).

O nosso *corpus* de análise é composto por uma charge que demonstra a relação entre gênero e poder no tocante à temática sobre os embates discursivos entre o discurso negacionista, praticado pelo presidente Bolsonaro, *versus* o discurso daqueles que acreditam e defendem a ciência diante do contexto pandêmico vivenciado pelo Brasil, o que é de suma importância para a compreensão desse gênero na conjuntura brasileira atual. O texto que compõe o *corpus* foi publicado no *blog* Charges do Bruno, em abril de 2020, período em que a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus ocupava espaço central nos debates realizados pela mídia no que tange à crise sanitária e econômica do país. Dessa forma, o contexto de produção, distribuição e consumo do texto reflete os episódios envolvendo os embates discursivos acarretados pela pandemia no Brasil, o que demonstra a importância do nosso estudo com vistas a descrever e explicar como embates discursivos podem ser projetados no gênero charge.

¹ Genres are the specifically discursive aspect of ways of acting and interacting in the course of social events.

Enfatizamos, por conseguinte, que a discussão teórico-metodológica e a análise empreendida nesta pesquisa podem propiciar contribuições significativas para o entendimento não só dos aspectos léxico-gramaticais e textuais do gênero charge, mas também das dimensões sociais, culturais, ideológicas e políticos implicados na produção desse gênero discursivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Analistas críticos de discurso (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006; RAMALHO, 2010; MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017) utilizam a noção de *gênero discursivo*, ao mesmo tempo, como uma categoria de análise de textos e como uma noção que remete a questões sociais mais amplas. Por meio dos processos analíticos, descritivos e interpretativos sobre as características dos textos como elementos integrantes de gêneros discursivos específicos, discute-se, por um lado, temas de análise textual: cadeia de gêneros; mistura de gêneros em um texto particular; estruturas léxico-gramaticais, textuais e discursivas, e, por outro, temas vinculados à pesquisa social: relações de poder; ideologia e hegemonia; hierarquia e solidariedade; esfera pública; mudança social, mudança tecnológica e mudança discursiva; globalização e desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação (FAIRCLOUGH, 2003).

Uma das definições clássicas de gêneros discursivos os conceitua como “tipos de enunciados relativamente estáveis, caracterizados por um *conteúdo temático*, uma *construção composicional* e um *estilo*. Falamos sempre por meio de gêneros no interior de uma dada esfera de atividade” (FIORIN, 2009, p. 61). Para atender aos objetivos de pesquisa, a ADC intervém nesse assunto propondo caminhos próprios de análise de gêneros. Nessa perspectiva, utiliza-se como subcategorias as noções de: (1) atividade social (subdividida em propósito, tema e estrutura genérica); (2) estilos e relações sociais; e (3) tecnologia de comunicação. Vejamos, a seguir, cada uma dessas noções.

Nesta área de pesquisa, os gêneros discursivos são entendidos como mais do que um conjunto de textos que apresentam traços comuns. Concebe-se que os gêneros são associados a tipos de atividades sociais ou a práticas sociais (RESENDE; RAMALHO, 2006). Em algumas práticas sociais, a linguagem é muito importante – tem centralidade – como em uma palestra ou na escrita de um artigo científico; em outras, a linguagem tem um papel auxiliar ou secundário, como em uma troca de pneu por um mecânico ou em uma partida oficial de vôlei. Podemos dizer, então, que as atividades sociais são realizadas por meio do uso da linguagem. Portanto, as atividades sociais, em parte, acontecem mediante a manifestação de um determinado gênero discursivo.

As atividades sociais podem ser de diferentes tipos, entre elas: política, cultural, religiosa, esportiva, acadêmica, artística, científica, jurídica, literária etc. Dominar um modo social de agir e de fazer as coisas nessas atividades é, em grande medida, dominar um modo social de dizer, de atuar via linguagem. Os gêneros são parte da própria prática social dessas atividades. Cada gênero discursivo (assim como cada atividade) possui um ou mais *propósitos*. Os propósitos podem ser explícitos ou implícitos (muitas vezes, produtores de notícias e reportagens, por exemplo, não assumem o propósito de convencimento/persuasão de seus textos, alegando sempre o caráter objetivo-neutro dos gêneros jornalísticos). Como também, em alguns gêneros, um propósito é entendido como mais importante do que outros; há, frequentemente, hierarquia de propósitos. Lembremos, por exemplo, dos gêneros humorísticos, em que o principal objetivo é “fazer rir”, ainda que possam suscitar outros objetivos (POSSENTI, 2018).

Além de propósitos específicos, um gênero discursivo pode ser tratado a partir da noção de *estrutura composicional*, que seria o modo de organização/estruturação dos gêneros. Na terminologia de Fairclough (2001), a parte composicional do gênero é chamada de “estrutura genérica”, isto é, entende-se que o gênero se realiza por meio de uma sequência estruturada de ações. Entre essas ações, a de narrar, a de argumentar, a de expor, a de ordenar e a de dialogar são as mais prototípicas. Essas práticas são ao mesmo tempo textuais e sociais e é por meio delas que os

atores sociais compõem textos em diferentes gêneros (FAIRCLOUGH, 2001, 2003).

Todas as sequências podem aparecer na estrutura de um texto concreto, no entanto há sempre a predominância de alguma delas em gêneros específicos. Por exemplo, em notícias predominam as sequências narrativas; em artigos científicos, as argumentativas; em entrevistas, as dialogais. O analista de discurso de orientação crítica tem interesse em entender quais os efeitos ideológicos do uso dessa ou daquela sequência discursiva nos textos.

Uma outra característica dos gêneros discursivos é o fato de que eles abordam *temas* específicos, visto que cada gênero se especializa em tratar de certos assuntos, tópicos, conteúdos etc. Segundo Fairclough (2001), em ADC é preferível usar o próprio termo discurso (em seu sentido abstrato), significando modo de construir sentidos a partir de posições sociais particulares. De acordo com esse autor (2001, p. 164):

Há uma boa razão para usar “discurso” em vez desses termos tradicionais: um discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos – áreas de conhecimento – somente entram nos textos na forma mediada de construções particulares dos mesmos.

Falemos agora da relação entre gênero discursivo e *estilo*. Na reflexão feita por Fairclough (2001), o estilo de um gênero se associa a três parâmetros. Primeiro, dependerá do “tipo de relação que existe entre os participantes na interação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 163). Nesse aspecto, são usados termos como estilo formal, estilo informal, estilo oficial, estilo objetivo, estilo neutro, estilo familiar, estilo casual, estilo íntimo etc. Aqui, o termo estilo é sinônimo de registro e diz respeito a um contínuo de formalidade/informalidade dos eventos comunicativos. Em Fairclough (2003), esse aspecto é discutido em conexão com as *relações sociais* que os próprios gêneros põem em funcionamento no que diz respeito aos processos de hierarquia ou de solidariedade entre organizações

e indivíduos. Essa discussão procura colocar uma lupa analítica sobre as relações de poder entre as instituições e grande parcela da população.

No segundo aspecto, o estilo do texto é pensado como modo de linguagem. Nesse ponto, podemos classificá-los como textos escritos, textos falados ou a combinação dos dois. Em função disso, o texto pode ser “escrito-para-ser-falado, escrito-como-se-falado, falado-como-se-escrito” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 163). Em discussão posterior, esse autor (FAIRCLOUGH, 2003) passou a incorporar a compreensão da Semiótica Social sobre a centralidade da multimodalidade em textos contemporâneos (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001). Por fim, no terceiro aspecto, Fairclough (2001) ressalta que a argumentação, a descrição e a exposição, entendidos como modos retóricos, têm também dimensões estilísticas, assim como composicionais.

Assim, ressaltamos que os gêneros discursivos se realizam mediante alguma *tecnologia de comunicação*. Fairclough (2003) apontou possibilidades que resultam do entrecruzamento entre comunicação bidirecional, comunicação unidirecional, comunicação mediada e comunicação não mediada, quais sejam: (1) bidirecional não mediada (por exemplo: conversa oral face a face); (2) bidirecional mediada (por exemplo: telefonema, e-mail, videoconferência); (3) unidirecional não mediada (por exemplo: leitura); (4) unidirecional mediada (por exemplo: as possibilitadas pelos meios de comunicação, como imprensa, rádio, televisão, internet). De acordo com esse pesquisador “o desenvolvimento em novas tecnologias de comunicação ocorre em simultaneidade com o desenvolvimento de novos gêneros” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 77, tradução nossa)². Nesse sentido, o analista crítico de discurso tem lidado, cada vez mais, com gêneros discursivos surgidos com as novas tecnologias de comunicação, como é o caso da comunicação mediada unidirecionalmente e bidirecionalmente, com ênfase nas mediações eletrônicas da internet.

Como se percebe, essa reflexão provém do final da década de 90, publicada no início dos anos 2000. Nos dias atuais, essa classificação

2 The development of new communication technologies goes along with the development of new genres.

pode ser revista, ampliada e sofisticada para atender às múltiplas possibilidades tecnológico-comunicativas que têm emergido no mundo digital (BARTON; LEE, 2015). No entanto, duas ponderações feitas por Fairclough (2003) permanecem relevantes e se desdobram em pesquisas recentes. A primeira se refere ao caráter multimodal (multisemiótico) dos textos. Já naquela altura e sobretudo agora, os gêneros combinam diferentes modalidades semióticas para a produção de sentido, entre elas: o verbal, a imagem estática, a imagem em movimento, os sons, as cores, a diagramação etc. na composição dos textos. O analista precisa atentar para essas possibilidades, bem como as nuances de sentidos, visto que “recursos semióticos se combinam para produzir significados diversos, aos quais atribuímos valores culturais de acordo com certas ideologias” (CALDAS-COULTHARD, 2016, p. 217).

A segunda diz respeito à relação entre *novos gêneros discursivos* e *dominação social*. Cada vez mais, a linguagem, o texto (e, portanto, os gêneros discursivos) têm desempenhado um papel fundamental nas tecnologias a serviço da manutenção do poder. As decisões de alto-comando se dão por meio da leitura e escrita de textos. Milhares de dólares podem ser transferidos após um pequeno comando textual seguido de um clique. Para Fairclough (2003), novos gêneros são importantes para a própria forma de atuar da presente fase da globalização econômica, marcada pela centralidade da linguagem nos processos produtivos e complexos de inovação tecnológica.

Para fundamentar noções pertinentes ao gênero charge, que analisamos neste trabalho, é importante elucidar o que afirma Ramos (2009) acerca da distinção tênue entre esse gênero e a tira, pois afirma que eles:

são textos unidos pelo humor, mas diferentes no tocante às características de produção (...) a charge aborda temas do noticiário e trabalha em geral com figuras reais representadas de forma caricata, como os políticos; a tira mostra personagens fictícios, em situações igualmente fictícias (RAMOS, 2009, p. 16).

Por ser um gênero com potenciais recursos multimodais em sua composição, a charge normalmente recorre ao uso do modo visual e do texto escrito na produção de sentido, sendo este inserido em balões de fala e/ou de pensamento para reproduzir os enunciados associados aos “personagens” em cena. A princípio, vale ressaltar, a charge era veiculada em jornais e revistas; com o advento da internet e das possibilidades de interação e de compartilhamento mediadas pela Web 2.0 e o âmbito das redes sociais, ela passou a ter como espaço privilegiado de publicação e circulação o ciberespaço, o qual é marcado pela reação em cadeia de seus consumidores/leitores. Apesar disso, verifica-se que o gênero não sofreu alterações significativas em seu formato, apenas no trânsito de distribuição e de consumo nas mídias digitais.

Em sua acepção, a charge é um gênero situado em tempo e espaço específicos, veiculado por uma entidade ou por alguém que extrai um fato noticioso envolvendo figuras famosas e transforma, a partir disso, em um texto multimodal cujos atributos exagerados se preocupam em satirizar o comportamento de tal personalidade. De acordo com Fairclough (2003, p. 31), embora com configurações diferentes, os gêneros discursivos se interligam com certa regularidade; entendemos que esse fenômeno ocorre, sobretudo, na circunstância atual, em que os textos passeiam por diversos suportes e germinam outras composições que, de certo modo, evocam discursos que digladiam entre si e que desvelam formas de poder, de crenças e de valores ideológicos partilhados em espaços múltiplos.

Portanto, a charge é um gênero discursivo que discorre sobre temas situados em tempo e espaço específicos, geralmente apresentando um personagem da vida pública com traços exagerados (o nariz, por exemplo) a fim de articular humor e ironia. É uma composição que apresenta um forte teor de criticidade em determinada situação de ordem social ou política, isto é, um “texto contemporâneo, multissemiótico ou multimodal, envolvendo diversas linguagens” (ROJO, 2013, p. 19).

Finalizadas as reflexões acerca dos pressupostos que fundamentam o nosso estudo, demonstramos, na próxima seção, a nossa análise e a discussão dos resultados.

ANÁLISE DE DADOS

Desde o início de 2020, inúmeras problemáticas somaram-se à agenda turbulenta de notícias no Brasil, que passou a enfrentar a grave crise sanitária provocada pela covid-19. Vale pontuar que, antes das eleições de 2018, o país já atravessava um período de polarização política, marcado por disputas desde o início da Operação Lava Jato, um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal para investigar esquemas de corrupção envolvendo membros da Petrobras e políticos, e da condenação em segunda instância do ex-presidente Lula por envolvimento na compra do triplex em Guarujá (SP).

A investigação da Lava Jato contou com o apoio do Departamento de Estado americano e do alcance da mídia, que, muitas vezes, manipulava as informações veiculadas, favorecendo, portanto, os interesses de um lado específico, evidenciando, assim, que “as novas mídias digitais permitem o fracionamento e a fragmentação da esfera pública, impedindo a própria oposição entre verdade e mentira” (SOUZA, 2020, p. 168). Nesse sentido, Bolsonaro, que ocupava nesse período o cargo de deputado federal, usava as redes sociais de forma recorrente para propagar ideias afins com a extrema direita e com a prática de *fake news* ao compartilhar informações falsas e distorcidas com o objetivo de promover a insegurança e a revolta da população frente aos seus oponentes. Isso acaba contribuindo para que o discurso negacionista seja propagado com mais força, deturpando as ideias daqueles que são contra esse governo.

À luz dos eventos mencionados, podemos demarcar o que Korybko (2018) denomina como guerras híbridas ou guerras de ideias, que seriam uma modalidade de estratégia em que o objetivo não é mais atingir o oponente mediante o uso de um armamento bélico, mas sim a partir da difusão de ideias que podem enfraquecer um governo contrário às ideologias estadunidenses. Ao se verificar a queda do ex-presidente Lula e de Dilma, a ascensão de Bolsonaro como presidente em plena era Trump e as afinidades políticas e partidárias entre os dois estadistas, podemos evidenciar essas modalidades de conflito e destacar um ponto em comum entre Bolsonaro e Donald Trump: os discursos negacionistas,

escancarados, sobretudo, com o início da pandemia e as iniciativas para o seu combate, como a polêmica envolvendo o uso da hidroxicloroquina e o tratamento precoce.

Em 2018, antes de conquistar o poder, a campanha de Bolsonaro também ficou marcada pelos pronunciamentos de desprestígio e desrespeito a grupos minoritários, como a comunidade LGBTQIA+, os índios e os quilombolas. Em cadeia de reação, pessoas desses respectivos grupos e solidárias às suas causas iniciaram o movimento intitulado “Ele não!”, fazendo alusão à figura do candidato no pronome *Ele* e aos possíveis prejuízos sociais futuramente motivados por sua possível eleição.

Além do uso massivo das redes sociais, o candidato do Partido Social Liberal (PSL) articulou diversas estratégias a fim de atrair o eleitorado, entre elas se aliar a grupos religiosos, utilizando o seguinte *slogan*: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”³. Dessa forma, é perceptível que “o grande capital se veste ainda com as roupas do povo e finge representar seus interesses” (SOUZA, 2020, p. 164).

O Brasil estava dividido em dois grupos. O primeiro, apreensivo com a eleição do petista Haddad, e, por isso, apoiando um candidato da oposição com discurso extremamente conservador; o segundo, caracterizado pelos brasileiros que acreditavam que as falhas históricas do Partido dos Trabalhadores não justificavam a eleição de seu opositor. Ambas as candidaturas buscavam estratégias a fim de alcançar seu eleitorado. Em 28 de outubro de 2018, com 55% de votos, Bolsonaro tornou-se o novo presidente da República.

Durante sua atual gestão, o governo federal assume uma postura negacionista ao refutar índices e conclusões de especialistas da área da saúde sobre as medidas de prevenção contra a covid-19, adotando práticas às quais Zizek (2020) atribui metaforicamente o conceito de “vírus ideológico”, pois propaga notícias falsas e promovem teorias da conspiração cujo objetivo é subestimar o impacto da ciência no combate à disseminação do vírus. De acordo com Zizek (2020) a mídia parece

3 Disponível em: <https://youtu.be/cxXJOzhjkfY>. Acesso em: 29 maio 2021.

propagar uma espécie de animismo capitalista em que se dá uma maior atenção ao mercado mundial que está sofrendo com a crise financeira em vez de preocupar-se com as milhares de vidas perdidas ou com as que serão perdidas devido ao agravamento da crise sanitária.

O termo usado por Zizek (2020) define bem a situação vivenciada pelo Brasil diante do embate discursivo entre aqueles que acreditam na ciência e aqueles que a negam. Isso acaba refletindo como uma guerra de ideias, conceito explanado por Korybko (2018). Nesse sentido, o pensamento negacionista exprime o verbo mais evidente do termo – negar. Negam-se as evidências expressas pela ciência, a história, o racismo e as lutas sociais de grupos minoritários. Segundo Martín Rojo e Delgado (2020, p. 4, tradução nossa)⁴ o negacionismo se baseia no:

questionamento da verdade e a disseminação de mentiras (a existência da pandemia não está provada); a suspeita, há algo por trás disso (a pandemia é um ataque chinês), e a conspiração (as medidas contra a pandemia buscam um retorno à ditadura ou ao fascismo).

O negacionismo é uma prática existente há muito tempo. Um dos casos mais conhecidos quanto ao negacionismo científico é o de Galileu Galilei quando foi condenado à inquisição, ocasião em que postulou sua teoria sobre o Heliocentrismo. Quanto ao contexto histórico um fato bastante conhecido é o negacionismo do Holocausto, em que se nega o genocídio de judeus praticado durante a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, o Brasil vivencia o negacionismo científicista, uma vez que o presidente apresenta atitudes que negam a potencialidade da covid-19.

Em 2020, no primeiro semestre do ano, notícias reportavam condutas do presidente que não condiziam com a postura adotada pelos ministros da saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, o que ficou evidente nas atitudes de Bolsonaro ao refutar o protocolo estabelecido pelas autoridades, pelos cientistas e pelo Ministério da Saúde, mediante suas aparições

4 Cuestionamiento de la verdad y la propagación de la mentira (la existencia de la pandemia no está demostrada); la sospecha, hay algo detrás (la pandemia es un ataque chino), y la conspiración (las medidas contra la pandemia persiguen la vuelta a la dictadura o al fascismo).

em público sem a utilização de máscara e suas falas de depreciação à doença ao tratá-la como uma “gripezinha” – o uso do diminutivo, neste caso, expressa o caráter depreciativo quanto aos malefícios que a doença pode acarretar à sociedade.

Em junho de 2021, o Brasil vivenciou um dos efeitos mais perversos do negacionismo de Bolsonaro, ao atingir o número de mais de 500 mil mortos em decorrência da covid-19⁵. A vacinação da população, assim como em outros países, poderia ser uma estratégia, não fosse o atraso provocado pelas negociações do governo federal. A charge publicada, de interesse para a nossa análise, reproduz um recorte da realidade que projetamos na conjuntura.

Na charge de Bruno Galvão, que representa a voz daqueles que protestam contra o atual governo, os opostos estão evidenciados pelo quadro do lado direito em tons claros (ainda que aos poucos cinzentos) para representar a sensatez da Ciência, e do outro um quadro de tons escuros e saturados para simbolizar a insensatez de Bolsonaro e o luto pelas demais vozes silenciadas por ela.

Figura 1 – charge sobre covid



Fonte: <http://chargesbruno.blogspot.com/>. Acesso em: 10 jun. 2021

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/06/20/500-mil-mortos-por-covid-de-cada-425-brasileiros-um-foi-levado-pela-pandemia.ghtml>. Acesso em: 29 maio 2021.

Como se observa, o *propósito* do texto acima é criticar as ideologias projetadas pelo presidente Jair Bolsonaro em seus pronunciamentos. Assim sendo, podemos verificar, pelo elemento verbal contido no segundo balão, juntamente com a imagem expressa pelos dois cientistas realizando uma pesquisa, que o texto visa a demonstrar que o presidente frequentemente compartilha ideias racistas, homofóbicas, preconceituosas, além de promover a desinformação durante o seu governo. Já no elemento verbal do terceiro balão, juntamente com a imagem que mostra o presidente sendo um vírus, vê-se que, além de todas essas ideias preconceituosas, o texto constrói a imagem do presidente como alguém que, na atual conjuntura da pandemia causada pelo coronavírus, está compartilhando ideologias negacionistas, cujo objetivo é desacreditar a própria existência dos efeitos nefastos da pandemia no Brasil. Evidencia-se, por conseguinte, que o chargista intenciona defender a tese de que o presidente Jair Bolsonaro foi negligente no combate aos efeitos da pandemia, fator que foi fundamental no alto contágio e no grande número de mortes entre os cidadãos brasileiros.

Nesse sentido, o *tema* abordado na charge é o negacionismo pregado pelo presidente e por seus adeptos ante a pandemia. Esse tema é desenvolvido a partir do ponto de vista de quem discorda das atitudes do presidente. Segundo Martín Rojo e Delgado (2021), o negacionismo, tradicionalmente, é definido como uma posição ideológica compartilhada por membros de um grupo social que se contrapõem, reiteradamente, à realidade e à verdade, além de questionarem estudos científicos. Essa constatação corrobora o pensamento de Fiorin (2019), que defende a existência de um anti-intelectualismo no discurso da extrema direita brasileira, grupo do qual faz parte o presidente Bolsonaro, pois, em um universo de crenças, representações sociais e valores que existem e circulam no mundo social, esse grupo se apropria somente daqueles considerados proveitosos aos seus interesses específicos, mesmo que tais crenças, representações e valores se contraponham a pesquisas comprovadas cientificamente. Diante disso, pode-se considerar o negacionismo, no atual contexto, como um posicionamento ideológico adotado por um grupo social que minimiza os efeitos danosos da pandemia e que contesta pesquisas científicas.

É importante destacar que, nesse texto, a temática do negacionismo é relacionada a outras temáticas, como a do racismo e a da homofobia, que são ideologias compartilhadas por grupos sociais (VAN DIJK, 2018). Nesse tocante, nossa análise ratifica a posição assumida por Zizek (2020), segundo a qual a pandemia causada pelo coronavírus explicitou ainda mais as ideologias presentes nas diversas práticas sociais. Com isso, percebemos que essa estratégia discursiva da negação se evidenciou bastante na conjuntura brasileira causada pela pandemia, como podemos ver na fala “É só uma gripezinha, talquei!?”, presente no segundo balão, a qual é pronunciada pelo presidente. Nesse sentido, a estratégia da negação é recorrentemente usada por grupos sociais que buscam legitimar o seu abuso de poder, ao negar, por exemplo, que sejam racistas, sexistas ou classistas, conforme explica van Dijk (2018).

No que diz respeito às *tecnologias de comunicação*, verificamos que o gênero charge se constitui como um texto unidirecional mediado. Ao analisar esta subcategoria, Fairclough (2003) chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento das novas tecnologias tem influenciado nas características dos gêneros discursivos. Dessa forma, conforme já mencionamos, esse desenvolvimento impactou essa categoria de texto, sobretudo, no que diz respeito à sua distribuição e consumo, uma vez que passou a circular em diferentes âmbitos (principalmente, na rede mundial de computadores, a internet), pondo muitas pessoas em contato com esse gênero, especialmente em decorrência das recentes tecnologias digitais, que permitem infindáveis processos de copiar e colar os textos (compartilhamentos de textos).

As tecnologias de comunicação têm também importantes implicações sobre a composição desse gênero. Como ressaltamos na seção anterior, a charge recorre a elementos verbais e não verbais (imagens estáticas, cores, diagramação, multimodalidade etc.). Essa é, inclusive, uma característica central de muitos gêneros discursivos contemporâneos, propiciada notadamente pela intensificação do digital (ROJO, 2013; ROJO; BARBOSA, 2015). O texto que estamos analisando não foge às características do seu gênero, sobretudo em termos de constituição composicional.

Sendo assim, como se pode perceber na leitura do texto, a modalidade verbal dialoga com a modalidade imagética, de modo a criar os efeitos de sentidos pretendidos. Uma estratégia de suma importância utilizada pelo chargista foi representar semioticamente o presidente Jair Bolsonaro como o próprio vírus da covid-19, no intuito de salientar os danos causados por aquele. Ou seja, para o chargista Bruno Galvão, as ações do presidente são tão responsáveis quanto o coronavírus pelo elevado número de casos de pessoas infectadas e de pessoas mortas no Brasil.

Na análise composicional, Fairclough (2003) explica que se faz imperativo observar qual é a sequência discursiva presente no texto. Nesse tocante, a charge se realiza, principalmente, por meio da sequência dialogal, mediante as falas dos personagens, inseridas nos balões. Assim sendo, essa sequência discursiva é fundamental para que percebamos a crítica realizada pelo chargista ao presidente Jair Bolsonaro, por meio da constatação de que ele adota um discurso negacionista, preconceituoso, excludente, além de propagar desinformação.

Como elucida Fairclough (2003), a sequência discursiva tem papel crucial na produção de sentidos dos textos. No *corpus* analisado, essa sequência ajuda a demarcar e salientar a crítica do produtor textual. Em específico, por meio dessa forma composicional se produz um diálogo entre dois cientistas e o “Vírus-Bolsonaro”. Em nossa análise, mais do que um diálogo face a face, o texto presentifica e/ou atualiza um diálogo entre discursos. Um diálogo no sentido de pôr discursos antagônicos em contato. Isso significa que o texto atualiza um duelo entre o discurso científico e o discurso anticientífico no tocante à covid-19.

Ao usar elementos linguístico-semióticos como a figura de dois pesquisadores atuando em um laboratório, como se pode perceber pela semiose não verbal (os acessórios que os personagens utilizam, o equipamento microscópico e os vetores em formato de gotículas que exprimem o esforço da dupla), podemos constatar uma preocupação do chargista em demarcar o empenho exercido pelos profissionais que lutam diariamente para decodificar o vírus da doença e projetar um imunizante eficiente.

A inferência que fazemos de todos esses elementos é que o autor da charge representa, discursivamente, o presidente como um sujeito questionável, criticável (para dizer o mínimo), alguém que representa o discurso negacionista (MARTÍN ROJO; DELGADO, 2021). O chargista, dessa forma, adota um posicionamento discursivo que valoriza a ciência e, com isso, contrapõe-se à perspectiva discursiva de Bolsonaro.

O embate entre os discursos de que estamos falando fica ainda mais evidente quando atentamos para o par forma-conteúdo dos dois balões que simulam um diálogo entre os cientistas; vejamo-los novamente: “Alguma novidade?!”, diz o primeiro cientista; “Não, ainda transmitindo racismo, homofobia, preconceito, raiva e desinformação”, responde o segundo. Esse pequeno diálogo, intencionalmente ou não, produz dois sentidos, a saber: (1) até agora, não existe novidade quanto ao comportamento do vírus; (2) até agora, não existe novidade quanto às práticas sociais racistas, homofóbicas, preconceituosas e anticientíficas do presidente Bolsonaro.

Dito de outro modo, o chargista recorre a matizes do discurso científico para, ao mesmo tempo, avaliar negativamente a postura negacionista de Bolsonaro e os preconceitos sociais que ele reproduz.

O uso dos substantivos “racismo”, “homofobia”, “preconceito”, “raiva” e “desinformação” são associados à representação de Bolsonaro como o próprio agente infeccioso, que aparece com um gesto de imitar uma arma de fogo com as mãos, ação semiótica que identifica o presidente e seus correligionários, defensores do porte de armas no Brasil. Os elementos lexicais, relacionados aos elementos não verbais, trabalham no texto de modo a estabelecer associações semânticas entre, por um lado, ser racista, homofóbico, preconceituoso etc. e, por outro, desprezar a ciência e propagar a desinformação. São elementos verbais e não verbais que conectam ideias e revelam o discurso escolhido pelo chargista para tratar desse tema.

O balão de fala utilizado pelo personagem no segundo quadro possui uma variação diferente do anterior: sua composição recorre ao uso de linhas em negrito no contorno e extremidades onduladas. De

acordo com Ramos (2009), podemos classificá-lo como *balão-berro*, o que sugere o tom de voz elevado da fala do presidente, provocado pela famosa resistência aos discursos que tentam refutar suas teses negacionistas, as quais ele busca promover como verdades inquestionáveis. Este pensamento corrobora os postulados de Fiorin (2019), ao enfatizar que o grupo da extrema direita, representado por Bolsonaro, argumenta que não possui qualquer ideologia, uma vez que, supostamente, ele se atém aos fatos, sendo seu ponto de vista sobre as coisas sempre o verdadeiro, o correto, ao passo que o posicionamento contrário ao seu é distorcido, manipulado por uma construção social fantasiosa, o que demonstra uma das características das ideologias: se apresentar como não ideológica.

Dessa forma, o leitor consegue associar o enunciado “é só uma gripezinha, talquei?!” aos vários episódios em que o político, durante a pandemia, subestima a doença, por exemplo, em *lives* promovidas nas redes sociais e em programas de rádio e de televisão. Em março de 2020, o presidente utilizou a expressão pelo menos duas vezes e, posteriormente, negou ter proferido tal fala para os brasileiros, conforme relata matéria publicada no portal da BBC em novembro de 2020⁶.

Quanto à subcategoria da *relação social*, proposta por Fairclough (2003), ressaltamos que a interação discursiva é estabelecida entre indivíduos, que atuam como agentes sociais, e não entre organizações e grupos sociais. Assim sendo, o chargista intenciona, além de criticar os posicionamentos excludentes do presidente, que naturalizam práticas racistas, homofóbicas, preconceituosas, alertar os leitores da charge para o fato de que o discurso praticado pelo presidente Bolsonaro tem como um de seus principais efeitos enganar a população brasileira quanto aos reais perigos do coronavírus. Nesse sentido, é importante frisar que o presidente, pela posição que ocupa na hierarquia social, tem um acesso privilegiado aos meios de comunicação, por meio dos quais, frequentemente, busca mitigar a seriedade dos problemas que o vírus pode acarretar à saúde da população.

6 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 29 maio 2021.

Com isso, ressaltamos que o chargista se coloca em uma posição de solidariedade para com os grupos sociais que levam a sério a gravidade da atual conjuntura brasileira, no tocante aos problemas causados pela pandemia, e assume um posicionamento contrário ao do presidente, desafiando, portanto, a hierarquia social estabelecida. Há, desse modo, uma disputa de relação de poder entre um grupo social do qual faz parte o presidente, que adota uma postura negacionista ante a pandemia, e um grupo no qual se insere o chargista, que ressalta os perigos à vida da população devido ao coronavírus.

Assim, estabelece-se a polarização social, a partir do choque de opiniões dicotômicas, em que o chargista busca desqualificar o outro grupo, representado pelo presidente.

CONCLUSÃO

À luz dos apontamentos realizados na análise da charge, inserida em uma conjuntura social, cultural e política, evidencia-se o potencial dos gêneros como modos de agir e de interagir socialmente (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006) e de manifestar um recorte da realidade, o qual, no nosso estudo, diz respeito, especificamente, às práticas negacionistas do presidente Jair Bolsonaro ante o combate à pandemia da covid-19 no Brasil.

Nesse tocante, reforçamos a presença de vozes discursivas no conteúdo da composição multimodal do chargista Bruno Galvão, que, à primeira vista, parecem ecoar de um interlocutor apenas, mas que, na verdade, encapsula as vozes de milhares, milhões de brasileiros que reconhecem o fenômeno do ceticismo do presidente do nosso país no que se refere à gravidade da pandemia da covid-19 e o esforço de diversos profissionais da saúde e da pesquisa científica que atuam em sentido contrário ao do presidente.

Como estamos inseridos diariamente em um sistema semiótico amplo e complexo (BESSA; SATO, 2018) e os gêneros, cada vez mais, encontram-se imiscuídos em nossas práticas cotidianas, constatamos o

que Fairclough (2003) adverte como o desenvolvimento de novas tecnologias atrelado à gênese de novos gêneros. Nesse sentido, conforme salientamos em nossa análise, o gênero charge não sofreu tantas transformações de estrutura desde o seu advento, mas, com o desenvolvimento tecnológico, passou a ter um *status* mais interativo e de circulação mais ampla, sendo veiculado em outros suportes e instâncias comunicativas além dos jornais e revistas impressos, como a internet, que se caracteriza pelo seu ambiente volátil e interativo.

Dessa forma, embasados, sobretudo, nos pressupostos teóricos de Fairclough (2001, 2003), realizamos o nosso estudo sobre gêneros discursivos utilizando as subcategorias atividade social; estilos e relações sociais; e tecnologia de comunicação, a fim de evidenciarmos os embates discursivos entre o discurso negacionista, praticado pelo presidente da República, *versus* o discurso daqueles que acreditam e defendem a ciência diante do contexto pandêmico vivenciado pelo Brasil. Essa assimetria retratada no *corpus* pode ser constatada tanto na linguagem verbal, exprimida, por exemplo, no trecho “é só uma gripezinha”, presente no segundo balão, como também na linguagem não verbal, evidenciada, por exemplo, pela expressão dos cientistas na charge.

Concluimos, com a análise empreendida, que os gêneros discursivos não se limitam aos elementos verbais e não verbais do texto, já que implicam dimensões sociais, culturais, ideológicas e políticas relativas às práticas sociais dos indivíduos, o que demonstra a importância de investigações profícuas sobre gêneros no âmbito da ADC. Sendo assim, enfatizamos a relevância da análise proposta no âmbito da ADC, a fim de destacar a primordialidade de averiguar como o discurso figura enquanto gênero discursivo nos embates contemporâneos que emergem ante a postura negacionista do presidente Jair Bolsonaro na gestão do Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online**: textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BESSA, D.; SATO, D. Categorias de análise. *In*: BATISTA, JR.; SATO, D.; MELO, I. (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- CALDAS-COULTHARD, C. Análise do discurso anglo-saxônica e semiótica social crítica. *In*: FERREIRA, R.; RAJAGOPALAN, K. (org.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. L. Genres and action. *In*: FAIRCLOUGH, N. L. **Analysing discourse**: textual analysis for social research, 2003.
- FIORIN, J. L. Operações enunciativas do discurso da extrema-direita. **Discurso & Sociedad**, v. 13, n. 3, p. 370-382. 2019.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Multimodal discourse**: the modes and media of contemporary communication. London: Hodder Arnold, 2001.
- KORYBKO, A. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A.; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora da UnB, 2017.
- MARTÍN ROJO, L.; DELGADO, A. **Desafios políticos del negacionismo**. Vientosur, Madrid. Caderno de política, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://vientosur.info/desafios-politicos-del-negacionismo/>. Acesso em: 9 ago. 2021.
- MARTÍN ROJO, L. *et al.* Pandemic discourses and the prefiguration of the future. **Language, culture and society**, 2(2), p. 227-241, 2020.
- POSSENTI, S. **Cinco ensaios sobre humor e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- RAMALHO, V. Uma abordagem crítica para o gênero discursivo. *In*: RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica da publicidade**: um estudo sobre promoção de medicamentos no Brasil. Covilhã: Labcom Livros, 2010.
- RAMOS, P. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. Significado acional e gênero. *In*: RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROJO, R. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. *In*: ROJO, R. (org.). **Escola conectada**: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

OJO, R.; BARBOSA, J. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SOUZA, J. **A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

AN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2018.

ZIZEK, S. El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill. *In*: AGAMBEN G.; ZIZEK, S.; NANCY, J. L. *et al.* **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS

Cristiane da Cruz Santos
Lázaro Rodrigues Tavares
Leonardo de Oliveira Colares
Ritacy de Azevedo Teles

INTRODUÇÃO

É indiscutível a existência de processos ideológicos enraizados historicamente nas mais diversas práticas e estruturas sociais, e, para a nossa análise, tomamos por base essa noção e outra igualmente relevante, apontada por Vieira e Macedo (2018). A partir da perspectiva de Fairclough (2003), as autoras consideram ideologia como significações da realidade “construídas em várias dimensões das práticas discursivas e contributivas para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 60). Estas corroboram as relações de dominação e permitem criar, camuflar e transferir responsabilidades.

Muitos episódios recentes no contexto sociopolítico brasileiro durante a pandemia do novo coronavírus sustentam tal afirmação, bem como a sustenta o fato de que os sujeitos atuam na condição de atores sociais ideológicos. Nesse sentido, ideologias devem ser entendidas como representações de aspectos do mundo que contribuem para estabelecer ou manter relações de poder, dominação e exploração. Dentre os diversos episódios que poderiam comprovar tais afirmações, destacamos uma fala recente do deputado federal Ricardo Barros, líder do governo na

Câmara dos Deputados, exibida em entrevista à CNN Brasil no dia 20 de abril de 2021.

Na referida entrevista, o parlamentar responsabiliza profissionais da educação pela desassistência a alunos durante a covid-19, acusando a categoria de indisposição para o trabalho e oferecendo outros argumentos para reforço dessa impressão junto aos seus interlocutores do evento. É válido mencionar que não é apenas neste período pandêmico que os professores são atacados como relapsos e que não é recente o endosso de acusações dessa natureza, notáveis especialmente desde o período eleitoral de 2018. Isso dialoga com as ideias de Fairclough (2003, p. 230), ao afirmar que “os significados das palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas”. São “facetas de processos sociais e culturais mais amplos” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 75).

A partir de uma compreensão dos discursos enquanto modos particulares de representação do mundo através da abordagem dialético-relacional (DS) proposta por Fairclough, este trabalho analisa como os profissionais da educação são representados no discurso político governista de Barros por ocasião das atividades remotas desses profissionais durante a covid-19 no Brasil. Analisa também que estratégias argumentativas são utilizadas para a construção dessa representação. Por tal caminho, é possível compreender a dinâmica em torno das práticas sociais e no discurso, ou seja, compreender como se dá o alinhamento entre os atores sociais nos eventos discursivos.

Para atingirmos o objetivo em pauta, primeiro trataremos sobre a Análise de Discurso Crítica com base nas propostas de Fairclough (1997, 2001a), enfocando especialmente os conceitos relativos à representação discursiva a partir de uma recategorização da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday (1991).

Em seguida, considerando que as representações discursivas se estabelecem nos eventos sociais através de uma materialização linguística e que são percebidas nas ordens do discurso, empreendemos análise do *corpus* situando-o conforme escopo de Perelman e Olbrechts-Tyteca

(2005), que, em seu livro *Tratado da Argumentação*, sistematizam técnicas argumentativas das quais algumas podem ser identificadas na fala em análise. É com base nesse construto que são feitas nossas considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a Análise do Discurso Crítica (doravante ADC), a linguagem é compreendida como prática da sociedade. Dessa forma, ela funciona como modo de os indivíduos se integrarem e, assim, coconstruírem-na. Nesse sentido, temos uma relação dialética entre a sociedade e a linguagem, ao passo que essa afinidade também é de constitutividade, visto que o discurso sofre influência da estrutura social e, ao mesmo tempo, age sobre ela. Com isso, rompe-se com a perspectiva de discurso enquanto “atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 91) e chega-se à compreensão de discurso como forma de ação histórica situada e como um momento da prática social, construído a partir da relação entre indivíduo e sociedade.

Tal perspectiva de linguagem dialoga com os estudos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday (1991), que compreende a linguagem como um sistema aberto e suscetível de sofrer interferências do meio social em um processo altamente dialético. A respeito disso, Resende e Ramalho (2006) asseveram que “[...] a linguagem é vista como um sistema aberto a mudanças socialmente orientadas, o que a provê de sua capacidade teoricamente ilimitada de construir significados” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 56). Por tal viés, tanto a ADC quanto a LSF, ao relacionarem linguagem e sociedade, buscam investigar a organização interna das línguas a partir da sua funcionalidade e, a partir dessas funções sociais, compreender como estas podem interferir no sistema linguístico.

Halliday propôs nos seus estudos um modo de análise a partir de três macrofunções, a saber: a função ideacional, que corresponde ao modo como é representada a realidade a partir da experiência simbólica; a função interpessoal, que se refere ao modo como as relações sociais e

interpessoais interpelam o processo interacional; e a função textual, que diz respeito aos fatores estruturais do texto, como os aspectos semânticos e gramaticais e a relação destes para o funcionamento textual. É importante frisar que, para o autor, esses elementos funcionais da linguagem acontecem de modo simultâneo, destacando a sua natureza complexa. Dessa forma, Halliday “defende que o significado de todo enunciado deve ser analisado em sua multifuncionalidade” (HALLIDAY, 1991 *apud* FERREIRA, 2010, p. 440).

A partir disso, Fairclough (2003) institui uma releitura das macrofunções de Halliday, fazendo uma ressalva à função interpessoal, em que sugere a sua subdivisão em duas funções. A primeira, que o autor chama de função identitária, trata da forma como as identidades são elaboradas no discurso; e a segunda, que chama de função relacional, refere-se à forma como as relações sociais que circunscrevem os indivíduos são negociadas e elaboradas no/pelo discurso.

Fairclough, ao fazer uma reorganização das macrofunções de Halliday, destaca o fator identitário na construção do discurso, uma vez que esse aspecto é de suma importância na análise, visto que a sua presença reflete muito sobre as relações sociais e de poder vigentes na sociedade.

Fairclough (2003a) refina os seus constructos teóricos acerca das funções da linguagem, reelaborando sua perspectiva ao compreender que, a partir da prática discursiva, podemos acionar três modos de atuação social que funcionam de forma simultânea e interconectada, a saber: modos de agir, modos de representar e modos de ser. Todos os três tipos de modos funcionam de forma simultânea e interconectada. Para cada um desses tipos, o autor atribuiu uma espécie de significado: o acional, o representacional e o identificacional, respectivamente, atrelando a eles os conceitos de gênero, discurso e estilo, nesta ordem.

O significado acional corresponde ao modo como agimos e interagimos na esfera social. Essa ação se dá a partir dos gêneros do discurso, uma vez que, ao construirmos um discurso, estamos, na verdade, agindo discursivamente sobre o meio social e sobre nós mesmos, seja para preservar uma manutenção social, seja para gerar alguma mudança na sua

estrutura. Esse modo de agir, como já enfatizado, está atrelado ao conceito de gêneros do discurso, uma vez que estes se configuram como modos de ação e constituem-se como práticas sociais relativamente estáveis, que se encontram situadas em determinados contextos sócio-históricos.

O significado representacional, o segundo citado por Fairclough (2003), será a categoria de análise em foco neste artigo, sendo necessária, pois, maior atenção a ela e sendo também oportuno deixá-la para o fim desta seção, passando-se a tratar sucintamente do significado identificacional. Este está intimamente atrelado ao conceito de estilo, uma vez que cada escolha feita pelo enunciador para a construção do seu discurso marca aspectos próprios da sua identidade, dos seus pensamentos, das suas ideologias, das suas crenças etc. Ou seja, uma escolha linguística, uma determinada entonação, um gesto ou até mesmo uma escolha de roupa constituem o processo de identificação do enunciador, bem como integram o seu discurso.

O significado representacional, por sua vez, diz respeito à representação dos aspectos sociais do mundo a partir do discurso, e, segundo Ferreira (2010), está em constante diálogo com o significado identificacional, uma vez que o ato de representar está intimamente conectado à postura identitária que o usuário assume. Como já dito, Fairclough (2003) o atrela ao conceito de discurso, uma vez que é a partir da prática discursiva que construímos e representamos linguisticamente o mundo físico. No entanto, esse modo de representar não se dá aleatoriamente, tampouco com neutralidade, mas sim é interpelado por vários fatores de cunho ideológico, político, econômico e, sobretudo, pela posição de poder ocupada pelo sujeito enunciador. Esses fatores corroboram a representação de mundo a partir de uma determinada ótica, que pode tanto perpetuar o pensamento hegemônico, quanto gerar uma oposição, ou seja, uma tentativa de ruptura da perspectiva dominante.

Fairclough (2001a) entende que o discurso atua de duas maneiras: de um modo mais geral, “[...] discurso como momentos particulares de práticas sociais, um elemento da vida social interconectado a outros elementos”; e de um modo mais específico, “um modo de representação

particular do mundo, de um determinado grupo” (FAIRCLOUGH, 2001a *apud* FERREIRA, 2010, p. 437). Ferreira (2010) destaca que os discursos particulares estão atrelados não só ao modo como representamos discursivamente o mundo, mas também às nossas concepções ideológicas que sustentam essa representação. Dessa forma, analisar uma representação discursiva não é só avaliar o que salta no primeiro momento do discurso, mas também considerar toda uma conjuntura que financia o ato discursivo, ou seja, que o sustenta.

Ferreira (2010) propõe um aprofundamento nas questões da representação discursiva, em que a análise se comprometa a desvelar as relações de poder imbricadas no discurso ao mesmo tempo que considere as práticas sociais implícitas. É preciso, pois, “[...] entender de uma vez por todas que a atividade discursiva, mesmo em situações banais do cotidiano, revela lutas por representações, lutas que manifestam tensões as quais precisam ser problematizadas devidamente” (FERREIRA, 2010, p. 444).

É a partir dessa concepção mais aprofundada de representação discursiva, a qual envolve diversos fatores para além do discurso, que este artigo analisa como os profissionais da educação são representados no discurso político governista do deputado Ricardo Barros. Para emprendermos tal análise, como recorreremos à categorização de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), é oportuno fazermos algumas considerações, adiantando que, para os autores, as técnicas argumentativas podem ser incluídas no que chamam de processos de ligação e de dissociação. Assim definem tais processos:

Entendemos por processos de ligação esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro. Entendemos por processos de dissociação técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215).

Perelman e Olbrechts-Tyteca dividem os processos de ligação em argumentos de três tipos: a) os quase-lógicos; b) os baseados na estrutura do real; e, por fim, c) os que visam fundar a estrutura do real. Os argumentos quase-lógicos são, segundo os autores, argumentos não-formais, visto que são aparentemente, e não essencialmente, demonstrativos. São apenas comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos, com os quais mantêm uma relação mais ou menos estreita, sem alcançarem, no entanto, sua precisão. Não são lógicos, são quase-lógicos. Os argumentos baseados na estrutura do real, por sua vez, “valem-se desta para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 297). Já os argumentos que visam fundar a estrutura do real recorrem a casos particulares para o estímulo e a permissão de generalizações, regularizações, imitações.

Vale ressaltar que, como afirmam os autores, as técnicas de ligação e as de dissociação são complementares e ocorrem conjuntamente, mas há as que sobressaem. Nos trechos selecionados da fala de Ricardo Barros, trataremos das técnicas que sobressaíram, sem nos obrigarmos a identificar todos os subtipos dos que acima foram referidos.

ANÁLISE DE DADOS

O discurso que serve de *corpus* a esta análise foi produzido em um contexto de tensões. Em 20 de abril de 2021, em entrevista ao vivo à CNN Brasil, no programa CNN Novo Dia¹, o falante foi questionado pelos jornalistas Rafael Colombo, Elisa Veeck e Luciana Barreto sobre o que seria feito em prol dos setores mais fragilizados da sociedade, dentre os quais se destaca o de educação. O entrevistado atribuiu a fragilização desse setor à inexistência de aulas presenciais durante o contexto da covid-19, causada pela rejeição dos professores ao retorno às escolas.

Deixando o microcontexto da entrevista e passando ao macrocontexto social, é inevitável registrar que, desde os primeiros casos de

1 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RvNya-CrmUw>. Acesso em: 1 maio 2021.

infecções e de óbitos pela doença no país, a rede escolar, especialmente a pública, vinha adotando a suspensão de suas atividades presenciais e procurando estratégias para amenização dos prejuízos que isso podia causar nos índices de ensino-aprendizagem dos educandos. Assim, universidades e escolas básicas estimularam seus docentes a se adaptarem ao ensino remoto e, em algumas ocasiões, ao ensino híbrido, a fim de que os discentes não fossem totalmente privados do estudo.

Os profissionais em questão tiveram de se habituar rapidamente a um trabalho que lhes exigiu novos planejamentos, novas metodologias de ensino e de avaliação, produção de materiais para o ambiente virtual, letramento digital para uso de plataformas diversas e de recursos acoplados, disponibilidade de ferramentas e de espaço domiciliar adequados para realização de aulas. Além disso, muitos alunos não dispunham das condições necessárias para participar do processo, o que mobilizou instituições para suprir carências nesse sentido.

Vale ressaltar que a não ocorrência do ensino presencial persistiu não porque fosse cômoda ao professor, mas sim porque o governo Bolsonaro e o seu Ministério da Saúde não adotaram devidamente medidas contra a pandemia. Faltaram campanhas de educação popular para aderência a ações de distanciamento e proteção, bem como foi ínfimo o apoio econômico para garantia de renda, suprimento adequado de insumos de saúde e, o mais importante, compra de vacinas para imunização desde o princípio de sua oferta, mesmo enquanto outros países o faziam e a Organização Mundial de Saúde (OMS) o recomendava insistentemente.

Em decorrência dessa negligência governamental, em um ano e meio de pandemia, o Brasil já alcançava a marca de mais de 570 mil mortos, e apenas 23,39% da população receberam a segunda dose da vacina, segundo dados do *site* G1 que acompanha e mapeia a evolução da imunização no Brasil (MAPA, 2021). Em tal cenário, não causava estranheza muitas escolas brasileiras ainda manterem aulas presenciais suspensas desde o início da pandemia, sendo recente a adaptação de estudos para o modelo híbrido.

Merece menção o fato de que, no início de 2021, em muitos estados o número de casos e o de óbitos da covid-19 vinha aumentando, enquanto, na época, a vacinação dos profissionais da educação, bem como a da população em geral, seguia a passos lentos no Brasil. Esse cenário justificava a existência de ações contra um retorno precipitado do estudo presencial. Nesse período, os promotores da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e os coletivos Observatório Covid-19 BR e Rede Análise Covid-19 assinaram uma nota técnica em que consideravam equivocada a pauta sobre a reabertura de escolas para o ensino presencial e queixavam-se de que “a educação está submetida ao simplista e improdutivo dilema, dedicado a decidir, irrefletidamente, se as escolas devem ser reabertas para aulas presenciais ou se devem permanecer fechadas” (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO *et al.*, 2020). A discussão se dava sem a devida análise do contexto epidemiológico e das condições da infraestrutura das instituições de ensino, fatores imprescindíveis para uma reabertura segura.

Ainda no documento, os grupos criticavam o posicionamento do governo federal em ignorar sistematicamente as recomendações de cientistas e instituições científicas e sanitárias e faziam menção ao documento divulgado em 2020 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), intitulado *Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia COVID-19*. O referido documento, além de um panorama detalhado acerca da situação epidemiológica do Brasil e de países que optaram pelo retorno às atividades presenciais de ensino, apresentava orientações à comunidade escolar sobre como e quando considerar esse retorno de forma segura. Dentre os vários critérios recomendados pela fundação, que colocava como primordial o controle da transmissão da doença, destacamos o seguinte:

Medidas preventivas devem ser adotadas nas escolas – apresentar um plano detalhado de medidas sanitárias, higienização e garantia de distanciamento entre as pessoas, de 1 a 2 metros, no ambiente escolar e salas de aula. Adotar medidas individuais com uso de máscaras para todos os alunos, trabalhadores e profissionais da educação, não sendo indicado para crianças

abaixo de 2 anos e observando o aprendizado para o uso nas crianças entre 2 e 10 anos (FIOCRUZ, 2020, p. 34).

A recomendação era clara e parecia fácil de executar, mas o que se percebia era a negação ou a relativização da realidade, práticas de uma política que, além de naturalizar a morte, atrasava a retomada da normalidade e causava sérios prejuízos econômicos. O discurso capitalista neoliberal do atual governo quer minorar o risco à saúde em prol de uma falsa garantia do emprego e do crescimento econômico e em prol também do sustento de setores do mercado, como o da educação privada, que era ávido pelo retorno de aulas presenciais. O *site* Revista Educação informa que o impacto financeiro no segmento foi percebido intensamente. Na educação infantil e no ensino superior, a inadimplência alcançava o patamar de 75% em nível nacional (ROCHA, 2020).

A respeito do negacionismo e do preterimento da saúde em prol do mercado, são esclarecedoras as palavras de Fonseca e Silva sobre o governo de Bolsonaro na pandemia:

[...] os discursos do presidente Jair Messias Bolsonaro tomaram o batido atalho do negacionismo inveterado. Posicionando-se de forma contrária ao isolamento social e ignorando todas as medidas de segurança definidas por instituições internacionais de saúde, o presidente passou a defender a abertura de todos os setores do comércio [...]. Para o mandatário, a crise estabelecida pela pandemia não deve interferir nas atividades econômicas, mesmo que pessoas sejam colocadas em contato com o vírus. O mercado deve construir caminhos para que a produção da estrutura capitalista continue de maneira acelerada, sem sofrer interferências externas (FONSECA; SILVA, 2020, p. 63- 64).

Esse negacionismo e a omissão do governo em executar medidas que pudessem viabilizar o retorno seguro à sala de aula estão intimamente relacionados ao que o filósofo, historiador e teórico político camaronense Achille Mbembe (2018) denomina de necropolítica. O conceito se refere ao poder do Estado de viabilizar uma política de morte, isto é, de deter-

minar quem pode morrer, quem pode viver e em quais circunstâncias isso pode se concretizar. Ao incitar um retorno abrupto ao contexto escolar sem infraestrutura adequada para isso, dentre inúmeras outras irresponsabilidades assumidas pelo governo frente a pandemia, Bolsonaro estava, na verdade, incitando a morte de uma população pobre, majoritariamente preta, que usufrui da educação pública do país e que, com esse retorno, colocava em risco a vida de suas crianças, de seus familiares e dos profissionais de educação.

Na esteira da necropolítica defendida pelo presidente Jair Bolsonaro, estão as impressões de seus ministros e de seus representantes no Congresso Nacional. Um desses representantes é o deputado Ricardo Barros, cuja fala avaliamos e que, em decorrência do estranhamento causado por um posicionamento seu sobre a educação, inicia uma série de acusações para representar discursivamente os profissionais desta área. No quadro a seguir, apresentamos transcrições que fizemos de sua fala e as técnicas argumentativas utilizadas para construí-la conforme a categorização de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Depois, empreendemos os comentários pertinentes para compreensão dessas técnicas e análise crítica dos trechos.

Quadro 1 – Trechos da entrevista de Ricardo Barros à CNN

TRECHOS	TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS
Trecho 1: “Mas não há a demanda, né? As escolas não pedem a conectividade, né?! Por quê? Porque a diretora que tá lá, ela não entende de informática. Se ela pedir a conectividade, ela vai perder a direção pra uma professora que tenha mais habilidade nessa área.”	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desperdício 2. Vínculo causal
Trecho 2: “Não tem nenhuma razão pro professor não tá dando aula. Nenhuma! O profissional de saúde tá indo trabalhar; o profissional do transporte tá indo trabalhar; o profissional da segurança tá indo trabalhar; o pessoal do comércio tá indo trabalhar. Só o professor não quer trabalhar! Entendeu?! Então nós tamos votando inclusive no Congresso agora, é, um projeto de lei transformando a educação em serviço essencial.”	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regra de justiça 2. Dissociação ou ruptura 3. Comparação por oposição 4. Ilustração 5. Modelo 6. Antimodelo 7. Vínculo causal

<p>Trecho 3: “Nossa sociedade, o Brasil, é o segundo país do mundo que que que não voltou às aulas, que não teve aula na pandemia. A média na Europa de período sem aula é de 70 dias no ano passado. O Brasil não teve aula nenhum dia! É um absurdo! É absurdo a forma como nós tamo permitindo que professores causem tanto dano às nossas crianças, é, na continuidade da sua formação!”</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Probabilidade 2. Regra de justiça 3. Dissociação ou ruptura 4. Comparação por oposição 5. Ilustração 6. Modelo 7. Antimodelo 8. Vínculo causal
<p>Trecho 4: “Não podemos ter os mesmos números de alunos na sala de aula, por isso o governo tem o seu programa sim de conectividade. O ministro Fábio Farias e o ministro Milton Ribeiro trabalham nessa área, mas as escolas não querem; o professor não quer se modernizar, não quer se atualizar. Essa é que é a verdade! Já passou no concurso, tá esperando se aposentar, não quer aprender mais nada.”</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desperdício 2. Vínculo causal

Fonte: Elaborado pelos autores

Para facilitar a compreensão das considerações a seguir, instituímos uma ordem de abordagem em que tratamos primeiramente dos tipos de argumento menos incidentes na fala de Barros e reservamos os mais incidentes para o seu final.

Um dos tipos comentado é o argumento de probabilidade, que ocorre apenas no trecho 3, no qual o deputado afirma que o Brasil está situado em um segundo lugar entre países que não retomaram atividades escolares presenciais e afirma ainda que a média de dias sem aula na Europa em 2020 foi de 70 dias. Os dois argumentos, que mal pese sua incoerência, parecem estatísticos, e sua estratégia é quase-lógica.

Outro tipo de argumento da fala do parlamentar é o do desperdício, que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), está baseado na estrutura do real, uma vez que opina sobre ele.

No trecho 1, em que a escola é acusada de desperdiçar a conectividade garantida por um satélite, o parlamentar opina sobre o real sem conhecê-lo ou no intuito de deturpá-lo. Há incompatibilidade entre suas afirmações e as circunstâncias reais da escola, inclusive por ele se pronunciar como se o setor público fosse constituído unicamente do componente educação. Ele representa o todo (o público) por uma de suas partes

(educação), estabelecendo indevidamente uma relação metonímica. No trecho 4, o argumento do desperdício também se confirma, na medida em que o deputado fala da existência de uma conectividade que o professor desperdiçaria por não saber e não querer aproveitá-la.

A regra de justiça, a dissociação ou ruptura, a comparação por oposição, a ilustração, o modelo e o antimodelo são outras seis técnicas que Barros usa para estruturar seus argumentos nos trechos 2 e 3. Elas estabelecem entre si uma relação bastante íntima, uma vez que, juntas, formam uma teia argumentativa. Para evitarmos retomadas tautológicas em um conjunto de explanações separadas dessas técnicas, tratamos de todas elas juntas.

A regra de justiça é um argumento quase-lógico. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), essa técnica argumentativa só seria fundamento de uma demonstração rigorosa se os objetos em questão fossem idênticos, o que raramente ocorre. Quanto às demais técnicas, pode-se dizer que são usadas para dar sustento à regra de justiça, mas nem sempre contribuem a contento para isso. Os argumentos quase-lógicos de comparação por oposição, por exemplo, são muito mais suscetíveis de prova do que um mero juízo de semelhança ou de analogia, como lembram os autores.

Na tentativa de apontar como ação de justiça o retorno do professor ao trabalho presencial, no trecho 2, o deputado insere o professor no mesmo contexto de atuação dos profissionais de segurança, saúde ou transporte, sugerindo como justo que o docente também trabalhe presencialmente durante a pandemia, mas o argumento é incompatível com as circunstâncias reais. O professor pode ter resultados satisfatórios em seu trabalho remoto se houver apoio governamental para a inclusão digital de estudantes sem que haja o risco de contatos no período pandêmico. Já os outros trabalhadores precisam atuar presencialmente.

No trecho 3, o parlamentar considera uma ação de justiça a retomada de aulas presenciais no Brasil, à maneira do que diz ter ocorrido nos países europeus. O Brasil tem, contudo, um cenário socioeconômico notadamente diferente dos que esses países têm, os quais também

diferem bastante entre si. Ademais, a primeira afirmação do deputado pode ser facilmente refutada pela técnica da argumentação pelo ridículo, visto que, em sua fala, apontou o Brasil como ocupante de um segundo lugar em uma ação inexistente. Dá-se, assim, uma contradição, pois dois elementos formais não podem coexistir (a negação de uma ação e a sua classificação ordinária). Não pode haver ordem do que não ocorreu, e a palavra “segundo” confirma o grau de atrapalhamento do falante.

Também merecem atenção as informações seguintes na argumentação de Ricardo Barros, que são trazidas sem fontes que as legitimem. Na primeira delas, ao dizer que o Brasil não teve aula nenhuma, Barros excluiu “aulas remotas” do que pode ser considerado “aulas”, ao afirmar que “O Brasil é o segundo país do mundo que não voltou às aulas, que não teve aula na pandemia”. Configura-se, mais uma vez, um caso de incompatibilidade com as circunstâncias reais. É esse discurso contraditório que ele usa antes de acusar os professores de causarem danos às crianças.

No trecho 2, o professor é dissociado de um conjunto de trabalhadores, sendo comparado por oposição a estes e apontado como antimodelo. Os demais são ilustrados como modelos que o professor deveria seguir, tentativa de fundamentar a estrutura do real, de provar que a sugestão apontada é possível e já é acatada. Já no trecho 3, é o Brasil que é dissociado do mundo, sendo comparado por oposição a países europeus e ocupando a posição de antimodelo, enquanto as outras nações são ilustradas como modelos a seguir.

Por fim, foram observados, em todos os trechos da fala do entrevistado, argumentos de vínculo causal. Tais argumentos são ligações de sucessão baseadas na estrutura do real. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) subdividem esse tipo de argumento em três: a) os que relacionam acontecimentos sucessivos; b) os que trazem um fato e lhe apontam a causa; c) os que trazem um fato e lhe apontam o efeito. Nos trechos 1, 2 e 4, identificamos o subtipo b de vínculo causal. No trecho 3, o subtipo c.

No trecho 1, Ricardo Barros atribui o desperdício da conectividade de um satélite por gestoras escolares ao desconhecimento destas para aproveitá-la e ao seu medo de serem substituídas por professoras caso

requisitem o benefício. No trecho 2, Barros se refere ao professor ser o único profissional a não querer trabalhar e, em seguida, aponta o fato como causa para a votação de um projeto de lei cuja proposta é tornar a educação um serviço essencial.

No trecho 4, o parlamentar afirma que as escolas não querem retomar aulas presenciais, a fim de, em seguida, expor como causa para isso a inércia dos professores, acomodados por já terem obtido aprovação em concursos e poderem aposentar-se futuramente, desinteressados de qualquer aprendizado. O professor, diz categoricamente o representante do governo, “não quer aprender mais nada”. Nota-se, destarte, que o professor é, mais uma vez, desrespeitado por Barros. No trecho 3, o deputado faz referência a um fato – o de o Brasil não ter retomado aulas presenciais até o momento da entrevista – e, depois, atribui a esse fato um efeito – o prejuízo causado à formação das crianças do país.

A partir desse movimento de compreender como se deu a argumentação de Ricardo Barros e as discussões teóricas de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), chegamos à análise discursiva a partir da ADC, constatando que considerar a argumentação como parte indissociável do discurso é dialogar com o fato de este nunca ser neutro. Como bem realça Rajagopalan (2003), utilizar a linguagem é o mesmo que agir politicamente, o que nos conduz à consciência de que essa utilização é permeada de ideologia, de marcas de poder e dominação. Thompson (2002), ao discutir o conceito de ideologia a partir de um construto histórico, reconhece um sentido negativo pautado na manutenção do poder e das relações de dominação, e Fairclough (1997) considera a noção de ideologia como necessariamente vinculada à de hegemonia.

Esse uso ideológico e político da linguagem se dá a partir dos três significados elencados por Fairclough (2003a) já referidos neste trabalho – o acional, o representacional e o identificacional –, atrelados respectivamente aos conceitos de gênero, discurso e estilo. Ao ceder uma entrevista a um importante canal de comunicação, no caso a CNN Brasil, Ricardo Barros gera uma ação, esta que é sempre promovida a partir de gêneros do discurso, uma vez que estes são modos de agir e interagir

discursivamente em eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2003a). A ação não se deu no vazio, pois foi motivada a promover uma visão acerca do profissional de educação, tendo suas raízes na base política e ideológica em que se encontra o enunciador.

O propósito em foco não é, no entanto, o único, visto que, ao recorreremos ao contexto em que se deu essa entrevista, deparamo-nos com um evento que vinha sendo desenvolvido na Câmara dos Deputados e apoiado por Ricardo Barros – a tentativa de tornar a educação um serviço essencial. Alcançado o objetivo, os profissionais desta área seriam obrigados a estar presentes no ambiente escolar mesmo em situações de calamidade pública, como é o caso da covid-19.

A ação (significado acional) desemboca na representação discursiva (significado representacional), pois, a fim de atingir o seu objetivo, isto é, aprovar o projeto na Câmara, Barros se utiliza do espaço midiático para desenvolver uma argumentação que busque construir discursivamente a representação do professor como culpado por não haver aulas presenciais. Essa representação, como assevera Ferreira (2010), está intimamente relacionada a um grupo (significado identificacional) que representa o mundo de modo particular, ou seja, “[...] a partir de um lugar, de uma identidade. A identidade funciona, assim, como uma espécie de lugar a partir do qual se constroem sentidos, e a representação, como a prática ou a *iterabilidade* desses sentidos” (FERREIRA, 2010, p. 446).

Fairclough assevera que toda representação discursiva é “antes de tudo [...] política de representação” (FAIRCLOUGH, 2001 *apud* FERREIRA, 2010, p. 446.), isto é, está intimamente ligada com a posição e o poder que o enunciador detém. Conforme observamos, Ricardo Barros usa do seu poder de fala como representante político do povo enquanto ocupa um espaço midiático para imputar uma visão acerca do trabalho de profissionais da educação em contexto pandêmico. Ferreira (2010) enfatiza que toda representação discursiva está permeada por um poder, poder de ocupar um espaço e de proferir um determinado discurso. Nesse contexto, é possível haver, inclusive, uma oscilação de seu domínio pelos atores envolvidos, caso em que a prática discursiva

[...] revela lutas por representações, lutas estas que manifestam tensões que precisam ser problematizadas devidamente, por conta das hierarquias que revelam, para que nossas ações político-discursivas operem no sentido de conduzir um mundo social marcado por fortes tensões, muitas delas reveladoras de fortes antagonismos [...]. Para tanto, é necessário pensar a questão da representação não só a partir da noção de luta hegemônica, mas, sobretudo, a partir da noção de política de representação, tendo em vista que toda representação é linguística porque política e política porque linguística, conforme nos lembra Rajagopalan (2003). Aliás, a luta hegemônica revela, em última instância, lutas por representação (FERREIRA, 2010, p. 444-445).

No cenário em observação, a relação de poder é unilateral, já que não foi facultado ao professor dialogar com o deputado nem se dirigir ao público ao qual foi acusado. Resta admitir que determinados atores podem ter sua agência ofuscada ou enfatizada em representações, podem ser representados por suas atividades ou enunciados ou mesmo podem ser referidos de modos que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem. Por isso, a análise de tais representações pode ser útil no desvelamento de ideologias em textos e interações (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 71-72). Os professores tiveram seu trabalho ofuscado por Ricardo Barros, segundo o qual esses profissionais se eximiram de educar estudantes por desinteresse em fazê-lo. Foram acusados sem direito a resposta, visto que só ao deputado foi concedido pela CNN Brasil o lugar do “poder dizer”.

CONCLUSÃO

No decorrer da análise empreendida, percebeu-se que o uso da linguagem pelo deputado Ricardo Barros para representar discursivamente os profissionais de educação revelou significados intimamente relacionados e indissociados. Ao dispor-se a interagir em entrevista com jornalistas em um evento de imprensa, ou seja, ao gerar uma ação (significado acional), o parlamentar promoveu uma visão acerca da

categoria de trabalho, representando-a discursivamente (significado representacional) e identificando-se como um indivíduo com raízes na base política e ideológica em que se encontrava: um político de direita, proferidor de inverdades, filiado à ala bolsonarista e ao negacionismo científico (significado identificacional).

Outra percepção alcançada foi a de que o enunciador teve, entre seus propósitos, o de caracterizar como urgente a transformação da educação em serviço essencial, para obrigar que os profissionais de educação estivessem presentes no ambiente escolar mesmo em situações de calamidade pública, como é o caso da covid-19. Isso confirma que as maneiras como atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Para defender o seu projeto como necessário, Ricardo Barros representou discursivamente o professor recorrendo a técnicas argumentativas para culpá-lo por não haver aulas presenciais, transferindo a responsabilidade do governo frente ao contexto pandêmico para esse profissional.

Nesse contexto discursivo, foi possível perceber também a importância de dois aspectos: o direito de o indivíduo ou a categoria se representar e o caráter político ético. O primeiro não foi garantido, uma vez que os profissionais de educação foram retratados a partir da visão de mundo do parlamentar, mas também a partir de um empreendimento sociopolítico que desqualifica o professor, sem que este tenha qualquer chance de defesa, tendo apenas o deputado o poder de fala no espaço midiático utilizado. Isso demonstra que nem sempre a representação é igualitária, visto que nem todos têm o mesmo acesso a espaços para expressar-se. O segundo aspecto diz respeito à postura antiética do parlamentar, que, embora seja representante político eleito pelo povo, é falso, é leviano em suas afirmações.

Justifica tal afirmação o fato de Ricardo Barros ter tentado apoiar seu discurso em relações de causalidade e de comparações por oposição que não têm sustento em dados ou fatos, em falácias e em generalizações indevidas ao aplicar mal algumas técnicas de ligação e de dissociação. Além disso, o falante recorre à apresentação de probabilidades sem um

arcabouço que lhes dê confiabilidade para, a partir disso, construir falsos modelos, falsos antimodelos, falsos desperdícios. Cria uma imagem ilusória da realidade e traz, em seu discurso ofensivo à docência, um anseio de justiça que privilegia uma determinada classe e esquece o princípio da equidade.

Por fim, merece menção o caráter negacionista anticientífico da fala de Barros, um propagador de inverdades. Mostra-se como componente de um governo que não tem compromisso com a sociedade, que se isenta de suas obrigações e que não se comove com as centenas de milhares de mortos pela covid-19 no Brasil. Ainda cabe reforçar que, para agravamento desse cenário, a sua fala é também a de muitos outros indivíduos e não é despreziosa, já que faz parte de um jogo político-ideológico que fomenta destruição e mortes. Tal plano se confirma principalmente por via do discurso, que é político, ideológico e hegemônico.

REFERÊNCIAS

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO *et al.* Brasil: não é hora de retomar as aulas presenciais nas escolas e é preciso garantir as condições adequadas para a oferta do ensino remoto emergencial. **Nota Técnica**, São Paulo, 12 abr. 2020. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/NT-SobreCovid19AulaPresenciais_CampanhaObsRede_Vers%C3%A3oFinal.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Coordenação da tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. L. **Analysing Discourse**. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. L. **Teoria social do discurso**. Brasília: Ed. UnB, 2001a.

FAIRCLOUGH, N. L.; WODAK, R. Critical Discourse Analysis. *In*: VAN DIJK, T. A. (ed.). **Discourse studies: a multidisciplinary introduction**, v. 2. London: Sage, 1997. p. 258-284.

FERREIRA, R. A questão da representação na Análise de Discurso Crítica: algumas questões para o debate. *In*: MAGALHÃES, I. *et al.* **Anais do Seminário de Análise de Discurso Crítica**. Fortaleza: UFC, 2010.

FIOCRUZ. **Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia Covid-19**. 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/contribuicoes_para_o_retorno_escolar_-_08.09_4_1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

HALLIDAY, M. A. K. Context of situation. *In*: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (org.). **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. London: Oxford University Press, 1991.

MAPA da vacinação contra Covid-19 no Brasil. **Portal G1**, São Paulo, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: Linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROCHA, A. A. S. da. Escolas, não quebrem! **Revista Educação**, 22 out. 2020. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/10/22/escolas-colapso-covid/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In*: BATISTA, JR.; SATO, D.; MELO, I. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

CORTESIA-DESCORTESIA LINGUÍSTICA

Amanda Almeida Alencar de Souza
Ludovica Olímpio Magalhães
Maria de Castro Damázio Queiroz
Reginaldo Gurgel Moreira

INTRODUÇÃO

O uso de formas de tratamento, de modalizadores, de expressões argumentativas e de outros recursos discursivos, no que diz respeito às escolhas linguísticas, pode caracterizar a polidez linguística como estratégia discursiva e interação social a ser utilizada como instrumento para preservar faces ou, ainda, para evitar ou amenizar um conflito. Para além dos jogos da face, é na interação social que os interaguintes se movem num *continuum* entre as comunidades de prática de cortesia e de descortesia a depender dos atravessamentos contextuais em que ocorrem os atos de fala, ou o discurso.

No presente capítulo, investigamos a construção do conceito de polidez na ADC, como um valioso recurso na compreensão das relações sociais e de poder existentes nas práticas discursivas, como sugere Fairclough (2001, p. 203), dentro de uma abordagem dialético-relacional, ao afirmar que “o que está faltando é um sentido da variabilidade das práticas de polidez nos diferentes tipos de discursos”.

Tendo como aporte teórico, para a análise de trechos da subseção destinada à polidez, a obra *Discurso e Mudança Social* de Fairclough (2001), utilizamos os estudos sobre o *continuum* cortesia e descortesia

de Kaul de Marlangeon (2017), por ser a voz de uma mulher latino-americana, situada e empoderada fora do eixo anglófono e eurocêntrico; em outras palavras, somando à perspectiva dos estudos decoloniais. Para além de estudos importantes à construção do estado da arte ou à investigação bibliográfica dos estudos da face, essa escolha epistemológica é um processo político para a descoberta do conhecimento, o que torna mais próximo ao que Fairclough (2001) salientava como necessidade de mudança para a realização dessa análise.

A partir da contextualização acima, objetivamos analisar as estratégias de Polidez Linguística, na perspectiva do *continuum* cortesia e descortesia, manifestadas em uma amostra de discurso científico. Pretendemos ainda, especificamente, recontextualizar a conjuntura em torno de fragmentos do discurso científico a ser analisado, a partir da argumentação da crítica acerca da polidez linguística proposta por Fairclough (2001) sobre as estratégias da polidez linguística de Brown e Levinson (1987); e descrever as estratégias do *continuum* cortesia e descortesia presentes no texto de Fairclough (2001).

No que tange à metodologia, utilizamos uma pesquisa bibliográfica, embasando nosso estudo nos autores supracitados, cuja seleção do *corpus* de análise se pauta no discurso crítico de Fairclough (2001) sobre o modelo da polidez em Brown e Levinson (1987) descrito no capítulo 5, *As construções das relações sociais e do “eu”*, na subseção *Polidez* (p. 203-207) e no texto *Contribuições para o estudo da descortesia verbal* (KAUL DE MARLANGEON, 2017). Portanto, trata-se de uma pesquisa na qual o objeto de trabalho é um *metacorpus*, para responder aos objetivos do nosso estudo.

Considerando as especificidades dos contextos do gênero literário-científico em questão e a forma como Fairclough se posiciona contrário à teoria proposta por Brown e Levinson, percebemos que ele teve a preocupação de não usar atos descorteses, explícita e intencionalmente, ao criticar certos aspectos acerca dessa teoria.

Entretanto, ao observarmos os movimentos do *continuum* cortesia-descortesia nos usos linguísticos, certas escolhas linguísticas abrem uma

possibilidade de interpretação para atos de descortesia involuntários, ao se posicionar na referida obra.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao postular os primeiros estudos sobre a polidez linguística, Brown e Levinson (1987) partem de um princípio geral como regra que permeia as conversações, postulado por Grice (1975) e que determina que todo enunciado deve contribuir para que os objetivos dos diálogos sejam alcançados e para que exista sempre uma cooperação nas conversações. A partir dessa proposição de Grice (1975), os autores sugerem que nessas conversações o princípio da cooperação seja respeitado, cabendo aos interlocutores respeitar algumas regras, baseadas em torno da noção de *face* e *face-work*. Para entendermos melhor, é necessário compreender o que Goffman (1967, 2012), precursor desses estudos, sugeriu com sua teoria sobre a *face*.

Para Brown e Levinson (1987) todo e qualquer indivíduo adulto, membro de uma sociedade, cognitiva e linguisticamente competente, possui uma *face*. Como já apresentamos, a noção de *face* derivada da proposta apresentada por Goffman (1967, p. 13), a qual define *face* como “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama/reivindica para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico”. Essa *face*/imagem pública consiste em dois aspectos que se apresentam relacionados e indissociáveis:

- a) a *face* negativa – que pressupõe uma reivindicação básica do território e proteção pessoal, isto é, uma reclamação por liberdade de ação e liberdade de imposição;
- b) a *face* positiva – que diz respeito à autoimagem positiva ou personalidade. A partir dessa autoimagem o ator social inclui seu desejo de que esta seja apreciada e aprovada por todos os interlocutores.

Segundo Brown e Levinson (1987), esses dois tipos de faces se apresentam tanto no falante como no ouvinte. Como já mencionado, a face positiva diz respeito à necessidade e ao interesse de aceitação e de aprovação pelos outros, pelos interlocutores. Já a face negativa, reivindica o resguardo de seu território próprio e visa à preservação de sua intimidade, para que esta seja escondida nas interações sociais, evitando uma desnecessária aproximação, um dispensável conhecimento do seu eu e uma exposição pessoal.

Na ocorrência das diversas e cotidianas interações sociais, espera-se que as faces positivas sejam realçadas e as negativas sejam protegidas, com o intuito de promover relações harmônicas. Na ausência da harmonia entre os interlocutores, causada por atos de ameaça à face (FTA – *Face Threatening Act*), busca-se uma intervenção do *face-work*, ou trabalho com as faces. Para Kerbrat-Orecchioni (2014, p. 80), o termo *face-work* designa “tudo o que uma pessoa empreende para que suas ações não impliquem perda diante de ninguém e nem de si mesma”. Kerbrat-Orecchioni classifica o *face-work* como um ato

[...] que se consiste em fechar arestas que possam causar atos de ameaça à face do interlocutor, que muitas vezes somos levados a cometer, tornando-os assim menos ofensivos para as faces delicadas de nossos parceiros de interação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, p. 80).

Quanto aos atos ameaçadores da face, Brown e Levinson (1987) apresentam modelo com as seguintes estratégias utilizadas: *bald-on-record*, *on-record* e *off-record*. No primeiro modelo, *bald-on-record*, o locutor prioriza a precisão da mensagem, dessa forma, o ato é realizado com envolvimento, mas sem preocupação com a preservação das faces. Na estratégia *on-record*, o interlocutor demonstra envolvimento e comprometimento com o ato, realizando-o e apresentando preocupação com as faces envolvidas na interação (positivas e negativas), desenvolvendo estratégias de polidez positiva e de polidez negativa, preservando as faces envolvidas. Ao realizar *off-record*, o interactante opta por ser indireto, não se comprometendo ou se envolvendo com o ato.

Desde que foi proposta, a teoria da polidez de Brown e Levinson tem recebido algumas críticas, por insistir na natureza universal das estratégias de ameaça e reparo à face dos participantes da interação, sem considerar aspectos importantes como relações de poder, cultura dos povos, entre outros.

A comunicação se processa por meio da interação discursiva e do modo como a processamos com o outro, a partir disso serão construídas as relações sociais nas quais se determinam como queremos conviver em sociedade, na qual respeitamos e somos respeitados, bem como legitimamos nossa identidade e a do outro.

Nesse sentido, a comunicação se articula através da linguagem, cujas relações sociais são tensionadas por operacionalizações do poder. Norman Fairclough preocupa-se em desestabilizar as situações assimétricas de poder. Mesmo entendendo toda força do aparelho ideológico do Estado, Fairclough vai além dos pressupostos da Escola Francesa de Análise de Discurso, vislumbrando “a dimensão crítica do olhar da linguagem como prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 11).

Os estudos da ADC vêm ganhando cada vez mais força no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisas voltadas a práticas sociais que promovam a mudança nos discursos circulantes, uma vez que Fairclough inova com uma teoria dialética, na qual considera que o discurso é formado dentro de uma estrutura social, mas que também pode moldar essa estrutura, e, assim, pode ocorrer mudança social. Em outras palavras, na perspectiva de Fairclough (2001), a ADC se caracteriza por ser um constructo teórico-metodológico, que consiste em analisar a linguagem e o poder nas relações sociais, defendendo, assim, a noção de discurso como uma das dimensões da prática social.

Em relação às considerações sobre a teoria e o método em ADC, Fairclough (2001) ressalta que discurso e prática social são os pilares para o desenvolvimento dos estudos da ADC, o que a caracteriza como uma abordagem transdisciplinar e voltada para uma mudança social. Para compreender a dimensão dos estudos sobre a linguagem proposta pela ADC, é preciso compreender a visão formalista e a funcionalista

acerca do conceito de discurso, uma vez que, para a ADC, o discurso é visto como uma “dimensão das práticas sociais, que seriam constituídas também por elementos não discursivos como as crenças, valores, desejos, instituições e relações sociais” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999 *apud* IRINEU *et al.*, 2020, p. 38), o que reforça a compreensão de que as manifestações discursivas devem ser analisadas a partir das relações sociais nas quais estão inseridas.

Ainda para caracterizar o foco do interesse da proposta da ADC, é importante ressaltar o interesse social pela linguagem e a análise do discurso contribui para o desenvolvimento de uma teoria social da linguagem que seja transdisciplinar, ou seja, deve partir de um aparato teórico-metodológico gerado a partir de diversos olhares investigativos voltados para uma perspectiva de interesse particular.

Com isso, o caráter transdisciplinar permite a investigação do papel da linguagem na sociedade, isso porque, para os estudos da ADC, a linguagem e sua relação com a vida social adquirem mais relevância e, assim, as questões sociais como gênero, identidade, ideologia e poder passaram a ser relacionadas ao estudo da linguagem, do discurso e de outras semioses.

A teoria social do discurso incorporou as percepções de Foucault, no que diz respeito à natureza social do discurso e da natureza discursiva do poder, trazendo reflexões sobre as práticas discursivas existentes e como são permeadas de crenças, valores já hegemonzados na sociedade, tendo também, no dialogismo de Bakhtin (2003), uma das suas bases filosóficas. Nesse sentido, a prática social estabelece conexões com os elementos sociais articulados com a vida. Entretanto, Fairclough (2001) vai além e propõe uma concepção tridimensional do discurso, sendo este constituído por: texto, prática discursiva e prática social.

O modelo tridimensional de Fairclough (2001) caracteriza-se por uma relação dialética entre discurso e sociedade. Essa foi sua primeira visão de discurso, mas posteriormente, revisitou o conceito tridimensional, pois não o via exatamente como dialético, passando a considerar a prática transformacional. Para Fairclough (2001), os discursos são materializados

em textos que se transformam em ação e se naturalizam nas práticas sociais. Um exemplo disso é o discurso de que as atividades domésticas são atividades femininas, esse discurso já está tão naturalizado e impregnado na sociedade, que algumas mulheres não questionam e reproduzem essa ação, naturalizando práticas do patriarcado e do machismo.

Assim sendo, a importância da interação da produção, do texto e da recepção estão indissociáveis para a compreensão da função daqueles elementos do modelo tridimensional. Por isso, é preciso democratizar o discurso, reconhecendo o lugar de fala das minorias e desconstruindo as hegemonias de poder existentes.

É sob a ótica da importância de reler os clássicos para investir em novas epistemologias e métodos que contemplem outros contextos e questões para a transformação social que nos movemos nesta pesquisa. Essa ampliação e seus atravessamentos prático-teóricos de múltiplos saberes nos movem a uma compreensão mais crítica e engajada do próprio *fazer-viver* científico, transdisciplinarmente. No que diz respeito às práticas linguísticas abordadas neste capítulo, por exemplo, aproximamos a ADC à Polidez Linguística que, por seu turno em movimento, filia-se também à Pragmática Sociocultural para analisar a Descortesia e a Cortesia dos atos de fala em um *continuum*. Entendemos a Pragmática Sociocultural como uma perspectiva da Nova Pragmática, ao criticar que “significado, intenção e contexto sejam entidades teóricas *a priori*, bem delimitadas e circunscritas, as quais o/a pragmaticista irá meramente descobrir ou verificar na interação” (SILVA; ALENCAR; FERREIRA, 2014, p. 27).

Nesse sentido, os estudos de Kaul de Marlangeon (2017) sobre o *continuum* entre Cortesia e Descortesia se vinculam a essa vertente pragmaticista-discursiva aberta aos contextos e à fluidez investigativa dos atos de fala. Com isso, sua contribuição pode ser uma alternativa analítica ao modelo de Brown e Levinson (1987) e os conceitos sobre *face* positiva e negativa.

Na esteira da crítica ao modelo universalista e estruturalista de Brown e Levinson (1987) – por fixar estratégias de aplicabilidade das estratégias da polidez positiva e negativa, bem como os atos ameaçadores da

face/imagem em interações analisadas sem interligar apropriadamente aos contextos e às diferentes culturas dos interagentes – Kaul de Marlangeon parte da conceituação de Cortesia Linguística em Diana Bravo (2003) como autonomia, isto é, percepção de si no grupo social e vice-versa, considerando suas diferenças; e afiliação, integração aos contextos e identidades desse grupo, para propor uma noção de Descortesia não como mera ausência de Cortesia, mas como estratégias violentas de afiliação exacerbada e refratariedade em meio às práticas sociais conflituosas.

Acreditamos que as forças ideológicas e suas formas de operacionalização (veladas ou explícitas, coercitivas ou persuasivas) acionam ora preservação da face, ora ataques à face do outro (MOREIRA, 2016). Segundo essa abordagem, notamos a importância dada aos contextos e às conjunturas em que ocorrem as interações. Assim, torna-se impossível desassociar tais fenômenos ao longo das vivências e das pesquisas.

Kaul de Marlangeon (2014) aprofunda suas reflexões a partir do *continuum* entre duas categorias – classificando-as como unidades extralinguísticas em sua prática social – que estão em pontos opostos pelos quais os atos de fala corteses e descorteses transitam, a depender de inúmeros fatores contextuais e conjunturais: de um lado, a comunidade de prática de cortesia; e de outro, a comunidade de prática de descortesia.

Para a autora, essas comunidades são organizadas à medida que ocorrem os atos de fala (des)corteses nas seguintes dimensões: empreendimento conjunto, compromisso mútuo e repertório compartilhado (KAUL DE MARLANGEON, 2014). Em síntese, na comunidade de prática, os seus membros mantêm o uso de práticas sociais corteses por regularidade, convenção e persistência, a fim de preservar e proteger a imagem do interagente e ratificar sua pertença ao grupo. Para isso, os usos linguísticos corteses passam a ser um repertório compartilhado pelos demais, no cotidiano das interações sociais atravessadas pelos distintos contextos em movimento.

Quanto à comunidade de prática de descortesia, Kaul de Marlangeon (2014) a compreende em fluxo interacional bilateral (bidirecional) e unilateral (unidirecional), constituído a partir da relação-conflito de

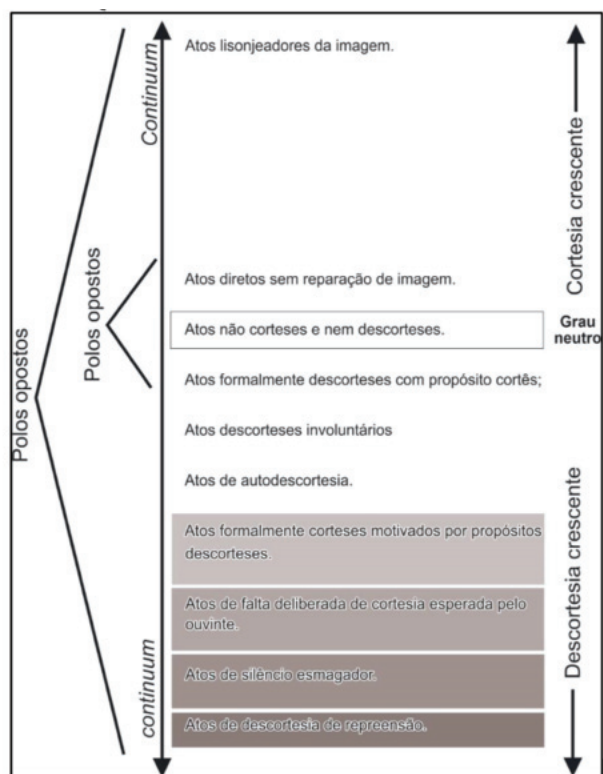
poder entre seus membros, mediante a ocorrência ou a falta de compromisso mútuo entre sujeitos e comunidade de prática social. Nesse caso, o conflito tende a ser a prática social compartilhada entre os membros dessa comunidade de descortesia.

Kaul de Marlangeon (2017, p. 97) acrescenta que a descortesia é “rompimento e ruptura consciente e voluntária” às convenções sociais de cortesia em uso da sociedade. Entendemos, com isso, que se trata de uma estratégia que se performatiza no fluxo do contínuo cortesia-descortesia. Entretanto, a autora destaca ainda que em práticas descorteses “não intencionais” (como é o caso das três primeiras “possibilidades de usos linguísticos da descortesia” que evidenciamos logo abaixo) não se configuram como estratégia, mas um ato de descortesia que pode ser “não intencional”. Acompanhemos as onze possibilidades de usos linguísticos da descortesia, conforme enumera Kaul de Marlangeon (2017, p. 98-99):

1. Modo expressivo do falante com reminiscência de linguagem imprópria ou indecorosa;
2. Ofensa involuntária para com o ouvinte por dizer uma gafe;
3. Falta involuntária da cortesia esperada pelo ouvinte;
4. Renúncia das normas de cortesia;
5. Emprego de uma linguagem ofensiva consigo por diferentes motivações;
6. Excesso de cortesia para com o ouvinte a fim de feri-lo ou zombar dele;
7. Falta voluntária da cortesia esperada pelo ouvinte;
8. Ofensa voluntária para com o ouvinte a fim de denegrir (*sic*) a sua imagem;
9. Ofensa voluntária para com o ouvinte a fim de defender a imagem do falante;
10. Interpretação do ouvinte como um ataque intencional à sua imagem;
11. Silêncio esmagador do ouvinte para indicar desacordo com a emissão do falante.

Em termos metodológicos, Kaul de Marlangeon (2017) propõe ainda uma tipologia da descortesia linguística, o que pode facilitar nossas análises sobre atos (des)corteses em movimento de *continuum*. Essa contribuição pode ser compreendida no seguinte quadro:

Quadro 1 – O *continuum* cortesia-descortesia



Fonte: Kaul de Marlangeon (2017, p. 100)

ANÁLISE DE DADOS

A necessidade de olhar o mundo com o viés crítico e as relações sociais que são frutos das influências do sistema capitalista, alavancou o avanço em relação à visão pragmática estruturalista voltada para o estudo da polidez, salientando uma estreita correlação com a teoria interacionista de Goffman (2012), que versa, inicialmente, sobre a preservação da face dos sujeitos interaguintes e, posteriormente, sobre os modelos teóricos de polidez positiva e polidez negativa de Brown e Levinson (1987).

Nesse sentido, Fairclough (2001) critica o *modus operandi* estruturalista dos estudos da face e seus desdobramentos em fórmulas estruturadas

da polidez linguística nesse modelo de Brown e Levinson, que se fecha a modelos tratados. A linguagem é fluida e constitui um jogo interacional de segregação ou emancipação de lugares, de posições de sujeitos, por isso os estudos atuais da polidez buscam outras rotas alternativas e críticas, livres de estruturas aprioristicamente dadas, como é o caso dos estudos do contínuo cortesia e descortesia linguística de Kaul de Marlangeon (2017), que se filia à Pragmática Sociocultural.

Partindo dos procedimentos metodológico-analíticos da Pragmática Sociocultural nos estudos da (Des)Cortesia Linguística em Kaul de Marlangeon, que reivindica um caráter crítico, dialógico (o que se aproxima da perspectiva dialética sobre polidez em Fairclough) e aberto aos atravessamentos epistemológicos indissociáveis aos contextos e às conjunturas em que ocorrem as práticas socioculturais, selecionamos alguns fragmentos de Fairclough (2001) que descrevem seu posicionamento acerca do fenômeno linguístico da polidez, para analisá-los à luz do *continuum* cortesia-descortesia. Trata-se de outra leitura sobre jogos interacionais das faces, ampliando esses conceitos aos de Diana Bravo (2003) sobre autonomia e afiliação, bem como às categorias de descortesia como afiliação exacerbada e refratariedade (KAUL DE MARLANGEON, 2005).

Acompanhemos esse fluxo que perfaz movimentos em gradação, em um contínuo, cujos lados tensionam estratégias e práticas socioculturais de uma comunidade de prática de cortesia de um lado e, do outro, uma comunidade de prática de descortesia, impulsionada pelo compromisso mútuo, repertório compartilhado e preservação das faces e das forças de poder, em meio às interações. Ressaltamos ainda que não pretendemos atribuir axiomas sistematizadores e universalizantes, nem juízo de valor sobre o posicionamento de Fairclough, o que deporia contra a própria perspectiva dessa nova forma de fazer-viver a pragmática, sempre aberta e em constante movimento. O que apresentamos é uma proposta de análise.

Continuum cortesia-descortesia do Fragmento 1: “A polidez na linguagem tem sido uma das grandes preocupações da pragmática anglo-americana dos anos 1970 e 1980 (...). A

teoria mais influente é a de Brown e Levinson. Eles pressupõem um conjunto universal de ‘desejos de face’ humanos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 203).

Ao iniciar nossa análise, convém enfatizar o contexto imediato através do qual este discurso científico de Fairclough está situado, ou seja, é um gênero literário para um público acadêmico-científico. Trata-se de uma publicação em que, além de outras contribuições, expõe uma crítica ao modelo linguístico da polidez de Brown e Levinson, à medida que acrescenta sua perspectiva analítica à Polidez, fazendo-nos perceber possíveis aproximações à ADC, devido à compreensão de que os fenômenos interacionais da Polidez são também práticas sociais, reivindicadoras de mudanças. Portanto, nessa interação mediada pelo livro, segundo a tradução de Izabel Magalhães, não poderíamos deixar despercebidos os contextos e particularidades dos sujeitos na interação: o autor, a obra e os leitores. Nesse sentido, já somos acionados para um jogo interacional de faces que, entre outras possibilidades, exige uma prática sociocultural de cortesia (compromisso mútuo e repertório compartilhado) a ser mantida nesse meio, assegurando a preservação das imagens sociais dos sujeitos como um código de ética compartilhado e internalizado na prática de pesquisa e publicação entre os autores e seus leitores, correspondendo ainda às demandas do mercado literário. Observamos isso, por exemplo, já nas primeiras estratégias discursivas desse autor, evidenciando marcas de valorização e reconhecimento, como mostraremos na sequência.

Ao iniciar seu discurso com a expressão partitiva “uma das” e o superlativo relativo “mais influente”, Fairclough reconhece o mérito do modelo teórico desenvolvido pelos autores que, em seguida, irá criticar. *A priori*, observamos aqui uma forte presença do tipo de cortesia por “atos lisonjeadores da imagem” (KAUL DE MARLANGEON, 2017, p. 100). Essa tipologia presente na análise revela que o autor, antes de tudo, filia-se à comunidade de prática de cortesia, uma vez que o uso dessas expressões se aplica ao extremo da cortesia crescente no *continuum* cortesia-descortesia.

Ressaltamos ainda que, ao situar espaço-temporalmente, Fairclough já marca também sua autonomia enquanto leitor de Brown e Levinson, assinalando um compromisso crítico-analítico com outra forma de analisar o discurso. O mesmo pode ser igualmente verificado na conjugação verbal “pressupõem”, uma vez que tal uso linguístico significa suposição prévia acerca do modelo da Polidez, e não um conceito, uma tese, uma fundamentação teórica. A estratégia discursiva usada (“pressupõem”) pode ser vista ora como um “ato formalmente descortês com propósito cortês”, ora como “atos descorteses involuntários” (KAUL DE MAR-LANGEON, 2017, p. 100), a depender da escolha lexical e contextual na tradução e/ou no texto original para se posicionar criticamente. Nesse sentido, observamos uma tensão que já se inicia, mas seu compromisso com as normas de cortesia exigidas no gênero discursivo em questão – como forma de interação – mantém-no ciente de seu dever de compartilhar seus saberes, atenuando conflitos e preservando seu território e sua imagem social no meio científico, porém sem se associar, deliberativa e estrategicamente, à descortesia expressa e crescente. Assim, a depender de vários fatores situacionais, inclusive do olhar dos leitores, o *continuum* cortesia-descortesia deste caso em análise se materializa na fluidez dos contextos dessa interação. A propósito, realizar outra investigação, inclusive com uma possível participação do autor, poderia nos conduzir para outras nuances desse *continuum*.

Continuum cortesia-descortesia do Fragmento 2: “O que está faltando é um sentido da variabilidade das práticas de polidez nos diferentes tipos de discurso dentro de uma cultura” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 203).

Em sua fala, Fairclough se utiliza de um princípio que, segundo Kaul de Marlangeon (2017), regula a conduta nas interações, a cortesia. De acordo com a autora, a cortesia é utilizada para facilitar o equilíbrio social nas convivências. Dessa forma, buscando o equilíbrio dentro da esfera acadêmica entre pares e partindo do pressuposto de que é comum existirem divergências entre teorias, é habitual que essas divergências sejam expostas dentro de um padrão apropriado de comportamento e

esse comportamento não deve infringir o normativo, o que se considera socialmente aceitável. Esse comportamento social é intencional, à medida que o falante se utiliza de estratégias de polidez/cortesia para suavizar sua fala.

Ao utilizar a expressão “o que está faltando é”, percebemos que Fairclough (2001, p. 203) sinaliza e sugere que sejam anexadas as estratégias de polidez postuladas por Brown e Levinson variantes como: “os diferentes tipos de discursos dentro de uma cultura”. Ao sugerir esse adendo à teoria, o autor se utiliza de uma das estratégias de polidez negativa *off-record*, que Brown e Levinson (1987, p. 213) postulam a estratégia denominada “dê sugestão”.

Continuum cortesia-descortesia do Fragmento 3: “Bourdieu (1977: 95, 218) sugere uma visão da polidez que é muito diferente daquela de Brown e Levinson” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 203).

Na citação acima, o autor faz uma distinção que nos parece acionar uma comparação entre os autores Brown e Levinson e Pierre Bourdieu, valorizando a teoria do último, que trata das relações existentes entre indivíduo e sociedade de forma dialética, que Fairclough (2001) também se coloca nessa posição. Assim como Bourdieu, ele compreende o poder de dominação das convenções sociais, mas Fairclough vai além, vendo também a possibilidade dos indivíduos se utilizarem das forças contra-hegemônicas para a mudança. Dessa forma, esse autor demonstra compromisso mútuo com Bourdieu, utilizando-se de cortesia para uma afiliação prático-discursiva. Já em relação ao modelo de Brown e Levinson, percebemos uma possível estratégia de descortesia, pois, no uso de distinção e de comparação, Fairclough aciona uma ausência de compromisso mútuo, considerando ainda que “a cortesia deve, portanto, sua essência, respectivamente, à *presença* ou à *ausência* de compromisso mútuo” (KAUL DE MARLANGEON, 2017, p. 105). Embora identifiquemos possível descortesia no uso do comparativo, não localizamos atos na tipologia no contínuo cortesia-descortesia que justifique descortesia por parte do autor.

Amiúde, a estratégia de distinguir e comparar, em relação a Brown e Levinson e Bourdieu, nos faz perceber que são “Atos formalmente descorteses com propósito cortês” (KAUL DE MARLANGEON, 2017, p. 100), uma vez que formalmente: cuidadoso no uso dos termos, mas o ato de distinguir valorativamente pode parecer descortês, a depender dos contextos. No caso do gênero em análise, percebemos que há um propósito cortês em suas argumentações para defender uma nova forma de fazer análise da ADC.

Fairclough parece apresentar descortesia quando usa o intensificador “muito” comparando os dois autores a Bourdieu (FAIRCLOUGH, 2001, p. 203) assim como ao citar que “as concessões de polidez são sempre políticas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 204). Inferindo que os autores não trazem essa preocupação social em sua obra, e que claramente não concorda. Demonstra-se, com isso, que polidez-impolidez estão imbricadas de questões hegemônicas que são reproduzidas socialmente, mesmo que expostas de forma individual, vêm atravessadas por discursos: institucionais hegemônicos, aspectos culturais, questões de gênero e raça, sendo necessário usar a polidez/impolidez (cortesia/descortesia) de forma coletiva, assim quebrar as hegemonias, visando mudança com equidade.

Continuum cortesia-descortesia do Fragmento 4: “Isso não significa trocar a explicação voluntarista de Brown e Levinson (1978) das estratégias de polidez por uma explicação estruturalista das convenções de polidez: minha posição é dialética, reconhecendo as restrições das convenções, mas também a possibilidade de, sob certas condições, rearticulá-las criativamente e, assim, transformá-las” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 204).

À luz dos estudos propostos no *continuum* cortesia-descortesia, percebemos que Fairclough, apesar de considerar a proposta de Brown e Levinson (1987) “voluntarista”, utiliza uma adjetivação para caracterizar o estudo feito pelos dois autores, através do uso de um ato lisonjeador da imagem (KAUL DE MARLANGEON 2017, p. 100), que Fairclough aponta ainda apresentar lacunas e estar voltado para o estruturalismo.

Entretanto, Fairclough reconhece e valoriza a visão de Brown e Levinson, por ser esta mais relevante que a visão estruturalista, e ainda, o autor defende sua proposta dialética e a utiliza como argumento para evidenciar a necessidade de se criar uma “variabilidade das práticas de polidez nos diferentes tipos de discursos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 203), visto que é preciso realizar a compreensão dos aspectos contextuais, como a cultura, por exemplo, para analisar as interações relacionadas à polidez.

CONCLUSÃO

De acordo com os objetivos propostos, concluímos que este estudo conseguiu analisar as estratégias de Polidez Linguística, a partir da proposta de Kaul de Marlangeon, cuja ênfase se respalda no contínuo cortesia-descortesia, vinculada à Pragmática Sociocultural, no discurso científico de Fairclough que se posiciona criticamente ao modelo de Brown e Levinson. Observamos que esse posicionamento, apesar de crítico, em linhas gerais, manteve um compromisso mútuo com o gênero textual científico, usando de modalizadores e intensificadores em situações que tensionam as relações de poder no referido gênero textual.

Dessa forma, as estratégias utilizadas se filiam mais a uma comunidade de prática de cortesia do que descortesia, apesar de acionar algumas expressões linguísticas que, em contextos do senso comum, parecem direcionar para a descortesia; como é o caso do uso da comparação entre a visão dos autores, o uso dos intensificadores e de adjetivações que corroboram para uma compreensão de práticas ora cortesias, ora descortesias, a depender dos usos e dos contextos da interação.

Ressaltamos que, no posicionamento de Fairclough, há uma preservação de face do mesmo e dos autores Brown e Levinson, ao manter a norma e o padrão linguístico-literário; entretanto, isso não limita sua liberdade de crítica e de produção linguístico-científica, engajado com a transformação social nas práticas discursivas.

O uso do método analítico-discursivo de Kaul de Marlangeon nos possibilitou uma leitura crítica, que nos permitiu lançar um novo olhar

em relação aos estudos da polidez, bem como ampliar a construção de compreensão acerca do fenômeno linguístico, que relaciona os estudos voltados para práticas corteses e descorteses presentes nas mais variadas situações sociocomunicativas.

Por meio da tipologia dos atos de fala em fluxo de *continuum* cortesia-descortesia, conseguimos realizar nossa recontextualização da conjuntura nos fragmentos de texto-posicionamento analisados, assim como, descrever nossa percepção sobre as estratégias desse *continuum* em Fairclough, que se manteve comprometido com uma comunidade de prática de cortesia ao longo de sua crítica e proposta de uma práxis mais dialética sobre os estudos da polidez, reconhecendo a importância circunstancial do modelo de Brown e Levinson, indicando limitações e possíveis soluções de análise que, a nosso ver, aproximam-se da perspectiva pragmaticista de Kaul de Marlangeon, em que os contextos são indissociáveis aos atos de fala (des)corteses.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. L. da C. V. de O. (Des)cortesia verbal e conflito de opiniões em textos veiculados na mídia brasileira. *In*: SEARA, I. R. **Cortesia**: olhares e (re) invenções. Lisboa: Chiado Editora, 2014.
- BRAVO, D. Actividades de cortesía, imagen social y contextos socioculturales: una introducción. *In*: BRAVO, D. (ed.). La perspectiva no etnocentrista de la cortesía: identidad sociocultural de las comunidades hispanohablantes. **Actas del primer Coloquio del programa EDICE**. Estocolmo: Edice, 2003. p. 98-108.
- BRAVO, D. Categorías, tipologías y aplicaciones: Hacia una redefinición de la cortesía comunicativa. *In*: BRAVO, D. (ed.). **Estudios de la (des)cortesía en español**: Categorías conceptuales y aplicaciones a *corpora* orales y escritos. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2005. v. 1, p. 21-52.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: some universal in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (org.). **Descortesia e Cortesia**: expressões de culturas. São Paulo: Cortez, 2017.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

- GOFFMAN, E. A elaboração da face. Uma análise dos elementos. *In*: FIGUEIRA, S. A. (org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Tradução de I. Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1967.
- GOFFMAN, E. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GRICE, H. P. **Logic and conversation in**: syntactic and semantic. [S.l.]: Academic Press, 1975.
- IRINEU, L. M. (org.). **Análise de Discurso Crítica**: conceitos chaves. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- KAUL DE MARLANGEON, S. Descortesia de fustigación por afiliación exacerbada o refractariedad. *In*: BRAVO, D. (ed.). **Estudios de la (des)cortesía en español**. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos. v. 1. Buenos Aires: Programa EDICE-Dunken, 2005. p. 299-318.
- KAUL DE MARLANGEON, S. Tipología del comportamiento verbal descortés en español. III Coloquio internacional Programa EDICE. **Cortesía y conversación**: de lo escrito a lo oral. Departamento de Filología Español. Departamento de Lingüística Aplicada. Universidad de Valencia y Programa EDICE. 2008.
- KAUL DE MARLANGEON, S. Delimitación de unidades extralingüísticas de análisis del discurso de (des)cortesía. **Signo y Seña**, Buenos Aires, n. 26, p. 7-21, dez. 2014.
- KAUL DE MARLANGEON, S. La fuerza de cortesía-descortesía y sus estrategias en el discurso tanguero de la década del 20. **RASAL**, año III, n. 3, p. 7-38, 2003. Disponível em: <http://www.edice.org/descargas/SKaul.pdf>. Acesso em: 13 maio 2015.
- KAUL DE MARLANGEON, S. Contribuições para o estudo da descortesia verbal. *In*: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (org.). **Descortesia e Cortesia**: expressões de culturas. São Paulo: Cortez, 2017. p. 93.
- KAUL DE MARLANGEON, S. Es universal la cortesía? *In*: BRAVO, D. V.; BRIZ, A. **Pragmática sociocultural**: Estudios sobre el discurso de cortesía en español. Barcelona: Ariel Lingüística, 2004. p. 39-53.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação**: princípios e métodos. Tradução de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Polidez e impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos dos presidentes franceses. *In*: SEARA, I. R. **Cortesía**: olhares e (re)invenções. Lisboa: Chiado, 2014.
- MAGALHÃES, L. O. **Polidez na conversa de autistas**: uma abordagem das estratégias e do trabalho com as faces. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2020.

MOREIRA, R. G. **(Des)cortesia linguística na nova pragmática e a problemática da intencionalidade nos atos de fala violentos na publicidade brasileira: quem é o responsável?** 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2016.

REALE, G. **História da filosofia antiga: das origens a Sócrates.** Série História da Filosofia. V. 1. Tradução de Marcelo Perini. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, D. N.; ALENCAR, C. N.; FERREIRA, D. M. M. Uma nova pragmática para antigos problemas. *In*: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. **Nova pragmática: modos de fazer.** São Paulo: Cortez, 2014.

POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA

Camila Alves Rocha
Carla Silva do Nascimento
Erick Cruz Padilha de Oliveira
Kelvy Wanderson de Morais Maia

INTRODUÇÃO

A presente produção busca apresentar, introdutória e didaticamente, a categoria “polarização ideológica” em Teun A. van Dijk (2015, p. 81), que pode ser observada através da análise do(s) discurso(s) integrado(s) à(s) prática(s) social(is) – nos aspectos linguísticos, cognitivos, sociais e culturais do texto e nos contextos específicos de interação – e se encontra diretamente relacionada a outros conceitos do teórico. Ela permite lançar luz sobre a compreensão otimizada dos aspectos comunicacionais das relações de dominação ocorrentes no interior das sociedades contemporâneas, que incluem a construção, a utilização e o compartilhamento de crenças através dos discursos dos sujeitos. Assim, demonstramos as implicações teóricas e a aplicação analítica da categoria polarização ideológica nas práticas discursivas da Mandata Nossa Cara, grupo de mulheres negras da periferia da cidade de Fortaleza, que disputou uma vaga na Câmara de Vereadores em 2020.

Para tanto, a investigação encontra-se estruturada em duas partes: a primeira tem um caráter teórico, baseada em pesquisa bibliográfica, a partir de van Dijk (2015, 2016, 2017) e demais autores, tais como Giddens (2018), Irineu (2011), Wodak (2004) etc., cuja articulação

auxilia na elucidação de conceitos e noções vinculadas à categoria em questão; a segunda parte, por sua vez, é de natureza metodológica. Nela, desenvolvemos, à luz da categoria supracitada, um exercício prático de análise discursiva do *corpus* selecionado. Este foi constituído por *posts* de 2020 que se encontram na conta oficial, no Instagram, da Mandata Coletiva Nossa Cara.

Embora a presente produção tenha sido elaborada, *a priori*, com o intuito de se criar ponto de partida para o entendimento da categoria que a intitula, os esforços para a sua construção, tanto a nível teórico quanto a nível de exercício metodológico, geraram resultados e discussões importantes. Eles contribuem na demonstração de que a Análise de Discurso Crítica (ADC doravante) “dialoga bem e de forma promissora com a atualidade das pesquisas que abordam questões que envolvem relações sociais, disputas por poder e construções discursivas no conturbado contexto nacional” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 74). A dedicação para a execução desta proposta ajudou a tornar ainda mais nítido como a teoria de van Dijk, construída e refinada ao longo de, ao menos, quatro décadas, permanece oferecendo um instrumental relevante para a compreensão de problemas sociais no mundo contemporâneo, inclusive no Brasil. Desse modo, esperamos que esse estudo possa ser utilizado como referencial teórico-metodológico de outras pesquisas acadêmicas que, para além de percepções imediatas de senso comum, procuram entender como os discursos podem ser elaborados e mobilizados em contextos de disputas entre grupos sociais e/ou políticos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para além de um método, a ADC pode ser definida como uma abordagem com diferentes vertentes, oriunda de diálogos iniciados na década de 1990 na Europa, e desenvolvida por diferentes teóricos com o objetivo de apresentar novas chaves analíticas que possibilitassem uma melhor compreensão das relações entre linguagem e problemas sociais (WODAK, 2004, p. 227). Em meio ao processo de globalização que se intensificava no planeta àquela época, estes estudiosos desejavam ratificar

o caráter crítico das ciências que se dedicam a compreender os fenômenos da sociedade, e ajudar a fazer do conhecimento um instrumento para a emancipação de grupos sociais oprimidos. Naquele cenário de rápidas transformações pelas quais o mundo passava, buscou-se desenvolver meios para melhor entender como os discursos cooperavam para a manutenção e/ou estabelecimento de estruturas de poder.

Nesse sentido, a ADC se fundamenta na concepção de linguagem como prática social dentro dos estudos linguísticos, mais especificamente, no território da Linguística Aplicada, cujo aspecto transdisciplinar possibilita que a análise crítico-discursiva ocorra nas diferentes perspectivas do discurso, tal qual a abordagem sociocognitiva de van Dijk. Esse autor, mais do que um dos seus precursores, é considerado atualmente uma das maiores referências de ADC no mundo, embora já tenha manifestado sua preferência em chamar seu labor científico de Estudos Críticos do Discurso. Ele acredita que isso pode ajudar a deixar claro que a ADC não é exatamente um método, mas “uma transdisciplina distribuída por todas as ciências humanas e sociais” predisposta a se utilizar de “qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa” (VAN DIJK, 2017, p. 10-11).

Assim sendo, a teoria de van Dijk, enquanto uma das vertentes da ADC, tem como uma das fortes marcas de sua peculiaridade a preocupação do autor em enfatizar que, para entender como os indivíduos passam a reproduzir discursos que circulam na sociedade, faz-se necessário considerar o que ele chama de “cognição”, isto é, aspectos que dependem de um processo de subjetividade. Isso possui relação com as formas como cada pessoa acaba incorporando modelos mentais construídos coletivamente (VAN DIJK, 2017, p. 26). O autor defende, portanto, que uma análise de discurso crítica deve considerar o que ele chama de “triângulo Discurso-Cognição-Sociedade” (VAN DIJK, 2015, p. 64).

Desse modo, a categoria “polarização ideológica” (VAN DIJK, 2015, p. 81) aparece como resultado de uma complexa construção teórica na sua produção, relacionando-se com uma série de conceitos que o autor procurou definir ao longo de sua obra para um melhor entendimento

acerca do discurso enquanto objeto no qual também se manifestam relações de dominação e de resistência em meio às tensões sociais. Sem a pretensão de esgotar a discussão, e buscando auxiliar na compreensão do que significa a categoria que dá nome a este texto, explicaremos, a partir de um esforço didático, como se relacionam alguns conceitos centrais na teoria deste pensador holandês.

Nas ciências sociais, o conceito de ideologia surgiu no início do século XIX. Ao longo de, aproximadamente, dois séculos, foi usado de diferentes formas por teóricos que buscaram entender e explicar fenômenos sociais (GIDDENS, 2018). Faz-se importante destacar que: “[n]o intrincado e múltiplo uso do termo, pode-se delinear, entretanto, duas tendências gerais ou dois tipos gerais de significado (...)”: o primeiro diz respeito, genericamente, aos “sistemas de crenças políticas (...)” como um “conceito neutro”; e o segundo, entende ideologia como “crença falsa”, conceito que sempre expressa algo “negativo” (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 585).

Nesse sentido, cabe esclarecer que a forma como van Dijk pensa ideologia(s) situa-se nessa espécie de primeira tendência geral supracitada, isto é, nem sempre algo atrelado a uma concepção negativa. Assim, o autor afirma que as ideologias podem, por meio da comunicação, tanto ser “empregadas para manter e legitimar o abuso de poder social e político (...)”, como ser usadas para “resistir à dominação e com o fito de propagar atitudes e práticas igualitárias (...)” (VAN DIJK, 2016, p. 54). Estes fenômenos envolvem fatores cognitivos (eles são projetados em uma relação com interesses de grupos no que tange à organização e à condução de seus objetivos e práticas) e sociais (os grupos ideológicos, constituídos por membros congregados, são movidos por motivações sociais e políticas a fim de defender seus próprios interesses) incrustados nos processos de enunciação verbal (IRINEU, 2011). Os grupos são, portanto, definidos (VAN DIJK, 1999 *apud* IRINEU, 2011, p. 94) como representações sociais compartilhadas, que perpassam as experiências e ideologias políticas e sociais, cuja manutenção se dá através de diversos recursos simbólicos, tais como sexo, profissão etc., fazendo com que “esse sentimento de grupo seja definido em termos representacionais”.

Nessa linha, van Dijk entende o poder na sociedade como algo que se relaciona com o controle de grupos sociais sobre outros. E mesmo considerando que se trata de uma construção social arbitrária e, portanto, não natural, reconhece-o como um elemento que está presente nas formas como as sociedades se organizam. Contudo, o autor nos convida a refletir, de modo constante, em que medida e em quais circunstâncias o poder se manifesta abusivamente por parte de grupos sociais dominantes; chamando, ainda, de “contrapoder” as formas de resistência ao abuso de poder, inclusive, discursivas, mobilizadas pelos grupos dominados (VAN DIJK, 2017, p. 43).

Dessa maneira, vale ressaltar que, como teórico ligado à ADC, van Dijk jamais deixa sua teoria cair em uma perspectiva de neutralidade ou de relativismo das relações humanas. Ele define seu objeto de estudo como a “reprodução discursiva de poder e desigualdade social” (VAN DIJK, 2017, p. 9). Nesse sentido, o autor permanece preocupado no desvelamento de mecanismos comunicacionais que contribuem para a dominação de grupos sociais sobre outros, e alerta para o fato de que a comunicação pode ser estrategicamente desenvolvida como “manipulação”, o que ocorre quando o discurso é produzido para persuadir a favor “do interesse de um grupo dominante e contra o interesse de um grupo dominado” (VAN DIJK, 2016, p. 55). Desse modo, cabe ressaltar que “abuso de poder, dominação e manipulação, assim como todas as outras formas ilegítimas de discurso, interação e comunicação, estão enraizadas na estrutura social e nas relações entre os grupos sociais” (VAN DIJK, 2015, p. 69-70). Ou seja, uma ideologia não apenas representa a forma como um grupo quer que seus membros se vejam, mas, também, a maneira desejada que seus membros vejam outro grupo.

Considerando a ideologia como algo “capaz de moldar consenso” (VAN DIJK, 2017, p. 51), ela também tem a ver com a luta pelos espaços de controle que um grupo deseja ocupar na sociedade. E é nessa linha que o autor usa com frequência o termo “ideologia” no plural, destacando que tanto o desenvolvimento quanto o uso de cada ideologia, possuem relação com as identidades dos atores sociais que

compartilham valores e atitudes de uma determinada coletividade e com as tensões nas quais eles se inserem – geralmente, em oposição aos valores e às atitudes de pessoas consideradas alheias. Dada sua complexidade, para fins de investigação científica, van Dijk recomenda que essa relação de caráter conflitivo entre diferentes ideologias e grupos sociais seja analisada considerando-se aspectos sociológicos, políticos e comunicacionais.

À vista disso, pode-se afirmar que as ideologias dizem respeito não apenas ao modo como cada grupo social deseja se ver, mas também à forma como cada coletivo almeja ser visto, em um processo que envolve, simultaneamente, autoafirmação e disputa.

Indivíduos que compõem um agrupamento compartilham um modelo de mentalidade que, por vezes, pode se expressar através de discursos tendenciosos, uma vez que grande parte da comunicação pode ser produzida para servir à diferenciação entre as pessoas que estão dentro do grupo e as que, fora dele, pautam suas atitudes nos valores e objetivos de outros grupos.

Dessa forma, ideologia é um conceito que deve ser entendido sempre como algo que pertence a dada coletividade, embora, evidentemente, as pessoas também possam contribuir para a propagação deste elemento coletivo, através de suas ações individuais. Parte destas ações movidas por bases ideológicas, sejam elas individuais ou coletivas, é de caráter discursivo. Portanto, cabe enfatizar que os discursos mobilizados ideologicamente têm o potencial de conduzir a representações que aprofundam clivagens entre o “Nós” e o “Eles”, tratando-se, portanto, “de um processo pelo qual se manifesta de modo muito evidente a posição fundamental do esquema ideológico” (IRINEU, 2011, p. 97). Assim, vai-se desenvolvendo uma cisão intensificada através de construções discursivas, as quais apontam para a formação de dois polos: 1) o positivo (endogrupo); e 2) o negativo (exogrupo). A essa tendência, dá-se o nome de polarização ideológica. Teun A. van Dijk aponta várias formas disso se fazer presente, ainda que de maneira velada, em construções discursivas (2017, p. 136-137). Para alcançar nossos objetivos, no exercício de análise de

discurso proposto no tópico seguinte, decidimos focar em três delas: as estruturas não verbais, a seleção de léxicos e a utilização de pronomes como dispositivos retóricos.

ANÁLISE DE DADOS

À luz das contribuições em ADC de Teun A. van Dijk sobre o conceito de ideologia(s) e sua concepção de polarização ideológica, faremos uma análise sobre um *post* de 2020, que se encontra na conta oficial, no Instagram, da Mandata Coletiva Nossa Cara. Para uma melhor compreensão do conteúdo da postagem, faremos de início, brevemente, uma análise da conjuntura na qual ocorreu a publicação.

O ano de 2020 no Brasil, e em grande parte do mundo, foi marcado pela tensão provocada por uma crise sanitária de grande amplitude que não pode ser ignorada: a pandemia do novo coronavírus SARS-Cov-2 (popularmente conhecida pela doença gerada, a covid-19). Este vírus, que teria surgido em território asiático no final de 2019, alastrou-se por todos os continentes, causando milhares de óbitos. Ocorreu que, em muitos rincões do globo, a corrida pela fabricação de uma vacina veio acompanhada da percepção de que os efeitos da covid-19 não poderiam ser atribuídos apenas a uma ideia de catástrofe da natureza, nem de que o vírus deveria ser entendido como um problema isolado. Faltaram leitos em hospitais, as economias se demonstraram frágeis, o desemprego disparou, a inflação subiu e a fome, junto à necessidade de se fazer quarentena, foi mais claramente sentida por alguns grupos sociais em comparação a outros.

Além disso, governantes que se diziam cristãos (geralmente vinculados aos partidos de direita e extrema-direita) chocaram várias pessoas ao demonstrarem pouca sensibilidade diante das mortes de outros seres humanos, com pouco interesse quanto à crença e ao investimento na ciência – que sempre apresentou (e apresenta) meios possíveis de tirar o povo, rápida e seguramente, do contexto de crise. Todo esse panorama constrói uma atmosfera negacionista, pautada na

tentativa de invalidação dos métodos e processos baseados na investigação científica (biológica, química, social, etc.) verificável e que atende a critérios éticos.

Isso posto, o conjunto de fatores parecia ter o poder de estimular, de forma cada vez mais clara, alguns questionamentos, quais sejam: em que medida o que estava acontecendo era apenas uma fatalidade? E em que medida os danos causados pela pandemia também se davam em consequência de um cenário de descaso neoliberal com as sociedades, que vinha se intensificando através do recente crescimento de uma extrema-direita em plena propagação no Ocidente, e que vinha conquistando espaços importantes de poder (HARVEY, 2020)? Desse modo, aquela conjuntura apontava para um desgaste mais notório da forma de gerir a política e a economia que, como uma onda internacional, mostrava sinais de estar ganhando mais força no mundo nos últimos anos. Governos tentavam casar valores conservadores (que interessavam a grupos dominantes defensores das tradições religiosas e culturais de cada local em detrimento de grupos minoritários) com uma perspectiva neoliberal na economia (também, em detrimento de grupos desfavorecidos, acentuando a defesa da responsabilidade individual diante de problemas sociais a partir de uma compreensão de que, para o bem da economia, as pessoas deveriam ser mais independentes e as sociedades precisariam de menos interferência do Estado).

Diante disso, considerado como um líder global e, ao mesmo tempo, um símbolo da ascensão dessa extrema-direita no Ocidente, Donald Trump – presidente americano que já era encarado como ameaça internacional para os direitos humanos por organizações de vários países, desde a sua primeira campanha à presidência da nação mais rica e poderosa do planeta, cinco anos antes (CUMMING-BRUCE, 2016) – tentaria uma reeleição no ano de 2020. Porém, seu nome concorreria ao pleito de forma associada a uma capacidade de governar bem mais contestada nesse novo momento de disputa. Isso se daria por conta não apenas de acontecimentos ligados ao péssimo desempenho de seu país no combate e na prevenção à covid-19 no ano final de seu primeiro mandato, mas também pela pressão causada por movimentos sociais

vinculados àquela conjuntura, tais como os de combate ao racismo nos EUA – sendo o *Black Lives Matter* aquele que atingia maior visibilidade. Esses movimentos, no ano de 2020, lançaram-se de modo intenso como uma reação a uma política de indiferença e de ataque às minorias que, saindo às ruas, e ao virar notícia na imprensa de grande parte do mundo, reforçaram a necessidade de grupos desfavorecidos constituírem meios de organização opositiva, a fim de criarem, coletivamente, formas de resistência a outros grupos sociais detentores de muito poder, mas que não representavam grande parte da população (SALLET, 2020).

Enquanto isso, no Brasil, o autodeclarado aliado de Trump e Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, estava no seu segundo ano de governo. E, naquela conjuntura, era um confesso defensor da união entre uma visão de mundo conservadora (quanto aos “valores” e ao moralismo cristão) e uma orientação econômica neoliberal. Assim como Trump, Bolsonaro também era criticado por organizações ligadas aos direitos humanos no mundo, sobretudo, em razão de suas falas. A partir delas, inclusive, ele já vinha sendo acusado, há muitos anos, de expressar visões de mundo que se chocavam com valores democráticos, tais como: o machismo, a homofobia, o racismo, a defesa de tortura etc. (CONSTANTINO; COSTA; EIRAS, 2019). Embora o presidente brasileiro e os grupos que se sentiam representados por ele não estivessem ameaçados por eleições presidenciais no ano de 2020 (ao contrário do presidente estadunidense), o desemprego, a fome, o descaso com minorias sociais, a decadência da economia brasileira e o destaque negativo que o Brasil tinha se tornado no mundo (quanto ao enfrentamento da pandemia) serviram de mote para que grupos sociais que não se sentiam representados pela visão de mundo do presidente e de seus apoiadores comesçassem, em oposição, a se organizar, também no Brasil, para eleições relativas a outros cargos políticos que estavam previstas para aquele ano nas cidades.

Durante as eleições de 2020 no Brasil, os eleitores deveriam escolher, por meio de voto direto, os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos 5.570 municípios do país (exceto Brasília, que não possui prefeito

e vereadores). Durante o pleito, surgiram por todo o país, de acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e a *Common Data*, 327 pedidos de registros de candidaturas coletivas em todo o território brasileiro – um aumento de 361,97% em relação ao período eleitoral de 2016. Esse novo modelo de candidaturas que se espalhou por todo território nacional abriu espaço para debates acerca da sub-representação, nos espaços de poder, de grupos historicamente discriminados no Brasil, tais como mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, quilombolas, adeptos de religiões afro-brasileiras, jovens, entre outros grupos (INESC, 2020). Assim, as candidaturas coletivas surgiram como correntes políticas não hegemônicas, a fim de fortalecer candidatas e candidatos que teriam menos chances de se elegerem sozinhos, além de (tentar) romper com a lógica preestabelecida pelas elites de que grupos minoritários deveriam continuar afastados do espaço de disputa da política institucional.

Diante dessa recente e crescente configuração social e política, o resultado foi o pedido de impugnação de inúmeras candidaturas no formato coletivo, sendo uma delas, a candidatura da chapa coletiva nomeada de “Nossa Cara” à vereança de Fortaleza, composta por três mulheres negras da periferia desta que é a capital do estado do Ceará, ente federativo localizado no nordeste do território brasileiro. Candidatas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a chapa formada por essas três mulheres negras e periféricas recebeu um pedido de impugnação da candidatura pelo Ministério Público Estadual, com o argumento de que não haveria respaldo jurídico para uma candidatura no modelo coletivo, e que as cocandidatas estariam induzindo o eleitorado fortalezense ao erro. O pedido de impugnação foi amplamente divulgado pela grande mídia. Entretanto, o deferimento em favor da candidatura não recebeu o mesmo tratamento, sendo divulgado apenas por meios de comunicação de pequeno porte e no perfil oficial do Instagram das candidatas. Nesse sentido, vale lembrar, van Dijk (2017) aponta sua preocupação sobre os meios de comunicação que podem, estrategicamente, servir quando o discurso é produzido para persuadir a favor do interesse do grupo dominante, e contra o interesse do grupo dominado.

De acordo com o mapeamento feito pelo INESC das candidaturas coletivas em todo o país, a maioria das candidaturas coletivas têm sido divulgadas e apresentadas via Facebook ou Instagram. Raramente, possuem *site* próprio, e o contato costuma ser direto, através das suas próprias redes sociais oficiais (incluindo WhatsApp) ou, no máximo, por *e-mail*.

À vista disso, os textos selecionados (apresentados na **Figura 1** e no **Quadro 1**) para nossa análise foram retirados do ambiente virtual, mais especificamente, de um *post* do Instagram, utilizado na comunicação da “Nossa Cara” durante sua campanha na cidade de Fortaleza no ano de 2020, como vemos a seguir:

Figura 1 – imagem do *post*



Fonte: Conta Oficial da Mandata Coletiva Nossa Cara no *Instagram*, 2020¹.

¹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CF0EJWGFhxV/?utm_medium=share_sheet. Acesso em: 21 nov. 2021.

Quadro 1 – Legenda do *post* enquadrada

A candidatura coletiva Nossa Cara foi surpreendida na noite de ontem (30/09), com a informação da existência de um pedido de impugnação do registro de candidatura pelo Ministério Público Estadual (MPE) 117ª Zona Eleitoral. Na ação, o MPE apresenta a argumentação que não haveria respaldo jurídico para uma candidatura no modelo coletivo e que as cocandidatas estariam induzindo o eleitorado fortalezense ao erro.

No entanto, as experiências de mandatos coletivos e compartilhados são uma realidade. Até 2018, existiram quase 100 candidaturas coletivas espalhadas pelo Brasil. Atualmente existe uma mandata coletiva de codeputadas em exercício, as Juntas, em Pernambuco. Tecnologia de ocupação da política desenvolvida e aplicada pelo mundo, os mandatos coletivos têm conseguido fortalecer os debates sobre a reforma política e ampliam a lógica de democracia participativa.

Sabemos que inúmeros motivos são construídos para a manutenção de uma lógica onde nós, mulheres pretas e periféricas, sejamos afastadas do espaço de disputa da política institucional.

Os espaços de poder pensados sem a real intervenção das maiorias sociais sentem o peso de iniciativas que chegam para desorganizar suas tão velhas engrenagens e propor o novo. Esse processo inclui o modo como são formuladas as leis, a operação e interpretação das mesmas, que seguem a lógica colonialista onde nossos modos de fazer a política acontecer não são incorporados a esse velho modelo.

Lemos isso como um ataque direto ao modelo que escolhemos para fazer política, um modelo que agrega corpos negros, periféricos, LGBTQIA+, de trabalhadoras e trabalhadores que ousam subverter a lógica dos lugares pré-estabelecidos, que reserva lugares para os mesmos nomes perpetuando uma história de ausências de acesso e direitos para o nosso povo.

A velha cara da política diz que se renovar assume uma face de perseguição e amedrontamento, mas nós não recuaremos. Queremos a Nossa Cara na Política! Somos muitas e vamos juntas construir uma Fortaleza.

Fonte: elaborado pelos autores (2021)

A concepção discursiva adotada para este estudo é a do discurso enquanto um evento comunicativo, em geral, e uma forma oral e escrita de interação verbal (ou uso da língua), em particular, defendida por van Dijk. O autor amplia essa noção ao afirmar que, no sentido semiótico, os discursos podem também apresentar expressões não verbais, tais como desenhos, imagens, gestos, expressões faciais e assim por diante (VAN DIJK, 2017), chamando atenção, ainda, às diferentes estruturas discursivas e às diversas perspectivas de análise. Assim, as estruturas verbais e não verbais servirão de base à presente análise.

Apoiados nas perspectivas de Dijk acerca da observação das estruturas analíticas do discurso, identificamos, nas práticas discursivas utilizadas pelo endogrupo (Nós) – nesta análise, representada pela chapa coletiva Nossa Cara –, os aspectos ideológicos que serão explanados por meio das estruturas verbais e não verbais presentes no objeto em estudo. Desse modo, o conjunto de textos que compõem a análise é: uma imagem de *post* da conta oficial das cocandidatas no Instagram; e uma legenda, na mesma publicação, feita no dia 1º de outubro de 2020 – um dia após o pedido de impugnação do registro da candidatura coletiva pelo MPE.

Quanto à Figura 1 (imagem do *post*), mesclam-se as semioses verbal e não verbal, apresentando, no topo, a construção frasal “A cidade com a Nossa Cara”, que revela a representação ideológica das cocandidatas (enquanto mulheres pretas, periféricas e feministas vinculadas à esquerda partidária, cujos ideais atravessam os pilares da defesa e do respeito à diversidade e à dignidade humana; a busca pela inclusão cultural, social e política, através de serviços públicos acessíveis e de qualidade de ponta a ponta, entre outros) a partir da intenção de identificação com os possíveis eleitores – pela representação da cidade como uma paisagem construída a partir do entrecruzamento das relações sociais nela existentes, e sobre isso, podemos recorrer à etimologia da palavra (porque também contribui na construção de sentido linguístico), que vem do latim *civitas*, originalmente “condição ou direitos de cidadão”, e de *cives*, “homem que vive em cidade”, dando origem a termos como civil, civilização, civismo e cidadania. A imagem apresenta, ainda, o título do *post* – “Nota sobre a tentativa de impugnação da nossa candidatura coletiva” –, uma foto das três integrantes, o nome de cada uma delas e a logomarca do partido.

Nessa linha, considera-se que a presença das cocandidatas no *post* tem a intenção de expressar que a política é algo coletivo em sua essência, uma vez que o candidato, ao assumir um cargo político, representa outras pessoas, dialogando e dividindo com elas as decisões a serem tomadas. Assim, assumindo essa postura, as candidatas opõem-se ao individualismo cada vez mais forte numa sociedade neoliberal que não as representa, e propõem uma nova forma, ou um retorno à base, do que é fazer política.

Vale ressaltar que as três mulheres se apresentam como “mandata” (substantivo que representa o endogrupo) utilizando o feminino, em vez de darem a entender que lutam por um “mandato” (substantivo que pode estar relacionado às estruturas e às lógicas reacionárias da(s) classe(s) dominante(s), o exogrupo), no masculino. A referência explícita dessas (até então aspirantes a um cargo de representação política na cidade de Fortaleza) ao universo feminino, por meio desse léxico, aponta para um entendimento de que as casas legislativas também devem ser espaços ocupados por mulheres, sobretudo, negras (o substantivo mulheres, no plural, sempre vem precedido do adjetivo negras, como forma de visibilizar um processo de empoderamento e conquista de espaços antes “arrendados” por homens brancos) – entendimento esse que se opõe a grupos tradicionais que, quando não são claramente contra isso, muitas vezes são indiferentes.

Isso posto, deve-se esclarecer que a legenda que acompanha a publicação (Quadro 1) será o centro desta análise, pois nela são encontradas as evidências linguísticas da polarização ideológica proposta por van Dijk. Assim, para identificar o fenômeno discursivo supracitado, serão analisados nomes (substantivos/adjetivos/pronomes) e verbos que mostram a polarização entre grupos sociais que disputam o poder, na tentativa de conservar grupos historicamente favorecidos ou modificar as estruturas políticas para que novos atores participem das decisões de forma legítima e institucional.

Quadro 2 – Esquema classificatório

CLASSES DE PALAVRAS	ENDOGRUPO (NÓS)	EXOGRUPO (ELES)
Nomes (substantivos/adjetivos)	mandata coletiva cocandidatas mulheres pretas periféricas corpos negros LGBTQIA+ ausências povo	MPE manutenção velhas engrenagens lógica colonialista velho modelo mesmos nomes velha cara perseguição amedrontamento
Pronomes	Nossa/Nós/Nosso	
Verbos	sejamos afastadas sabemos lemos subverter queremos somos vamos	apresenta diz perpetuando reserva

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Observando a primeira coluna do quadro, verificam-se as classes gramaticais que servirão de parâmetro para esta análise. Na coluna dois, destaca-se a construção do campo semântico que ratifica a resistência, diante da situação imposta durante o período eleitoral, presente nos nomes (substantivos/adjetivos) escolhidos para fazer a representação social e política do endogrupo. Os pronomes selecionados para fazer referência a este grupo reforçam a lógica identitária nos dois textos.

Nesse sentido, a terceira coluna apresenta a mesma organização de análise. Contudo, foram elencados nomes, pronomes e verbos que se relacionam com o exogrupo, entendido como o grupo social que se opõe não apenas a este tipo de candidatura, mas também a tudo que ela representa. Assim, verifica-se o apagamento de pronomes que possam fazer referência ao exogrupo (Eles). E como os pronomes têm a finalidade de indicar a pessoa do discurso ou situá-la no tempo e espaço sem utilizar

o seu nome, provavelmente, a ausência de pronomes que se reportam a “eles” tenha sido uma estratégia discursiva para não apontar (revelar), diretamente, o grupo oposto. Contudo, percebe-se, claramente, a polarização de ideias no discurso por meio da utilização de nomes que fazem menção ao conservadorismo político na terceira coluna.

Ademais, nota-se que os verbos e as formas verbais que caracterizam as ações do exogrupo expressam a sua pretensão essencial de preservar a conjuntura política e social estabelecida até o momento.

Por fim, verifica-se, nitidamente, a polarização ideológica entre os termos, como “corpos negros” *versus* “lógica colonialista”, em um nível ainda mais profundo da análise, no tocante ao que coloca van Dijk sobre o seu entendimento do racismo como um complexo sistema social e sua consequente desigualdade, esse conjunto é composto por dois subsistemas: social e cognitivo, sendo o primeiro constituído por práticas sociais de discriminação no (micro) nível social; e o segundo, por relações de grupo de poder, organizações e instituições dominantes em um (macro) nível de análise (VAN DIJK, 2017).

CONCLUSÃO

Neste capítulo, procuramos discutir e demonstrar criticamente, em contexto de prática social política, a categoria polarização ideológica quanto à sua instância discursiva a partir das leituras e argumentos de van Dijk. As estratégias de dominação que foram marcadas pela análise foram cuidadosamente sistematizadas em função da cisão entre os grupos em embate. Além disso, a fim de sermos coerentes ao repertório intelectual no qual nos embasamos, conduzimos nossa discussão tangenciando o “triângulo Discurso-Cognição-Sociedade”.

Deste modo, cumprindo nossos objetivos, analisamos, em grau de conformidade com o crivo acadêmico, a instância discursiva do debate entre endogrupo e exogrupo durante uma disputa à candidatura ao cargo de vereador(a) à Câmara Municipal de Fortaleza pela chapa coletiva designada “Nossa Cara”, cujo resultado demonstra a adaptabilidade das

categorias analíticas da ADC teórico-metodologicamente a situações inovadoras no contexto sociopolítico brasileiro, considerando as estruturas não verbais, a seleção de léxicos e a utilização de pronomes, como dispositivos retóricos que obtiveram foco nesse processo. Expomos que o direcionamento a esta conclusão foi realizado durante o próprio fazer científico da tomada de decisão do grupo.

Por fim, inferimos que, para empreender uma análise detalhada da polarização ideológica no campo dos Estudos Críticos do Discurso, requer-se o debruçamento de pesquisadoras e pesquisadores sobre aspectos analíticos centrais e um posicionamento crítico quanto à perspectiva pela qual esses mesmos pesquisadores atuam frente às suas críticas sociais e à luta pela mudança social. Seguramente, compreender perspectivas que, ideologicamente, polarizam textos discursivamente distribuídos, de modo a salientar assimetrias de poder, por exemplo, torna-se central para a construção de trabalhos e pesquisas coerentes com questões que rivalizam dentro das correntes do próprio campo de estudos críticos do discurso, subsidiando análises que visem desvelar os mecanismos discursivos operantes nas relações de dominação, e, criativamente, desenvolver propostas que articulam práticas sociais inovadoras com as ciências da linguagem.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 5. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CONSTANTINO, R.; COSTA, V.; EIRAS, Y. As ideias e os valores de Bolsonaro em 100 frases. **O Globo**. 8 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/as-ideias-os-valores-de-bolsonaro-em-100-frases-23353141>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CUMMIMG-BRUCE, N. Donald Trump is ‘dangerous’ for global stability, U.N. Rights Chief says. **The New York Times**. 12 out. 2016. Disponível em: <https://www.oeregister.com/2016/10/12/trump-is-dangerous-for-global-stability-un-rights-chief-says/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

GIDDENS, A. Ideologia e consciência. In: GIDDENS, A. **Problemas centrais em teoria social**: ação, estrutura e contradição na análise sociológica. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 167-194.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. *In: Dossiê Coronavírus e Sociedade* – Blog da Boitempo. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/dossies-tematicos/dossie-coronavirus/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Análise das candidaturas coletivas de 2020**. Disponível em:

<https://www.inesc.org.br/busca-por-representatividade-nas-eleicoes-2020/> Acesso em: 14 jun. 2021.

IRINEU, L. M. **Representações sociais sobre a latinidade em sites de redes sociais contemporâneas**: uma investigação discursivo-ideológica situada no Orkut. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2011.

MANDATA COLETIVA NOSSA CARA. **Nota sobre tentativa de impugnação da nossa candidatura coletiva**. Fortaleza, 1 out. 2020. Instagram: @nossacaramandata. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CF0EJWGFhxV/?utm_medium=share_sheet. Acesso em: 21 nov. 2021.

OLIVEIRA, D. B. de; OLIVEIRA, E. C. P. de. Análise de Discurso Crítica (ADC): uma abordagem transdisciplinar e teórico-metodológica para pensar discursos e relações de poder. *In: PAIVA, F. J. de O.; LIMA, A. M. P. (org.). Pesquisas em análise do discurso, multimodalidade & ensino*: debates teóricos e metodológicos. v. 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 66-75.

SALLET, O. Como protestos antirracismo impactam as eleições nos Estados Unidos. **DW**. 1 nov. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-protestos-antirracismo-impactam-as-eleicoes-nos-eua/a-55452281>. Acesso em: 30 jun. 2021.

VAN DIJK, T. A. Critical discourse studies: a sociocognitive approach. *In: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). Methods of critical discourse studies*. London: Sage, 2015. p. 62-85.

VAN DIJK, T. A. Ideologia. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. 5, p. 53-61, 2016.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 223-243, 2004.

MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA

Darlice Monte
Francisco José Holanda
Miguel Leocádio Araújo Neto
Thiago Teixeira de Almeida

INTRODUÇÃO

O conceito de ideologia vem ganhando importância em diferentes pesquisas de variados campos do saber, bem como nos estudos críticos do discurso. Tal conceito tem sido utilizado na Análise de Discurso Crítica, por exemplo, ao investigar como a ideologia é construída discursivamente, sobretudo quando se pensa que setores da sociedade imbuídos de algum tipo de poder vêm impondo diversas ideias à totalidade da sociedade, a fim de promover a manutenção desse poder, logo estabelecendo-se que, sem ideologia, não há poder.

Nesse sentido, o interesse em discutir os modos de operação da ideologia pode mobilizar investigações em Análise do Discurso Crítica (ADC), constituindo-se como um de seus conceitos-chave (SILVA JÚNIOR; PINHEIRO; NASCIMENTO, 2020), associando-se aos conceitos de poder e discurso (VAN DIJK, 1997; FAIRCLOUGH, 2016), entre outros.

Com base nessa compreensão, apresentamos, neste capítulo, discussão sobre ideologia, tendo como *corpus* uma postagem publicada na página de Instagram do Grupo Mães pela Liberdade (@mãespelaLiberdade), de Minas Gerais, em que encontramos relatos de familiares de/sobre pessoas LGBTQIA+. Tal discussão baseia-se em pressupostos da ADC.

Objetivamos analisar os modos de operação da ideologia (THOMPSON, 2011), na postagem selecionada como *corpus*, além de buscar compreender, por meio da análise, como funcionam certos mecanismos de combate à LGBTQIA+fobia, e visibilizar discursos contra-hegemônicos como forma de reexistir, para além da exclusão e da discriminação. Além disso, buscamos reconstruir a conjuntura de emergência do discurso homofóbico, que possibilitou o aparecimento do contradiscurso presente na página do Grupo Mães pela Liberdade, bem como analisar os recursos de legitimação, dissimulação etc. (THOMPSON, 2011) no texto em análise.

Partimos da hipótese de que as publicações veiculadas no Instagram do grupo constituem discursos que buscam desnaturalizar preconceitos e discriminações contra minorias sexuais e tentam desarticular o que é tratado como senso comum, definido por Fairclough (2016) como práticas discursivas naturalizadas. Portanto, tais postagens são discursos contra ideologias calcadas no senso comum.

Este capítulo estrutura a discussão proposta conforme a seguinte sequência: a) apresentação e discussão do referencial teórico utilizado para base da análise; b) análise do *corpus*, que se subdivide em três tópicos específicos – recontextualização da conjuntura, em que examinamos as condições de emergência do discurso e do contradiscurso em apreço; breve excursão sobre interdiscursividade, pela necessidade de situar tal conceito em relação ao texto analisado; e a análise textual-discursiva, com base nos tópicos anteriores, bem como no referencial teórico apresentado –; c) por fim, as conclusões.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os modos de operação da ideologia são estudados por diversos teóricos, com destaque às reflexões de Thompson (2011). Deve-se levar em consideração que a análise a ser apresentada adiante parte de ponto específico – a ideologia presente em postagem no Instagram *@maespela-liberdade*, sobre impressões e valores de uma mãe em busca da inclusão de filhos LGBTQIA+ na sociedade e da diminuição da discriminação

junto a outras famílias – é apresentado o percurso teórico de compreensão da ideologia e dos modos de operação. Para essa discussão, recorreremos também a Fairclough (2016) e van Dijk (1997).

O uso do termo *ideologia* surgiu em escritos filosóficos de Destutt de Tracy, no final do século XVIII, no contexto imediatamente posterior à Revolução Francesa – como bem lembra Thompson (2011, p. 44) –, com objetivo de definir ideologia como um conjunto de ideias. A partir de então, outros teóricos de diferentes áreas passaram a se debruçar sobre esse conceito, com intuito de entender melhor como a ideologia se materializa na sociedade em geral (THOMPSON, 2011, p. 45-62). Logo, na área dos estudos do discurso, muitos analistas vêm apresentando contribuições relevantes a respeito do tema, principalmente na ADC, pois a investigação da relação entre discurso e ideologia vem se tornando crescente no campo acadêmico, uma vez que inúmeras pesquisas estão sendo realizadas.

Entre os teóricos que discutiram sobre ideologia, destacamos a contribuição de Fairclough (2016), que apresenta três asserções sobre essa categoria: a existência material de ideologia – o discurso –, a constituição dos sujeitos através da interpelação pela ideologia e a delimitação na luta de classes provocada pelos aparelhos ideológicos de Estado.

Em função dessas asserções, é necessário esclarecer sobre a concepção de discurso aqui adotada, visto que as ideologias se mantêm vivas através do discurso. Por isso, levamos em consideração o pensamento conforme o qual discurso é considerado o uso da linguagem enquanto forma de prática social, de representação e de significação do mundo, “constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95). Complementamos com a definição de Resende e Ramalho (2006, p. 25), que afirmam o discurso ser “modo de ação historicamente situado”. Assim, consideramos a adoção do conceito nessa perspectiva, ressaltando que não temos, contudo, a pretensão de esgotar o potencial de estudo e discussão.

As ideologias, conforme Fairclough (2016, p. 122),

são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Desse modo, podemos entender a ideologia como constituinte do discurso e, ao mesmo tempo, constituída pelo discurso.

Thompson (2011) identifica e classifica cinco modos de como a ideologia se manifesta nos meios sociais a serviço da dominação. Portanto, tais manifestações são consideradas ideológicas quando estiverem desempenhando papel no estabelecimento de relações de dominação. As classificações dos chamados modos gerais de operação da ideologia são – legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação –, essas, manifestadas em estratégias de construção simbólica, nos fornecem subsídios para a análise do *corpus*, muito embora não seja possível encontrar todas no depoimento selecionado, pois trata-se de discurso contra-hegemônico.

A **legitimação** ocorre embasada em afirmações que circulam pela sociedade e parecem justas, estabelecendo e sustentando, assim, relações de dominação a partir de três estratégias: *racionalização* (caracterizada pela fundamentação legal, isto é, racional), *universalização* (baseada na apresentação de interesses particulares como gerais) e *narrativização* (fundamentada na recorrência da história e legitimada no presente com base em fatos do passado), conforme argumenta Thompson (2011, p. 82-83).

A **dissimulação**, segundo a discussão desenvolvida por Thompson (2011, p. 83-86), estrutura a relação de dominação através da *negação* (na qual ocorre uma recontextualização dos termos utilizados) e através da *ofuscação* (na qual os pontos negativos não são abordados, apenas os pontos positivos de determinada relação são expostos). Além disso, a dissimulação pode ocorrer por meio do *tropo*, uso de figuras de linguagem para amenizar ou disfarçar a relação de dominação.

Na discussão thompsoniana, o conceito de **unificação** (THOMPSON, 2011, p. 86-87) diz respeito a uma construção simbólica que está relacionada a unificar as relações de poder, ocorrendo mediante a padronização de um referencial ou de um símbolo de “identificação coletiva”, expressão utilizada por Resende e Ramalho (2016, p. 51).

Para Thompson (2011, p. 87), a **fragmentação** consiste na segmentação de indivíduos e grupos, que configuram em perigo para manutenção do poder, o qual pode agir por meio de duas estratégias: diferenciação e expurgo. A *diferenciação* impede que os indivíduos e grupos tenham objetivo comum. Já o *expurgo* consiste em representar determinado grupo como inimigo.

A **reificação** consiste em considerar como permanente um fato transitório, ocultando propositadamente o caráter sócio-histórico. Pode ocorrer por meio de quatro estratégias, a saber: a *naturalização*, na qual um símbolo criado na sociedade passa a ser tratado como algo natural; a *eternalização*, em que se trata como permanente um fenômeno histórico, de acordo com o pensamento de Thompson (2011, p. 87-89). Outras estratégias relacionadas à reificação, como a *nominalização* e a *passivação* representam “processos como entidades” (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 52) e podem apagar atores e ações.

Como percebemos, pelos modos de operação da ideologia descritos e conceituados por Thompson (2011), bem como pelas estratégias que lhes são associadas, no processo de criação e concepção de uma realidade, a linguagem exerce papel essencial, à medida que, por meio dos usos da linguagem, sintetiza, solidifica e representa as práticas sociais. Desse modo, a realidade é regulada por formações ideológicas. Logo, temos relação intersubjetiva e complementar, quando a linguagem é acionada para representar uma realidade, como também se torna criação dessa mesma realidade. Nesse sentido, a função da ideologia como estruturante desse processo tem sido aspecto bastante estudado pelos teóricos das mais diversas áreas científicas e filosóficas.

Em razão da importância da ideologia como categoria de análise social, segundo van Dijk (1997, p. 105), “as ideologias são definidas como sistemas básicos de cognição sociais fundamentais e como princípios organizadores das atitudes e das representações sociais comuns de membros de grupos particulares”. Assim, as ideologias se articulam ao nível do significado da linguagem empregada no discurso; e, com isso, o discurso produz e reproduz as ideologias. Logo, situações presentes na sociedade, como abuso de poder, dominação de um grupo sobre outro e desigualdade social estão a ser (re)produzidas por discurso(s) que materializa(m) alguma ideologia.

Na concepção de van Dijk (1997, p. 111), ideologia é definida por

modelos conceptuais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por seleções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo da autodefinição de um grupo (...).

Assim, a ideologia está relacionada tanto com a defesa de interesses de grupos, como função social, quanto com a organização das representações. Dessa maneira, é possível imaginar que a ideologia atua como controladora do significado do discurso.

Segundo van Dijk (1997, p. 159), “As ideologias preocupam-se, acima de tudo, com os ‘nossos interesses’, e a preocupação com os interesses dos outros revestir-se-á, decididamente, de uma aparência de liberdade”, sobre esta questão, tem-se o *altruísmo aparente*, uma espécie de manobra (frequente nos contextos dos discursos) argumentativa e interacional de autorrepresentação positiva. Portanto, para entender como se constrói o significado empregado em um discurso, o autor diz que “o significado do discurso – construído no decurso da sua produção e compreensão – é suscetível de incorporar opiniões derivadas de ideologias subjacentes” (VAN DIJK, 1997, p. 160). Neste sentido, a ideologia é capaz de deflagrar e sistematizar os anseios e as necessidades de uma sociedade, estando intrinsecamente relacionada às

práticas sociais em determinado tempo e lugar e refletindo o cotidiano dos membros de um grupo social.

ANÁLISE DE DADOS

O dia 17 de maio tem importância para a comunidade LGBTQIA+, pois é o Dia Internacional de Combate à LGBTQIA+fobia. Assim, nesta data, inúmeros eventos são realizados em celebração e, principalmente, militância, a exemplo da postagem que analisaremos mais adiante, publicada no Instagram Mães pela Liberdade, justamente no dia 17.05.2021.

Os eventos de celebração e militância originam-se do fato de que, em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID). Dessa forma, o 17 de maio tornou-se um marco a ser lembrado, embora somente em 2005 essa data tenha sido instituída como dia internacional de combate a todas as formas de discriminação e violência LGBTQIA+fóbicas, sobretudo as que se ligam à criminalização de pessoas LGBTQIA+, por serem quem são, em diversos países, segundo Alonso (2018, p. 2).

Décadas passaram-se, mas a violência e a intolerância à comunidade LGBTQIA+ ainda são atitudes que devem ser expostas e execradas, visto que, diariamente, relatos de diversas formas de preconceito, discriminação e violência contra essas pessoas, em vários espaços da sociedade, são documentados por notícias de jornal ou depoimentos pessoais em redes sociais, mas são casos subnotificados junto aos órgãos oficiais de registro e controle da violência pública, conforme afirmam Bueno e Lima (2020, p. 110-111).

A respeito do combate à LGBTQIA+fobia no Brasil, é preciso reportar alguns dados institucionais. Em 2010, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), órgão institucionalizado pelo Decreto nº 7.388, de 09/12/2010 (BRASIL, 2010), no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O CNCD/LGBT, à quele

momento vinculado ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), visava “desenvolver políticas públicas em âmbito nacional a fim de atender demandas específicas no tocante ao combate à violência e discriminação” e “promover a defesa e a garantia dos direitos da população LGBT” (ALONSO, 2018, p. 2-3).

No entanto, o referido Conselho foi extinto em 2019 (por meio do Decreto nº 9.883, de 27/06/2019, no governo de Jair Messias Bolsonaro), sendo recriado logo a seguir, em outro formato, com menos assentos que os anteriormente previstos, ficando a partir disso vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado pela Ministra Damares Alves. No atual Decreto, não se menciona explicitamente o combate à discriminação e o esforço para promoção e defesa de direitos de pessoas LGBTQIA+, objetivo explicitado no Art. 1º do Decreto nº 7.388/2010. A norma vigente afirma que o Conselho deve atuar como órgão consultivo e de estudo acerca de “questões relativas à proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais afetados por discriminação e intolerância” (BRASIL, 2019, s.p.).

Dessa forma, percebemos que o combate à LGBTQIA+fobia, conforme a atuação legal do Conselho entre 2010 e 2019, devia se dar, explicitamente, no campo da “reflexão, crítica e denúncia contra comportamentos e situações que poderiam ser mais bem abordados em outros campos: o cultural, o educacional, o político, o institucional, o jurídico, o sociológico, o antropológico” (JUNQUEIRA *apud* ALONSO, 2018, p. 3). A partir da decisão do governo Bolsonaro, em 2019, as questões específicas no campo do combate à discriminação e à violência LGBTQIA+fóbicas são, no mínimo, invisibilizadas, o que confere à data do 17 de maio importância ainda maior no contexto brasileiro.

Nesse sentido, podemos vislumbrar que, a partir do abandono ou da neutralização da atuação dos mecanismos institucionais para pensar políticas públicas de combate à LGBTQIA+fobia, possibilita-se o aumento da violência sofrida por essa comunidade, o que, por sua vez, não se resume somente aos espaços públicos, já que se registra quantidade

expressiva de casos em todo território nacional. Por outro lado, enorme parcela da população LGBTQIA+ é vítima de violência na própria casa, ou seja, no seio familiar, já que o ambiente doméstico é, conforme apontado por Amparo *et al.* (2020, p. 20), o local onde se iniciam a exclusão e discriminação que culminam em atos de violência de maior gravidade.

Não são poucos os relatos de indivíduos LGBTQIA+ sobre entes familiares que cometem injúrias e insultos verbais, violência física ou mesmo assassinatos. Tais familiares justificam seus atos mencionando a orientação sexual ou a identidade de gênero de pessoas LGBTQIA+ como elementos motivadores para diferentes formas de violência. Para os que cometem abusos e violências contra pessoas LGBTQIA+, estas orientações sexuais e/ou identidades de gênero não estão adequadas aos padrões impostos pela sociedade, não seguindo o que está posto por uma ideologia hegemônica, propagada por discursos unificados. Em outras palavras, aquilo que motiva atos de violência contra pessoas LGBTQIA+, no seio da própria família, está ligado a uma ideologia heterossexual hegemônica enquanto construção simbólica que padroniza um comportamento relacionado ao gênero e à sexualidade e promove a identificação coletiva das pessoas participantes de determinado grupo dominante.

Assim, tomando a violência como meio de mudar aquele indivíduo, faz-se com que a violência doméstica, especificamente, cresça na mesma proporção daquela praticada em locais públicos, principalmente, em tempos de pandemia global da covid-19. Consoante à reportagem da *Agência Brasil*, publicada em 17.05.2021, por conta do isolamento social ao qual os brasileiros estão submetidos, desde março de 2020, o desemprego e a violência doméstica voltados à população LGBTQIA+ tiveram crescimento. Calcagno (2020), em reportagem para o jornal *Correio Braziliense*, destaca que muitas pessoas precisaram retornar às casas dos parentes, para se protegerem da pandemia. No entanto, deparam-se com o ódio e a intolerância de familiares. Como exemplo extremo e brutal, temos que, de acordo com a matéria do *Correio Braziliense*, os assassinatos de pessoas trans, até junho de 2020, superavam o número de mortos dessa mesma população durante todo o ano de 2019.

A partir dessas informações, observamos despreparo no âmbito familiar e, principalmente, falta de empatia para com o outro, visto que determinados familiares se utilizam da linguagem para propagar o preconceito, causando traumas psicológicos no indivíduo, além de iniciar o mencionado ciclo de exclusão que pode culminar na violência física ou na morte (AMPARO *et al.*, 2020, p. 18). Muitos dos agressores se munem de exemplos de falas em circulação na mídia para embasar atitudes LGBTQIA+fóbicas. Assim, sentem-se respaldados por opiniões propagadas por figuras públicas que possuem acesso privilegiado aos meios de comunicação de massa, fortalecendo tal sentimento, na convicção de ter direito de perpetuar atrocidades, vide o caso do comentário homofóbico do Presidente Jair Messias Bolsonaro, durante entrevista para a revista *Playboy*, em junho de 2011, quando ainda era parlamentar: “O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro, ele muda o comportamento dele. [...] Olha, eu vejo muita gente por aí [...]: ainda bem que levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem” (BOLSONARO, s.d. [vídeo]).

O agressor, vendo e ouvindo esse comentário homofóbico e excludente, toma para si o dever de “curar” algum membro da família ou comunidade que seja LGBTQIA+. Portanto, tem-se na mente – do senso comum, diga-se de passagem – que a violência é o “melhor” meio (ou supostamente o mais “eficaz”) de mudança naquela realidade que se encontra dentro do espaço privado. Atitude que promove a manutenção de ideologia hegemônica e excludente.

Nesse contexto complexo foi que surgiu, durante a pandemia da covid-19, o coletivo Mães pela Liberdade, inaugurado em 12.08.2020, com página no Instagram (*@maespelaliberdade*), objetivando constituir-se enquanto uma das ações em defesa e apoio a filhas LGBTQIA+ de famílias no estado de Minas Gerais, ao lado do ativismo do próprio grupo.

Uma ideologia se manifesta através de discursos, pois, segundo Orlandi (2020, p. 15), “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. Deste modo, conforme Gonçalves-Segundo (2018), os textos, enquanto processo de constituição no âmbito das práticas e eventos sociais, podem promover

a manutenção de relações de dominação e, através da divulgação em massa, esses textos podem naturalizar discursos hegemônicos. Por outro lado, também podem proliferar discurso contraideológico e, com isso, combater discursos hegemônicos.

Dessa maneira, percebemos a heterogeneidade com que os textos são produzidos, isto é, um texto é constituído e integrado por vários outros, ao passo em que também constitui e integra outros, de acordo com Magalhães, Martins e Resende (2017). Diante dessa heterogeneidade, evidenciamos conjuntos de práticas discursivas, nas quais os textos provindos de instituições ou de determinada sociedade são produzidos, e a interação entre eles acontece, fixando regularidades e características semelhantes. Assim, temos a interdiscursividade, promovida por essa interação de textos produzidos nas práticas sociais.

Diferenciamos, aqui, práticas sociais de eventos, de acordo com Gonçalves-Segundo (2018). Eventos dizem respeito a interações imediatas, enquanto as práticas guiam os eventos, visto que uma pessoa age de acordo com suas inserções sociais, pois não há liberdade plena em decorrência das experiências, vivências, crenças e valores, aos quais somos submetidos desde o nascimento. A esse respeito, o autor afirma:

Entretanto, é ingênuo acreditar que o indivíduo possui plena liberdade para agir em cada uma de suas interações concretas, em cada uma de suas produções textuais. Pelo contrário: toda produção sociosemiótica implica uma negociação de sentidos, num processo guiado pelas expectativas e coerções advindas de nossa inserção em redes de práticas sociais que consolidam – mas não engessam – a estrutura (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 84).

As assertivas acima embasam a análise do *corpus*, considerando a interdiscursividade ao longo da fala selecionada para a análise textual-discursiva, o que proporciona a possibilidade de discursos contraideológicos e mecanismos que possam combater a discriminação existente contra a comunidade em questão, presente de forma ainda forte e marcante em nossa sociedade.

O texto que serve de *corpus* para a análise é a transcrição do texto falado por uma das representantes do Coletivo Mães pela Liberdade, contido em uma postagem no Instagram @maespelaliberdade, publicada no dia 17.05.2021, data em que se comemora o Dia Internacional de combate à LGBTQIA+fobia, como apontado anteriormente. Trata-se de um vídeo com extensão de 1 minuto e 6 segundos, seguido de legenda, conforme transcrito:

“LGBTfobia mata. Violência e intolerância têm origem na família. Crescem no cotidiano com gestos, palavras, piadas homofóbicas. ‘Segura suas fêmeas; meus machos estão soltos!’ ‘Cuidado, menina, toma tento!’ ‘Se ajeite, mulher sapatão! Mulher-macho!’; ‘Não rebola quando andar; isso é coisa de viado!’; ‘Aqui é casa de família! Não tem lugar pra lésbica, pra gay, pra travesti!’; ‘Travesti é moda de novela.’ ‘Eu mato!’. E mata. Mata o corpo com a violência física. Mata a alma com a expulsão. A exclusão social leva pra rua, pra vulnerabilidade social. Se você tem um filho LGBTQI e não compreende sua identidade e orientação sexual, venha nos conhecer. Somos as Mães pela Liberdade.”

Na legenda do vídeo, foram colocados os seguintes dizeres: “As Mães pela Liberdade dizem não à LGBTfobia/ @patriciacoacci/ #naoalbgfobia/ #lutacontralgbtfobia”.

Na fala da Mãe pela Liberdade que se pronuncia no vídeo, o ponto de partida é uma interdiscursividade, isto é, refere-se a uma ideologia de matriz heteronormativa (“LGBTfobia mata”), que permeia as relações sociais com consequências mortais (“Homofobia mata!”) e que se materializa na forma dos diversos tipos de violência e de discriminação (“Violência e intolerância têm origem na família!”).

É possível entrever que tal ideologia e suas consequências se originam na célula social familiar, estabelecendo-se hegemonicamente: a suposta obrigatoriedade de constituição dos indivíduos – e, consequentemente, suas identidades e seus comportamentos afetivos e/ou sexuais – a partir de uma universalização comportamental, legitimada através

dessa ideologia, determinando que as pessoas deveriam seguir a “norma” heterossexual.

Além disso, tal ideologia sustentaria as referidas violências por meio de manifestações discursivas (‘Segura suas fêmeas; meus machos estão soltos!’ ‘Cuidado, menina, toma tento!’ ‘Se ajeite, mulher sapatão! Mulher-macho!’; ‘Não rebola quando andar; isso é coisa de viado!’; ‘Aqui é casa de família! Não tem lugar pra lésbica, pra gay, pra travesti!’; ‘Travesti é moda de novela.’ ‘Eu mato!’). A mãe que se pronuncia no vídeo afirma que esses ditos “crescem no cotidiano” na forma de “gestos, palavras, piadas homofóbicas”, atribuindo a um outro, a um corpo social no qual podem ser incluídas famílias de pessoas que não aceitam “filhos, filhas e filhas”, para fazer referência ao conjunto de pessoas que esse grupo imagina proteger e pelo qual afirma lutar, na tentativa de reivindicar mais direitos.

Desse modo, o discurso das Mães pela Liberdade não reconhece a legitimação – um dos modos de operação da ideologia – que a prática social do discurso LGBTQIA+fóbico, historicamente, recebeu e continua recebendo na sociedade, a ponto de estar presente no seio das famílias e promover exclusão de parte de seus integrantes, por se identificarem como pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido, podemos afirmar que o discurso da mãe segue o caminho inverso à legitimação daquela ideologia, construindo, ao contrário, uma deslegitimação da ideologia dominante, por meio de uma construção discursiva que recupera o discurso hegemônico (e LGBTQIA+fóbico), em circulação no senso comum, para desqualificá-lo ou mostrar a injusta violência presente naqueles ditos. As estratégias de legitimação também são desconstruídas no discurso da mãe: a racionalização presente no discurso LGBTQIA+fóbico – enquanto “cadeia de raciocínio que procura defender (...) um conjunto de relações” (THOMPSON, 2011, p. 82) –, a justificar a aderência a comportamentos heteronormativos é desconstruída para dar lugar a um pensamento de aceitação das diferenças; a universalização – conforme conceito desenvolvido por Thompson (2011, p. 83), aqui especificada como universalização da ideologia da heteronormatividade – é tornada obsoleta, tendo em vista a necessidade de compreender a orientação se-

xual e a identidade de gênero de pessoas LGBTQIA+; a narrativização do discurso LGBTQIA+fóbico, segundo o qual não existiria lugar nas casas de família para comportamentos que extrapolem a heteronormatividade compulsória, também é substituído pelo discurso do acolhimento e da compreensão.

O outro ao qual a Mãe pela Liberdade se refere é essa família, na qual se originam a violência e a intolerância. A partir desses fragmentos ideológicos levantados por essa voz materna, a mulher-mãe apresenta sua voz e a do grupo que representa, enquanto voz contraideológica, contra-hegemônica (“E mata. Mata o corpo com a violência física. Mata a alma com a expulsão. A exclusão social leva pra rua, pra vulnerabilidade social.”). Ora, se a ideologia dominante nas famílias conduz à violência e ao aniquilamento de um indivíduo ou grupo, a voz que representa o Coletivo Mães pela Liberdade sugere que há outros caminhos para compreender as identidades LGBTQIA+ e as orientações sexuais de filhas, filhos e filhas (“Se você tem um filho LGBTQI e não compreende sua identidade e orientação sexual, venha nos conhecer. Somos as Mães pela Liberdade.”).

No que concerne à dissimulação – conforme o conceito desenvolvido por Thompson (2011, p. 83-86) –, é possível compreender que, no pronunciamento da Mãe pela Liberdade, é reconhecido que a ideologia LGBTQIA+fóbica tenta ocultar os comportamentos não heteronormativos (‘Se ajeite, mulher sapatão! Mulher-macho!’; ‘Não rebola quando andar; isso é coisa de viado!’). No entanto, o discurso da mãe abre espaço para a desconstrução da metonímia típica da dissimulação, na medida em que reconhece que esses ditos excluem e “A exclusão social leva pra rua, pra vulnerabilidade social”, sendo necessário que tal dissimulação seja combatida, pelo teor de violência e silenciamento às expressões de gênero que isso possa representar.

Tais ideias se relacionam também com a padronização – estratégia utilizada pelo modo de operação da ideologia chamado unificação, segundo Thompson (2011, p. 86-87). Os ditos LGBTQIA+fóbicos, mencionados no discurso da Mãe pela Liberdade, tentam fustigar os comportamentos não heteronormativos, objetivando conseguir um padrão

no âmbito do qual uma mulher não deve ser mulher-macho e um homem não pode rebolar quando andar. O próprio nome do Coletivo Mães pela Liberdade sugere, implicitamente, a liberdade de ser e de existir, cujo reconhecimento depende da compreensão do que seja orientação sexual e identidade de gênero. Por isso, a mãe que fala no vídeo convida outros pais e outras mães a conhecerem o grupo, para que um diálogo sobre as diferenças conduza a uma maior compreensão do que seja ser LGBTQIA+.

O modo de operação da ideologia chamado reificação – conforme conceito explicado por Thompson (2011, p. 87-89) – aparece no apagamento e na negação de existência às pessoas trans e travestis (‘Travesti é moda de novela.’), deixando implícito que o discurso transfóbico, em circulação no senso comum, retira a existência dessas pessoas, transformando-as em “moda de novela”, algo sem existência real, mas apenas sendo projeção ficcional passageira.

Ressaltamos que no momento de se colocar à disposição de quem ainda tem dificuldade de compreender, aceitar, respeitar e proteger os próprios filhos (aspecto implícito em diversas postagens do Coletivo Mães pela Liberdade), que a mãe se inclui no discurso, por meio do pronome “nós” e da forma verbal “somos”, o que reforça a ideia de coletividade. Nesta, como em outras falas veiculadas em vídeos do Coletivo, percebemos o cuidado em disponibilizar-se para o diálogo e a orientação, objetivando o combate à LGBTQIA+fobia, ideologia que traz em si a heteronormatividade como imposição que deve ser combatida, por meio não somente do cuidado, mas também do diálogo e do conhecimento sobre o que é ser uma pessoa LGBTQIA+. Nesse sentido, é importante lembrar Vieira (2019, p. 88), quando afirma que:

Embora o termo “cuidado” tenha sido mais associado aos estudos em saúde, ele abarca, como um todo, as práticas sociais e relações intersubjetivas de cooperação no mundo, reestruturando a noção de poder segundo a ética da colaboração, da complementação, da coexistência, da com-vivência, da “sustentabilidade”, nas relações sociais, políticas, econômicas, mas também na educação, na ecologia, na espiritualidade, nas relações de gênero.

A simbolização da ideia de “cuidado”, no tocante ao tratamento dado às relações entre mães e filhos LGBTQIA+, está presente na maneira como a Mãe pela Liberdade se coloca no vídeo: trata-se de uma mulher de meia idade, aparentando estar na faixa etária dos 60 anos, em ambiente doméstico, tendo ao fundo paredes brancas e janelas basculantes de vidro emoldurado por madeira marrom, com um vaso de plantas à direita de quem observa o vídeo. A mulher está de máscara de proteção, o que poderia ser compreendido como materialização não apenas do autocuidado, como também do cuidado com o outro. A máscara é branca e traz a logomarca do grupo Mães pela Liberdade, nas cores do arco-íris (cores da bandeira LGBT), representando, em forma de silhueta, o perfil de uma mão em concha (sugerindo acolhimento e, também, cuidado), em cima da qual há a silhueta de um pássaro em voo (referência à liberdade), com os dizeres “Mães pela Liberdade”. O mesmo desenho em silhueta aparece na camiseta branca que a mulher está usando.

Dessa forma, as imagens criadas para materializar e emoldurar o discurso que dá voz a essas mães coadunam com a enunciação transcrita, a saber: a proteção das mães aos seus filhos, filhas e filhos LGBTQIA+, reiterada em outras postagens do grupo. É por meio de pronunciamentos, como o dessa mãe, que o Coletivo objetiva combater a violência contida no discurso LGBTQIA+fóbico que materializa uma ideologia heteronormativa, excludente e violenta, criando um discurso que reconhece a existência da LGBTQIA+fobia, mas afirma combatê-la com as armas de um discurso inclusivo, acolhedor e humanizador. Ao mesmo tempo, o fato de tal discurso de combate à LGBTQIA+fobia ser público (numa página de Instagram) e vir de uma mãe de família representa uma mudança discursiva no interior do grupo social anunciado como produtor do discurso LGBTQIA+fóbico. Trata-se, então, de uma mudança na própria compreensão do papel da família em relação aos entes familiares identificados como LGBTQIA+, materializando o que Marina Lima sugere em sua canção “Novas famílias”: “Céus, e essas novas famílias/ Com terras molhadas de amor/ Minando qualquer ditador...”.

CONCLUSÃO

Diante das problemáticas da discussão empreendida pela temática pesquisada, enfatizamos que este capítulo apresenta uma possibilidade de exercício analítico, com base em pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ADC).

Logo, com base nas discussões e nos dados levantados, oferecemos breve panorama da constituição discursivo-textual relacionada às formas de ideologias que estão presentes nos depoimentos/postagens publicados na página de Instagram do Coletivo Mães pela Liberdade, de Minas Gerais. Assim, por meio do *corpus* constante de relato de familiares sobre pessoas LGBTQIA+, discutimos analiticamente, à luz da ADC, as representações discursivas acerca do contrapoder e contraideologia, práticas de resistência à opressão social empreendidas diariamente na nossa sociedade.

Com a finalidade de discutir a ideologia e a constituição do discurso de poder, bem como as estratégias de contraideologia, buscamos embasamentos em teóricos como Fairclough (2016), van Dijk (1997) e Thompson (2011), dentre outros, cujos aportes se aproximam no tocante às contribuições para análise e interpretação dos recursos mobilizados e originados no *corpus* deste trabalho. À vista disso, a ADC nos oferece metodologia capaz de disponibilizar condições de análise e enfrentamento das estruturas sociais de poder, ou seja, o discurso de grupos opressores.

No momento em que o mundo está enfrentando a pandemia da covid-19, o isolamento social teve papel no aumento do número de casos de violência doméstica contra gays, lésbicas, pessoas trans, travestis etc., que tomou proporções inimagináveis nas estatísticas. Dessa forma, manter-se em casa, como medida eficaz de prevenção à covid-19, acarretou diversos casos de LGBTQIA+fobia. Agressões físicas e verbais, torturas, entre outras formas de violência, deixaram os espaços públicos para se intensificarem nos espaços privados, mais especificamente dentro de casa, a partir de ocorrências como piadas, humilhações e espancamentos.

Com base nos conceitos de ideologia e como ela se manifesta na sociedade, isto é, como é produzida, distribuída e consumida através de

determinados discursos, conseguimos constatar como se constrói uma experiência de combate a uma ideologia que sustenta práticas de exclusão, discriminação e violência. Ao investigar como a violência contra a comunidade LGBTQIA+ impulsionou o Coletivo Mães pela Liberdade a criar um perfil no Instagram para trazer o amor a filhos, filhas e filhas, foi possível perceber a construção de um contradiscurso que se dirige a mães e pais que ainda não sabem lidar com a orientação daqueles que deveriam amar incondicionalmente e não os rechaçar pelo que são.

Por meio da rede social Instagram, esse grupo de mães encontrou a maneira mais efetiva para difundir mensagem de combate ao preconceito e à violência. Como possui grande visibilidade, logo a rede é tomada como facilitadora para expor a contraideologia e, principalmente, desarticular discursos LGBTQIA+fóbicos que se perpetuam por gerações.

Contudo, o coletivo Mães pela Liberdade traz experiências e se colocam a serviço daqueles que necessitam de auxílio para entender filhos, filhas e filhas. Assim, o acolhimento é o motivador para quem quer ter um apoio neste ou em qualquer aspecto que surgir.

Diante disso, pontuamos que a leitura crítica de textos, como os textos midiáticos que objetivam engajamento em prol de uma causa social, a exemplo do *corpus* adotado neste trabalho, exige dos leitores o desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação cada vez mais empenhadas no exercício crítico. Em razão disso, a ADC fornece elementos capazes de evidenciar a importância da linguagem na origem, prevalência e transformações nas interações sociais.

Portanto, a ADC contribui significativamente para nortear exercícios analíticos, de forma a desvelar como as práticas linguísticas empreendidas nos discursos estão relacionadas com a constituição sociopolítica das relações de poder e dominação presentes na sociedade. Logo, tem-se a premissa constitutiva segundo a qual o discurso constitui as práticas sociais e delas é constituído; deste modo, identificamos como ocorrem os processos de manutenção e abuso de poder, e nisso percebemos as relações de assimetria estruturadas na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. Dia Internacional contra a LGBTfobia: diferentes abordagens sobre a diversidade sexual e de gênero em duas campanhas publicitárias. **Intercom** – Revista da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, número do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville, 2018, s.p.

AMPARO, T. *et alii* (coord.). **A violência LGBTQIA+ no Brasil**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/Clinica de Políticas da Diversidade da FGV Direito SP, 2020.

BOLSONARO: “Ter filho gay é falta de porrada!”. Edição: Pragmatismo Político. São Paulo: [s.n.], s/d. 1 vídeo (2:16min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QJNy08VoLZs>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.388**, de 09/12/2010. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7388. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.883**, de 27/06/2019. Dispõe sobre Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9883. Acesso em: 10 jul. 2021.

BUENO, S.; LIMA, R. S. de (coord.). **Anuário brasileiro de segurança pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CALCAGNO, L. Pandemia é mais difícil para comunidade LGBT+ devido à intolerância em casa. **Correio Braziliense**. 2020. Disponível em: www.correio braziliense.com.br. Acesso em: 10 jul. 2021.

FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: UNB, 2016.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. *In*: BATISTA, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. p. 78-103.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. (org.). **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: UNB, 2017.

RLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisas em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA JÚNIOR, A. S.; PINHEIRO, G. C.; NASCIMENTO, I. S. Ideologia. *In*: IRINEU, L. M. *et al.* (org.). **Análise de Discurso Crítica**: Conceitos-chave. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 65-84.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. A. Discurso, mudança e hegemonia. *In*: PEDRO, E. R. (org.). **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997. p. 105-168.

VIEIRA, V. C. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. *In*: RESENDE, V. de M. (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 78-107.

IMPLÍCITOS

Fidel Quessana Mbaná
Heuler Costa Cabral
José Janio Lopes Silva
Rafaelle Leite Sousa

INTRODUÇÃO

Este capítulo analisará os implícitos discursivos sobre a intolerância religiosa no Brasil, a partir dos discursos de duas lideranças religiosas (Padre Fábio de Melo e Pastor Caio Fábio D’Araújo Filho) como delimitação do nosso trabalho. Entende-se por implícitos os elementos discursivos que não estão expostos no texto, mas que se manifestam por meio de *pressupostos* e *subentendidos*, categorias fundamentais para o entendimento do tema e que serão abordadas mais à frente.

O discurso é impensável sem a prática social e dentre as diversas práticas que moldam uma sociedade está a religião. Grande parte do comportamento dos indivíduos é influenciado por preceitos religiosos, principalmente aqueles das religiões que tradicionalmente têm interferido ou até mesmo controlado as instituições de Estado, como a cristã. No caso brasileiro, houve grande participação da igreja católica no processo de colonização, e mais recentemente um avanço do protestantismo. Nessas condições, a visão cristã exerce um poder que se manifesta em diversos espaços e práticas, às vezes de forma implícita, por exemplo, nas escolas, nos eventos públicos e familiares, no calendário, na alimentação e na maneira de interpretar outras religiões. Sendo uma religião

expansionista, o Cristianismo, institucionalizado pela igreja católica, não admitia coexistência com outros credos e, em associação com o processo de colonização, produziu uma narrativa de desvalorização e destruição de religiões africanas, produzindo um discurso extremamente violento e preconceituoso, que é constantemente replicado de forma explícita e implícita.

Ainda que a liberdade religiosa esteja assegurada no Artigo 5º da Constituição Federal, o processo de reconhecimento e respeito aos cultos de origem africana é uma questão problemática. É evidente que costumes e práticas religiosas dessa natureza estão inseridas no contexto social, mas a visão cristã predominante tende a negar, censurando expressões, ridicularizando rituais e classificando-os negativamente. Apesar dos avanços em termos jurídicos, no sentido de punir atos de violência e discriminação, o discurso hegemônico, quando não dissemina a ideia de religiões africanas como responsáveis pelas “forças malignas e destruidoras”, ignora a sua existência e renega o seu lugar de relevância na cultura e na história dos povos. Esse menosprezo pode ser implícito e, seguindo uma proposta de Fairclough (1989), tem seus fundamentos ideológicos destinados a manter as relações de poder impostas no período colonial.

Neste capítulo, buscamos compreender os implícitos discursivos, considerando uma perspectiva histórica, tendo como objetivo debater o preconceito religioso, oriundo do processo de colonização, de modo que dividimos o texto em duas seções, nas quais apresentamos uma exposição teórica, na primeira, e uma análise de falas dos sujeitos, na segunda.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O discurso religioso faz parte da prática social e exerce sua influência por meio da linguagem que, para Fairclough (1989, p. 22), “é uma parte da sociedade” e “um processo condicionado por outras partes da sociedade”. Conforme Orlandi (2009):

A etimologia da palavra discurso tem em si a ideia de curso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em

movimento, prática de linguagem [...]. Para tal, a Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive (ORLANDI, 2009, p. 15).

Nesse movimento social está inclusa uma interação de forças ideológicas que definem a posição dos indivíduos, no sentido de fazer parte de grupos, aceitar e defender determinadas ideias. O discurso é elemento central, mas não é o único, na medida em que opera como mediador das relações, sendo executado em suas diversas complexidades. Assim, na visão de Walter e Augusto (2011, p. 03), a “análise do discurso examina o que é deixado de fora, no campo da linguística: o sujeito e a situação”, considerando a perspectiva de Fairclough, em que a relação entre o sujeito e o seu contexto social é constitutiva. Nessas condições, há uma série de aspectos históricos, políticos e culturais que fazem repercutir o discurso. Para a compreensão dos discursos das citadas lideranças religiosas mais influentes no Brasil, faz-se necessário analisar a estrutura de poder que as projetou, assim como as formas veladas de reproduzir o racismo e a exploração econômica dos povos.

Na análise, percebe-se que são elementos jamais mencionados em pregações, mas estão relacionados ao que Orlandi (2009, p. 30) coloca como “condições de produção”, pois os “sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”. A autora destaca, então, duas condições de produção: uma no “sentido restrito”, que se refere ao “contexto imediato” e outra que tem “sentido amplo”, ou seja, considera o “contexto sócio-histórico e ideológico”.

Essas condições de produção implicam em revisitar nas práticas sociais o que foi dito anteriormente, o que foi oficializado e, necessariamente, formulado como verdade absoluta, para, a partir de então, servir de ponto de partida para discursos posteriores. Dessa forma, é importante questionar sobre a atribuição do mal a entidades espirituais africanas

que é sempre referenciada nos cultos pentecostais. Há, inclusive, o esquecimento da origem de determinados rituais feitos nas igrejas. Esse esquecimento leva os indivíduos a não refletirem sobre a historicidade que sustenta os seus discursos sobre um determinado fato, tomando como legítima e genuína a cosmovisão. Orlandi aponta que:

M. Pêcheux (1975) distingue duas formas de esquecimento no discurso. Esquecimento enunciativo: produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Impressão que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo [...] ela estabelece relação “natural” entre palavras e a coisa. Já o esquecimento ideológico é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos (ORLANDI, 2009, p. 35).

Tendo em vista o contexto ideológico que baliza os discursos das lideranças aqui tratadas, compreende-se como pressuposto para a continuidade de uma visão preconceituosa e *demonizante* das religiões afro-brasileiras a projeção do poder, ou seja, a necessidade de manter indivíduos subjugados, não reconhecendo as suas raízes e seus valores como benéficos à sociedade. Mesmo que admitam o poder constitucional que garante igualdade de tratamento entre praticantes do Cristianismo, da Umbanda e do Candomblé, as lideranças cristãs não percebem essas religiões da mesma forma que percebem o Islamismo ou Judaísmo. O discurso de inferiorização está implícito, ainda que não seja dito. Em relação ao Dito e o Não Dito, para Orlandi (2009, p. 82), a teoria da Análise de Discurso propõe “que dizer tem relação com o não dizer, isto deve ser acolhido metodologicamente e praticado na análise”.

Portanto, há diferentes formas de reproduzir uma ideologia, tendo como recurso o “não-dizer (implícitos), pressuposto e subentendido”. Por pressuposto, entende-se a instância da qual deriva a linguagem. Já o subentendido está relacionado ao contexto (ORLANDI, 2009 p. 82). Por exemplo: “Se digo ‘Deixei de fumar’, o pressuposto é que eu fumava,

ou seja, não posso dizer que ‘deixei de fumar’ se não fumava antes”.
Para Pedro Neto,

O pressuposto é um dado posto como indiscutível para o falante e para o ouvinte, não é para ser contestado; o subentendido é de responsabilidade do ouvinte, pois o falante, ao subentender, esconde-se por trás do sentido literal das palavras e pode dizer que não estava querendo dizer o que o ouvinte depreendeu. O subentendido, muitas vezes, serve para o falante proteger-se diante de uma informação que quer transmitir para o ouvinte sem se comprometer com ela (NETO, 2003, p. 244).

O pressuposto é aquilo que alicerça o discurso do falante, o subentendido é sempre aquilo que está implícito para o ouvinte no discurso do falante. Nesse sentido, a produção de um discurso está inserida num conjunto de práticas que requer uma investigação para além do texto. É o que Wodak (2003, p. 104) apresenta como *enfoque histórico do discurso*, que tem como propósito “integrar a grande quantidade de conhecimentos disponíveis sobre as fontes históricas com o cenário das esferas social e política em que se inserem os ‘eventos’ discursivos”¹. Para a autora, faz-se necessário recorrer a multimétodos, de modo que seja realizada a “crítica sociolinguística”, quando o pesquisador tem a possibilidade de identificar o eventual caráter “manipulador” do discurso.

Na seção subsequente, destacamos os aspectos históricos e religiosos da formação do Brasil, no que concerne à implementação do catolicismo e de seus fundamentos contra as religiões de matriz africana. Procuramos identificar a origem do recorrente discurso, que apresenta uma estratégia institucionalmente “manipuladora” há alguns séculos e que sustenta o preconceito e a intolerância religiosa. Percebemos que suas bases estão no processo de escravização, que ainda persiste de formas diversas, dentre elas pelo não reconhecimento da cultura afro.

1 “integrar la grand cantidad de conocimiento disponible sobre las fuentes históricas con el trasfondo de los ámbitos social y político en los que se insertan los ‘acontecimientos’ discursivos.” (WODAK, 1989, p. 104, tradução nossa).

ANÁLISE DE DADOS

Para fazer uma análise crítica do discurso sobre as culturas africanas, particularmente no Brasil, sempre se faz necessária a sua localização no contexto histórico, uma vez que permanece o modelo discriminatório, no qual tudo relacionado à cultura africana é visto como desproporcional e, no âmbito religioso, diabólico. Para esta análise, adotamos a proposta do enfoque histórico do discurso de Wodak (2003), como já exposto. Nesse sentido, para a compreensão de implícitos no discurso de duas lideranças religiosas de grande influência na sociedade brasileira, devemos explorar, ainda que minimamente, as condições em que o Cristianismo foi implantado no Brasil e os fundamentos de antirreligiosidade africana que, no continente americano, estão ligados ao processo escravocrata.

Ao chegarem ao Brasil a partir do século XVI, os negros africanos foram submetidos à escravização, seus direitos e dignidade foram violados e negados enquanto tidos como mão de obra para produzir lucros. Isso não impediu que os negros, fugidos ou libertos, se unissem para proteger e reconstruir a sua identidade. Segundo Prandi:

Por volta da metade do século XIX, com a presença de ‘escravos’, negros libertos e seus descendentes nas grandes cidades, [...] podendo agregar-se em residências coletivas concentradas em bairros urbanos onde estava seu mercado de trabalho, vivendo com seus iguais, quando tradições e línguas estavam vivas em razão de chegada recente, criou-se no Brasil o que talvez seja a reconstituição cultural mais bem acabada do negro no Brasil, capaz de preservar-se até os dias de hoje: a religião afro-brasileira (PRANDI, 2000, p. 59).

Com essa oportunidade de criar associação e conviver entre si, surgiu o Candomblé (e outras manifestações da religião e cultura afro-brasileira) no Brasil, como a forma desses negros escravizados cultuarem os seus deuses e realizarem as suas cerimônias. Assim, nos finais do século XIX, houve abolição da escravatura, proclamada em 1888, passando a ter mais concentrações dos negros buscando a sua humanidade roubada. Ora, a

abolição não libertou o negro, tão somente o tirou de senzala. Se, no período escravocrata, o negro foi brutalizado, a sua identidade atrofiada, no pós-abolição de escravatura, o “negro-liberto” encontra diante de si barreiras para sair do estágio de “liberto” para “livre” (DOMINGOS, 2017, p. 197-205). Recordar-se que pós-abolição culmina com os projetos de construção de novo Brasil, onde o progresso, ocidente-modelo, é o estágio desejado. No entanto, surgiu a questão do tipo, por que o Brasil não se desenvolveu tal como Estados Unidos ou Europa? A resposta na época, para elite brasileira e observadores internacionais, de acordo com Schwarcz (1993), era unânime: a imensa presença dos povos e culturas inferiores (africanas e indígenas) constitui empecilho ao progresso brasileiro. Com efeito, cabia ao Brasil eliminar esses povos e suas culturas, entendidas como inferiores, para alcançar o progresso.

Em razão disso, ganham forma duas vertentes: evolucionismo e darwinismo social. A primeira defende que os seres humanos partem de um estado inicial inferior para mais evolutivo/superior, então cabe aos europeus, os evoluídos, aculturar outros povos (negros, índios, etc., porque se acredita no fato de essa população estar ainda no estágio primitivo) para que estes venham a alcançar os europeus; a segunda prega que, na lei natural da luta pela existência entre os seres vivos, os mais fortes sempre sobrevivem, portanto se presumia que a miscigenação entre branco e negro/índigena deterioraria os últimos e suas culturas, pois são inferiores. Nesse âmbito, foi possível acreditar, ao longo do século XX, na ideologia do mito da democracia racial, *O Paraíso-Brasil-Mescigedo*, no qual todo mundo, branco, indígena, negro, vive numa harmonia perfeita, ganhou a força. Mas, no fundo, tratava-se de uma ideologia de segregação racial, do embranquecimento rumo ao progresso (SCHWARCZ, 1993).

Dentro deste contexto, a religião cristã tem o seu papel importantíssimo. É a “religião do progresso”, e, neste sentido, completa muito bem este trio: homem-branco, cultura-europeia, religião-cristã. Para o colonizador, senhor de escravo e, posteriormente, elite brasileira, o negro nunca tem “a religião”, apesar de lidar com práticas sobrenaturais mágicas e “diabólicas”. É preciso “libertá-lo” desse “pecado”. Para ele, a religião do negro, Candomblé e Umbanda, é uma não-religião que deve

ser perecida. Segundo Wachholz (2011), no período colonial/escravocrata brasileiro, o negro era batizado e depois escravizado como forma de salvá-lo de pecado, pois entendia-se que escravização é um sacrifício que serve para salvação do negro no céu. No período pós-abolição, a ideologia e as práticas antirreligião africana, acompanhada com as ideologias evolucionistas, eram postas em prática.

De acordo com Wilhelm Wachholz (2011, p. 791), a religião cristã no Brasil se formou com “*carater anti*”. Enquanto a religião católica e os protestantes se realizavam desde o tempo escravocrata com esse *caráter anti*, todas elas se proclamavam antirreligião afro-brasileira, contra a não-religião. Este caráter anti, que constitui, em grande medida, a base da formação de religiões abraâmicas (Abrão) e das suas novas seitas, delinea ainda o comportamento de muitos cristãos em relação às outras religiões. Recentemente, a aversão às religiões afro é mais marcante entre praticantes do protestantismo, embora o processo de demonização tenha sido implantado pela igreja católica, no período colonial, já que esta chegou primeiro ao Brasil.

O protestantismo, em sua vertente histórica, de origem luterana e calvinista, chegou ao Brasil no final do século XIX (CAMPOS, 2011, p. 508). Sendo um movimento mais independente, no sentido de rejeitar mediação entre o indivíduo e o mundo espiritual, ou seja, a institucionalidade nos moldes de uma igreja soberana, como é a católica perde relevância, fazendo surgir diversos segmentos, com abordagens e interpretações distintas e, às vezes, conflitantes. Nesse contexto, emerge o pentecostalismo, que vindo dos Estados Unidos, chegou ao Brasil em 1910. A intensidade das manifestações e seu apelo emocional, dado às condições de exclusão social, racismo e pobreza em que viviam os negros, apresentam-se como alternativa salvacionista. No Brasil, principalmente nas áreas rurais, existe esse significado, tornando um caminho de escape da miséria material da vida terrena e sendo bastante adaptável à cultura local. Leonildo Campos (2011) destaca o caráter sincrético do pentecostalismo:

O acolhimento da pregação pentecostal neste continente obedeceu aos interesses e necessidades dos latino-americanos. Mui-

tos assistiam ao fim de uma sociedade rural, experimentava-se nas cidades o dilema do desemprego e da falta de perspectiva de vida, a necessidade de uma vida comunitária e de um sentido de irmandade, a ausência de um centro organizador e integrador da existência. As comunidades pentecostais surgiram, ao lado das de umbanda, na expressão de Peter Fry e Gary Howe (1975, p. 75), como redes de acolhimento a toda sorte de aflições experimentadas pelas pessoas oriundas do mundo rural (CAMPOS, 2011, p. 517).

Nesse contexto, é inevitável a incorporação de práticas e crenças culturais brasileiras, africanas e indígenas. Na corrente neopentecostal, temos exemplos mais explícitos de uma apropriação de elementos da religiosidade afro-brasileira.

O fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e empresário do mercado evangélico, Edir Macedo, escreveu um livro intitulado *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?*, baseado em experiência pessoal. Assim como muitas outras denominações, sua igreja utiliza a prática de demonização das religiões afro ao mesmo tempo em que realiza rituais e utiliza elementos simbólicos que remetem às práticas antigas da espiritualidade humana.

Não é propósito aqui entender as razões mais profundas dessa atuação contraditória, mas suas origens: como já destacado, remetem ao processo de colonização por meio do catolicismo, que sentia a necessidade de eliminar qualquer outra expressão religiosa. A dualidade representada pelo bem/Deus e mal/Diabo foi materializada na relação colonizador/bem e colonizado/mal. Trata-se de um discurso que vem se reproduzindo ao longo da história religiosa e atualmente faz parte da estratégia de expansão do neopentecostalismo e do movimento carismático.

Aqui analisaremos os implícitos nos discursos de Fábio de Melo e Caio Fábio D'Araújo Filho sobre as religiões afro-brasileiras. Conforme destacamos anteriormente, a religião cristã no Brasil se formou historicamente com *caráter anti*, isto é, na negação de coexistência de qualquer outra religião. Nesta senda, as religiões de matriz africanas vêm sendo

consideradas diabólicas. Atualmente, por mais que os discursos tenham mudado, devido a amparos legais e volumes de levantes contra-hegemônicos, pode-se identificar ainda essa negação nos discursos cristãos, mesmo que de forma implícita. Portanto, *o caráter anti* constitui o pressuposto básico de discurso cristão sobre outras religiões – conforme vimos a definição do pressuposto acima em Orlandi (2009) e Netto (2003) como instância do discurso – e os seus subentendidos advêm sempre na ordem de mascarar este pressuposto. É nesta ótica que analisamos *o pressuposto e subentendidos* no discurso das lideranças citadas. Tentaremos entender como que os seus discursos são embasados neste pressuposto *anti* e, a partir dali, denotar os correlatos dos seus subentendidos.

Caio Fábio é um pastor de origem presbiteriana, psicanalista, escritor e atualmente tem um canal no YouTube. O discurso a seguir foi retirado de um vídeo onde Fábio tenta convencer um seguidor, que é afrodescendente, *o André de Porto Alegre*, a deixar o seu culto de matriz africana. André relata que está com problema de identidade: ele se declara cristão, mas, ao mesmo tempo, pela questão da identidade afro-brasileira, não quer largar as práticas de Candomblé. André, quiçá pelo receio do credo cristão ou por falta de conhecimento profundo sobre as religiões de matriz africana, identifica o culto às divindades de Candomblé como simples culto à natureza. Assim, notará que todo discurso do Caio Fábio é suportado pelo pressuposto de negação da “religião africana”, e reafirma o culto à natureza (que é culto às divindades) como simples reverência a antepassados, tomando-a como uma relação normal comparável a relação de parentes vivos. Passamos o primeiro trecho da sua fala do André:

[...] Creio em Deus, mas Caio, ahhh eu não consigo, não é que eu não consigo me desligar, conseguir qualquer um consegue se desligar de qualquer religião que não está te fazendo, que não tá te dando conforto, conforto dentro de si próprio, então eu acho que significa, eu, minha religião pra mim, não é nem minha religião, é um culto, que ali eu presto aos meus antepassados, resgatando minha África, resgatando uma identidade que foi perdida, então, Caio, eu, será que há pecado nisso aí, há um pecado d’eu cultuar a natureza? Não é nem Deus, Caio,

porque Deus pra mim é o que tá lá no céu, né? É em Cristo, é as palavras de Cristo, né? [...] Eu cultuo aquilo ali, eu reverencio, sim, aquela situação, mas eu reverencio o meu passado, reverencio o que eu não sei que eu sou, não sei da onde eu vim, quem é, qual o meu verdadeiro nome, sabe? Então é isso aí, mas Cristo está aqui dentro, sim, Caio, Cristo tá aqui dentro².

Eis a resposta de Caio:

você usa a palavra culto, eu não creio que você cultue, eu creio que a palavra mais exata que você usou foi reverência, eu acho que você visita esses lugares como quem visita a casa do avô idoso, como quem visita a casa de um tio, último tio sobrevivente na família do papai ou da mamãe, visitar o tio é quase como visitar o pai, a mãe, a memória que você não quer que se perca, é isso que eu vejo em você, André. Identidade é a questão. [...] Se você lê o Evangelho, crê no Evangelho, olha, sinceramente, a gente não cultua a natureza batendo tambor em cachoeira, a gente, a gente faz, a gente não cultua a natureza, cultivar a natureza é infantilidade, de uma idolatria infantil, a natureza a gente cuida, quem ama Deus cuida das cachoeiras, das fontes das águas, dos rios, das árvores, preserva com amor, curte com amor, louva a Deus com amor, [...]³.

Dois momentos principais na fala de Caio deixam subentendidos: 1) visita à lugar ancestral, ao terreiro, é uma simples relação e reverência ao antepassado, logo não tem nada de religioso; 2) “(...) a gente não cultua a natureza batendo tambor em cachoeira, (...) a gente não cultua a natureza, cultivar a natureza é infantilidade, de uma idolatria infantilidade”. Entretanto, no Candomblé estas práticas se fazem (e para Caio essas práticas se resumem na simples referência ao antepassado), então quem toma isso como culto significa que idolatra a natureza, e no pensamento cristão isso não é religião, ou, pelo menos, é uma religião-impura. Estes

2 CAIO, participo dos cultos e cultura afro e não quero sair. É minha identidade! Mas amo a Jesus. *Link* de vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ZLI2tNjNHuM>. Acesso em: 12 jul. 2021.

3 CAIO, participo dos cultos e cultura afro e não quero sair. É minha identidade! Mas amo a Jesus. *Link* de vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ZLI2tNjNHuM>. Acesso em: 12 jul. 2021.

dois momentos de subentendidos, e demais, se conjugam para confirmar o pressuposto ontológico cristão como única religião válida. O que não foi posto em discussão é: por que Candomblé não é uma religião? E qual é o significado profundo da dita relação do indivíduo com seu ancestral, ou com a natureza, como profere Caio?

Como se pode entender, o interesse em debater estes tipos de questões não faz parte do *horizonte* das igrejas, pois o pressuposto-anti e a crença na validade universal de único credo não permitem que elas olhem a moralidade de qualquer crença que possa coexistir com a religião cristã. O discurso de Caio pode ser visto neste ângulo de não olhar a religião de matriz africana, Candomblé, por exemplo, como uma religião.

Entretanto, o Candomblé, como qualquer outra religião, lida com o sobrenatural, o mundo invisível no qual está o princípio originador de tudo que existe (Deus, Olodumare em candomblé-Yoruba). O que pode diferenciar Candomblé de outra religião, ou do próprio cristianismo, é a maneira de conceber e lidar com este princípio sobrenatural. No pensamento religioso Yorubá⁴ ou Candomblé, Olodumare é o princípio gerador de tudo que existe. Ao lado dele estão os Orixás, as divindades, que são intermediários ou delegados de Olodumare junto aos homens. Na governação do mundo, cada Orixá tem seus papéis específicos e são protetores de seres humanos, portanto cada elemento da existência é governado por um Orixá ou mais. *Òrìsànlá* é a divindade responsável pela modelagem dos seres humanos, enquanto *Òrìnmilà* é Orixá da adivinhação. *Ògún* (divindade ligado a ferro, a guerra e as façanhas heroicas, enquanto *Èṣù* é a divindade da justiça (ABIMBOLA, 2011, p. 03); Assim, Ossain é Orixá das plantas, Oxossi das matas ou florestas, Yemanjá orixá do mar, etc. (VERGER, 2011). Neste sentido, qualquer culto que possa aparentar culto à natureza, é ligado aos Orixás, não à natureza em si.

Neste pensamento relativo ao sobrenatural, os ancestrais têm seu papel essencial, pois são pessoas que viveram bem no Ayé (espaço visível) e foram para Orun (espaço sobrenatural), passando a ter poderes sobrenaturais superiores aos de Homens vivos para ajudar as suas descendências

4 Povos africanos da África Ocidental cuja cultura constitui fundamentalmente a base do Candomblé no Brasil.

(LEITE, 2008). Nem todo antepassado é considerado ancestral, este é sempre uma pessoa do bem, e o antepassado é qualquer um que morreu (ABIMBOLA, 2011). Tanto os Orixás quanto os ancestrais fazem parte da visão religiosa do candomblé de forças que ajudam e protegem os homens contra as Ajogun, as forças desequilibradoras do Homem no Ayé. Os principais Ajogun são: “Iku (morte), Àrùn (doença), Ôfô (Perda, Paralisias, Grande problema), Èpè (xingamento, Encarceramento, Aflição)” (ABIMBOLA, 2006, p. 50).

Outrossim, Caio, continuando no seu pressuposto de negação e de conversão, resumiu toda esta visão religiosa ao problema da identidade do André.

Agora, não se acovarde de crescer, de assumir o que você já entendeu, porque de fato a compreensão do evangelho deixa tudo isso que você falou muito pra trás, reduz tudo isso apenas a um complexo de inferioridade, é uma crise de identidade, a um sentimento de covardia por estar entendendo coisas para além do que os seus queridos já compreenderam⁵.

Essa redução total da relação de André com o Candomblé a uma questão de problema da identidade subentende a negação das religiões *afro* como um credo válido. O discurso de Caio, portanto, não está inclinado em criar reflexão para o André sobre o significado profundo da relação humana com o seu ancestral para permitir a escolha livre do André na constituição da sua identidade, mas sim em desaprovar o Candomblé como uma religião, pois a relação ancestral para Caio não tem nada de religioso.

Vejamos também o discurso de outro líder cristão, padre Fábio de Melo – padre católico brasileiro, cantor e também autor de livros religiosos –, que é considerado uma liderança progressista e muito popular nas mídias sociais e em grandes veículos de comunicação. No vídeo analisado, o padre usou o discurso da diferenciação entre o cristianismo

5 CAIO, participo dos cultos e cultura afro e não quero sair. É minha identidade! Mas amo a Jesus. *Link* de vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ZLI2tNjNHuM>. Acesso em: 12 jul. 2021.

e as práticas da religião afro-brasileira para defender o credo cristão. Apesar de, no seu discurso, alegar o respeito às práticas das religiões afro-brasileiras, na essência trata da reprodução discursiva da intolerância religiosa, de *caráter histórico e ontológico anti* a outro credo.

[...] Eu preciso ir na papa Noel: se você achar se você de fato acredita que uma galinha preta na porta da sua casa com um litro de cachaça e uma farofa de banana tem o poder de trazer destruição na sua casa, na sua vida, você não conhece a força do Cristo ressuscitado. Com todo respeito a quem faz a **macumba**, pode deixar na porta da minha casa que se tiver fresco a gente come. Com todo respeito a quem acredita nisso, mas isso não é uma compreensão cristã porque nós estamos debaixo dos raios misericordiosos deste Senhor que nos livrou de todo o mal⁶.

Embora o discurso mostre explicitamente o respeito à religião afro-brasileira, não foge, de certa forma, implicitamente de uma intolerância, pois na essência o que este discurso deixa é um respeito para com quem pratica a religião do diabo. É uma forma de amenizar a intolerância. A própria palavra macumba, no Brasil, é muito pejorativa, carrega uma concepção histórica das práticas de religiões de matriz africana entendidas como diabólicas. É bom referir que as práticas de imolações de galinha ou de outros animais, ou ainda, no geral, os sacrifícios, não estão ligados ao mal. A função do sacrifício é sempre de reparação ou de busca de soluções de problemas dos homens (ABIMBOLA, 2006; OSAMARO, 2007).

CONCLUSÃO

Ao longo deste capítulo buscamos compreender os implícitos, sob forma de pressuposto e subentendido, nos discursos de duas lideranças cristãs influentes no Brasil (Caio Fábio e Fábio de Melo), sobre as religiões de matriz africana, considerando a intolerância histórica que as religiões de matriz africana vêm enfrentando no Brasil. Para esta análise,

6 PADRE FÁBIO de Melo declarações intolerantes e racistas contra religiões de matrizes africanas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4j94JaoFvmQ>. Acesso em: 18 jun. 2021.

recorremos às perspectivas de Fairclough e Wodak, considerando o entendimento destes autores sobre a relevância da coletividade do discurso e do contexto histórico.

Compreendemos que a religiosidade cristã no Brasil é marcada historicamente pela negação da coexistência de outro credo. Vê-se que esta negação tem a sua gênese na colonização do Brasil, período no qual a única religião considerada verdadeira e legítima é a cristã. Atualmente, apesar da adoção de um sistema jurídico democrático e laico, a fim de preservar a liberdade religiosa, a condenação aos cultos afros permanece, ainda que de maneira *implícita*, como se pode observar nos discursos de Caio e de Melo. A distância entre a prática e o amparo legal é notória e dificilmente superada, uma vez que o próprio Estado brasileiro está fundamentado nos preceitos eurocêntricos.

Neste sentido, torna-se imprescindível a conscientização dos cidadãos quanto às suas origens. Isto passa pelo ensino da cultura afro-brasileira e suas manifestações religiosas, pois entende-se que o conhecimento dessa comunidade e sua prática é fundamental para desmistificar a concepção errônea de algumas lideranças religiosas, particularmente de matrizes católicas e evangélicas pentecostais, o segmento que mais tem depreciado a religiosidade africana. Numa visão mais radical, é necessária a ação do poder judiciário no combate à discriminação, à apropriação e ao uso indevido de símbolos e entidades de origem africanas com o propósito de enriquecimento pessoal, aproveitamento da fragilidade emocional de fiéis e comercialização da fé.

REFERÊNCIAS

ABIMBOLA, K. **Yoruba culture: Philosophical Account**, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2Nuy5X>. Acesso em: 24 jun. 2020.

ABIMBOLA, W. A concepção iorubá da personalidade humana. Trabalho apresentado no **Colóquio Internacional para A Noção de Pessoa na África Negra**, Paris, 1971. Tradução, notas e comentários de Luiz L. Marins, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3mDXZb1>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CAMPOS, L. S. Pentecostalismo e Protestantismo Histórico no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças. Dossiê: Pentecostalismo no Brasil – Artigo original **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 504-533, jul./set. 2011. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2011v9n22p504.

DOMINGOS, L. T. Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afrodescendência. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 190-208, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3h9q8Y7>. Acesso em: 2 jul. 2021.

FAIRCLOUGH, N. L. **Language and power**. (Language in social life stories). New York: Longman Publishing, 1989.

LEITE, F. R. da R. **A questão ancestral: África negra**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

NETO, P. de C. As informações implícitas. *In*: FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. **Para entender o texto – leitura e redação**. Editado por Sandra Almeida. São Paulo: Editora Ática, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2009.

OSAMARO, C. **A obra completa de Orúnmilá a sabedoria divina**. 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/>. Acesso em: 5 maio 2020.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

VERGER, P. F. **Os Orixás**, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3aGI4q4>. Acesso em: 17 jun. 2021.

WACHHOLZ, W. Identidades Religiosas Brasileiras e seus exclusivismos. **Dossiê: Panorama Religioso Brasileiro**, 2011. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2011v9n23p782.

WALTER, S. A.; AUGUSTO, P. O. M. **O Explícito, o Implícito e o Silenciado: práticas estratégicas de uma indústria do setor de lácteos por meio de Análise do Discurso**, 2011. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3Es142.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

WODAK, R. El enfoque histórico del discurso. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (comp.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Traducción de Tomás Fernández Aúz y Beatriz. Eguibar. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003. p. 101-142.

ETHOS

Angélica Cecília Freire Sampaio de Almeida
Índira Lima Guedes
Maria Renata Soares do Nascimento
Yago Bezerra Pessoa

INTRODUÇÃO

Ao que tange o conceito de ethos, para as pesquisas discursivas de vertente crítica da Análise de Discurso Crítica (ADC), há várias abordagens que poderíamos mencionar para tecermos esse capítulo. Destarte, escolhemos analisá-lo sob a perspectiva da positividade em tempos de pandemia, utilizando como representação a série “Confinada”, de Leandro Assis e Triscila Oliveira. Para compreendermos melhor esse conceito, citaremos como contribuição a teoria de Norman Fairclough, mencionada por Irineu (2014).

Sob a ótica de Norman Fairclough, oriundo dos processos de construção de identidades sociais dos “eus” na enunciação, o ethos, ou imagem de si, é a identidade social que os locutores sinalizam implicitamente por meio de seu comportamento verbal e não verbal. Trata-se, antes de tudo, de uma questão intertextual, em sentido amplo, na medida em que há uma espécie de modelagem, em termos de cenografia, na qual lugar, tempo, participantes e suas identidades sociodiscursivas figuram como elementos constitutivos das práticas discursivas, entrecruzando-se com outras instâncias. O conceito de ethos, ao que concerne à História, advém dos primórdios da Filosofia antiga, perpassando por mudanças. De acordo

com Gonçalves (2006), posteriormente, o termo *ethos* deixa a Filosofia com o sentido de “moradia”, “abrigo”, “hospitalidade”, “hábito” e passa a estar ligado à noção de ética, voltando-se assim para a Antropologia. Desta forma, *ethos* passou a significar “costumes de um grupo social”, “processo social de identificação de um povo”, ligado à noção de cultura e de relações identitárias (GONÇALVES, 2006, p. 36).

Antecipamos que nossa contribuição estará voltada à luz da Análise do Discurso Crítica de Fairclough, em que o conceito de *ethos* discursivo, por meio do nosso objeto de estudo, terá uma abordagem em perspectiva diacrônica, visto que os quadrinhos da série “Confinada” reproduzem um ponto de vista dentro de um discurso e de um dado momento histórico. Destarte, por meio desses pressupostos teóricos, realizaremos uma breve análise da construção discursiva do *ethos* da positividade e, como crítica social, às representações estereotipadas de *influencers* e de blogueiros(as) da rede social Instagram, em meio à pandemia da covid-19. Figuras estas representadas, coletivamente, por meio da personagem Fran, protagonista da série de quadrinhos “Confinada”, de Leandro Assis (@leandro_assis_ilustra) e Triscila Oliveira (@soulanja).

Pretendemos, principalmente, elencar sucintas reflexões sobre como a positividade pode adquirir sentido negativo configurando-se no que se chama “positividade tóxica”, a qual é transmitida pela imagem que o enunciador faz de si e que tem como objetivo atingir ou influenciar um público com representações pouco realistas e conscientes sobre a pandemia do coronavírus. Assim, temos por objetivo abordar a relação entre a linguagem verbal (escrita) e a linguagem não verbal (visual) presentes nos quadrinhos sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), demonstrando as marcas de intertextualidade utilizadas na construção dessa abordagem do *ethos* como discurso da positividade, ou seja, *good vibes*.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma ampla parte da assimilação de um determinado discurso acontece pela atribuição de sentidos às palavras e às imagens empregadas no

desenvolvimento de um gênero e pela significação criada na interação entre o autor, que imputa uma imagem de si ao discurso, e o leitor. Aqui objetivamos analisar a construção discursiva do ethos da positividade como crítica social às representações estereotipadas de “*influencers*” e “*blogueiras*” da rede social Instagram, em tempos de pandemia da covid-19, representadas pela personagem Fran, presente na série de quadrinhos “*Confinada*”, de Leandro Assis e Triscila Oliveira.

Para a análise, procuramos suporte nos postulados de Fairclough (2001) e na abordagem do ethos como elemento basilar para a análise dos quadrinhos. Pretendemos levantar sucintas reflexões sobre como a “positividade tóxica” é transmitida pela imagem que o enunciador faz de si para atingir e influenciar um público com representações pouco realistas e informativas sobre a pandemia do coronavírus. A pesquisa também versou sobre a relação entre o material verbal e visual presentes nos quadrinhos sob a perspectiva da ADC, demonstrando as marcas intertextuais utilizadas na construção desse ethos.

O linguista britânico Norman Fairclough emprega estudos de base crítico-analítica com uma abordagem político-ideológica bem delimitada, que é um aspecto que muito nos interessa para explicar alguns pontos do funcionamento da intertextualidade nesse tipo de gênero publicitário. Diante do exposto, resolvemos nos voltar sob a ótica da produção de atuação como espelho das relações travadas, dos costumes adquiridos, das ideologias disseminadas, tendo em vista que se configuram como meio sensível às transformações sócio-histórico-ideológicas pelas quais as comunidades discursivas passam.

Para Fairclough (2001), o ethos é um fenômeno intertextual amplo que visa à construção da identidade social dos sujeitos, e também contribui para que mudanças culturais ocorram. A noção de intertextualidade de Fairclough é abrangente, pois leva em conta outras formas menos evidentes de introdução de vozes nos textos, tais como as várias formas de discurso indireto ou as diversas maneiras de se atribuir ou não o que é dito, o que é escrito ou ao que é resumido às pessoas, que disseram ou escreveram algo.

Em confluência com essas definições, Fairclough (2001, p. 29) define a intertextualidade como “a propriedade que os textos têm de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser ou não delimitados explicitamente ou mesclados e que pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”. A intertextualidade fundamenta-se como uma “área cinzenta entre a prática discursiva e o texto”, de modo que um estudo fundamentado nessa ideia demanda do analista crítico uma visão mais apurada das questões sociais e culturais que intercedem em um texto.

De posse desse quadro teórico, pretendemos mostrar o potencial analítico das ideias de Fairclough no que tange ao ethos e à intertextualidade. O gênero discursivo analisado foi a série de quadrinhos “Confinada”, de Leandro Assis e Triscila Oliveira, publicada no Instagram do autor.

Para efeito de organização do artigo, este foi dividido em duas partes: uma teórica e outra de natureza analítica. A primeira será dedicada a uma discussão teórica sobre os conceitos faircloughianos de ethos, tendo como orientação de análise uma abordagem discursiva e, a partir disso, mostramos suas relações com outros conceitos que com eles têm uma relação conceitual próxima. Por fim, a segunda parte será referente à análise propriamente dita de como o ethos se mostra no gênero discursivo supracitado.

Para Fairclough (2001, p. 90-91), o discurso é uma prática, não só de representação do mundo, como também de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. O discurso também é entendido como “uso de linguagem” em forma de prática social, o que sugere aceitar o discurso como sendo uma forma de ação e admitir que sua relação com a estrutura social seja dialética.

O autor assevera que as mudanças na prática social são inicialmente demarcadas no nível da linguagem pelas modificações no sistema de gêneros discursivos. Uma sociedade possui uma configuração particular de gêneros relativamente estáveis com relações particulares entre eles, constituindo, assim, um sistema. Por conta das mudanças naturais que

acontecem na sociedade, acaba-se transformando as relações entre os gêneros e, conseqüentemente, o seu sistema.

Tais relações, na Teoria Social do Discurso, segundo Fairclough, podem ser denominadas intertextuais e interdiscursivas em que gêneros e discursos são combinados na produção e no consumo de textos, e assim se transformam e se acomodam outros textos que estão em cadeias de relações com eles. Em confluência com essas definições, um estudo fundamentado nessa ideia demanda do analista crítico uma visão mais apurada das questões sociais e culturais que intercedem em um texto.

A concepção mais ordinária de texto escrito define-o como desprovido de quaisquer marcas próprias da oralidade, da mímica, do ritmo, intrínsecas à comunicação face a face. No entanto, sabemos que não há enunciado puramente linguístico, ou seja, estritamente construído a partir do material sógnico, mas que todo discurso é arraigado de uma avaliação social, ou seja, de uma entonação. As palavras, mesmo as escritas, expressam as mais variadas apreensões axiológicas incutidas na tessitura do enunciado por um enunciador que se utiliza de circunstâncias reais, do mundo concreto, de forma a investir em uma imagem de si e que se torne crível através de seu discurso.

Ainda segundo o autor, existem duas maneiras de concretização da intertextualidade em um texto e a distinção entre as duas é realizada tendo como base o modo como são concebidas no discurso. Sua manifestação gráfica é chamada por Fairclough de “intertextualidade manifesta”, relacionada à recorrência explícita a outros textos, manifestados, marcados ou sugeridos por traços na superfície do texto. Já a “intertextualidade constitutiva” ou “interdiscursividade” está relacionada à complexa configuração interdependente de formações discursivas e é interna ao texto, remetendo ao modo como valores, crenças e modos habituais de um discurso são atualizados em outro.

Enquanto a análise linguística é de natureza descritiva, a análise intertextual é de natureza mais interpretativa. As peculiaridades linguísticas dos textos possibilitam evidências que podem ser utilizadas na análise intertextual, que é uma forma particular de interpretação dessas

evidências, ou seja, uma interpretação que situa o texto em afinidade com os repertórios de práticas discursivas, formando as ordens do discurso.

Sabemos que um enunciado suscita vários elementos extra discursivos para conferir-lhe sentido e credibilidade, tais como a intertextualidade e as condições de produção. No entanto, é evidente que todo texto reclama uma voz que o sustente, que o profira, que aja a partir dele e que assuma as consequências do seu dito. A essa imagem do enunciador, chamamos ethos. O ethos é a imagem que o sujeito constrói de si e que o enunciador projeta quando fala ou escreve, objetivando que a pessoa para quem se fala afiance o que foi dito. Quando nos deparamos com qualquer tipo de enunciado, atribuímos sempre a ele um tom, um efeito de sentido que nos salta aos olhos. Essas características estão inteiramente materializadas no texto, não organizadas em frases, não expressamente informadas. Se o texto assume um tom professoral, por exemplo, não necessariamente essa propriedade estará dita, mas distribuída em várias marcas do enunciado.

O enunciador, ao longo do texto, vai revelando quem é a partir daquilo que diz. Por isso, seu discurso está cheio de pistas que nos permitem conhecê-lo e, assim, interagir com ele, seja para concordar, refutar, acrescentar ou subverter o que foi dito. Para o coenunciador, não é a imagem que fala e sim a corporificação dessa imagem, o fiador do enunciado. O fiador é, portanto, a corporalidade; e o caráter do ethos é o sujeito do discurso com implicações psicológicas, sociais, culturais, históricas e ideológicas. Portanto, a eficácia do discurso está em fazer com que o coenunciador se identifique com esse estereótipo, com esse corpo impregnado de valores sociais, se apresente como dono do enunciado e como seu responsável, aquele que o controla e responde por ele. Então, de posse das sucintas discussões realizadas, podemos afirmar que o ethos é uma imagem de si que o enunciado projeta a partir de uma cadeia intertextual. O sujeito que enuncia constrói uma imagem de si com traços corpóreos. A Análise do Discurso Crítica quer compreender essa imagem de si, considerando os textos que estão encadeados para essa projeção.

ANÁLISE DE DADOS

O mundo moderno e suas configurações sociais foram profundamente alteradas com a eclosão da pandemia de covid-19 que, particularmente no Brasil, deu-se em março de 2020. Arriscamos na afirmação de que existiu um mundo pré-pandêmico totalmente distinto do que está sendo desenhado nos últimos meses. Estávamos, enquanto sociedade, afeitos e profundamente conformados com a lógica política, social e econômica instalada em nossos modos de vida e de sociabilidade do saudoso passado recente. A configuração do mundo atual ensaia, com bastante dificuldade, a superação de tantas tragédias humanas: vidas perdidas, precarização do trabalho, governos negacionistas, ataque às ciências, corrosão da democracia etc.

Com a compreensão de que o caos pandêmico instalado no país em março de 2020, quando, no Brasil, parte das autoridades sanitárias e políticas reconheceram a necessidade de medidas de isolamento social e contenção do contágio, promoveu-se uma mudança social abrupta nas formas de vida e de organização da sociedade. Analisaremos, portanto, a partir dessa vertente e, nesta seção, os acontecimentos desse “novo normal”. Para tanto, apresentaremos alguns indicadores produzidos pelos meios de comunicação em massa, que poderão nos servir de base para a compreensão do que estamos vivenciando. Além disso, convidamos ao debate as posições teóricas que dão conta da necessidade de um outro formato de “amanhã” para o futuro.

Segundo dados coletados pelo portal G1 (2021), no mês de julho de 2021, o Brasil se aproximava dos 575.000 mil mortos por covid-19. Esse número medonho parece não assustar a todos os brasileiros, tendo em vista os crescentes novos casos, que diariamente são divulgados por todos os veículos de imprensa nacionais. Para além disso, inúmeras são as posturas de descaso para com as medidas sanitárias recomendadas (uso de máscaras, distanciamento social, higiene recuidada etc.), desde os exemplos de feirantes dos pequenos bairros das metrópoles ao chefe maior do Estado Nacional, Jair Messias Bolsonaro. Mesmo estando

o país a registrar queda no número de casos, no segundo semestre de 2021, a média móvel de mortes ainda está na assombrosa soma de 766 vítimas diárias, o que não nos permite vislumbrar um “afrouxamento” dessas medidas a curto e longo prazos, como grande parcela da população imagina ser possível.

Diante desse cenário que nos assusta e nos convoca a uma reflexão e a uma atuação crítica, enquanto cidadãos e pesquisadores na área da linguagem, temos por dever moral expor ao maior número de pessoas, qual a realidade que nos envolve. Com esse pretexto e objetivo, aqui ensaiamos nossa pesquisa discursiva acerca do ethos de uma personagem da história em quadrinhos “Confinada”, de Leandro Assis e Triscila Oliveira. A personagem Fran (@franclementeoficial), apresentada nos quadrinhos dessa série, parece desconhecer ou mesmo desdenhar dos fortes impactos gerados por esta crise social, política e sanitária na vida das pessoas. Assim como ela, personagem ficcional fruto da arte crítica de seus artistas, muitas são as pessoas pertencentes ao restrito nicho social que ignoram os acontecimentos trágicos advindos e aprofundados pela pandemia.

Os criadores da série em quadrinhos “Confinada”, Leandro Assis e Triscila Oliveira, perceberam a abrupta mudança no cotidiano de grande parcela da população brasileira motivada pelos acontecimentos impostos pela quarentena, em março de 2020. Com isso, idealizaram e divulgaram suas produções textuais nas redes sociais, ganhando com isso, bastante adesão e engajamento. A primeira série de quadrinhos foi publicada em 11 de abril de 2020, no perfil @leandro_assis_ilustra, administrado pelo ilustrador no Instagram. Por mudanças na política de privacidade da rede social não conseguimos quantificar o número de curtidas alcançado pela publicação. No entanto, identificamos uma soma de 4.921 de interações por comentários, contabilizados na data de 14 de julho de 2021. Desse modo, mesmo que grosseiramente, podemos verificar tamanha repercussão dada ao trabalho desses artistas. Ao todo, a série foi dividida e publicada em sessenta episódios, cuja sequência está disponível nessa rede social do ilustrador.

Para além dos contágios, dos adoecimentos e das mortes resultantes desse contexto, a maior parcela da sociedade brasileira continua a enfrentar os desafios que a ele estão aliados: a fome, o desemprego, a falta de saneamento básico nas cidades, a ausência de políticas de prevenção à doença, a falta de auxílio financeiro aos mais carentes, insuficiência de socorro fiscal aos pequenos e médios empregadores, a ausência de comunicação direta e franca do estado brasileiro com a sua população etc. Como se tudo isso não fosse alarmante o suficiente, o país segue enterrando vidas, sonhos e projetos de futuro diariamente. O retrato das médias diárias de morte não pode ser sufocado por outros assuntos. A vida dos que se foram e o sofrimento dos que ficaram merecem acolhimento e indignação, ação e reação a tudo aquilo que conspira contra a dignidade humana e social.

Podemos visualizar, a partir dos dados compilados pelo sítio do G1, as muitas vidas que foram silenciadas e apagadas por esta doença perigosa e arrasadora. Embora todas estas pessoas estejam ali representadas por algarismos inanimados, frios e indiferentes, não compreendemos e aceitamos a possibilidade de que a morte seja banalizada. Estes registros de óbitos provocados pela pandemia da covid-19 precisam ser lidos como o registro de uma ferida ainda aberta na sociedade brasileira, com a qual todos temos um nível de corresponsabilidade, e cuja cicatrização tardará a se completar. Afinal, nada pode ser mais interessante para nós, enquanto sociedade, do que a vida, pois “se os humanos estão em risco, qualquer atividade humana deixa de ter importância”, como nos alerta Krenak (2020, p. 6).

A pandemia com seu lastro de apagamento das vaidades humanas conseguiu escancarar a fraqueza do nosso modelo de vida, desse precário e mortífero sistema econômico, por nós alimentado com sangue e suor, assim como da nossa ausência de interesse pelas outras formas de vida que estão dentro e fora da matéria da qual somos compostos. Esse apego pelo que nos desumaniza e nos diferencia das demais formas de existência constitui a marca do modelo econômico-social do sistema capitalista em vigor.

De acordo com Weber (1999, p. 213), nosso sistema econômico:

Desenvolve sua peculiaridade específica, bem-vinda ao capitalismo, com tanto maior perfeição quanto mais se desumaniza, vale dizer, quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que é louvada como sua virtude: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais.

Assim como a personagem Fran, da série de quadrinhos aqui analisada, fomos acostumados egoisticamente a vender o nosso amanhã, acreditando que sempre estaremos no controle dos acontecimentos que nos podem alcançar. Como tão bem nos provoca Krenak (2020), precisamos abandonar todo e qualquer vestígio dessa visão de mundo antropocêntrica. Afinal, isso tem historicamente nos custado a vida e comprometido as gerações futuras. Enquanto nós, seres humanos, permaneceremos com a falsa ideia de que estaremos no centro da grande “roda viva” que é a vida planetária, pouco evoluiremos enquanto espécie, e muito menos ainda como seres integrados a todas as formas de vida e inteligência existentes, conforme Krenak (2020, p. 4) afirma:

O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise. Temos que abandonar o antropocentrismo; há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade. Pelo contrário. Desde pequenos, aprendemos que há listas de espécies em extinção. Enquanto essas listas aumentam, os humanos proliferam, destruindo florestas, rios e animais. Somos piores que a covid-19. Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos.

Para Souza (2019, p. 114), “a elite dos proprietários mantém seu padrão predatório de sempre”. Para que o domínio dessa elite sobre as classes populares aconteça, faz-se necessário o uso de força repressiva e de violência material. São essas as duas características mais marcantes do enredo de “Confinada”, manifestadas pela protagonista da série, Fran Clemente: a repressão ao que é diferente de si (a recusa ao enquadramento da Favela da Rocinha em suas fotos para as redes sociais), e a violência com a qual o material é apresentado aos seus seguidores nas mídias sociais (a casa luxuosa, a segurança alimentar, o cuidado com a saúde do corpo, o desfrute do ócio, etc.). A personagem manifesta seu poderio econômico em suas postagens nas redes sociais apresentando-se como alguém que tem vivenciado o isolamento social imposto pela pandemia como algo natural, como um momento de autoconhecimento.

De acordo com Bauman (2013), a sociedade moderna dedica o lugar caracterizado como aquele de um corpo estranho, alheio e intruso aos desprovidos de acesso aos bens materiais mediados pelo capitalismo. Ou seja, a esta massa de homens e mulheres tipificados como externos às classes sociais existentes, não cabe o gozo de qualquer direito de que sejam revestidos os membros das classes dominantes ou da elite dos proprietários, como citamos anteriormente. Para além dessa exclusão da participação na sociedade de “classes”, segundo Bauman (2015), a desigualdade cresce rapidamente em quase todos os países do mundo. Esse aprofundamento do fosso social resulta no alargamento da distância entre os mais ricos e os mais pobres dessas sociedades. Estudos econômicos apresentados pelo sociólogo revelam que, em termos absolutos, os ricos estão cada vez mais ricos, enquanto os pobres, cada vez mais pobres. Com o estado atual da pandemia no Brasil, podemos compreender quão mais acentuada está a desigualdade econômica e social entre as nossas classes sociais.

Esta conjuntura pandêmica não se deve apenas ao vírus. Diferentemente, tem sido potencializada pela linguagem empregada na projeção do *ethos* de muitos dos integrantes da elite econômica, política e social brasileira (FAIRCLOUGH, 2016). São eles os verdadeiros propagadores de uma virulência para a qual não conseguimos tratamento efetivo. Esta

“elite do atraso”, termo tomado por empréstimo de Souza (2019), tem disseminado a indiferença, decisivamente se isentando da corresponsabilidade social, auxiliando ditames governamentais que aprofundam o fosso da desigualdade social e retrocedem os avanços e conquistas das minorias silenciadas. A personagem analisada neste trabalho, Fran, retrata sucintamente e com muita similitude os modos de pensar e de se expressar daqueles que fisiologicamente coordenam os rumos desse país.

Dos 60 episódios da série, cada um com 10 quadrinhos, selecionamos os dois primeiros por serem o cartão de visita da personagem, disponibilizados no Instagram, nos dias 11 e 16 de abril de 2020, respectivamente. Nele, o leitor é apresentado à personagem Fran Clemente por meio de seu perfil na rede social @franclementeoficial e é a partir da voz discursiva atribuída a ela que discutiremos a construção do ethos da positividade tóxica durante o contexto de pandemia. Para distinguir os episódios, identificamos como *ep1* os quadros referentes ao episódio 1; e *ep2* aqueles do episódio 2.

Começamos nossa análise pelo nome do perfil: @franclementeoficial. No dicionário Michaelis, o verbete “oficial” possui 18 significados, sendo nove deles enquanto adjetivo masculino e nove para a categorização de substantivo. Uma das definições é “Reconhecido como o mais importante entre outros que têm o mesmo papel”. No caso específico do Instagram, a palavra é utilizada para identificar perfis verdadeiros, em contraposição a contas falsas criadas geralmente por pessoas que se passam por celebridades ou marcas de empresas. Tal condição de veracidade não necessariamente se aplica ao conteúdo produzido, como é possível verificar no quadro abaixo, do 54º episódio, trazido como exemplo, quando imagens de bastidores revelam a produção de lágrimas falsas com o objetivo de ludibriar seguidores.

Figura 1 – Cena do 54º episódio da série Confinada



Fonte: Instagram (@franclementeoficial)

Em nove dos 18 quadros do *corpus* – o último quadro de cada sequência de 10 é destinado à ficha de identificação da série – há palavras estrangeiras, com predomínio da expressão *good vibes*, que significa “boas vibrações”, e aparece tanto como citação direta como no uso de *hashtags*. As outras palavras estrangeiras citadas são *mens sana in corpore sano*, *#workout*, *#goodhealth*, *#goodvibes*, *badvibe*, *#workout*, *#fitness* e *snack*.

O excesso de palavras estrangeiras, notadamente do inglês, não é um problema por si só – no caso, pode se configurar em elemento que contribui para a construção do ethos de Fran como alguém moderna, atenta aos termos utilizados no momento e que geram mais engajamentos nas redes sociais, algo que a diferencia e a credencia junto ao seu público. No entanto, também pode ser observado de outra forma, como traço de colonialidade cultural/imperialismo linguístico, que atribui valor diferenciado supostamente superior a quem domina a língua inglesa.

Garcez e Zille (2001, p. 29) afirmam que usamos a linguagem “com ou sem estrangeirismos, o tempo todo, para demarcarmos quem é de dentro ou de fora do nosso círculo de interlocução, de dentro ou de

fora dos grupos sociais aos quais queremos nos associar ou dos quais queremos nos diferenciar”.

As fronteiras dessa demarcação, embora pareçam inexistentes ou fluidas nos meios digitais, existem, e a associação à qual os autores se referem é percebida por meio da intimidade com o interlocutor proporcionada pelos léxicos escolhidos pela personagem – *vocês me conhecem e mores (sic)* (quadro 1/ep1), *Arruma um canto em casa, arrasta o sofá: bora!* (quadro 5/ep1), *você que sempre disse que não tinha tempo pra academia, agora não tem desculpa!* (quadro 1/ep2), *não joga...* (quadro 2/ep2), *ninguém parado, nada de corpo mole* (quadro 3/ep2) – e pelo uso de frases interrogativas diretas – *né, mores? aceita meu desafio?* (quadro 1/ep2), reforçando o caráter supostamente dialógico e íntimo com que a personagem interage com o público, o que poderíamos identificar como elementos de construção de um ethos de intimidade.

Esse ethos de intimidade é reforçado pelas imagens dos quadros 1, 2 e 3/ep1, em que a personagem aparece na cama, como se estivesse recém-acordada, pressupondo-se que a interação com seus seguidores é a primeira coisa do dia. Fairclough (2001, p. 156), ao discutir as pressuposições enquanto elementos intertextuais, alerta para o perigo delas enquanto forma “efetiva de manipular as pessoas”:

Deve ser observado que as pressuposições, quer sejam baseadas em textos anteriores do(a) produtor(a) do texto, quer em textos de outros, podem ser manipulativas assim como sinceras. Isto é, o(a) produtor(a) do texto pode apresentar uma proposição como dada por outro ou estabelecida por ele mesmo desonestamente, insinceramente e com intenção manipulativa.

Figura 2 – Quadro 1/ep.1, Quadro 2/ep.1, Quadro 3 /ep.1



Fonte: Instagram (@franclementeoficial)

O discurso da positividade reforçado na voz discursiva da personagem constrói um outro ethos, da mulher positiva, alto-astral. Em sete ocasiões, há tal identificação manifesta de forma direta pelo uso dos léxicos e das frases: *“Tô sempre vendo o lado positivo das coisas”* (quadro 1/ep1); *“Buscar novos desafios. Crescer”* (quadro 2/ep1); *“Acordando renovada. Cheia de good vibes”* (quadro 3/ep1); *“Positividade”* (quadro 4/ep1); #goodvibes (quadro 5/ep1); #goodvibes (quadro 6/ep1); *“Terminar mais um dia de good vibes”* (quadros 7 e 9/ep1). A toxicidade dessa positividade se revela no distanciamento do discurso da personagem – *“Cuidar da aparência, não ficar desleixada”* (quadro 6/ep1) e *“Tá em casa, sem NADA pra fazer, então bora entrar em forma”*

(quadro 1/ep2), **“O segredo é esse galera: comer certo, treinar pesado e dormir bem. Basta isso pra tirar a quarentena de letra!”** (quadro 9/ep2) – com a realidade brutal enfrentada pela maioria dos brasileiros durante a pandemia.

O episódio 2 é marcado pelo uso de frases motivacionais, apresentando simultaneamente intertextualidade manifesta, marcas de interdiscursividade e de intertextualidade constitutiva. A intertextualidade manifesta está na apropriação de frases de outras pessoas pela personagem @franclementeoficial. Rápida busca na internet atribui a frase **“Quem não desiste não pode ser vencido.”** (quadro 6/ep2) ao rapper português e músico de hip-hop Luís Mendes, conhecido por Dengaz, na música “Neva Give Up”. Já **“Quem desiste da luta senta para assistir à vitória dos outros!”** (quadro 3/ep2) tem autoria atribuída à blogueira Bárbara Coré, enquanto **“O sacrifício é o intervalo entre seu objetivo e a glória”** (quadro 5/ep2) foi encontrado na página www.frasesdobem.com.br.

Fairclough (2001) caracteriza a interdiscursividade como a complexa configuração interdependente de formações discursivas e interna ao texto, remetendo ao modo como valores, crenças e modos de um discurso são atualizados em outro. Todas as frases motivacionais da personagem remetem ao discurso de “coachings” que se proliferam pela *web* com receitas para o sucesso focadas no indivíduo isoladamente, em sua capacidade de superação, desconsiderando muitas vezes o contexto, as desigualdades de oportunidades e as condições adversas de todas as ordens. A frase da personagem **“é sofrido mas você consegue”** (quadro 4/ep2), por exemplo, coloca no indivíduo o peso do sofrimento muitas vezes causado por outros.

Hashtags e interdiscurso – o uso de *hashtags* hoje em dia extrapola a função para a qual foi criada. Ao nos debruçarmos sobre o conceito de intertextualidade na perspectiva de Fairclough (2001), podemos dizer que tal ferramenta, usada inicialmente como indexador, é uma forma menos evidente de intertextualidade manifesta definida pelo autor como quando se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto (*ibidem*, p. 152). Santos e Freitas (2009, p?) corroboram com esse

entendimento ao afirmarem que “as hashtags podem ser vistas como recurso discursivo que cria desdobramentos, que articulam o conteúdo a outros disponibilizados em rede, materializando diferentes domínios de memória por meio de um arquivo digital”. *Hashtags* são discursos e constituem sentido.

A #goodvibes, que aparece no *corpus*, foi usada 118 milhões de vezes no Instagram (até 9/8/2021). Assinalá-la em um texto é corroborar com outras vozes que também a assinalaram; é somar-se a essas outras vozes, que se pretendem mais do que vozes, mas atitudes positivas perante a vida. Revela posicionamento diante de determinado assunto, ou seja, revela-se enquanto prática discursiva e social. No caso em questão, ao analisarmos o contexto de sua produção, essa positividade poderia ser definida como tóxica, o que à primeira vista parece um termo controverso, mas que a cada dia tem sido mais discutido pelas áreas da Psiquiatria e da Psicologia.

No Modelo Tridimensional proposto por Fairclough (2001), texto, prática discursiva e prática social são o tripé que compõem o discurso. O discurso que constrói o ethos da positividade tóxica da voz discursiva enunciada por @franclementeoficial teria, portanto, reverberação nas práticas sociais, conforme afirma a psicóloga Paula Figueiredo ao assinalar efeitos danosos desse tipo de discurso, principalmente ao que concerne às referências ao Movimento *Good Vibes Only*, que reduz a capacidade de lidar com a frustração, o que potencializa o desenvolvimento de quadros de ansiedade e de depressão, bloqueio do exercício da empatia, além de estar relacionada, de certa forma, ao negacionismo e ao pensamento anti-ciência. Figueiredo afirma, em entrevista que “Em um mundo que exige de nós compromisso com pautas sociais, ao imaginar que o pensamento positivo é a solução mágica, tendemos a ser excludentes”².

No quadro 2/ep.1, o uso dos termos/expressões “mim”, “olhar pra dentro”, “entrar em sintonia”, “comigo” revelam o foco no interior. A pandemia estava no começo e ia escancarar a extrema desigualdade social no país por meio de inúmeras mortes evitáveis, aumento do desemprego, da fome, da miséria. Enquanto o discurso enunciado pela

personagem foca no olhar para dentro, no interior, o que se via era a necessidade de olhar para fora, de perceber as iniquidades e tentar minimizá-las em um momento tão delicado como foi a pandemia. No entanto, reiterando o ethos da positividade tóxica, esse olhar para fora incomoda quando o que se vê foge do que se considera positivo, como é verificado no quadro 8/ep.1: o semblante da personagem, até então sereno e calmo, muda. Visivelmente irritada, reclama (uso da expressão: *ih, não!*) e atribui um caráter negativo (*Aí é muito bad vibe*) à comunidade da Rocinha que está aparecendo na filmagem de seu momento na piscina. Percebemos aqui marcas de uma intertextualidade que associa o Rio de Janeiro à cidade maravilha – cidade maravilhosa, um Rio de Janeiro que continua lindo – um estereótipo de cidade que habita nossa imaginação, com cenários de novelas e uma beleza natural estonteante. Nesse estereótipo, reiterado pela personagem, não há espaço para essa outra cidade, que é desigual, excludente, representada pelos morros cariocas.

Outro momento que reforça a exclusão atrelada ao ethos da positividade tóxica é encontrado no quadro 4/ep.1: uma imagem de café da manhã que passa longe da maioria das mesas dos brasileiros (iogurte, morango, amora e mirtilo) é associada diretamente à imunidade em alta e à positividade. Um detalhe que chama a atenção no texto da legenda é a observação *NutriVida entrega em casa* e *#nutrivida* o que leva à dedução de tratar-se de *merchandising* da loja NutriVida, comércio remunerado que pode não ser compreendido como tal pelos interlocutores.

Por fim, podemos considerar o grande engajamento de seguidores ao perfil *@franclementeoficial* como testemunho comprovador de um ethos que é partilhado, desejado e cobiçado por muitos homens e mulheres que se identificam com esse “estilo de vida” egóico, desprezado e alienado. As muitas curtidas e as constantes interações estabelecidas por outras contas no Instagram com o perfil da *influencer*, no ambiente digital, sugerem o poder de identificação que esse comportamento do *#goodvibes* estabelece com aqueles e aquelas que buscam incluir em suas rotinas, a busca pelo corpo e mente perfeitos. Conforme Bauman (2010), o homem vive uma contradição com seu próprio corpo, ao confrontar-se

com duas instâncias que se opõem: obtenção máxima de prazer e obtenção máxima de aptidão física.

A personagem Fran, como vimos, dialoga com os hábitos ditos “saudáveis”, adotando uma dieta balanceada, integrada ao dia a dia dessas subcelebridades e prescrita por muitos dos especialistas em saúde física e nutricional. Porém, no que ela chama de “boa alimentação”, se esconde uma luta incansável pela boa aparência, por um corpo padronizado, por uma forma física que atenda aos apelos do mercado da moda. O corpo gordo é marginalizado e considerado carente de saúde, ao que Fran parece “lutar” contra, mantendo-se ativa fisicamente dentro do apartamento. No auge do confinamento em massa da população brasileira, a personagem acena para a contradição humana definida pelo sociólogo.

CONCLUSÃO

Concluimos que a análise do ethos discursivo de @franclemente-oficial, na série de quadrinhos “Confinada” de Leandro Assis e Triscila Oliveira, conforme Fairclough (2008), tem a base das dimensões do processo discursivo, a saber, o texto, como prática discursiva e como prática social. Visto que o conteúdo dos quadrinhos, dentro do contexto pandêmico, expõe um modo de vida a qual contradiz a realidade da maioria da população brasileira, pois a ideia de positivismo de *good vibes* se contrapõe às dificuldades reais as quais as pessoas estão submetidas dentro da realidade: desemprego, fome, depressão, ausência da perspectiva de melhoria das condições de vida, incerteza perante a covid-19, desgaste das relações diversas, entre outros fatores degradantes aos quais a população desassistida foi submetida e renegada. O aspecto do positivismo da *influencer* Fran Clemente não é o retrato da classe desfavorecida, que mal sabe o que terá que comer, vestir ou se poderá ser otimista perante as inúmeras incertezas que o contexto pandêmico deixou-a exposta.

O discurso da protagonista Fran, ao mencionar que aparecer com a imagem da Rocinha atrás de si no *post* do Instagram seria negativo para

sua imagem, reitera o quanto a positividade tóxica pode ser prejudicial à empatia. E, no caso em questão, enquanto que, para a elite, estar confinada seria um modo de expor sua vida cheia de elementos positivos, tais como hábitos alimentares, de como cuidar do corpo com exercícios físicos etc. e, até mesmo de, em certos momentos, ser enfadonho e tedioso, em contrapartida, para a classe desfavorecida, todo dia era um desafio para estar e manter-se vivo, visto que, além da luta contra o coronavírus, há a necessidade da sobrevivência alimentar, da garantia da permanência no emprego, da possibilidade de ter ou não um leito ao adoecer. Contrariando a imagem de *status* social da personagem Fran que até faz *merchandising* de produtos que posta em seu perfil como exposição do seu estilo de vida saudável, de bem com a vida. O que corrobora para ressaltar uma clara imagem e um discurso de negar ou ignorar a realidade, o que de fato ocorre ao seu redor e dentro do contexto da pandemia da covid-19, que matou ou deixou sequelas em milhares de pessoas, dizimou famílias, acarretou inúmeros órfãos pelo Brasil e pelo mundo afora.

Levando em consideração o que postula Fairclough (2008), quando ele trata das imagens de si que os enunciadores constroem no discurso, como a identidade social, temos os locutores que indicam, mesmo que de modo implícito e, por meio de seu comportamento verbal e não verbal, indícios não apenas do discurso, mas de que o comportamento, de modo geral, constitui um panorama da construção da visão particular do indivíduo. Sendo assim, ao mencionar as circunstâncias gerais do discurso, Fairclough (2008) faz referência às cenas, ao quadro cênico, em que se constroem as imagens de si dos enunciadores, manifestadas pelo corpo inteiro (voz, caráter e corporalidade), tomando *ethos* como um conceito que constitui “um ponto no qual podemos unir as diversas características, não apenas do discurso, mas também do comportamento em geral, que levam a construir uma visão particular do ‘eu’” (*ibidem*, p. 209).

Segundo Irineu (2014), citando Fairclough (2016), a questão do *ethos* é, antes de tudo, uma questão intertextual, na medida em que há uma espécie de modelagem ou composição de um cenário em que se constituem o lugar, o tempo, os participantes (e, portanto, o *ethos*) dessas práticas discursivas, sempre em diálogo com outras práticas.

Para Bakhtin (1997 [1953]), o ethos é essencialmente dialógico, pois é de natureza heterogênea, uma vez que tanto diz respeito ao enunciador quanto ao coenunciador, que pode se apresentar através de vários ethé, o que evidencia o caráter plurivocal deste fenômeno e se realiza na cadeia discursiva em cenas enunciativas variadas, nos mais diversos gêneros e tipos discursivos. Em termos de sua apresentação na superfície do discurso, o ethos se materializa através de diferentes marcas linguísticas, que atuam nos processos de incorporação e legitimação de sua presença, seja em textos orais ou em textos escritos, expandindo-se para diferentes sistemas semióticos, tais como a pintura e a música.

No caso da análise da série “Confinada” de Leandro Assis e Triscila Oliveira, vemos também esse conceito se estendendo para a linguagem verbal e não verbal do gênero textual quadrinhos. Assim como se coaduna, portanto, dentro dessa prática discursiva, estão incluídos os atores sociais, os quais representam dentro de um contexto, várias representações de discurso, de segmentos da sociedade isolados ou coletivos e dentro de representações sociais.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1953].
- BAUMAN, Z. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BAUMAN, Z. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BESSAS, A. **Positividade tóxica: movimento Good Vibes Only adocece e é obstáculo à empatia**. Disponível em: encurtador.com.br/ahtBU. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL registra 531 mil mortos por Covid; em queda há 13 dias, média móvel é de 1.387 vítimas diárias. **G1**, 9 jul. 2021. Disponível em: <https://bityli.com/2mNeJ>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- DIAS, N. **#BlackLivesMatter + #BlackOutTuesday: quando o ativismo colide com o ativismo**. Disponível em: encurtador.com.br/tBLS7. Acesso em: 17 ago. 2021.

FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GARCEZ, P. de M.; ZILLE, A. M. S. Estrangeirismos, desejos e ameaças. *In*: FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

GONÇALVES, J. B. C. **Poder e afeto nas narrativas bíblicas**: uma análise da construção do ethos discursivo nas parábolas contadas por Jesus. 2006. 350 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

IRINEU, L. M. **Latinidade e imagens de si na tradição editorialística do Jornal do Brasil e do Clarín nos séculos XX e XXI**: vestígios de mudança e traços de permanência. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8922/1/2014_tese_lmirineu.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANTOS, K. A. dos; FREITAS, M. G. P. de. A onda das hashtags: o feminismo em 140 caracteres. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, ano 15, n. 24, edição especial, 2019. Disponível em: encurtador.com.br/pADIX. Acesso em: 17 ago. 2021.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. v. 2.

MODALIDADE

Diana Andrade Bezerra Farias
Íkaro César da Silva Maciel
Érika Rodrigues Moraes Machado Girão

INTRODUÇÃO

As ações sociais, de nós sujeitos, são estabelecidas e mantidas na/pela linguagem, pois é no meio social que significamos as coisas ao nosso redor e as referenciamos. Estabelecemos, ainda, laços e vínculos afetivos ao construirmos o mundo por meio de nossas narrativas, as quais funcionam como espaços genuinamente linguísticos que são preenchidos por discursos que disputam legitimidade e posição de hegemonia, ganhando aquele que sabe se sobrepor. As construções discursivas não são criatividades que emanam da cabeça dos indivíduos, mas práticas públicas e particulares (re)significadas e modalizadas para atender a interesses comunicativos e argumentativos, a depender do contexto.

A análise dessas práticas linguísticas revela uma forte relação entre mudança discursiva e social e desvenda como se processam manipulações de discursos que respaldam hegemonias, poder e assimetrias sociais. Parte responsável pela manutenção de discursos hegemônicos e/ou sua derrocada é a categoria da modalidade do discurso, a função gramatical de moldar o que quer ser dito.

A modalização permite revelar a subjetividade do locutor com maior ou menor afinidade àquilo que enuncia, ou seja, elementos linguísticos

(também chamados de marcadores ou operadores modais) imprimem no discurso como ele deve ser lido. Vale ressaltar, portanto, que os operadores modais atuam na forma de uma estratégia semântico-argumentativa e pragmática.

Alguns dos elementos que marcam os operadores modais são o tempo verbal, o modo verbal, os advérbios e, principalmente, a entonação dos atos ilocucionários, mas também se pode recorrer à modalidade por meios não explícitos. A escolha estará sempre condicionada a limites de natureza social. As ideias de verdade e necessidade foram as primeiras que apareceram nos estudos da modalidade e estão estabelecidas em gradação, conforme a visão eleita para representar o mundo, o que torna clara a conexão entre modalidade – tipificada em epistêmica e deôntica – e tessitura da identidade social. Na modalidade deôntica, os verbos exprimem obrigação. Na modalidade epistêmica, o verbo está relacionado à ideia de possibilidade, de probabilidade. Tais conceitos serão retomados mais à frente com exemplos.

A linguagem, enquanto elemento preponderante das relações sociais, utiliza-se desses operadores modais e revela as relações de poder estabelecidas. Dessa forma, é de extrema relevância o estudo da modalidade enquanto categoria de análise da Análise de Discurso Crítica (doravante ADC), na vertente de Fairclough, neste livro.

Pretendemos, com isso, apresentar, neste capítulo, um breve esboço das ideias sobre modalidade, trazendo exemplos elucidativos para a compreensão, bem como uma análise da modalidade da oração em manchetes de notícias. Como base teórica-metodológica, utilizaremos as ideias sobre modalidade de Fairclough (1993) na ADC, e asseguraremos uma base teórica com foco no estudo da modalização, proposto por vários autores, como Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1993), Koch (1984), Givón (2001), e na concepção de argumentação de Ducrot (1987).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante do cenário da fácil circulação de informações nas redes sociais, declarações que costumamos ouvir, como “a hidroxiclороquina está dando certo”, referente ao tratamento da covid-19, pode ser entendida como uma afirmação categórica e plena de verdade, ao passo que a negação dessa oração – “a hidroxiclороquina não está dando certo” – também carrega em si verdade (nesse caso, científica). O fato é que essas assertivas podem, ainda, variar em diferentes graus, tanto para efetivar e vincular um discurso de certeza afirmativa quanto negativa. Explicamos: ao utilizarmos orações do tipo “a hidroxiclороquina *pode* estar dando certo”; “a hidroxiclороquina *possivelmente* está dando certo” e/ou “a hidroxiclороquina *não é provável* de dar certo”, diferenciamos e nos distanciamos do comprometimento com aquilo que dizemos. Esses exemplos soam bem menos categóricos e nos dão uma indeterminação da eficácia do medicamento. Aqui, estamos inseridos no terreno da modalidade discursiva.

Para compreendermos melhor, vamos lembrar a função interpessoal da linguagem declarada por Norman Fairclough. Para o autor, o discurso é parte da prática social que contribui não apenas para representar o mundo, mas construí-lo em símbolos e significados; assim, através dele, os sujeitos constroem as relações sociais entre si. Ademais, as relações são mantidas na/pela linguagem, logo, para cada proposição enunciada, há certo grau de afinidade entre o enunciador e o discurso, o qual varia conforme a intenção comunicativa de cada falante e contexto de fala, à vista disso, “qualquer enunciado desse tipo [proposicional] tem a propriedade da modalidade, ou é ‘modalizado’” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 37).

Portanto, a modalidade é a função da gramática da oração que está relacionada diretamente ao aspecto semântico e pragmático do discurso. Trata-se de uma categoria linguística mais ampla que compila a atitude do falante à sua proposição (GIVÓN, 2001).

Na lógica tradicional, nasceram os primeiros estudos da modalidade, os quais foram, inicialmente, associados aos verbos auxiliares modais com

a ideia de necessidade e possibilidade, ligados ao valor de verdade e/ou falsidade das proposições. Para Cervoni (1989), uma análise semântica da oração ajuda a distinguir o dito (a afirmação) do conteúdo modalizado (o ponto de vista), definindo os modais enquanto núcleo duro: aquele que é tipicamente modal; e modalidade impura: parcialmente modal.

Em Castilho e Castilho (1993), a modalidade é compreendida como o julgamento do falante diante de uma preposição e, por isso, são empregados dois termos:

- a) modalidade: “o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) e jussiva (imperativa ou optativa)”; b) modalização: “o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional” (CASTILHO; CASTILHO, 1993, p. 217).

Para Koch (1984), a modalidade deve ser estudada numa perspectiva pragmática da linguagem, ou seja, o sujeito (locutor) apresenta seu posicionamento em relação ao enunciado através de atos ilocucionários que se expressam por meio de operadores modais (elementos lexicais). A autora apresenta uma lista finita desses operadores. Dentre eles, estão: os performativos explícitos (eu afirmo, eu ordeno); os auxiliares cristalizados (é certo, é preciso, é necessário etc.); os modos e os tempos verbais; a entonação; e os operadores argumentativos (pouco, um pouco e quase, entre outros).

Entretanto, na abordagem sistêmica da gramática, encontramos em Halliday (1985) destaque para a noção de modalidade não apenas com o uso de auxiliares que remetem à necessidade, à possibilidade e/ou à permissão, mas também ao tempo verbal, ao conjunto de advérbios modais e aos vários graus de afinidade e indeterminação do sujeito, além de padrões entoacionais, hesitação na fala etc.

Como demonstra o exemplo que abre este capítulo – “a hidroxiclo-roquina está dando certo”, o presente do indicativo (está) realiza um tipo de modalidade categórica, contudo, ao afirmarmos “a hidroxiclo-roquina

possivelmente está dando certo”, o uso do advérbio “possivelmente” efetiva uma modalidade menos categórica e aumenta as chances de ser uma afirmativa falsa.

A modalização pode ser subjetiva e, nesse sentido, está relacionada ao grau de afinidade do enunciador com o seu discurso. Por exemplo, ao mencionar “acredito que a hidroxiclороquina está dando certo”, o verbo “acreditar”, enquanto marcador de modalidade subjetiva, manifesta a opinião do sujeito sobre o assunto e materializa, em seu discurso, baixos graus de afinidade e de comprometimento com o que diz. Por outro lado, na modalização objetiva, presente no exemplo já citado (“a hidroxiclороquina está dando certo”), o ponto de vista pode não estar tão bem explicitado, além de não estar relacionado diretamente a um sujeito falante, mas a uma proposição universal referente a um grupo, por exemplo. Essa baixa afinidade com a proposição pode demonstrar uma falta de poder e/ou falta de convicção e conhecimento.

Desse modo, Fairclough (2016, p. 208) afirma que “o uso da modalidade objetiva frequentemente implica alguma forma de poder”, pois a alta afinidade com o enunciado depende das relações sociais estabelecidas. Podemos também apontar que o emprego da locução verbal “está dando”, no presente, produz efeito de atualidade e tentativa de validação/assertividade ao suposto fato.

A modalidade, portanto, é uma dimensão do discurso que intersecciona a significação da realidade (função interacional da linguagem) e a representação das relações sociais (função interpessoal da linguagem), por isso é considerada campo de disputa e transformação discursiva, exercendo importante papel social. Não é simplesmente um conjunto lexical disponível aos falantes, pois a variabilidade das escolhas implica disputas narrativas de discursos que evidenciam ideias que podem ser desastrosas para o contexto social. Ademais, incorre sobre a prática particular dos indivíduos, cria o *ethos* e legitima inverdades – ou legitima verdades como absolutas, já que a eficácia do discurso é, pois, tributária da autoridade de que goza o locutor, isto é, da aprovação ou desaprovação que seus interlocutores concedem às suas ideias.

Ducrot (1987, p. 189) define que “o *ethos* está ligado a L, locutor como tal; é enquanto fonte de enunciação que ele se vê dotado de certos caracteres que, por contraponto, tornam essa enunciação aceitável ou desagradável”. Vejamos a seguir, um exemplo de análise de modalidade discursiva.

ANÁLISE DE DADOS

A pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, declarada no início do ano de 2020, repercutiu não apenas na seara da saúde, mas trouxe impactos nos campos social, econômico, cultural e histórico sem precedentes.. Conforme o Boletim Observatório Covid-19 Fiocruz, ao longo das 44 semanas epidemiológicas¹ de 2020, foram identificados 7.714.819 casos e 195.742 óbitos.

O Brasil, enquanto país de proporções continentais, apresenta bastante desigualdade social e econômica, deixando alguns grupos vulneráveis em situação difícil para cumprir medidas de controle e prevenção do novo coronavírus, como o distanciamento social, a higienização das mãos e o isolamento, o que se revelou um obstáculo no enfrentamento da pandemia. Doutora em Demografia e professora da Universidade de Harvard, Márcia Castro (2020) afirma em videoconferência sobre o tema “Pandemia, Demografia e Desigualdade Social” que “o corona não discrimina por raça, nem renda, mas evidencia e expõe as desigualdades que temos no Brasil e no mundo”.

Como uma das consequências da pandemia, no Brasil, enfrentamos uma crise de informação na gestão atual do governo federal, que motivou a criação de um consórcio de veículos de imprensa com os principais jornais do País no sentido de compilar dados sobre a covid-19. Criado em junho de 2020, essa parceria se configurou como resposta às medidas tomadas pelo Ministério da Saúde e pelo presidente da República, que ocultaram os números referentes à doença no Brasil. Naturalmente, o

1 As semanas epidemiológicas são contadas a partir da semana 9 (23 a 29/02/2020), quando, em 26 de fevereiro, foi registrado o primeiro caso de covid-19 no Brasil, até a semana 53 (27/12/2020 a 2/01/2021).

governo federal é a fonte primária desses números, contudo, por colocar em dúvida a disponibilidade dos dados e sua precisão, algumas mídias decidiram unir forças e dividir as tarefas para manter os cidadãos informados.

Segundo informações do Censo Demográfico do Brasil (2021), dados não foram divulgados pelo atual governo, sendo inviabilizados² para evitarem o impacto dos relatórios sobre a realidade socioeconômica, assim como números sobre o desmatamento no Brasil. A não clareza de informações tem sido utilizada para evitar que causem efeito negativo sobre o governo, atenuando a real conjuntura do País. É possível observar que, mesmo antes da eleição, a campanha política do atual chefe de Estado pautou-se na manipulação e distorção de informações, utilizando notícias falsas e descontextualizadas para confundir eleitores e promover a sua imagem em detrimento da imagem dos concorrentes.

Algumas atitudes por parte do governo federal propiciaram a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia³, conhecida popularmente como “CPI da covid-19”: a falta de publicização dos dados da pandemia; a indicação de remédios ainda sem comprovação científica como tratamento precoce e controverso (o chamado “kit covid”); o atraso na compra das vacinas e, em especial, o episódio da falta de oxigênio em Manaus/Amazonas. É válido mencionar também a postura do presidente Bolsonaro, que surgiu em público sem usar máscara de proteção, mostrando despreocupação em relação ao combate às aglomerações pelo País.

Criada em 13 de abril de 2021, instalada em 27 de abril do mesmo ano, com prorrogação decidida em 14 de julho para mais noventa dias e prazo final de funcionamento até novembro de 2021, essa CPI investiga a atuação dos governos federal, estadual e municipal durante a pandemia, procurando identificar possíveis omissões e irregularidades que possam ter prejudicado o processo de combate à covid-19 no Brasil, tendo como

2 Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-do-observatorio-covid-19-25-de-agosto-de-2021>. Acesso em: 25 ago. 2021.

3 Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/04/22/pandemia-evidencia-e-expoe-a-desigualdade-social-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

consequência o aumento do número de brasileiros mortos, tornando o País o segundo em número de óbitos devido ao vírus.

As informações obtidas por meio das investigações da CPI repercutiram amplamente, sendo publicadas e compartilhadas em diversas mídias digitais, tornando seus usuários propagadores das publicações. Os grandes veículos de imprensa passaram a disputar “o fuero de reportagem” e, conseqüentemente, o compartilhamento orgânico por usuários dessas plataformas.

Dessa forma, a mídia teve um papel primordial no período pandêmico ao criar um consórcio nacional de veículos de imprensa para divulgação de dados da covid-19 no Brasil. A iniciativa foi criada em resposta a uma tentativa do governo de Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia de covid-19. Diante da falta de informação sobre dados reais que pudessem ser repassados à população, os veículos G1, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e UOL decidiram trabalhar de forma conjunta para manter os brasileiros informados em relação ao avanço da doença, coletando dados diretamente com os estados e o Distrito Federal.

Outra contribuição importante por parte da imprensa foi a cobertura da citada CPI, lançando diariamente notícias que davam conta de atualizar o leitor acerca das convocações e dos depoimentos tomados nas sessões. Idealizada após a omissão do governo federal diante da crise sanitária no estado do Amazonas, a comissão propunha analisar as ações governamentais no enfrentamento ao vírus, as quais envolviam a aplicação do dinheiro público em tratamentos sem eficácia científica comprovada contra o novo coronavírus, o atraso na compra de vacinas e a falta de incentivo a medidas sanitárias, como o uso de máscara e o distanciamento social.

Partindo dessa perspectiva, analisamos a manifestação da modalidade em duas manchetes de notícias publicadas em perfis de jornais cearenses no Instagram (O POVO e Diário do Nordeste)⁴. Nelas, observamos como a modalidade é estabelecida.

4 Modalidade deontica na manchete da notícia da mídia Instagram (dia 28.04.21) referente à cobertura da CPI do covid-19. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CONsidshPzD/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 25 ago. 2021.

É interessante lembrar que a notícia prima pela informatividade e pela objetividade, contudo também pode, a depender da forma como é construída, trazer traços da subjetividade de quem a escreve. Coracini (1991, p. 183) explica que o locutor pode utilizar, algumas vezes, “estratégias manipulatórias da linguagem que conferem ao texto a aparência de objetividade e imparcialidade”. Diante disso, é importante que o leitor seja capaz de perceber os traços de subjetividade implícitos existentes na composição linguística. Antecedendo a nossa análise, é interessante pontuarmos que a ADC tem como foco o estudo das relações de poder estabelecidas por meio da linguagem. A identificação das formas de dominação e de abuso de poder existentes nas formas linguísticas são uma questão central para esse modo de análise. Diante do que foi colocado, a ADC busca superar as aparentes relações sociais e de poder por meio de uma mudança de atitude mais crítica e consciente dos sujeitos diante dos discursos que circulam na sociedade.

De acordo com Maingueneau (2005, p. 15), discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”, ou seja, todo enunciado discursivo se constitui na relação polêmica com outro(s) discurso(s) e enunciado(s).

A formação discursiva determina o que pode ou deve ser dito pelo falante, já que o que ele cita depende do lugar e da posição social, histórica e ideológica que ocupa. Com a contribuição do dialogismo de Bakhtin e o Círculo (BAKHTIN, 2003) e da linguística enunciativa de Maingueneau (2005), a AD expandiu seu conceito de dialogismo.

Polifonias em discursos político-doutrinários e suas ideologias, assim como *posts*/discursos socialmente produzidos e veiculados nas redes sociais (no *Instagram*, como é o caso do nosso estudo) impactam o leitor com o emprego de multimodalidades, dentre elas a modalidade objetiva, na qual o falante projeta seu próprio ponto de vista como universal e age como um veículo para o ponto de vista de outros usuários da rede social ou grupo. Vejamos, a seguir, a manchete do Jornal O POVO:

Figura 1 – Jornal O POVO



Fonte: *Instagram* do Jornal O POVO

Na manchete acima, a modalidade deôntica, inerente ao eixo da conduta, relaciona-se à linguagem das normas e classifica-se nos eixos da obrigatoriedade (no domínio do dever = verbo ter) e da volição (a vontade, o desejo, o querer da mídia – Jornal O POVO, no caso), verbo empregado não à toa para destacar idoneidade moral e conduta/reputação ilibada ao veículo de comunicação que exhibe a manchete da notícia.

Em: “É preciso garantir que a CPI se mova no terreno da técnica”, temos “é preciso” como igual a “é necessário”. Nesse caso, é revelada a intenção de imparcialidade/compromisso com a verdade, que imprime atitude de dever/responsabilidade sanitária por parte de todos os políticos e parlamentares para com a sociedade e indica proibição no que se refere ao emprego de verbo “evitar” em “evitando-se a parcialidade e a politização dos trabalhos”.

Outro caso de modalidade com o verbo dever é observado na manchete do jornal Diário do Nordeste:

Figura 2 – Diário do Nordeste, 2021



Fonte: Diário do Nordeste

Na manchete supracitada, o verbo modal *dever* é camaleônico, ora se apresentando com valor semântico de obrigação, ora com valor de possibilidade. Assim, ele pode oscilar entre uma classificação deontica e epistêmica. Na forma epistêmica, esse verbo está no domínio da incerteza, relacionando-se mais com a crença do que com o fato. Em “CPI da Covid deve ouvir ministro Marcelo Queiroga”, o sujeito enunciatador se baseou em suas crenças e na sua intuição para fazer tal afirmação, o que corrobora a fala de Costa (2009) quando explica que a origem da modalidade epistêmica é usualmente o falante, que, por meio de evidências, chega à conclusão de que uma proposição é verdadeira ou não. O uso do verbo *dever* como modal epistêmico também pode indicar certo distanciamento em relação à garantia daquele fato, ou seja, Queiroga pode ou não ser ouvido pela CPI.

Bartolomeu (2011) ressalta que o uso epistêmico do verbo *dever* está relacionado ao grau de segurança que o enunciatário tem de sua fonte:

(...) quando o enunciatário considera sua fonte de conhecimento absoluta, ele apoia a certeza e a precisão na evidência, ao passo que, se há desconhecimento do assunto em foco, ele apoia a não certeza e a imprecisão na aparência, na relativização (BARTOLOMEU, 2011, p. 131).

Ainda na visão do autor, esse tipo de modalidade está situado no eixo do saber, por estar diretamente relacionado ao grau de conhecimento que um falante possui sobre um determinado assunto verbalizado no ato da enunciação.

Diante do que foi analisado, é perceptível que, embora exista o discurso sobre um jornalismo pautado na neutralidade/imparcialidade, a presença de verbos modais nas manchetes selecionadas deixa transparecer o subjetivismo, ou seja, o posicionamento do enunciador. Nesse sentido, é importante que a notícia seja lida criticamente, de forma que o leitor consiga interpretar manobras enunciativas, como a modalidade, que revelam a aproximação ou distanciamento e o posicionamento do sujeito enunciador.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, discutimos a modalidade enquanto categoria de análise da ADC, na vertente de Norman Fairclough. A modalização permite observar o grau de aproximação e envolvimento do enunciador com seu enunciado. O tempo verbal, o modo verbal, os advérbios e, principalmente, a entonação dos atos ilocucionários são considerados operadores modais. Entretanto, a modalidade também pode ocorrer por meios não explícitos, como escolhas que estarão sempre condicionadas a limites de natureza social. Tais manobras discursivas são uma estratégia semântico-argumentativa e pragmática.

Em suas formas deôntica e epistêmica, a modalidade pode exprimir obrigação e probabilidade, respectivamente. Como vimos, ela também pode ser caracterizada como subjetiva, quando está relacionada ao grau de afinidade do enunciador com o seu discurso, ou objetiva, quando o

ponto de vista pode não estar tão bem explicitado, além de não estar relacionado diretamente a um sujeito falante, mas a uma proposição universal referente a um grupo, por exemplo.

Baseados em tal classificação, tomamos como material de nossa análise duas manchetes de jornais, uma do Jornal O POVO e outra do Diário do Nordeste, nas quais observamos como a modalidade age de forma a deixar transparecer a aproximação ou o distanciamento do sujeito enunciador de seu discurso. Em ambas as manchetes, o modal *dever* se fez presente. Na primeira - “A CPI da Covid deve ser técnica e despolitizada” -, há um caso de modalização deôntica, no qual o verbo *dever* encontrasse no eixo da conduta, relaciona-se à linguagem das normas e da obrigatoriedade. Na segunda manchete, o mesmo verbo se encaixa na modalidade epistêmica, relacionando-se com a ideia de probabilidade.

Diante do que foi observado, constatamos que a modalização nos fornece indicadores que nos servem como pistas para decodificarmos os significados que ficam nas entrelinhas do texto. Em suma, a modalidade funciona da mesma forma que um marcador textual, o qual nos serve de guia pelo percurso da linguagem.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTOLOMEU, T. A manifestação da modalidade epistêmica em discursos do presidente Luís Inácio Lula da Silva. **Linguagem Acadêmica**, Batatais, v. 1, n. 2, p. 123-144, jul./dez. 2011.
- CASTILHO, A. T. de; CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios modalizadores. *In*: ILARI, R. (org.). **Gramática do Português Falado**. v. 2: níveis de análise linguística. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- CERVONI, J. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. Campinas: Pontes Editores, 1991.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes Editores, 1987.

FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora. Universidade de Brasília, 2016.

GIVÓN, T. Tense, aspect and modality I: functional organization. *In*: GIVÓN, T. **Syntax – an introduction**. v. 1. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins, 2001. p. 285-335.

KOCH, I. **A argumentação e a linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

METÁFORA

Antônio Henrique da Silva
Diógenes Felipe Santiago Nobre Júnior
Humberto Soares da Silva Lima

INTRODUÇÃO

A metáfora está presente no imaginário popular desde os primórdios dos registros orais e escritos da humanidade e ainda hoje é utilizada com frequência nos diversos gêneros de circulação das práticas sociais, desde uma simples e rápida conversa com um vizinho até a elaboração de textos jornalísticos e científicos mais complexos. Surgindo da necessidade de representações de ideias, das explicações de fenômenos distintos e na tentativa de organização da atividade cerebral nas situações comunicativas. Encontramos um transporte de sentido, de uma palavra ou expressão, por outra(s), que nos remete à etimologia do termo (do grego *metaphorá*, “mudança, transposição, transferência”). Isso abriu portas ao complexo mundo de concepções que se desenvolveram no decorrer dos estudos linguísticos.

Como categoria analítica nos estudos de linguagem, a metáfora é presença constante, desde as reflexões e descobertas promovidas pela Linguística Cognitiva, como os estudos de percepção, conceitos, imagem mental, memória e processamento da linguagem da semântica cognitiva, até a compilação e categorização elaborados pelos estudos fraseológicos.

Neste artigo, mostraremos quando e de que modo a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) faz uso da metáfora para a compreensão de um determinado fenômeno social. Mostraremos as ideias de Norman Fairclough a fim de compreender a construção da realidade social e enfatizaremos a abordagem sociocognitiva de van Dijk (2012), que destaca a metáfora através dos estudos críticos contemporâneos que dão conta dos processamentos mentais. Apresentaremos ainda as considerações basilares dos estudos de George Lakoff e Mark Johnson (2002).

À luz dessas teorias, identificaremos as metáforas na letra da música “Ismália” de Emicida, destacando os tipos usados, como essas metáforas são desenvolvidas e como explicam o papel do/a negro/a nas práticas sociais da sociedade brasileira. A escolha deu-se pela variedade de metáforas e sua riqueza semântica presentes nessa canção. Já no título, há uma relação direta com outro texto, representado na imagem da sonhadora Ismália: poema homônimo de Alphonsus de Guimarães (1923). Assim o diálogo entre essas duas “Ismálias”, bem como suas formas de percepção de uma realidade específica, dotados de grande riqueza semântica, motivou-nos a desenvolver este trabalho e a compreender o *modus operandi* na criação da letra e quais questionamentos, problematizações, são lançados ao leitor/ouvinte.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entender as relações de compreensão acerca dos fenômenos existentes nas metáforas é, antes de tudo, compreender que as metáforas pertencem a um conjunto de referências sociais, políticas e culturais, atendendo ou procurando atender a uma demanda social que pode ser entendida como fator de ordem ou fator de existência, por exemplo. Por essa perspectiva, Lakoff e Johnson (2002) defendem que esse fenômeno tem como essencial “compreender uma coisa em termos de outra”, cujas provocações são consideradas a partir das diversas referências que podem ser estabelecidas e desenvolvidas à luz, não apenas da linguagem ou dos discursos, mas principalmente na ação e no pensamento.

Diante das ideias apresentadas pelos autores supramencionados, acerca das relações que são estabelecidas mediante as metáforas, como proposta de análise e compreensão social, distinguem-se as metáforas a partir de três concepções, a saber: **metáforas conceptuais**, **metáforas orientacionais** e **metáforas ontológicas**. A primeira metáfora compreende a ideia de relação e complemento entre os eventos que se manifestam no/pelo discurso; a segunda diz respeito à organização de conceitos ligados ao discurso em relação ao espaço em que se situam os eventos postos e, por fim, a terceira metáfora está relacionada às experiências do/a leitor/a através das entidades, dos objetos e das substâncias que se integram a ela (LAKOFF; JOHNSON, 2002).

Por essa razão, salientamos que essas metáforas, de acordo com os autores, encontram-se inter-relacionadas, de modo que as relações de compreensão que abarcam os sentidos – ou as realizações dos discursos – da metáfora dialogam entre si, realizando conjuntamente os vários tipos de metáforas. À vista disso, para Ramalho (2006), as metáforas estão atreladas às práticas sociais como um conjunto de associações e comportamentos dos quais podem ser analisados à luz das construções da linguagem. A autora, por um lado, trabalha com a perspectiva faircloughiana procurando entender a vida social que é constituída a partir das práticas sociais; por outro lado, entende que as “práticas são submetidas às relações dialéticas, sendo essas como relações sociais, fenômenos mentais e atividade material” (RAMALHO, 2006, p. 318).

O controle da mente das pessoas é, antes de tudo, o controle do discurso produzido e anunciado por aqueles que, tendo o poder social legitimado na sociedade, conseguem manter e reproduzir a dominação e a hegemonia. Há, na teoria de van Dijk, quatro momentos específicos nos quais o grupo dominante consegue controlar o grupo dominado. Essa dominação se dá de forma a limitar o acesso dos dominados a qualquer outra forma de poder, passando a enxergar e aceitar a palavra de determinado líder como a única palavra correta e que – principalmente – irá redimir o fiel de todos os pecados, de toda a impureza terrena.

É possível perceber essa dominação desde a infância através dos rituais católicos de batismo, por exemplo, em que a criança não tem escolha diante dos sacramentos, correspondendo ao que van Dijk afirma ser o primeiro momento de controle mental: a aceitação dos dominados de crenças, conhecimentos e opiniões dos dominantes, ou seja, os dominados receberiam, de maneira amistosa e pacífica, o discurso produzido pelos dominadores; pois o reconhecimento de autoridade é tácito, inquestionável diante do contexto social. Por exemplo: em cidades interioranas, o padre não é apenas um homem da Igreja, mas também uma autoridade.

As metáforas e a criação de mitos são de fundamental importância para transmissão de uma determinada ideologia e controle mental. Os mitos são as representações das experiências vividas e transmitem aos fiéis exemplos a serem seguidos: homens virtuosos, de bom coração, que são tão físicos e humanos quanto o mais pobre fiel; portanto, devem ser seguidos sem questionamentos.

Então, diante das manifestações em que as metáforas ocorrem e se justificam, sabemos que as relações dialéticas constitutivas de vários sentidos e organizações discorrem, por sua vez, a outras compreensões possíveis acerca dos discursos encontrados, como iremos chamar, os discursos nos fenômenos metafóricos. Sendo assim, apoiados também em Fairclough (2001, p. 89), conceituamos discurso como “prática social, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Por esse aspecto tanto de movimento e como de constituição do discurso, as práticas sociais, segundo o autor, derivam de várias orientações, tais como: econômica, política, cultural e ideológica, cujas bases se realizam mediante a efetivação do discurso a quaisquer manifestações de ordem social.

O discurso, portanto, se manifesta ou se materializa em práticas sociais: modos de ação, modos de representação e modos de ser, de sorte que tais modos compõem as macrofunções (LSF) e as ordens do discurso na ADC (gêneros, discursos e estilos). Logo, a ADC é uma abordagem científica transdisciplinar para estudos que se ocupam de alguma forma com o discurso, entendendo-o como forma de ação, constituído

socialmente, mas também constitutivo de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Logicamente, essa abordagem perpassa o texto, a linguagem e as ordens do discurso como elementos constituintes das práticas sociais.

Para a ADC, a prática social está entre as entidades *agente e estrutura*. Sendo a última vista tanto como resultado quanto como meio das ações individuais. Por esse lado, de acordo com Ramalho (2006), a semiose, dotada de força gerativa, interioriza elementos da ação social, das relações sociais, das crenças das pessoas, e, também, do mundo material em que se desenvolve a ação, além de ser interiorizada por eles em diferentes formas de articulação. A ADC, por conseguinte, trabalha os elementos linguísticos de forma síncrona em relação aos elementos discursivos, os quais são indissociáveis à relação entre o texto e a prática social.

A esse respeito, é interessante a relação que a autora faz da ADC faircloughiana com as macrofunções hallidianas, pois a gramática funcional (natural) referencia os usos da língua, bem como a mensagem, o processo e os atos de fala. As macrofunções são definidas como: **ideacional**, **interpessoal** e **textual**, levando em conta o aspecto social junto ao tecido gramatical. Assim, essas funções definem-se como:

Macrofunção ideacional: contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença, por meio da representação particular de aspectos do mundo. [...] Macrofunção interpessoal: contribui para a constituição de relações sociais. [...] Macrofunção textual: como as informações são organizadas e relacionadas no texto (RAMALHO, 2006, p. 26).

Para Fairclough (2001), a macrofunção interpessoal divide-se ainda nas funções identitária e relacional, pois para o autor, a identidade tem sido negligenciada, em alguns aspectos, pela LSF. Fairclough afirma ainda que a função identitária da linguagem se estabelece pelo discurso. Por essa razão, as pessoas fazem escolhas sobre o modelo, estrutura de suas orações de acordo com suas identidades, baseadas em suas crenças e relações sociais. Podemos, por exemplo, citar a al-

ternância entre a atividade e passividade do sujeito na construção de orações. Além da metáfora utilizada em textos jornalísticos, a despeito do princípio basilar do jornalismo ser a imparcialidade, é nítido que os veículos de comunicação representam setores da sociedade e são influenciados por eles.

A metáfora nos meios jornalísticos não se nota claramente, de forma explícita, entretanto buscam atrair os/as leitores/as por meio de manchetes sensacionalistas, tais como: “É por isso que Saddam tentou abocanhar novos territórios pelo caminho da força”. Colocando o ex-ditador Saddam Hussein como um animal, atualmente vemos a profusão de canais no YouTube também com títulos chamativos, tais como “O político X *destruiu* o apresentador Y”. Estas metáforas representam determinado grupo político que compartilham do mesmo contexto, assim como indicam um comportamento ideológico constituído de força e poder.

Com isso, Fairclough (2001) assevera que

o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras **relações sociais em um nível societário**, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de **natureza discursiva** como **não-discursiva**, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91, grifos nossos).

Em se tratando, portanto, das esferas que englobam o campo do discurso, podemos entender que as relações sociais que dão suporte para a materialização dos discursos acontecem conjuntamente em meio à sociedade, uma vez que as estruturas sociais são eventos que se relacionam em todos os níveis com o meio social. Logo, não se concebe o discurso indissociável com o meio em que ele se realiza e, conseqüentemente, se manifesta. Entendendo essa relação, no caso específico dos fenômenos metafóricos, embora o autor não mencione diretamente a realização das metáforas, compreendemos, então, que a fim de haver um conjunto de novas interpretações e analogias a esses fenômenos específicos, faz-se

necessário compreender as naturezas discursivas e não-discursivas, as quais pertencem e se fundem nas metáforas.

ANÁLISE DE DADOS

Nessa sessão, iniciamos as reflexões retomando algumas ideias sobre a realidade presente em nosso país no que diz respeito ao racismo, estrutural e estruturante, presentes em nossa sociedade. Partiremos, então, da construção de sentidos que abarcam a ideia do racismo à nossa volta, dando ênfase à conjuntura atual em que nos situamos e, em seguida, detalharemos as relações intertextuais imbricadas na letra do compositor Emicida e, por fim, construiremos uma crítica social, baseada na proposta da letra, a fim de relacionar nossos sentidos e novas construções sociais que podem ser reconhecidas a partir da ideia do racismo que, de acordo com Almeida (2019), é:

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Por essa razão, entendemos que a construção do racismo, em nossa sociedade, ultrapassa as esferas sociais, políticas e culturais, de modo a condicionar as relações humanas às ações e às práticas, ainda que consciente ou inconscientemente, aos níveis de desvantagem social e cultural do sujeito. Sendo assim, o autor entende que o processo de discriminação está, por vezes, associado às manifestações e aos comportamentos que menosprezam/ridicularizam/rechaçam/evidenciam a cor da pele de outrem, como se essa fosse um motivo para discriminação.

Esta análise visa ao estudo da música “Ismália”, do rapper brasileiro Emicida, composta para o álbum “Amarelo” de 2019. Este álbum é integrado por referências ao samba brasileiro, compositores como

o cearense Belchior (na música “AmarElo”) e figuras icônicas do rap brasileiro, como os Racionais MC’s.

Na música em análise, “Ismália”, Emicida apresenta intertextualidade com o icônico poema simbolista de Alphonsus de Guimaraens, comparando o “sonho” de Ismália ao sonho do jovem negro brasileiro nestes anos de intensa polarização política em que a disparidade social e econômica é vista sob o viés da meritocracia e do neoliberalismo. Na poesia simbolista, Ismália queria alcançar a “paz” através da imagem da lua, sua loucura, seu isolamento na torre faz com que ela perceba na lua (e em todo seu simbolismo) a saída para seu sofrimento; enquanto na música de Emicida, os sonhos são interrompidos pela “bala que vara eles”.

A análise da música “Ismália” será com base na categoria da metáfora, fundamentada na Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) por autores como Norman Fairclough, Teun A. van Dijk, Lakoff e Johnson, dentre outros. Iremos observar como a ADC estabelece uma abordagem propícia à crítica social proposta pelo rapper Emicida. Como a poesia “Ismália” é recitada na música de Emicida pela voz emocionante da atriz Fernanda Montenegro, iniciaremos a análise pelo contexto do Simbolismo no Brasil.

Alphonsus de Guimaraens (1870-1921) foi um poeta simbolista de intensa produção literária, ao lado de Cruz e Sousa e Augusto dos Anjos; Alphonsus tem, até hoje, seu nome citado em aulas de Ensino Médio como um dos mais importantes poetas do período simbolista no Brasil. As poesias simbolistas têm como características a sugestão, a negação à realidade subjetiva, a valorização do onírico, das sensações, com o intenso uso de figuras de linguagem, dentre elas, a metáfora, categoria pela qual será analisada a letra de Emicida. Primeiramente, vamos à poesia:

Ismália

Quando Ismália enlouqueceu,
Pôs-se na torre a sonhar...
Viu uma lua no céu,
Viu outra lua no mar.

No sonho em que se perdeu,
Banhrou-se toda em luar...
Queria subir ao céu,
Queria descer ao mar...

E, no desvario seu,
Na torre pôs-se a cantar...
Estava longe do céu...
Estava longe do mar...

E como um anjo pendeu
As asas para voar...
Queria a lua do céu,
Queria a lua do mar...

As asas que Deus lhe deu
Ruflaram de par em par...
Sua alma, subiu ao céu,
Seu corpo desceu ao mar...
(GUIMARAENS, 1923¹)

De acordo com o Dicionário de Nomes Próprios², Ismália significa “Deus ouve” ou “Deus ouvirá”. Definição que cabe perfeitamente ao que Alphonsus de Guimaraens pretendeu, já que a personagem da poesia deseja a saída através do sonho, da “loucura” e Deus a atende dando-lhe asas para assim encontrar seu objeto de desejo – a lua – tanto em espírito “Sua alma subiu ao céu” quanto em matéria “Seu corpo desceu ao mar...”. Quase cem anos depois, nos reencontramos com esta per-

1 Alphonsus de Guimaraens. Disponível em: <https://www.escrias.org/pt/t/12902/xxxiii-ismalia>. Acesso em: 28 jun. 2021.

2 Erro! A referência de hiperlink não é válida. Disponível em: <https://www.dicionariodenomes-proprios.com.br/ismalia/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

sonagem na música do rapper Emicida. Apesar de o poema ser recitado na música na voz magistral da atriz Fernanda Montenegro, Emicida nos traz uma metáfora muito bem construída do sonho de Ismália com as dificuldades que o jovem negro brasileiro encontra no cotidiano. Vejamos a letra da música:

Com a fé de quem olha do banco a cena
 Do gol que nós mais precisava na trave
 A felicidade do branco é plena
 A pé, trilha em brasa e barranco, que pena
 Se até pra sonhar tem entrave
 A felicidade do branco é plena
 A felicidade do preto é quase
 Olhei no espelho, Ícaro me encarou:
 “Cuidado, não voa tão perto do sol
 Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei”
 O abutre quer te ver de algema pra dizer:
 “Ó, num falei?!”
 No fim das conta é tudo Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Quis tocar o céu, mas terminou no chão
 Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Quis tocar o céu, mas terminou no chão
 Ela quis ser chamada de morena
 Que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena
 A raiva insufla, pensa nesse esquema
 A ideia imunda, tudo inunda
 A dor profunda é que todo mundo é meiotema
 Paisinho de bosta, a mídia gosta
 Deixou a falha e quer migalha de quem corre com fratura
 exposta
 Apunhalado pelas costa
 Esquartejado pelo imposto imposta
 E como analgésico nós posta que
 Um dia vai tá nos conforme
 Que um diploma é uma alforria

Minha cor não é uniforme
Hashtags #PretoNoTopo, bravo!
80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo
Quem disparou usava farda (Mais uma vez)
Quem te acusou nem lá num tava (Banda de espírito de porco)
Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada:
Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada
Olhei no espelho, Ícaro me encarou:
“Cuidado, não voa tão perto do sol
Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei”
O abutre quer te ver drogado pra dizer:
“Ó, num falei?!”
No fim das conta é tudo Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Quis tocar o céu, mas terminou no chão
Ter pele escura é ser Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Quis tocar o céu, mas terminou no chão
(Terminou no chão)
Primeiro cê sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles
Nega o deus deles, ofende, separa eles
Se algum sonho ousa correr, cê para ele
E manda eles debater com a bala que vara eles, mano
Infelizmente onde se sente o sol mais quente
O lacre ainda tá presente só no caixão dos adolescente
Quis ser estrela e virou medalha num boçal
Que coincidentemente tem a cor que matou seu ancestral
Um primeiro salário
Duas fardas policiais
Três no banco traseiro
Da cor dos quatro Racionais
Cinco vida interrompida
Moleques de ouro e bronze
Tiros e tiros e tiros
O menino levou 111
Quem disparou usava farda (Ismália)
Quem te acusou nem lá num tava (Ismália)

É a desunião dos preto junto à visão sagaz (Ismália)
De quem tem tudo, menos cor, onde a cor importa demais
(...)
Olhei no espelho, Ícaro me encarou:
“Cuidado, não voa tão perto do sol
Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei”
O abutre quer te ver no lixo pra dizer:
“Ó, num falei?!”
No fim das conta é tudo Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Quis tocar o céu, mas terminou no chão
Ter pele escura é ser Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Quis tocar o céu, mas terminou no chão
(Terminou no chão)
Ismália
(Quis tocar o céu, terminou no chão)
(EMICIDA, 2019)

Logo nos primeiros versos, na interpretação de Larissa Luz, há “Se até pra sonhar tem entrave”, algo que em contraste ao poema, Ismália encontra somente no sonho o refúgio de seu sofrimento. Nos versos:

Olhei no espelho, Ícaro me encarou:
“Cuidado, não voa tão perto do sol
Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei”
O abutre quer te ver de algema pra dizer:
“Ó, num falei?!” (...)
Quis tocar o céu, mas terminou no chão.

Podemos observar um exemplo de metáfora de espacialização (Lakoff e Johnson) em que o céu representa a redenção, a libertação (vide o mito de Ícaro e suas asas) e o chão representa a realidade, ou, de

forma mais direta, como veremos nas análises vindouras, a morte. Como afirmam os autores: “Metáforas de espacialização estão enraizadas na experiência física e cultural, elas não são construídas ao acaso. Uma metáfora pode servir como um veículo para compreensão de um conceito apenas em função de sua base experiencial.” (p. 66), podemos observar neste trecho da música que o comportamento cultural, o “aconselhamento” dado pelo eu lírico é baseado em experiências vividas, “Cuidado, não voa tão perto do sol / Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei”.

Podemos analisar que o perigo não é o calor do sol, mas as pessoas que não desejam que este Ícaro negro e periférico alcance voos tão altos, preferindo que ele esteja em um espaço que os noticiários costumam colocá-lo: “O abutre quer te ver de algema pra dizer: ‘Ó, num falei?!’”, com a algema metaforizando a prisão como o único destino que o jovem Ícaro pode ter. Nos versos seguintes, temos:

“Ela quis ser chamada de morena
Que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena”,

A raiva insufla, pensa nesse esquema
A ideia imunda, tudo inunda
A dor profunda é que todo mundo é meu tema
Paisinho de bosta, a mídia gosta (...)

Refletimos o papel da mídia na descaracterização da raça negra, quando uma mulher quer ser chamada de morena percebe-se a “aceitação” da tonalidade morena pela sociedade, como afirma Norman Fairclough: “a mídia, pela maneira como seleciona, ordena e representa as informações, reduz a complexidade e a confusão de uma campanha a uma discussão ou a um combate com partes fixas, ataque seguido por contra-ataque.” (p. 252). Destaca-se que a visão brasileira da “morena cor de jambo”, “aquela morenaça!”, “morena tipo exportação” é vista por muitos como um elogio, na mídia, nas propagandas. Nas músicas, por exemplo, este tom de pele é supervalorizado e, como afirma Emicida,

somente ao serem chamadas de morenas, as mulheres negras alcançam a tão desejada humanidade plena, conseguindo assim sair das “torres em que sonham com a lua no céu”.

É possível perceber uma tímida mudança deste padrão de beleza imposto às mulheres negras, entretanto vemos que, desde 2018, os ataques à identidade negra, às lideranças negras são constantes e parecem ter encontrado legitimação através do discurso do governo federal, vide, por exemplo, as declarações do presidente da Fundação Palmares – Sérgio Camargo – contra os artistas negros brasileiros e movimentos da causa negra no Brasil. Declarações tais como: “não há salvação para o movimento negro. Precisa ser extinto! Fortalecê-lo é fortalecer a esquerda”³. Uma declaração como esta causaria espanto e indignação em qualquer contexto, ainda mais vinda de um homem negro em posição de poder; mas como afirma van Dijk (2020): “Texto e fala não são apenas constituintes (ou mesmo produtos) de seus contextos, mas também resultam ser constitutivos de seus contextos.” (p. 19). Como afirmamos acima, o contexto político brasileiro atual, um governo de extrema direita legitima este tipo de declaração. Nesse contexto em que o movimento negro é tratado como “mimimi”⁴ (“argumento” utilizado por aqueles com uma superficialidade intelectual, cognitiva latente) que Emicida retrata o papel do negro pobre e periférico em seu álbum “Amarelo” e na música “Ismália”, voltemos a ela. Observemos estes versos:

“...Deixou a falha e quer migalha de quem corre com fratura
exposta
Apunhalado pelas costa
Esquartejado pelo imposto imposta
E como analgésico nós posta que
Um dia vai tá nos conforme
Que um diploma é uma alforria
Minha cor não é uniforme...”

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/11/28/declaracoes-do-novo-presidente-da-fundacao-palmares-geram-criticas-e-indignacao.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2021.

4 Mimimi é uma expressão usada na comunicação informal usada para descrever ou imitar uma pessoa que reclama. Disponível em: <https://www.significados.com.br/mimimi/>. Acesso em: 3 dez. 2021.

Emicida destaca a metáfora do “negro guerreiro”, aquele(a) que mesmo diante das adversidades não deixou de vencer, de conquistar sua “medalha”; esta “romantização da pobreza” é recorrente na mídia brasileira; há um destaque na superação das dificuldades financeiras, do racismo estrutural; entretanto as razões destas dificuldades – históricas – raramente são mencionadas nos discursos televisivos nem mesmo as disparidades absurdas entre o jovem branco e o jovem negro. Como afirma Sílvio Almeida (2019) “... a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários.” (p. 31). Emicida deixa claro na letra da canção que para a sociedade brasileira que assiste aos programas policiais e vibram quando mais um “CPF é cancelado” um “corpo preto morto” é algo banal e se este corpo levou 80 ou 111 tiros é porque “alguma coisa de errada” fez. Neste aspecto são importantes as palavras de van Dijk (2018):

As ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e aprendidos, e isso normalmente ocorre através da comunicação, ou seja, através da escrita e da fala. E vice-versa: essas representações mentais do racismo são tipicamente expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no discurso e podem assim ser reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante. Esse é essencialmente o modo como o racismo é “aprendido” na sociedade (VAN DIJK, 2018, p. 135).

Esta legitimação do discurso racista ecoa até mesmo entre os cidadãos negros, como o caso de Sérgio Camargo, e Emicida traz este tema nos versos de “Ismália”:

O menino levou 111
 Quem disparou usava farda (Ismália)
 Quem te acusou nem lá num tava (Ismália)
 É a desunião dos preto junto à visão sagaz (Ismália)
 De quem tem tudo, menos cor, onde a cor importa demais

Esta associação da cor da pele à marginalidade é enraizada na sociedade brasileira, por séculos escravagista e que mantém essa distinção étnica para que o negro seja aceito na sociedade dominante e para, pelo menos tentar, não sofrer represálias policiais nas favelas, estas tão frequentes nos noticiários.

CONCLUSÃO

“A felicidade do branco é plena / a felicidade do preto é quase”
Emicida.

Concluimos com esses versos de Emicida, a reflexão proposta por este artigo, pesando desde o papel do negro na sociedade, ao período de colonização brasileira, à qual foi e ainda é subalterna. O compositor, oriundo da periferia, retrata/revela na canção “Ismália”, assim como em outras, a dura realidade enfrentada por mulheres e homens negros/as no Brasil, promovendo o desnivelamento das camadas sociais desfavorecidas socialmente.

Por esse entendimento, nós mesmos inseridos numa sociedade que julga e conseqüentemente rotula a cor da pele do sujeito, entendemos, por um lado, que a atual situação que estamos enfrentando no Brasil, em que boa parte dos/as brasileiros/as passam por dificuldades econômicas, sociais, políticas e culturais e, por que não, de sobrevivência; por outro, a elite branca, cis, hétero e patriarcal considerada em seu contexto como a representação da felicidade, sempre sorridente e distante das dificuldades relatadas.

Por muitas vezes ou quiçá sempre, faz-se necessário haver posicionamentos antirracistas, antissexistas, antiLGBTfóbicos, antipatriarcal e tantas outras manifestações que se distanciem e, em um movimento de aversão, declarem comportamentos de intervenção à sociedade. Desse modo, precisamos furar o escudo e quebrar o muro (normalmente alto) que nos impedem de enxergar as mazelas sofridas pela população negra. Não se trata aqui de senso comum, mas de posicionamento empático.

A metáfora construída e desenvolvida na letra do compositor é um símbolo dessa representação caótica e cruel. Precisamos não nos pautar em notícias de chacinas em comunidades periféricas que ganham os noticiários, daí o que era “invisível” surge como um problema social a ser “consertado” e mantido distante dos condomínios de luxo e fotos em rede social, mas precisamos, sobretudo, entender que é importante entrarmos num movimento de (des)construção acerca da estrutura hegemônica e racista. Logo, a distância que a metáfora na letra de Emicida retrata, por exemplo, em: “Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada: Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMARELO. [Compositor e intérprete]: Emicida. São Paulo, Gravadora Laboratório Fantasma, 2019. 1 CD [*streaming*] (48:48 min.).
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2016.
- FERNANDES, V. V.; NASCIMENTO, J. V. Metáforas: Estratégias de Transmissão de Ideologia no Discurso do Papa Francisco. **PERcursos Linguísticos**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 455-471, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/15449>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.
- RAMALHO, V. C. S. Texto: Macrofunção interpessoal da linguagem e construção de identidades em discursos sobre conflitos internacionais, 2006.
- VAN DIJK, T. A. **Semântica do discurso e ideologia**. São Paulo: Contexto. 2020.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

COESÃO E COERÊNCIA

Davi Francklino Guedes
Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Luciana da Silva Moraes Sardeiro
Mariana Costa Araújo

INTRODUÇÃO

O presente capítulo possui como contexto situacional as Portarias do Ministério da Educação (MEC) nº 572/2020 e 1.030/2020 referentes ao retorno às aulas presenciais em meio ao surto da covid-19 à luz dos conceitos de *coesão* e *coerência*, propostos por Beaugrande e Dressler (1981)¹. Seguindo os preceitos mais tradicionais da Linguística de Texto (LT), definimos texto como sendo uma unidade comunicativa, que obedece a alguns critérios de textualização (que servem tanto para esquematização quanto para figuração), distinguindo-o de um amontoado de palavras ou frases soltas e sem conexão. Uma palavra tem um significado individual, porém, dentro de um enunciado, relacionada a outras, ganha um novo sentido, e isso também vale para frases e parágrafos. Se essas partes estiverem bem estruturadas e relacionadas entre si, de maneira coerente e coesa, surgirá uma mensagem clara, um discurso, um conteúdo semântico compreensível.

1 Beaugrande e Dressler (1981) propõem sete fatores de textualidade – os de ordem pragmática no processo sociocomunicativo: a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade; e outros relativos à coerência e a coesão textual relativos à linguística.

No arcabouço teórico-analítico dos estudos da Análise do Discurso Crítica (ADC), é possível capturar elementos da prática social/sociocultural inseridas nas estruturas textuais e nas práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2012), bem como verificar que diferentes discursos podem ser identificados por itens lexicais (FAIRCLOUGH, 2003) e que as relações entre essas marcas textuais dos discursos de negação e de legitimidade estatal, por exemplo, remetem a práticas sociais específicas. Isso significa que entender discurso como prática textual possibilita examinar questões ligadas a vocabulário, gramática, coesão, coerência, intertextualidade e estrutura textual (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, admitimos não só a interdependência entre as categorias coesão e coerência, mas também a sua codeterminação ao processo de referência da prática discursiva/textual nos processos de interação social. Dentro dessa perspectiva, a construção da coesão e da coerência faz-se de modo dinâmico, processual e ocorre por meio de inferências e estratégias cognitivas para os quais concorrem as marcas linguísticas/textuais, os conhecimentos prévios e a interação entre os interlocutores e o contexto.

O objetivo geral do estudo é analisar a projeção dos recursos de coesão e coerência nos processos discursivos relativos à legitimação da volta às aulas presenciais como proposta do Ministério da Educação (MEC) em meio a pandemia da covid-19. Os objetivos específicos são: i) analisar a conjuntura sócio-histórica discursiva de projeção das Portarias do MEC; ii) Discutir os elementos relativos à coesão e a coerência nos atos ilocutórios de publicação das Portarias. O estudo será centrado nas Portarias do MEC nº 572/2020 que institui o *Protocolo de Biossegurança para o Retorno às Aulas* e Portaria nº 1.030/2020 de definição da data de retorno ao ensino presencial, ambas publicadas em 2020. Na Portaria nº 572/2020 serão examinados os elementos da coesão e na Portaria nº 1.030/2020, relacionados à coerência.

Para atingir os objetivos realizamos na seção dois a análise da conjuntura e mais adiante, na seção três, são referendadas as bases teóricas que sustentam os conceitos de coesão e coerência. Na seção quatro, apresentamos o *corpus* do texto bem como sua análise e, por fim, encerramos com as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Falar diretamente de coesão e coerência no discurso² seria como pular etapas coesivas deste texto e fugir dos passos que delimitamos no caminho até chegarmos ao discurso. Assim, começaremos por delimitar o conceito de discurso. Existem visões diferenciadas na linguística sobre o porquê de o discurso estar ligado a termos como comunicação e texto, porém alguns autores darão um sentido mais geral e outros partirão de perspectivas mais centradas. No geral, Greimas (1983) *apud* Blühdorn (2008, p. 2) sustenta que discurso é “[...] a manifestação concreta da linguagem e a única fonte de informações acerca dos significados inerentes a ela”. Já Harris (1952) irá defini-lo como a fala encadeada. Enquanto van Dijk (1977) define “como texto enunciado, [e] Brown & Yule (1983), como texto construído por um falante para um ouvinte” (BLÜHDORN, 2008, p. 2).

No campo dos estudos críticos do discurso, concebemos discurso na perspectiva filosófica, a partir de Foucault (1997, p. 133) considerando-o como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo-espaço, que definiram, em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Segundo a visão foucaultiana, o discurso poderá ser sustentado por um conjunto de enunciadores, manifestando ideias desse grupo de sujeitos para sustentar seu poder. Este conceito ganha força dentro da análise crítica social, já que um discurso não pode ser analisado de forma isolada, pois vemos a construção de uma teia de relações de sentido e de materialidades linguísticas entre o discurso e o enunciado.

Vale destacar que fazer pesquisa na ADC requer investigar as práticas discursivas e da análise textual, bem como verificar as representações que permeiam um dado evento e as estruturas que sustentam as práticas que lhes são subsidiárias (FAIRCLOUGH, 2001, 2003). Ou seja, é preciso entender que discurso é um momento irreduzível da

2 Em geral, consideramos discurso segundo Pereira, Teixeira e Pereira (2020, p. 40), como “construções abstratas materializadas em textos (verbais, imagéticos, gestuais) que são produzidos pelos sujeitos, a partir das condições materiais do contexto em que convivem e a partir de crenças e valores que compartilham [...]”.

vida social, em constante articulação dialética com outros momentos de práticas sociais: ação/interação, relações sociais, mundo material e pessoas, com crenças, valores, atitudes, histórias. Logo, nesta teia existe um conjunto de fatores que estão envolvidos nesse discurso: quem o enuncia, o tempo-local em que é feito a enunciação, os textos em que se baseia, as ideias e autores de base, a coesão e coerência que por uma grande parte de tempo era vista como quase uma simbiose, o contexto em que o discurso é realizado (BLÜHDORN, 2008). Além dessas nuances percebidas por meio de uma análise mais crítica, temos o que é feito desse discurso enunciado, quais concepções e ideias os receptores têm sobre o assunto, quais suas ligações cognitivas com o que está sendo dito no texto.

Blühdorn (2008, p. 7) sustenta que a cognição é o “conjunto dos processos que se desenrolam no interior de um sistema cognitivo [...] pode ser definido como uma constelação de um ou mais processadores de dados, um conjunto de signos e [...] conceitos (significados) de modo a produzir sentido”. O autor menciona ainda que “[...] todo ser humano possui um sistema cognitivo”, uma vez que todo discurso advém por um processo no receptor, além do que o discurso pode vir alinhado com uma série de textos anteriores que fazem jus a uma ideia, ou ideias, as quais tanto o interlocutor quanto o receptor as aceitam, possuem ou compartilham os mesmos ideais, ou o receptor pode discordar do discurso, em todo caso há textos entrelaçados naquele discurso e há cognição (BLÜHDORN, 2008, p. 7).

Com o passar dos tempos e estudos, os teóricos da LT mudaram a concepção restrita de texto, hoje a noção de texto é ampla e pode ser entendida como a manifestação linguística de um(a) autor(a) e essa será interpretada de acordo com os processos cognitivos do(a) leitor(a), seus dados do contexto e de textos anteriores. Nesse sentido, trabalhar discurso, texto, coesão e coerência em ADC é analisar não apenas o texto fechado, mas sim tudo que o completa, seus textos anteriores (intertextualidade), seu contexto, sua ideia. Vejamos mais sobre coesão e coerência no subtópico a seguir.

A coesão e a coerência são fatores de textualidade que precisam ser trabalhados conjuntamente, uma vez que constituem níveis de análise (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981). O processo de coesão diz respeito ao inter-relacionamento entre os elementos linguísticos do texto, pois os recursos coesivos facilitam ao leitor compreender o texto como um todo. De acordo com Costa Val e Mendonça (2017, p. 205):

[...] a coesão é um trabalho linguístico construído entre os interlocutores do discurso. De um lado, o locutor seleciona recursos que, contribuindo para a tessitura do texto, ajudam a manifestar seu ponto de vista, os efeitos de sentido que intenciona suscitar. De outro lado, o interlocutor, para produzir sua compreensão, leva em conta a materialidade linguística do texto, promovendo a articulação entre elementos tomados como inter-relacionáveis.

Nas práticas discursivas, em meio a uma cadeia de discursos, o uso produtivo de mecanismos linguísticos faz parte da competência textual/discursiva a ser desenvolvida pelos produtores nas atividades letradas em sociedade, no sentido de fomentar a capacidade comunicativa de articulação e uso destes recursos coesivos como estratégia na construção do discurso. Fairclough (2013) postula que a coesão pode indicar relações espaciais, temporais e lógicas. As relações lógicas destacadas pelo autor, são sinalizadas por conectores lógicos e podem estar carregados de cunho ideológico ao incorporarem sentidos calcificados nas representações dos indivíduos. A coesão pode ocorrer de forma mais sutil em sentenças complexas caracterizadas por coordenação ou subordinação em que os conectores são sentenças que podem seguir uma sequência da frase principal a frase imediatamente vinculada em uma relação de coordenação ou ainda por meio da conexão da frase principal à frase secundária indicando uma relação de dependência, caracterizando-se como subordinação. (Fairclough 2013).

Com base em Fairclough (2013), Beaugrande e Dressler (1981) e Levinson e Dooley (2004) *apud* Elena das Chagas (2007, p. 216), a coesão e a coerência são construídas. Por coerência entende-se os “[...]”

processos cognitivos operantes entre os usuários e não uma simples parte dos textos”. Tais conhecimentos contribuem na produção de sentido e, conseqüentemente, consolidam-se “[...] na memória em forma de estruturas cognitivas como conceitos, modelos cognitivos globais e superestruturas”. Quanto aos elementos textuais coesivos, estes se derivam dos processos de estruturação da sequência que encadeiam a escrita. Para além dos padrões sintáticos, possibilitam a construção de sentidos (MARCUSCHI, 2008).

No que diz respeito à coerência, Beaugrande e Dressler (1981) entendem que está diretamente relacionada com a continuidade de sentidos que se faz presente em um texto, porém já inclui conhecimentos compartilhados. Dessa forma, considerando a complexidade de interações dos sujeitos na construção de significados, a coerência se destaca pela possibilidade de demandar uma continuidade de sentidos aos textos, pois se estabelece na interlocução e depende de uma multiplicidade de elementos que não estão apenas no texto, uma vez que o conhecimento de mundo e as experiências prévias das pessoas que o interpretam são alguns desses fatores (COROA, 2008, p. 74).

No plano discursivo, é preciso encontrar os indícios de autoria em um texto/discurso buscando analisar as marcas pessoais dos sujeitos produtores/consumidores que estão por trás desses textos e discursos, dando-lhe coerência, o que nas palavras de Foucault (2008, p. 276), seria algo como um “ser de razão”.

Ademais, Possenti (2001) explica que a figura autoral pode ser entendida como o sujeito capaz de expor a sua peculiaridade no discurso, excedendo os aspectos formais e as regras que condicionam o texto. Dessa forma, a autoria³ estaria onde há a explosão do sujeito, ou seja, onde ele transmite no texto suas marcas. Constitui, pois, essas marcas os chamados “indícios de autoria” (IRINEU; ABREU, 2016, p. 93).

3 “[...] a autoria não é uma qualidade imanente de um texto, e sim o resultado de uma construção, de uma elaboração, ou ainda, de um ato que o sujeito realiza no interior de determinadas práticas ao executar manobras em suas produções escritas” (IRINEU; ABREU, 2016, p. 93).

ANÁLISE DOS DADOS

As taxas de infecção e mortalidade da covid-19 no Brasil já alcançaram *status* internacionais em periódicos científicos, a ponto da *The Lancet*, revista médica de alto impacto e fundada no século XIX, possuir edições e até editoriais, dedicados à evidenciação deste cenário médico, político e social brasileiro (THE LANCET, 2021; HALLAL, 2021).

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) aponta que até o dia 26 de junho de 2021, acumulavam-se mais de 516 mil óbitos confirmados desde o início da pandemia no Brasil em fevereiro de 2020. O Brasil chegou a ocupar a liderança mundial em termos de óbitos causados pela pandemia, ao mesmo tempo que enfrentava o agravamento das desigualdades sociais, ameaças à saúde, integridade e territórios das etnias indígenas, incentivos à exploração mineral, agravamento do desmatamento, aumento do número de agressões contra às mulheres, além de registrar 14,8 milhões de brasileiros buscando trabalho, de acordo com os dados do Pnad do IBGE (THE LANCET, 2021; IBGE 2021). Apesar dos números de mortes diárias terem reduzido em uma tendência à estabilidade no que concerne à incidência de covid-19, até julho de 2021, 19 estados encontravam-se com 70% de ocupação dos leitos dos hospitais. Somente 8 estados estão com taxa de ocupação entre 37 a 63% (FIOCRUZ, 2021).

Em meio ao possível retorno das aulas presenciais nas escolas para o segundo semestre de 2021, um dos relatórios realizados pela Comissão Externa de acompanhamento do Ministério da Educação (Comex/MEC) mostra que o governo ainda não havia repassado, até de 15 de junho de 2021, o valor a ser destinado à adequação da infraestrutura das instituições de educação básica, o valor seria de R\$1,2 bilhão que estaria nos cofres públicos (FERREIRA e ALFANO, 2021). Outro agravante seria o fato de que em julho de 2021 contávamos apenas 14,16% da população com imunização completa no Brasil (CORREIO BRASILIENSE, 2021), ou seja, como o núcleo escolar é constituído por profissionais e alunos, e não havia previsão para imunização de pessoas menores de 18 anos ainda, esse retorno de forma presencial tem acarretado uma série de dúvidas e temores.

Ainda em 2020, jornais alertavam sobre os riscos de retorno a sala de aula em um período pandêmico, segundo pesquisa do jornal Brasil de Fato (junho de 2020), a infraestrutura das escolas para retorno presencial às aulas na conjuntura social já mostrava a não possibilidade deste fato ocorrer, porque nesse momento já se falava neste retorno com base nas portarias do MEC, alguns estados planejavam retorno presencial e/ou híbrido/remoto mesmo com a infraestrutura das escolas sem adequação obrigatória e responsável como rege a legislação de saúde sanitária. Na reportagem citada, são elencados os protocolos de trocas de equipamento de proteção de duas em duas horas e a dificuldade financeira das famílias e da própria escola em estarem ofertando estas condições mínimas de segurança, além de impossibilidade da ventilação adequada, de limpeza constante entre outros pontos.

Mbembe (2016) trouxe para a discussão o conceito de necropolítica, que dialoga com o conceito de Biopolítica e Biopoder de Foucault (2008), porém o último ressalta o poder da soberania de decidir sobre vida e morte e os artifícios usados para controlar a vida da população, enquanto o primeiro traz um olhar para a decisão de quem deve morrer para que outros tenham vida e lucro. O conceito de necropolítica traz à tona a frieza e a força da decisão política em meio aos interesses de quem governa, especialmente difícil de ser diferido em meio a escândalos de corrupção nas compras de vacinas no Brasil (MIGALHAS, 2021), culminando no atraso das vacinas e conseqüentemente provocando um verdadeiro genocídio/morticínio, sobretudo dos grupos sociais mais aviltados e prejudicados por falta de políticas públicas e de melhores condições de vida.

Mbembe (2016) acentua que as definições de Foucault não são mais suficientes para o que estamos vendo e vivendo na atualidade, o que temos agora poderia ser chamado de políticas de morte (necropolítica). Com base no biopoder e na biopolítica “deixar morrer” uma parte da população que é tida como “corpo matável” se torna possível por vários meios e artifícios que a soberania tem em mãos, inclui-se aqui negação de implementação de políticas públicas, ações de enfrentamento à covid-19, documentos oficiais de retorno às aulas de forma presencial (portarias),

mesmo sabendo que estas instituições de educação não recebem recursos para adaptar a infraestrutura e material de proteção adequado, além de usar o artifício de desinformação (AGÊNCIA BRASIL, 2020)⁴.

Apesar de a análise focar duas portarias do MEC, é necessário contextualizar o ambiente em que foram produzidas. A crise na saúde pública resultante da pandemia da covid-19 trouxe consequências que impactaram a vida social, econômica e psicológica das pessoas (BEZERRA *et al.*, 2020). As instituições de educação (IE) subordinadas às diretrizes do Ministério da Educação no Brasil (MEC), receberam as primeiras orientações da Portaria MEC nº 343, de 17 de março, a qual determinou a suspensão das aulas por um período de 30 dias renováveis. Neste contexto, o isolamento social orientado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) foi adotado como medida de prevenção da doença. No dia 01 de abril de 2020 a Medida Provisória nº 934 da Presidência da República expede medidas excepcionais dentre as quais estavam a flexibilização da obrigatoriedade de observar o mínimo de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar além de autorizar as IE a abreviarem a duração dos cursos de Medicina, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia sob determinadas condições. A Portaria MEC nº 544 revogou as portarias anteriores sobre a pauta do disciplinamento das aulas e instituiu o regime de aulas remotas em substituição das aulas presenciais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – covid-19 (BRASIL, 2020a, 2020b, 2020c).

Entre as normas em forma de decretos, portarias, pareceres e outros instrumentos legais houve a publicação das Diretrizes do Retorno às Aulas expedida pelo MEC ao início de julho de 2020 por meio da Portaria MEC nº 572, de 1º de julho de 2020, a qual institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino (BRASIL, 2020d).

4 Ver: Diante de pandemia, população deve estar alerta sobre notícias falsas: entidades se mobilizam para desmentir as *fake news*. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/saude/noticia/2020-03/diante-de-pandemia-populacao-deve-estar-alerta-sobre-noticias-falsas>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Stevanin (2020) descrevem alguns dos desafios no processo de enfrentamento da doença no âmbito das instituições de ensino como dificuldade no acesso à internet, necessidade de formação dos professores no âmbito do ensino a distância dentre outros aspectos. Um cenário de insegurança foi então instaurado, não havia perspectivas seguras do retorno ao ensino presencial. Em 28 de outubro de 2020 o Ministro da Educação direciona o debate em torno do retorno às aulas aos pais ao solicitar que os pais dos alunos sejam os principais a serem ouvidos nesta matéria (ABMES, 2020). Sem uma política de vacinação que garantisse o retorno às diversas atividades, incluindo a educação, ver Franco *et al.* (2021), o MEC publica a Portaria nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020 que regulamentou o retorno às aulas presenciais para o início de 2021. Novamente manifestações contrárias ao retorno voltaram a ser palco de embates. O então Ministro da Educação publicou uma nova resolução que adiou o retorno às aulas para março de 2021, deflagrada pela Portaria nº 1.038 de 7 de dezembro (BRASIL 2020e).

O governo Bolsonaro está na quarta nomeação para o cargo de Ministro da Educação. As gestões anteriores do referido governo tiveram como ministros os Srs. Ricardo Vélez Rodrigues (janeiro a abril de 2019) – demitido do cargo; Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub (abril de 2019 a junho de 2020) – renunciou após polêmicas envolvendo declarações e má gestão (CHHEDA 2020; UNIVERSITY WORLD NEWS, 2020); Carlos Alberto Decotelli da Silva que foi nomeado, porém renunciou (26 de junho a 1º de julho 2020) em razão de polêmicas envolvendo o seu currículo; Milton Ribeiro (nomeado em 10 de julho empossado em 16 julho, sendo o atual Ministro da Educação) (MEC, 2021; BBC BRASIL, 2020).

Conforme as referências e a cronologia descrita, a troca de ministros foi permeada de diversas polêmicas, as quais intensificaram o debate em torno das pautas assumidas pelos ministros. Um dos exemplos mais controversos foi o pronunciamento do ex-ministro Abraham Weintraub, o qual se referiu aos professores das universidades federais como sendo tratados como marajás e “zebras gordas”, além de classificar as universidades federais como o lugar da “balbúrdia” como justificativa para o

corte orçamentário de 30% ocorrido em seu mandato (UFBA, 2020). É evidente como o discurso molda a sociedade e é moldado por ela por meio das diversas relações de classe, gênero social, raça ou por contextos e instituições, como as universidades e as escolas.

Neste contexto, a proposição deste capítulo é analisar a categoria coesão na Portaria nº 572/2020 e a coerência na Portaria nº 1.030/2020, expedidas pelo Ministério da Educação. Trata-se da análise do gênero textual jurídico na perspectiva da ADC. O texto jurídico, especialmente, aquele que tem por finalidade a democratização da lei, tem como fundamento imperativo a clareza e coesão (ALVES; CORDEIRO, 2020). Contudo, existe uma forte crítica à linguagem jurídica, atribuindo a expressão “*juridiquês*” para significar vocábulos confusos, antiquados, incompreensíveis de forma pejorativa, conforme demonstrado em Moreno e Martins (2006).

Ao nos debruçar sobre a análise textual da Portaria nº 572/2020, observou-se o vocabulário, gramática, a coesão e estrutura textual a seguir: **vocabulário:** embora seja um texto jurídico as expressões utilizadas são compreensíveis e de fácil entendimento. O texto é curto, possui quatro parágrafos em toda sua extensão; **gramática:** predominância de verbos no imperativo que sugestiona a exequibilidade dos procedimentos instituídos na portaria. No artigo primeiro, o verbo “deverão” referindo-se às entidades educacionais, possui um sentido de autoridade hierárquica, indicando a legitimidade revestida no poder legal da autoridade que determina; **coesão:** coesão sequencial de conexão, coesão referencial por reiteração e coesão recorrencial:

Segue abaixo os trechos ilustrativos da análise com o teor da Portaria nº 572/2020 no Quadro 1:

Quadro 1 – Análise Textual

Portaria nº 572 de 2020	Evidências da Análise
<p>Art. 1º As instituições integrantes do sistema federal de ensino deverão integrar esforços para o desenvolvimento de ações destinadas a retomar suas atividades com segurança, respeito à vida e às comunidades, observando os seguintes objetivos.</p>	<p>A coesão textual sequencial, neste tópico, é de conexão e conta com a preposição “para”, indicando que as instituições do sistema federal deverão integrar esforços com o propósito definido de retomar as atividades e para tanto deverão seguir os passos definidos adiante. O que indica uma relação causal de subordinação da primeira sentença da frase em relação a segunda à sentença. Além disso ocorre a coesão lógica, ver Fairclough (2013), a qual supõe que o cumprimento das determinações irá promover a segurança, o respeito a vida e as comunidades. Neste ponto indica o caráter ideológico subjacente, uma vez que pressupõe que as ações irão efetivamente resultar em medidas efetivas que corroboram com os valores assinalados.</p>
<p>I – promover a divulgação, no ambiente escolar, das regras e orientações para colocação, uso, retirada e descarte correto e seguro de máscaras e medidas de prevenção ao contágio;</p>	<p>Coesão sequencial com o uso de uma conjunção coordenada aditiva que tem como propósito ordenar o elenco de responsabilidades delegadas às instituições de ensino, as quais subordinam as ações dos profissionais da educação às medidas de segurança e novamente aos valores declarados nas sentenças anteriores, respeito a vida e proteção das comunidades.</p>
<p>II – atuar de forma integrada com serviço de segurança e de medicina do trabalho; III – incentivar a implementação de medidas de prevenção e controle, por toda a comunidade escolar, para evitar ou reduzir ao máximo a transmissão de micro-organismos; e IV – estimular ações para manutenção de um ambiente seguro e saudável para alunos, servidores e colaboradores.</p>	<p>Ligação dos verbos aos conectivos no início dos parágrafos I, II, III e IV: promover, atuar, incentivar, estimular os que sinalizam as atribuições impostas. A responsabilidade é delegada aos profissionais da educação e os marcadores verbais ilustram as ações a serem empreendidas. Pressupõe-se que a ação dos professores por exemplo, serão capazes de garantir o controle da pandemia no ambiente escolar. Contudo, a norma não evidencia as condições materiais para o cumprimento de tais objetivos, tais como treinamentos, aquisição de equipamentos de segurança ou produtos para desinfecção a serem utilizados.</p>

<p>Art. 2º Para fins do cumprimento dos objetivos de que trata o art. 1º, recomenda-se que as mencionadas instituições constituam comissão local para definição e adoção de protocolos próprios.</p>	<p>Coesão Referencial por reiteração ao utilizar a expressão: “as mencionadas instituições”. O que reforça a responsabilidade no cumprimento dos protocolos definidos pelo Ministério da Educação.</p>
<p>Art. 3º Fica instituído o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino. Parágrafo único. O Protocolo de Biossegurança de que trata o <i>caput</i> será disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Educação e poderá, no que couber, ser utilizado pelos demais sistemas de ensino.</p> <p>Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Nos artigos 3 e 4: os verbos “fica” referindo a instituição da portaria e “entra” ao tratar da vigência, são empregados no sentido imperativo. Identificou-se no parágrafo único a Coesão Recorrential ao repetir o protocolo de biossegurança no mesmo parágrafo. A coesão recorrential sinaliza relações espaciais e temporais, uma vez que demarcam o lugar “<i>Fica instituído... nas Instituições Federais de Ensino</i>” e definem o tempo ao definir a data imediata em que passa a vigorar. Note que as coesões observadas são marcadores de poder sobre os corpos e máquina administrativa ao determinar o tempo, espaço de ocorrência.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à prática discursiva, o texto possui como itinerário os profissionais da educação e instituições de ensino reguladas pelo MEC. O texto foi produzido pelo MEC com distribuição nacional e pública, por meios eletrônicos. O consumo pode ser considerado direto para os interessados nas diretrizes regulamentares do governo. O lapso temporal é de sete meses após o reconhecimento oficial da ocorrência da pandemia. Quanto à força, é um texto com viés coercitivo da lei que se sobrepõe aos riscos de contágio do contexto da pandemia. Há coerência da temática com a linguagem. Quanto à intertextualidade é possível perceber os intertextos presentes no discurso. Há uma dissonância do discurso jurídico que se impõe e tenta restabelecer o retorno às aulas com o contexto vivenciado pelo cenário de contágio e mortes. Porque, não há imposição de poder sem que não haja também resistência e antagonismos, pois daí surgem caminhos para as mudanças sociais, construção de identidades ou posições de sujeito, além da construção de sistemas de conhecimentos e crenças (FAIRCLOUGH, 2001).

No que se refere à prática social, o texto legal busca legitimar a ideologia de negação do contexto do risco de morte e de infecção. O sentido do texto é construir uma narrativa que justifique o retorno às aulas com procedimentos de biossegurança paliativos e de transferência de responsabilidade para tal às instituições de ensino e aos profissionais que dela fazem parte. As pressuposições assumidas assentam-se na ideia de que os procedimentos de biossegurança criam um cenário seguro para o retorno às aulas, constituindo-se como uma ficção de segurança. Não são encontradas metáforas, já a hegemonia é configurada no chefe de Estado do Governo Federal que se sobrepõe ao contexto da pandemia. Neste ponto, podemos associar com a necropolítica conceitualmente definida em Mbembe (2016) ou biopolítica de Foucault (2008), uma vez que a construção textual e sua ideologia subjacente se reifica no ato de determinação forçosa do retorno às aulas, o que implica riscos acentuados de contágio e morte. Em outras palavras, a autoridade política, por força legal, insere os profissionais da educação e alunos em uma “roleta-russa”, criando atos que implicam a definição de exposição maior à morte ou à vida. As implicações da necropolítica foram mais proeminentemente evidenciadas nos índices de mortalidade de populações negras, indígenas, povos asiáticos e mulheres que experimentaram taxas de infecção, hospitalização e morte substancialmente mais altas (FABRIZIO *et al.*, 2021; LOPEZ *et al.*, 2021; SANTOS *et al.*, 2021). A acentuação das mortes nestas populações demonstra os efeitos concretos da necropolítica em ação nas dimensões interseccionais de gênero, cor e etnias, tornando as vulnerabilidades sociais mais explícitas (LUGONES, 2008, 2011).

Quanto às orientações econômicas, apesar de o texto não possuir na superfície visíveis orientações econômicas, é possível identificar a mensagem que ele transmite, a qual indica que ao se adotar os procedimentos estamos livres de riscos e, portanto, os valores que buscam preservar a economia se revelam em detrimento das vidas humanas.

Na Portaria nº 1030/2020 serão enfatizados os elementos da coerência. Assim o referido documento, começa definindo sua disposição no retorno às aulas presenciais e o caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização das atividades peda-

gógicas. Logo, no primeiro parágrafo, a portaria se baseia em leis que organizam o funcionamento da educação superior no país, leis atribuídas antes da pandemia, Lei nº 9394 de 1996⁵ e o Decreto nº 9235 de 2017⁶, faz menção em seu artigo 1º a outro documento oficial, a portaria de biossegurança, Portaria nº 572 de 1º de julho de 2020, possibilitando, assim, a adesão a um modelo seguro de retorno fundamentado em portarias já lançadas e em leis que regulam o funcionamento com base em diretrizes da educação brasileira.

Em seu inciso 1º chama atenção a sentença utilizada, trazendo um sentido de responsabilidade de cada instituição em se adequar às normas da Portaria nº 1030/2020, assim como os documentos oficiais que ela resgata como outras portarias, leis e decretos.

§ 1º Será de responsabilidade das instituições, nas hipóteses a que refere o *caput*:

I – a definição dos componentes curriculares que utilizarão os recursos educacionais digitais;

II – a disponibilização de recursos aos alunos que permitam o acompanhamento das atividades letivas ofertadas; e

III – a realização de avaliações.

Dessa forma, cada instituição escolar tem a liberdade (e responsabilidade) de definir quais componentes curriculares e recursos educacionais digitais utilizarão e quais destes recursos disponibilizarão, para que os(as) alunos(as) estejam a par dos conteúdos dependendo da modalidade de ensino híbrido a ser implementado pela instituição.

Notamos que o discurso faz sua linha de exposição fundamentada em outros documentos oficiais, Beaugrande e Dressler (1981) ressaltam a construção de sentidos durante o texto (elemento fundamental da coerência) e esse elemento de construção corre o texto quando o documento é reforçado por outros documentos, endossando a ideia de que há uma

5 BRASIL. *LDB*: Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96. Apresentação Esther Grossi. 3. ed. Brasília: DP&A, 2000.

6 BRASIL. *Decreto nº 9235*, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação.

seqüência hierárquica institucional e que há um respaldo jurídico que assegura o poder das decisões impostas pelo discurso estatal imbuído no documento.

Voltando à análise de conjuntura, trouxemos dados (documentos, reportagens entre outros) que comprovam a não possibilidade de retorno seguro às aulas presenciais, mesmo assim, o governo (MEC) traça mais um documento ausentando-se da responsabilidade da adequação das unidades escolares aos protocolos sanitários quando emite uma portaria colocando a responsabilidade de organização do retorno às aulas para cada instituição e sobretudo, para os(as) gestores(as) e professores(as).

Por fim, a costura do documento ignora o contexto social das comunidades escolares e o próprio contexto pandêmico em que estes agentes sociais estão inseridos. Há, de fato, uma tentativa de manter coerência nessa costura de medidas e documentos oficiais, também há um choque de informações com a realidade pandêmica trazida por jornais e dados científicos sobre a pandemia covid-19. Quando trazemos a teoria de Coroa (2008) a esta análise discursiva, verificamos que a coerência perpassa a cognição, ao conhecimento que o(a) leitor(a) tem sobre o assunto trabalhado ao ler e compreender vários textos em contextos específicos, ou seja, entre vários outros fatores que ultrapassam o texto, a tessitura de coerência textual na Portaria nº 1030/2020 fica a depender de quem é o(a) leitor(a), sua experiência preliminar sobre a leitura e sua visão compartilhada de mundo.

CONCLUSÃO

Neste capítulo buscamos tanto destrinchar os discursos legitimadores assumidos pelo MEC com relação ao retorno às aulas na forma presencial, mediante adoção de protocolos de biossegurança materializadas em portarias, quanto analisar a projeção do uso de recursos linguísticos e textuais de coesão e de coerência presentes na configuração textual/discursiva destes documentos oficiais.

Mais especificamente, traçamos a conjuntura sócio-histórica discursiva da materialidade linguística das Portarias do MEC que legitimou o discurso estatal de negação dos riscos de vida na insistência pelo retorno presencial dos/as estudantes e professores/as às instituições escolares. Outrossim, a projeção discursiva do uso linguístico de recursos de coesão na Portaria nº 572/2020 e a de coerência na construção de sentidos na Portaria nº 1.030/2020, evidenciando o discurso de governo contra isolamento social, uso de máscaras, por ser ideologicamente antivacina, anti-ciência, enfim, negacionista imbuído em uma política de morte que acarretou o agravamento da infecção da covid-19 no Brasil, custando, conseqüentemente, a vida de milhares de brasileiros. Os efeitos da necropolítica foram mais fortemente evidenciados nos índices de mortalidade de populações indígenas, de negros e de mulheres. As dimensões interseccionais de gênero, cor e etnias deram relevo ao processo de exclusão social histórica. Em vista disso, a análise foi feita em quatro etapas.

Em suma, na seção 1, explanamos de modo alicerçado, em três arcos conceituais envolvendo Beaugrande e Dressler (1981), Fairclough (2001, 2003) e Coroa (2008), a forte presença dos fenômenos textuais da coesão e coerência nos discursos. Na seção 2, dedicamo-nos à análise da conjuntura em que abordamos a situação atual diante da pandemia do covid-19. Finalmente, na seção 3, exploramos os conceitos dos elementos textuais de coesão e coerência. Argumentado para, posteriormente, na seção 4, partimos para análise desses fenômenos nas Portarias.

REFERÊNCIAS

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior no Brasil. **Pais Devem ser Ouvidos no Retorno às Aulas**. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/imprimir/3992>. Acesso em: nov. de 2021.

ALVES, M.; CORDEIRO, B. M. P. **A coesão e a clareza textual do/no texto jurídico**. [S.l.]. Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, 2020.

BBC Brasil (em português). Quem é Milton Ribeiro, novo ministro da Educação escolhido por Bolsonaro. 10 jul. 2020. Retirado em: 10 jul. 2020.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. U. **Einführung in die Textlinguistik**. Tübingen: Niemeyer, 1981.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, p. 549-559, 2011.

BEZERRA, A. C. V. *et al.* Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2411-2421, 2020.

BLÜHDORN, H. Coerência no discurso e na cognição. **Cadernos de Letras**. Revista do Departamento de Letras Anglo-Germânicas: Língua Estrangeira em Sala de Aula. v. 24, p. 85-103, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Galeria dos Ministros da Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros>. Acesso em: 1 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Medida Provisória nº 934**, de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 14.040**, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. 2020b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 544**. Institui o Ensino Remoto e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. 2020c.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 572**, de 1º de julho de 2020, a qual institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino. 2020d.

BRASIL. **Portaria nº 1.030**, de 1º de dezembro de 2020. Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais. Covid-19. 2020e.

BRASIL. **Portaria MEC nº 1.038**, de 07 de dezembro de 2020. Altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais... e a Portaria MEC nº 1.030. 2020f.

BRASIL chega a 14,16% da população com imunização completa contra a COVID-19. **Istoé Dinheiro**, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro>.

com.br/brasil-chega-a-1416-da-populacao-com-imunizacao-completa-contr-a-covid-19/. Acesso jul. 2021.

CHHEDA, M. China up in arms after Brazil minister says coronavirus outbreak is part of Beijing's plan for 'world domination'. **International Business Times Singapore**. Retrieved 2020-06-20. 2020.

CORREIO BRASILIENSE. **Brasil chega a 14,16% da população com imunização completa contra a covid-19**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4936761-brasil-chega-a-1416--da-populacao-com-imunizacao-completa-contr-a-covid-19.html>. Acesso: dezembro de 2021

COROA, M. L. M. S. Tipos Textuais – Unidade 11 – TP 3 – Gêneros e Tipos Textuais. **Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar II**. DIPRO/FNDE/MEC. 2008.

CORRUPÇÃO na compra das vacinas e CPI: veja o que pode acontecer. **Migalhas quentes**. 02 jul. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/347885/corruptao-na-compra-das-vacinas-e-cpi-veja-o-que-pode-acontecer>. Acesso em: 9 jul. 2021.

COSTA VAL, M. da G.; MENDONÇA, M. Coesão nominal: relacionar, categorizar e... argumentar. In: GARCEZ, L. H. do C.; CORRÊA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos**. Brasília: INEP, 2017. p. 205-2011.

ELENA DAS CHAGAS, C. Cognition e texto: a coesão e a coerência textuais. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 214-218, nov. 2007.

FABRIZIO, Ms. S.; GOMES, D. B. P.; TAVARES, M. M. **COVID-19 She-Cession: The Employment Penalty of Taking Care of Young Children**. International Monetary Fund, 2021.

FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Tradução brasileira coordenada por Isabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. L. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. L.; DE MELO, I. F. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. Routledge, 2013b.

FERREIRA, P.; ALFANO, B. MEC ainda não gastou nada de 1,22 bilhão que tem para estruturar escolas para volta das aulas presenciais, diz relatório. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 jul. 2021.

FIOCRUZ. Boletim Extraordinário de 30 de junho de 2021. **Observatório Covid-19**. 2021.

- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). 1. ed. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- HALLAL, P. C. SOS Brazil: science under attack. **The Lancet**, v. 397, n. 10272, p. 373-374, 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Principais resultados – 4º trimestre de 2020, 2021.
- IRINEU, L. M.; ABREU, K. F. Autoria, posicionamento e estilo na produção de textos em contexto escolar: reflexões conceituais. **Revista Caminhos em Linguística Aplicada**, v. 14, n. 1, 2016, p. 86-100.
- JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.
- LACERDA, N. Saúde, falta de estrutura e desigualdade: os riscos da volta às aulas na pandemia. **Brasil de fato**, São Paulo, 30 de junho de 2020.
- LOPEZ, L.; HART, L. H.; KATZ, M. H. Racial and ethnic health disparities related to COVID-19. **JAMA** 325.8, p. 719-720, 2021.
- LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.
- LUGONES, M. Hacia um feminismo descolonial. **La Manzana de la Discordia**, Barcelona, v. 6, n. 2, p. 105-119, 2011.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista Arte e Ensaios**, n. 32, p. 123-151. UFRJ, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 7 jul. 2021.
- MORENO, C.; MARTINS, T. **Português para convencer**: comunicação e persuasão em direito. São Paulo: Ática, 2006.
- POSSENTI, S. Enunciação, autoria e estilo. **Revista FAEEBA**, Salvador, n. 15, p. 15-21, jan./jun. 2001.
- SANTOS, B. S. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social**. Buenos Aires: Glacso Libros, 2006.
- SANTOS, V. S. *et al.* COVID-19 mortality among Indigenous people in Brazil: a nationwide register-based study. **Journal of Public Health**, v. 43, n. 2, p. e250-e251, 2021.

STEVANIM, L. F. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. **RADIS: Comunicação e Saúde**, n. 215, p. 10-15, ago. 2020.

THE LANCET EDITORIAL. COVID-19 in Brazil: “So what?”. **The Lancet**, 395(10235), 1461, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Declarações do ministro da Educação sobre as universidades federais – **Nota da Andifes**. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/declaracoes-do-ministro-da-educacao-sobre-universidades-federais-nota-da-andifes. Acesso em: 1 jun. 2021.

UNIVERSITY WORLD NEWS. Government threatens universities with 30% funding cut. 2019-05-04. Retrieved 2020-06-23. 2020.

MODELOS MENTAIS

Joelma Soares da Silva
Marizita Saraiva Rabelo

INTRODUÇÃO

A discussão proposta neste capítulo centra-se na perspectiva cognitiva de Teun A. van Dijk sobre o discurso. Neste sentido, a compreensão da relação entre discurso, cognição e sociedade é fundamental para o entendimento e para a visão crítica sobre problemas sociais. Ademais, outras categorias teóricas, como conhecimento, ideologia e contexto, são substanciais na apreensão do que Teun A. van Dijk denomina modelos mentais.

Por modelos mentais temos o contínuo processo de atividade social, e eles estão relacionados ao encadeamento de produção e compreensão textual ou de eventos, pois operam na construção das representações sobre tais eventos ou das situações tratadas em um texto. Tal transcurso se altera com as contingências sociais e podem ser preditivos de comportamentos sociais (VAN DIJK, 2002).

Para melhor compreensão, discutimos modelos mentais no contexto do movimento cultural negro e do racismo no Brasil, mais precisamente na conjuntura da Fundação Cultural Palmares (doravante FCP) e por meio de recortes de falas de seu atual presidente, Sérgio Camargo, em redes sociais. A FCP foi criada por meio da Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, como primeira instituição pública voltada para promoção

e preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Atualmente, está sob a gestão do jornalista Sérgio Camargo desde novembro de 2019. Devido a declarações sobre o movimento cultural negro no Brasil, Camargo estampou diversas manchetes sobre o tema.

Diante do exposto, nosso objetivo é compreender a importância da perspectiva de modelos mentais no estudo dos comportamentos que envolvem as práticas sociais. Adicionalmente, delimitamos como objetivos específicos: i) estabelecer um estudo crítico das práticas sociais que tenha como base os processamentos cognitivos que envolvem essas práticas e ii) compreender como ideologias se modificam de acordo com novas tendências de relações sociais.

Entendemos que, a partir destas considerações, será possível evidenciar como modelos mentais influenciam discursos e como ideologias são operacionalizadas em discursos que se valem de redes sociais para propagar tais ideologias.

Além desta introdução, na seção dois apresentamos categorias teóricas relacionadas ao assunto, e, em seguida, as análises acerca da conjuntura e linguístico-discursiva. Por fim, trazemos breves conclusões seguidas das referências.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conhecimento mantém interface estreita, porém latente, com o discurso. Para van Dijk (2002), o conhecimento, que é mental, mas também social, é adquirido, partilhado e usado por indivíduos, grupos, instituições e organizações. Sua natureza social de compartilhamento “permite ao discurso ser compreensível sem tornar explícito todo o conhecimento relevante o tempo todo” (VAN DIJK, 2002, p. 2). Ademais, van Dijk (2002) destaca também que como bem social raro, “o conhecimento pode ser um poderoso recurso, isto é, ‘capital simbólico’ de grupos específicos” (VAN DIJK, 2002, p. 02).

O conhecimento na perspectiva de van Dijk (2002) não pode ser reduzido a representações mentais individuais, mas também não é um fenômeno puramente social ou cultural. Ele defende que o conhecimento é tanto cognitivo como social e, portanto, “está associado localmente à interação entre atores sociais e globalmente às estruturas sociais” (VAN DIJK, 2002, p. 4). Nessas condições, o conhecimento só tem impacto no discurso por meio da interface sociocognitiva.

Ademais, o conhecimento é uma das propriedades cognitivas do contexto, que, por sua vez, envolve propriedades relevantes de uma situação social de uso da linguagem mediada pela cognição. Dessa forma, o contexto não é determinista. Ele varia de indivíduo para indivíduo modificado por, dentre outros elementos, o conhecimento. Van Dijk (2002, p. 10) assevera que

Nós precisamos de uma interface entre o texto e a situação social, e novamente por razões teóricas essa interface deve ser cognitiva. Em linha com as visões contemporâneas da psicologia do processamento do discurso, eu tenho então proposto definir essa interface em termos de um modelo mental [...] Ou seja, um contexto não é uma situação social, mas um modelo mental subjetivo, que os participantes constroem, das propriedades relevantes da situação social.

Observamos, portanto, que, na produção e na compreensão do discurso, primeiro ocorre o processamento do modelo da situação social, ou seja, do contexto, que é composto das experiências diárias do sujeito. Nestas condições, o contexto é dinâmico e atrelado às mudanças sociais, às interpretações do discurso e ao conhecimento veiculado por ele, pois mantém uma interface entre as dimensões social e cognitiva do discurso. O conhecimento, portanto, “desempenha um papel fundamental nesse modelo de contexto, controlando muitos aspectos importantes do significado e da interpretação do discurso (VAN DIJK, 2002, p. 11).

Isto posto, entendemos que, para van Dijk (2002) o contexto não é uma situação social, mas um modelo mental subjetivo construído pelos

indivíduos a partir de experiências pessoais e que influencia na forma como falam, escrevem e compreendem.

Assim, como o conhecimento, a ideologia é uma forma de cognição social. A ideologia é uma forma de ideia disseminada, porém não se trata de opinião pessoal. Na perspectiva de van Dijk (2015, p. 54), “tais ideias só constituem uma ideologia nos termos aqui definidos quando grupos de pessoas as adquirem, compartilham, propagam e empregam a fim de difundirem seus interesses coletivos e orientarem suas práticas sociais”.

Ideologias podem ser aprendidas e usadas em práticas cotidianas por membros de grupos sociais. As ideologias são adquiridas e podem ser mudadas lentamente ou adaptadas a novas situações. Na condição de sistemas socialmente compartilhados de ideias, fazem parte de uma rede muito complexa de representações mentais. Assim, como o conhecimento, servem de base para conduta social e discursos de membros de grupos (VAN DIJK, 2015). O autor compreende ideologia como uma forma básica de cognição social compartilhada pelos membros de um grupo, pois representa diversos elementos que caracterizam tal grupo, como a identidade, ações, objetivos e interesses com a finalidade de controlar outros grupos.

Van Dijk (1997) assevera que, embora as ideologias sejam sociais e políticas, possuem também uma dimensão cognitiva crucial. Em termos intuitivos, incorporam objetos mentais, tais como ideias, pensamentos, crenças, apreciações e valores.

A ideologia e o discurso são dimensões importantes da cognição social e tais dimensões são adquiridas e reproduzidas através do discurso.

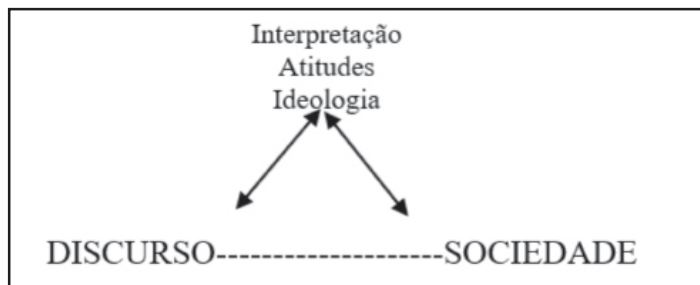
O discurso, por sua vez, juntamente com a cognição, tem papel preponderante na reprodução das ideologias conforme explica van Dijk (2011). Dessa forma, conhecimento, contexto e ideologias são dimensões encontradas na tríade discurso, cognição e sociedade.

O estudo sobre discurso, cognição e sociedade que propomos neste capítulo parte da compreensão de van Dijk (2013) de que a ACD é uma perspectiva crítica de produção do conhecimento que, voltada para os

problemas sociais, concentra-se, de modo especial, no papel que o discurso exerce na produção e reprodução do abuso de poder e da dominação. Dentro desse contexto, é importante ressaltar o papel primordial da linguagem, uma vez que é por meio de sua materialização que os discursos ganham forma e têm suas influências ideológicas desvendadas. Faz-se também necessário destacar que as teorias multidisciplinares da ACD devem levar em consideração as complexas relações entre estruturas discursivas e os problemas sociais. Seguindo esses princípios, podemos afirmar que van Dijk propõe a linha sociocognitiva na ADC, pois, como ele assevera, “O que penso a respeito da ACD não se limita apenas aos aspectos social e cognitivo ou a uma combinação dessas duas dimensões. Interesse-me, em especial, pela fascinante interface sociocognitiva da análise do discurso” (VAN DIJK, 2013, p. 354).

Desse modo, assim como Fairclough (2016) entende o discurso como elemento mediador entre texto e prática social, van Dijk, ao propor como marco para um estudo adequado do discurso, os conceitos discurso – cognição – sociedade, considera ser impensável uma teorização social sem os aspectos cognitivos, assim como uma teoria cognitiva sem uma teoria social, ou seja, uma análise cognitiva não exclui uma análise social, pois sociedade e cognição estão em relação constitutiva, visto que discurso e sociedade dialogam intermediados pela cognição. A fim de enfatizar a inter-relação entre esses conceitos, o autor os apresenta como as três vértices de um triângulo, assim representado:

Figura 1 – Cognição social



Fonte: Adaptada de van Dijk (2012)

É importante salientar que van Dijk (2013) estabelece o significado de discurso como um evento comunicativo, multimodal, interativo, conversacional, que considera a expressão corporal, facial, diagramação do texto, imagens e qualquer outra semiose ou forma multimodal de significação. Conforme o autor, a cognição envolve tanto a vertente pessoal, subjetiva, quanto a social (crenças, objetivos, avaliações e emoções e qualquer outra estrutura mental ou da memória), como as representações ou os processos envolvidos no discurso e na interação. E, finalmente, entende-se a sociedade como a inclusão, tanto em micronível, das situações e interações interpessoais, quanto em macronível, como as estruturas sociais e políticas, definidas em termos variados como grupos, relações de grupos (como dominância ou desigualdade), movimentos sociais, instituições, processos sociais, sistemas políticos, até as estruturas mais abstratas das culturas e da ordem social em geral.

O autor supracitado orienta-nos, ainda, que não é possível a compreensão dos aspectos cognitivos sem compreender que os conhecimentos e crenças são adquiridos e repassados discursivamente em contextos sociais. Assim, qualquer tentativa de excluir uma das partes da Figura 1 resulta em uma análise reducionista, pois esses três elementos não são independentes. Van Dijk (1997) acrescenta que, se as definições de discurso lhe sugerem múltiplas relações com a cognição e a sociedade, deve-se afirmar que os usuários da língua lhe atribuem tais significados, de natureza cognitiva e social.

Segundo ele, a base cognitiva implica o processamento das estruturas e da superfície discursiva (sons, grafia, formas sintáticas, palavras) na memória a curto prazo e a construção estratégica, em funcionamento, de representações semânticas armazenadas na memória episódica, para a compreensão do discurso e, vice-versa, para a produção do discurso. Em relação à base social, o referido autor assevera que os usuários das línguas também devem compartilhar o conhecimento, mesmo que seja o gramatical, as regras discursivas e o conhecimento sociocultural do mundo (atitudes sociais, ideologias, normas, valores e outras crenças sociais representadas na memória social).

Van Dijk (2017) informa que quando as pessoas observam ou participam de um evento, ação ou situação, elas continuamente constroem, ao mesmo tempo, uma representação mental (uma interpretação) dessa experiência na parte da Memória de Longo Prazo (doravante MLP) ou Memória Episódica, que mencionamos no parágrafo anterior. A MLP grava todas as nossas experiências interpretadas, por isso é também chamada de memória autobiográfica.

Por serem constantemente reformulados na memória episódica, os modelos mentais não podem ser entendidos como elementos de natureza rígida e homogênea. A sua atualização se dá a partir do nosso contínuo processo de atividade social e eles estão relacionados ao processo de produção e compreensão textual ou de eventos, pois operam na construção das representações sobre tais eventos ou das situações tratadas em um texto. Assim, estão em relação intrínseca com o contexto, pois são as estruturas com as quais operamos nos diversos eventos comunicativos.

ANÁLISE DOS DADOS

Explanar sobre questões étnico-raciais no Brasil é uma tarefa complexa, pois estamos direcionando nossa fala a uma nação com uma mestiçagem em grau elevadíssimo, com muitas culturas e profundas desigualdades sociais, além de ser uma pátria que iniciou tardiamente o debate sobre os direitos de várias minorias.

Somos um Estado mergulhado no racismo estrutural. O Brasil é a nação no mundo, fora do continente Africano, que mais recebeu influência da cultura africana. Contudo, não mantém, em seus currículos escolares, o ensino da história e da cultura da África. Somos um povo de berço africano e indígena que desconhece e despreza essas raízes.

O último Censo Demográfico do Brasil realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) apontou transformações no perfil da população brasileira que, somadas às situações de desigualdades, configuram grupos que necessitam de atenção do poder público, por meio de políticas públicas e do olhar sensível da sociedade. São indivíduos

em situações de vulnerabilidade cujas pautas de reivindicações passam por constantes reconfigurações.

O que observamos, porém, é um descompasso entre a dinâmica das configurações da sociedade e o marco regulatório nacional. Os negros só tiveram seus direitos assegurados no marco legal brasileiro na última década (BRASIL, 2010).

Sobre a realidade dos negros em espaços sociais múltiplos, destacamos o Atlas da Violência, ano 2019 base 2017, publicado pelo IPEA (2019) que registrou o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros.

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos (IPEA, 2019, p. 49).

A população negra, além de ser a mais vitimada, parece protagonizar a maioria das cenas criminosas. A questão racial associada a outros elementos estigmatizantes formam o perfil dos presos no Brasil, segundo o Conselho Nacional de Justiça (2018). Estamos falando de uma população carcerária majoritariamente masculina (95%), jovem (59% têm entre 18 e 29 anos), negra (54%) e semianalfabeta (75% só cursaram até o ensino fundamental).

No Brasil, até o ano de 2012, os negros (pretos e pardos) representavam 52% da população em idade economicamente ativa no Brasil, o que equivale a 50 milhões de trabalhadores. Destes, cerca de 48 milhões estavam verdadeiramente ocupados e apenas pouco mais de 17 milhões tinham registro em carteira (IPEA, 2014). Dentre essas pessoas ocupadas, o Instituto Ethos (2016) constatou que os negros, assim como as mulhe-

res, estão em situação de desigualdade nas organizações, porém, com os negros a exclusão é mais exacerbada. Os dados da pesquisa com as 500 maiores empresas do país revelaram que, em geral, mulheres negras representam 10,6% do quadro de pessoal total, enquanto as mulheres brancas chegam a 30%. Os negros, de ambos os sexos, têm participação de apenas 34,4% em todo o quadro de pessoal, mas em cargos de nível estratégico não alcança 5% (INSTITUTO ETHOS, 2016).

Nas organizações públicas, embora a população negra represente mais de 40% da mão de obra do funcionalismo público, a presença de negros ou pardos em cargos de carreiras mais valorizadas, como de diplomata, por exemplo, não chega a 6% (IPEA, 2014). Esse percentual permanece reduzido em todos os cargos de nível superior, não atingindo o índice de 20%. A presença se eleva em carreiras de nível intermediário, como cargos de suporte técnico que alcança 39% (IPEA, 2014). Tal realidade se replica na política, podendo ser observada na atual legislatura da câmara, das 77 mulheres eleitas, apenas 16,8% (13 eleitas) são negras, enquanto as mulheres brancas somam 83,11% (64 eleitas). Os homens negros representam 22,02% (113 eleitos) do quadro total da câmara (BARBIERI; RAMOS, 2019).

Um negro estuda, em média, dois anos a menos que um branco (IPEA, 2014; INSTITUTO ETHOS, 2016), porém, mesmo com o aumento de negros nas universidades públicas e privadas nos últimos anos, esse público enfrenta o racismo estrutural das organizações, indicando que a capacitação é colocada em segundo plano quando comparada às questões raciais.

O fortalecimento dos movimentos de luta como mecanismos de resistência à violência e ao racismo estrutural, às quais estão submetidas as pessoas negras, é uma realidade paradoxal que merece atenção. A necessidade de políticas públicas e de instrumentos que fomentem a inclusão e o reconhecimento da cultura negra no Brasil como parte essencial da nossa existência é iminente. Nesse sentido, abordamos a Fundação Cultural Palmares como parte desse aparelhamento necessário.

A FCP foi criada por meio da Lei nº 7.668/1988, no governo do Presidente José Sarney, com o objetivo de promover e preservar os valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Vinculada inicialmente ao Ministério da Cultura, e atualmente, ao Ministério da Cidadania, a FCP formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País (PORTAL GELEDÉS, 2011).

Importante destacarmos que a criação da FCP ocorre em um ano de significativas mudanças nacionais com a promulgação da nova Constituição Federativa (1988), conhecida popularmente como constituição cidadã. Após vivenciar a ditadura, os direitos culturais passaram a ser considerados pela nova carta magna como bens coletivos fundamentais. Assim, várias instituições de fomento e preservação cultural foram criadas a partir dessa concepção, como foi o caso da área dos museus, pois segundo Santos (2004), a Constituição de 1988, certamente exerceu um papel importante a esse respeito.

Mais recentemente, o país vivenciou mudanças político-institucionais concernentes à cultura. Segundo Silva (2014), tais mudanças foram intensificadas no governo presidencial de Lula e tiveram como diretrizes: a reinserção da cultura na pauta política da nação, a interiorização destas iniciativas e a pluralização identitária. Ainda segundo o autor, tais mudanças reorientaram a ação de diversos atores atuantes no setor cultural. “Secretarias municipais de cultura foram criadas, fundações passaram por consideráveis atualizações para ajustar-se a modelos normativos e operativos nacionais, diversos agentes profissionalizaram-se em produção cultural ou em gestão política da cultura [...]” (SILVA, 2014, p. 199).

Nesse contexto, a FCP assume competências como a responsabilidade pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral, além da promoção, fomento e preservação das manifestações culturais e apoio à difusão do ensino da História da África e Afro-Brasileira nas escolas (BRASIL, 2003, 2010). Nesse sentido, a FCP já emitiu 3.271 certificações para comunidades quilombolas desde

2003. Tal certificação reconhece os direitos das comunidades para que tenham acesso a políticas sociais do Governo Federal. Ademais, a FCP já elaborou e distribuiu cartilhas que ajudam na difusão da cultura africana nas escolas e auxiliam professores nesse sentido.

A FCP tem diretrizes pautadas no comprometimento com o combate ao racismo, promoção da igualdade, a valorização, difusão e preservação da cultura negra; cidadania no exercício dos direitos e garantias individuais e coletivas da população; diversidade no reconhecimento e respeito às identidades culturais do povo brasileiro. Para consecução de ações que atendam essas diretrizes, a fundação está estruturada em departamentos que dialogam diretamente com essas propostas.

Em 33 anos de atuação, a FCP está sob a gestão do seu 10º Presidente, o Senhor Sérgio Camargo, formado em Jornalismo pela PUC de São Paulo, e que atuou como repórter em diferentes jornais até assumir a presidência da fundação em 2019. Se autodenominando negro de direita, ele tem se envolvido em ações e falas polêmicas, como a instituição de uma diretoria majoritariamente branca na FCP. Algumas dessas falas constituem o *corpus* desta pesquisa, como apresentado a seguir.

Este tópico é destinado, conforme o título destaca, à análise linguístico-discursiva do discurso praticado por Sérgio Camargo, presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP), em suas postagens, no Instagram pessoal, sobre a negritude, visto que, embora seja presidente da instituição responsável por promover e preservar o patrimônio negro cultural, social, histórico e econômico no Brasil, esse líder mostra-se contrário a muitas das pautas raciais. Assim, a partir da identificação de modelos mentais construídos por Camargo, investigaremos de que maneira ele se utiliza da manipulação cognitiva para influenciar ideologicamente o discurso que pratica, pois, como afirma van Dijk (2012, p. 40), “manipular pessoas envolve manipular suas mentes, ou seja, as crenças das pessoas, tais como seus conhecimentos, suas opiniões e suas ideologias”.

Como afirmamos no tópico 2, na produção e na compreensão do discurso, primeiro ocorre o processamento do contexto, modelo mental subjetivo construído pelos indivíduos a partir de experiências pessoais e

que influencia na forma como falam, escrevem e compreendem. Faz-se, portanto, necessário reconhecer que é “[...] por meio das palavras que usam que os falantes mostram suas identidades, suas relações enquanto participantes, sua adaptação às audiências, suas emoções, seus valores etc. e os tipos de situações em que estão falando ou escrevendo” (VAN DIJK, 2012a, p. 238). São as escolhas lexicais grandes responsáveis por caracterizarem as categorias contextuais, ou seja, de acordo com o estilo e tipos de palavras utilizadas pode-se criar uma categoria de modelo de contexto.

Isso posto, analisar linguístico-discursivamente o discurso praticado por Sérgio Camargo é descortinar as representações mentais que orientam o discurso racista praticado por um homem negro que preside uma fundação cujo nome homenageia o quilombo que é símbolo da luta pela liberdade e direitos civis para os negros do Brasil, a posições notadamente racistas e contrários à sua causa. Para tal intento, selecionamos categorias de processamento discursivo e estruturas linguísticas escolhidas, tendo em vista a sua natureza linguística (que promovem um enfoque no léxico, na semântica, na sintaxe, estruturas que revelam modelos mentais de contexto) e estruturas presentes na retórica e na estilística, como gradação e dramatização/polarização, que direcionam para o conteúdo desses discursos e as ideologias construtoras de modelos mentais.

Nossa análise concentra-se em três postagens feitas por Sérgio Camargo na rede social Instagram – na qual ele se autodefine como “um negro de direita, antivitimista, inimigo do politicamente correto” – entre os meses de junho e julho de 2021, conforme veremos abaixo.

Figura 2 – Comentários racistas



Fonte: Instagram

Nessa imagem, postada no dia 21.06.21, o dirigente da FCP escreve sobre seus três anos de redes sociais e define esses anos como uma batalha, ou seja, ele trava uma batalha nas redes sociais. Chama atenção a escolha lexical do termo batalha, cujos significados que mantêm relação de coerência com o texto podem ser: combate, luta, oposição de forças ou de ideias. Adiante, apresenta o balanço dessa batalha: nem dez comentários racistas da direita; milhares, incontáveis, crescentes comentários racistas de esquerda. Conclui o texto afirmando que “Racismo e esquerda, tudo a ver!”.

A partir das colocações expostas, percebemos que a escolha do termo batalha não foi aleatória. Do contrário: há uma intencionalidade de Sérgio Camargo de colocar-se como combatente na luta entre direita e esquerda, a fim de criar uma estreita relação entre esquerda e racismo, ou seja, fixar a imagem de uma esquerda racista. Mais do que isso: ele, como presidente da Fundação Palmares, é o herói que luta incansavelmente contra essa esquerda.

A figura do herói é construída já no início do texto “...completarei...”. Embora o pronome pessoal que exerce a função de sujeito não apareça explicitamente (sujeito implícito), a desinência verbal cumpre o papel de indicar a ação em 1ª pessoa do singular. Ao afirmar “...completarei três anos de batalha...”, ativa o modelo mental de que Palmares representa luta e, a exemplo de Zumbi, o chefe do quilombo, que lutava pela liberdade de seu povo, ele luta para também livrar seu povo da ideologia da esquerda.

A luta a que se refere é desigual: nem dez comentários racistas da direita, enquanto há milhares, incontáveis, crescentes comentários da esquerda. Ao utilizar a figura semântica de gradação, também conhecida por clímax, uma vez que lida com aspectos interpretativos da fala ou do texto, alterando a percepção do leitor ou do interlocutor, a intenção é intensificar a ideia de um número cada vez maior dos comentários da esquerda, o que ratifica sua luta ideológica.

Outro elemento da postagem é a dramatização ou, conforme Ferreira (1986), o ato ou efeito de dramatizar, de tornar ou procurar tornar dramáticos sofrimentos, fatos, situações. É a tentativa de manipulação do leitor através do apelo a sua sensibilidade, o que se configura estratégia de manipulação, pois “a manipulação nesse caso pode residir no fato de que, ao chamar atenção para a informação **a** em vez da informação **b**, o resultado da compreensão pode ser parcial ou tendencioso” (VAN DIJK, 2012, p. 242). Em outras palavras, ao classificar as postagens da esquerda como racistas, existe a pretensão de transformar a luta pelos direitos dos negros em luta esquerdista, em racismo de esquerda, o que resulta em uma polarização do discurso, ou seja, há o apagamento da ideologia de direita do presidente em função de um suposto racismo de esquerda.

Ao concluir a postagem, Sérgio Camargo faz uso da afirmativa “Racismo e esquerda, tudo a ver!”. A expressão tudo a ver (locução pronominal com função de objeto direto) significa está relacionado, tem relação, diz respeito, ou seja, o racismo está relacionado, ligado à esquerda. Essa afirmação confirma e reforça, como forma de concluir a postagem, a tentativa de manipulação ideológica através de escolhas

lexicais cuja função sintática direcionam para a construção de modelos mentais construídos para tal intento.

Figura 3 – selo racista preto



Fonte: Instagram

Na segunda postagem, do dia 22.06.21, o dirigente da FCP afirma que lançará o “Selo Racista Preto” para denunciar militantes racistas de esquerda que se colocam como vítimas e oprimidos para, impunemente, atacar pardos e brancos com injúrias raciais. Segundo ele, jornalistas, artistas e acadêmicos fazem parte desse grupo ou, usando suas palavras, dessa gente.

A palavra selo, substantivo que significa visto, autenticação, marca, sinal, carimbo, geralmente é utilizada como certificação de qualidade de produtos e /ou serviços. Já os termos racista e preto, utilizados por Sérgio Camargo ao afirmar que militantes racistas de esquerda atacam pardos e brancos com injúrias raciais, denotam incoerência entre si, pois não há racista preto, visto que os negros são vítimas de racismo no nosso país desde o Brasil Colônia e esse racismo do qual eles são vítimas coloca-os em situação de opressão, exploração, segregação e perseguição. É o racismo estrutural.

A postagem tem como propósito, mais uma vez, condicionar o racismo a uma atitude dos grupos de esquerda, assim, ocultar os privilégios

da população branca e a violência praticada por ela contra a população negra do Brasil. Novamente, a escolha lexical é utilizada para a criação de um novo contexto em que os papéis são invertidos: quem luta contra o racismo passa a cumprir o papel de algoz. Desse modo, é dever denunciar os “militantes racistas de esquerda que usam a presunção de que seriam vítimas e oprimidos como escudo para, impunemente, atacar pardos e brancos com injúrias raciais”.

É importante destacar o uso do termo presunção, substantivo feminino que, dentre outros sinônimos, significa pressuposto, pretensão. Em outras palavras, os esquerdistas, conforme a postagem, apoiam-se na ideia de vitimismo e de opressão para atacar pardos e brancos. Essas ideias são o escudo, ou seja, a defesa no sentido metafórico da palavra, pois escudo, em seu sentido dicionarizado, significa arma de proteção.

É relevante também observar o uso do verbo ser no futuro do pretérito do indicativo (seriam) que indica uma possibilidade. A ideia de possibilidade, que mantém um elo de conexão com os termos pressuposto e pretensão, pode ser uma forma de negação do vitimismo e da opressão citados anteriormente, já que o presidente da FCP não reconhece a luta dos negros por seus direitos, associando-a a movimentos esquerdistas.

Na continuação da postagem, “para impunemente atacar pardos e brancos com injúrias raciais”, a primeira observação é que a escolha lexical do verbo atacar, cujo sinônimo é executar uma ação ofensiva contra alguém ou alguma coisa, denota, como na 1ª postagem, sentido de luta, batalha. Outra observação é em relação à expressão injúrias raciais, que é diferente de racismo. A injúria racial consiste em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem, enquanto o crime de racismo atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda a integralidade de uma raça⁹.

Ao fazer essa afirmação, Sérgio Camargo apropria-se de escolhas lexicais capazes de modificar o contexto do discurso por ele praticado, conseqüentemente, no processamento desse contexto acontece a mani-

pulação ideológica: passa-se a ideia de que pardos e brancos são vítimas (sofrem injúrias raciais) de negros esquerdistas. Mais uma vez, lutar pelos direitos e denunciar o crime de racismo torna-se, segundo o discurso praticado pelo dirigente em questão, atitude de militantes da esquerda (comunistas, socialistas). Percebe-se, como na postagem anterior, uma tendência à polarização do discurso, bem como o rompimento do modelo mental acerca do racismo, através da negação do racismo estrutural e a legitimação de uma ideologia do racismo reverso, ou seja, dos atos de discriminação de uma minoria racial contra um grupo étnico historicamente dominante.

A postagem é concluída com a afirmação de que “Jornalistas, artistas e acadêmicos são cúmplices dessa gente”. Há uma relação paradoxal na cumplicidade imposta, nesse excerto, entre intelectuais da comunicação, das artes e da academia e negros esquerdistas, denominados por ele de “essa gente”, em uma fala marcada pelo uso pejorativo do termo gente. Ao assim denominar os negros e aproximá-los dos intelectuais através de ideologias de esquerda, Sérgio Camargo, de maneira sutil, induz o interlocutor a acreditar que denunciar preconceito, discriminação, reivindicar direitos não é pauta dos negros, mas dos movimentos de esquerda que usam a causa negra para, em benefício próprio, causar a comoção. Esse rompimento com os modelos mentais associados à luta antirracista leva o interlocutor a compartilhar as ideologias do presidente da Fundação Palmares que, embora tenha postado a declaração em uma rede social pessoal, confunde sua voz com a voz da instituição que representa, ao mesmo tempo em que, apropriando-se – como observado na postagem anterior – do pronome pessoal eu, evidenciado através da locução verbal vou lançar (lançarei, na gramática normativa) e coloca-se como protagonista das ações.

Figura 4 – ataque do movimento negro



Fonte: Instagram

A terceira postagem, também publicada no dia 22.06.21, é uma sequência da postagem anterior. Nela, Sérgio Camargo dá continuidade à prática do discurso que condiciona a luta dos negros pela conquista de seus direitos a atitudes esquerdistas. Novamente, ele usa o termo atacar, dessa vez para referir-se à tentativa dos ativistas negros de destituir a diretoria da Fundação Palmares, em sua grande maioria branca. Ao concluir o texto afirmando que “Racismo não é argumento, é crime!”, o presidente da Fundação Palmares ratifica o discurso praticado na postagem anterior, ou seja, transfere para os negros a prática de atitudes racistas das quais, na verdade, eles são vítimas. Ele, outra vez através da escolha de estruturas linguísticas e retóricas, tenta envolver o interlocutor em seu jogo de manipulação ideológica.

CONCLUSÃO

Apresentamos neste capítulo algumas dimensões dos estudos socio-cognitivos do discurso de van Dijk a fim de compreender a importância da perspectiva de modelos mentais no estudo dos comportamentos que

envolvem as práticas sociais. Foi de extrema importância, ao longo desse estudo, depreender que nós, pesquisadores e pesquisadoras, temos a responsabilidade de enxergar a linguagem como um fenômeno social, com todas as implicações políticas e ideológicas que dela decorrem.

Cientes de tamanha responsabilidade, enveredamos pelo estudo de conhecimento, contexto e ideologia, nas dimensões encontradas na tríade discurso, cognição e sociedade, uma vez que são dimensões que, na perspectiva de Teun A. van Dijk, mantêm uma estreita relação com o discurso, pois o conhecimento, uma das propriedades cognitivas do contexto, por ser tanto cognitivo como social, só tem impacto no discurso por meio da interface cognitiva. Já o contexto envolve propriedades relevantes de uma situação social de uso da linguagem mediada pela cognição e varia de indivíduo para indivíduo modificado por, dentre outros elementos, o conhecimento. A ideologia é uma forma de cognição social, de ideia disseminada, assim, ideologias podem ser adquiridas e mudadas lentamente ou adaptadas a novas situações.

A tríade discurso-cognição-sociedade, outra dimensão do estudo sociocognitivo do discurso de van Dijk, aponta-nos que o autor considera ser impensável uma teorização social sem os aspectos cognitivos, bem como uma teoria cognitiva sem os aspectos sociais, pois sociedade e cognição estão em relação constitutiva, visto que discurso e sociedade dialogam intermediados pela cognição.

A escolha do *corpus* para a análise linguístico-discursiva apontou para a necessidade de uma análise da conjuntura, a fim de uma maior compreensão sobre a realidade histórica do movimento cultural negro e do racismo no Brasil e da Fundação Palmares, bem como da transição dos meios de discursos oficiais para, partindo dessa compreensão, empreendermos uma análise de estratégias linguístico-discursivas utilizadas pelo então Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, na tentativa de manipular os usuários dessa rede social com o intuito de privilegiar os modelos mentais apropriados ao discurso que pratica. Tais estratégias norteiam a cadeia argumentativa e polarizam o discurso para uma representação negativa da luta pelos direitos dos negros, transfor-

mando-as em lutas esquerdistas, em racismo de esquerda que visa atacar pardos e brancos, bem como ocultar os privilégios da população branca e a violência praticada por ela contra a população negra do Brasil. Ao mesmo tempo em que seu discurso trata os movimentos de esquerda de forma pejorativa.

Por fim, os modelos mentais são de extrema importância para compreendermos as práticas sociais e como são manifestadas por meio dos discursos. Ademais, apresentamos um estudo crítico das práticas sociais que são embasadas nos processamentos cognitivos e compreendemos como as ideologias se modificam de acordo com novas tendências de relações sociais.

REFERÊNCIAS

- APT, M. K. **Discurso e poder**: o modelo mental como instrumento de manipulação. 144f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais. São Paulo/SP, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- BARBIERI, C. H. C.; RAMOS, L. de O. **Democracia e representação nas eleições de 2018**: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero. São Paulo: FGV EASP, 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27646/RELAT%c3%93RIO%20FINAL%202018-2019.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jul. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jul. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, nº 9.029, de 13 de abril de 1995, nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e nº 10.778, de 24 de novembro de 2003.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2016.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**: principais resultados – sinopse. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?t=destaques>. Acesso em: 24 out. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota técnica nº 17:** reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei nº 6.738/2013. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21377. Acesso em: 30 set. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores ETHOS-CEERT para promoção da equidade social**. São Paulo: Instituto Ethos, 2016. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/categoria/publicacoes/>. Acesso em: 19 abr. 2017.

PORTAL GELEDÉS. **Hoje na História, 1988, A Lei nº 7.668 cria a Fundação Cultural Palmares**. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1988-a-lei-n-7668-cria-a-fundacao-cultural-palmares/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SANTOS, M. S. dos. Museus brasileiros e políticas culturais. **RBCS**, v. 19, n. 55, p. 53-73, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/65kMwMkxJbhPM68p8Grrhc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SILVA, R. M. D. da. As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 01, p. 199-224, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/pkCD7nQQmzBs39DnCGXCyBf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SOUZA, G. L. **Um estudo crítico do sexismo:** modelos mentais em notícias sobre violência contra a mulher. 143f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, 2015. Disponível em: <http://repositoriufes.br>. Acesso em: 2 jun. 2021.

VAN DIJK, T. A. Discurso, cognición y sociedad. **Signos**, n. 22, p. 66-74, 1997. Disponível em: www.discursos.org. Acesso em: 2 jun. 2021.

VAN DIJK, T. A. Discourse, ideology and context. **Folia Linguistica**, v. 3, p. 11-40, 2001.

VAN DIJK, T. A. A interface discurso-conhecimento. *In*: WODAK, R.; WEISS, G. **Teoria e interdisciplinaridade em ACD**, 2002.

VAN DIJK, T. A. Cinco perguntas para van Dijk. **Littera Online**, n. 3, p. 3-5, 2011.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto:** uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Linha d'Água**, n. 26, n. 2, p. 351-381, 2013. Disponível em www.revistas.usp.br. Acesso em: 2 jun. 2021.

VAN DIJK, T. A. Ideologia. **Letras de Hoje**, v. 50, n. esp. (supl.), p. 53-61, 2015.

VAN DIJK, T. A. Discurso, cognição e sociedade: estado atual e perspectivas de abordagem cognitiva do discurso. **Letrônica**, v. 9, n. esp. (supl.), p. 8-29, 2016. Disponível em www.revistaseletronicas.pucrs.br. Acesso em: 2 jun. 2021.

AVALIAÇÃO

Érica Alves do Nascimento
Francisco Djefrey Simplício Pereira
Wes Viana

INTRODUÇÃO

As práticas sociais são constituídas pelo discurso, enquanto linguagem, e por outros elementos sociais, como crenças, histórias e mundo material (FAIRCLOUGH, 2003). Esse momento discursivo das práticas sociais compõe o objeto principal da Análise de Discurso Crítica (doravante, ADC). De forma geral, as ciências sociais, a partir de Foucault (2008, p. 136), entendem o discurso como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo-espaço, que definiram, em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Assim, considerando essa característica de anonimato dos poderes que emergem do momento discursivo, nós, pesquisadores e pesquisadoras em ADC, utilizamos categorias de análise para desvelar relações de dominação, ideologias e hegemonias presentes na linguagem, com o intuito de observar/investigar mudanças sociais em curso e de denunciar assimetrias naturalizadas em sociedade (FAIRCLOUGH, 2003; THOMPSON, 2011).

A Avaliação é uma categoria textual que analisa de que maneira os textos podem ser atravessados por juízos de valor explícitos ou implícitos, contidos em diversos discursos. Nesta pesquisa, apresentamos a Avaliação com base nas leituras que Fairclough (2003) fez de Martin e

White (2000) e de outros autores/as e, em seguida, utilizamos essa categoria como uma lupa, para analisar a leitura do discurso policial sobre a Chacina do Jacarezinho, lançando a hipótese de que a construção do discurso oficial sobre o caso pode estar colaborando para a hegemonia racista e para a criminalização da pobreza no Rio de Janeiro.

A Operação Exceptis, que provocou a chacina, administrou 21 mandados prescritos sob a justificativa de Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins (MOLICA, 2021), mascarada, pela versão oficial da polícia, como busca por aliciamento de crianças e adolescentes pelo tráfico local (CESAR SALES, 2021). Entretanto, apesar de no Brasil não haver diretriz específica que detalhe em que proporção o uso da força policial deve ser usada, havendo apenas leis que legitimam o uso genérico dessa força¹, podemos nos adiantar, em uma estratégia de “como deveriam ser” as coisas (FAIRCLOUGH, 2003), e sustentar, como veremos com a análise, que a operação usou de força desproporcional e tornou-se uma verdadeira sentença de morte orquestrada pelo Estado. Dessa forma, por ocasião da repercussão negativa da ação policial nas redes sociais e em importantes veículos de comunicação, como El país, UOL e G1, selecionamos a entrevista coletiva dada pela Polícia Civil (COLETIVA, 2021), no dia 06 de maio de 2021, como *corpus* para aplicação da categoria estudada, uma vez que esse material compõe a narrativa abraçada por quem provocou o evento. Esse *corpus* foi ainda expandido, de modo a agregar matérias e falas que refletem e refratam o discurso policial sobre o caso.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante de tal problema social, provocado pela violência policial, recorreremos à vertente de ADC faircloughiana, dialético-relacional, que acolhe uma pesquisa textualmente orientada e essencialmente política. Sua/seu teoria/método busca mapear as conexões entre os usos da linguagem e as relações de poder na sociedade, a fim de mudá-la (RESENDE; RAMALHO, 2006). Para isso, Norman Fairclough utiliza-

¹ Ver artigos 23, 24 e 25 do Código Penal.

se, expressivamente, da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante, LSF), que aborda a linguagem como um elemento social, considerando as estruturas linguísticas como modos de agir sobre e no mundo (HALLIDAY, 1994).

Dessa forma, Fairclough (2003) reelabora as três macrofunções da LSF – ideacional, interpessoal e textual² – e conclui, de outra forma, que o significado representacional corresponde à função ideacional; o significado acional, por sua vez, corresponde à função interpessoal, com ênfase no texto como modo de interação em eventos sociais, assim, incorporando a macrofunção textual de Halliday; e finalmente o significado identificacional está inserido na função interpessoal (FAIRCLOUGH, 2003). Contudo, propomos, neste capítulo, uma análise que busca resolver, em especial, questões do “nível micro”, relevantes à análise de textos reais, isto é, interrogamos como a chacina do Jacarezinho foi construída discursivamente, através da categoria textual de Avaliação, tendo como objeto a entrevista concedida pela polícia civil do Rio de Janeiro. Apesar de não nos preocuparmos em delimitar fronteiras entre os significados, na análise em si, incorporamos, nesse percurso, a dialética do discurso, enquanto elemento da prática social, e nos concentramos nos processos, fluxos e relações mais relevantes entre outros momentos da prática social, para a análise da categoria textual.

Avaliação é uma categoria textual que analisa como os textos podem ser atravessados por valores explícitos ou implícitos. Para a detecção dos valores explícitos, existem as declarações com juízo de valor, com modalidades deônticas e com verbos de processos mentais afetivos. Para os implícitos, as pressuposições de valor. Ademais, estudar o objeto de análise, usando-nos dessa ferramenta analítica, pode elucidar ainda embates na pesquisa social, de modo a desvelar relações assimétricas de poder, que fortalecem tipos de papéis dominantes na sociedade contemporânea (FAIRCLOUGH, 2003).

2 Ou seja, os textos, a um só tempo, representam aspectos dos mundos físico, social e mental; interpretam relações sociais entre participantes de eventos sociais, em forma de atitudes, desejos e valores; e fazem isso de modo coerente e coeso, conectando as partes do texto e ligando-o ao contexto situacional (HALLIDAY, 1994).

De modo geral, qualquer interpretação de texto³ julga e avalia os enunciados como, por exemplo, sinceros ou não, formais ou não; avalia os propósitos e as intenções das pessoas, de maneira latente ou não, se essas intenções são honestas ou não; julga se o que está sendo exposto é ou não razoável, comparando experiências de mundo suas com as de outrem, em uma rede dialógica infinita. A partir disso, a Avaliação pode perpassar os três tipos de significados propostos por Fairclough (2003), ou seja, pode figurar a partir de discursos, de gêneros e de estilos.

A distinção apresentada por Fairclough, embora necessária para a compreensão analítica, não impede as categorias de fluírem umas nas outras. Juntas, elas compõem a dialética do discurso⁴. A exemplo, o corpo discente pode revisitar o modo característico de *representação do discurso* de que ser avaliado, pelo corpo docente, constitui uma atividade indispensável. Ou, por outro lado, na instância de produção do *significado acional*, o gênero entrevista de emprego pode determinar avaliações e julgamentos dos concorrentes. Contudo, apesar dos significados representacional, acional e identificacional atuarem dialeticamente, Fairclough (2003) prefere vincular a Avaliação, especificamente, a quatro modos de as pessoas identificarem a si mesmas e a outras, no seio dos estilos, que são: declarações com juízo de valor, declarações com modalidade deôntica, declarações com processos mentais afetivos e valores pressupostos, as quais detalhamos a seguir. Embora o autor faça essa distinção, usaremos, neste trabalho, essa subcategorização da Avaliação para além do significado identificacional, podendo a leitora ou o leitor encontrar, a um só tempo, a categoria operando como formas de ser, agir e representar.

A primeira subcategoria é composta pelas *declarações com juízo de valor*. Essas declarações exprimem o que se deseja ou não, o que é bom e o que é ruim, a partir de uma escala de intensidade formada pela oposição

3 Texto aqui entendido como evento comunicativo/interativo, de natureza semiótica (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997).

4 Em Fairclough (2003), a dialética do discurso, enquanto elemento da prática social, funciona a partir da relação entre três categorias: 1) *significados representacionais*; 2) *significados acionais*; e 3) *significados identificacionais*. Nesse sentido, podemos dizer que os discursos (significados representacionais) são interpretados em gêneros (significados acionais) e apontados a partir de estilos (significados identificacionais).

contínua de valores, desde os menos intensos aos mais intensos⁵. Em *Analysing Discourse*, Fairclough (2003) lista algumas categorias modais pelas quais é possível identificar avaliações em enunciados. São elas: adjetivos, sinais de exclamação, verbos e advérbios. Fairclough acrescenta ainda que os juízos de valor também estão relacionados à importância que se dá a algo ou a sua utilidade no mundo. “Assim quando se fala que um livro é importante ou que ele não tem função, conclui-se que ele é algo desejado ou não”⁶ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 172).

A segunda subcategoria refere-se a *declarações com modalidade deôntica*, isto é, declarações que utilizem estratégias retóricas com base em valores morais para promover uma obrigatoriedade/necessidade em sociedade. Abrange, portanto, sentidos como permissão, obrigação, proibição, obediência etc. Os modalizadores deônticos indicam tanto uma persuasão da parte de quem enuncia quanto um comprometimento da parte dos interlocutores para que uma oferta/demanda seja bem executada. Dessa forma, modalidades deônticas aparecem em enunciados como “A sociedade *precisa entender* que a gente *precisa acabar* com esse discurso quase que de pobre coitado e de vitimização do criminoso” (grifos nossos)⁷.

A terceira subcategoria diz respeito a *declarações com processos mentais afetivos*, ou seja, declarações que indiquem um nível de afinidade com o outro. Conforme explicam Resende e Ramalho (2006, p. 79-80), “as avaliações são ‘afetivas’, porque são geralmente marcadas subjetivamente, ou seja, marcam explicitamente a afirmação como sendo do autor, em estruturas como ‘eu *detesto* isso’, ‘eu *gosto* disso’, ‘eu *adoro*

5 Em *Manual de Semântica*, Cançado (2008) aponta a existência de pelo menos três conceitos para propor uma definição sobre antonímia, dos quais nos interessa o conceito de *antonímia gradativa*. Para a pesquisadora, “duas palavras são antônimas gradativas, quando estas estão nos terminais opostos de uma escala contínua de valores; a negação de um termo não implica a afirmação do outro” (CANÇADO, 2008, p. 46). Dessa forma, na oposição “entre *quente* e *frio*, certamente, teremos uma escala, como *morno* etc. Entre *alto* e *baixo*, teremos o *médio* etc.” (CANÇADO, 2008, p. 46, grifos da autora). Podemos acrescentar outras palavras a essa escala, tornando-a ainda maior: *fervendo-quente-morno-natural-frio-gelado-congelado*-etc.

6 No original: “So evaluative statements such as ‘this is an important book’, ‘this is a useless book’ imply that the book is desirable or undesirable – it is generally taken as self-evident that what is ‘important’ or ‘useful’ is desirable”.

7 Fala do Secretário Rodrigo Oliveira, durante uma coletiva de imprensa, para justificar a ação violenta da polícia na comunidade do Jacarezinho, 2021, 12min38s.

isso’.”⁸. Embora seus enunciados também surgiram oposições gradativas, semelhante aos juízos de valor, as declarações com processos mentais afetivos marcam especificamente avaliações associadas a *quem* enuncia, como reflexões e percepções sobre o mundo.

A quarta subcategoria refere-se a *valores pressupostos*, isto é, “os casos que não possuem marcadores de avaliação claros”⁹ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 173). É preciso considerar que, além dos marcadores de avaliação explícitos, também existem valores em um nível mais profundo do texto, isto é, num nível extralinguístico que pode ser pressuposto a partir da linguagem em uso. “O que está ‘dito’ em um texto sempre se baseia em presunções ‘não ditas’, então, parte do trabalho de se analisar textos é tentar identificar o que está presumido” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 80).

Essas subcategorias servem de guia para as conexões entre as avaliações e as relações de poder provenientes da construção discursiva da chacina do Jacarezinho, pela Polícia Civil, na coletiva. Dessa maneira, passemos à discussão conjuntural sobre a pauta racismo institucional, por meio, especialmente, da violência policial; para, em seguida, analisarmos, do ponto de vista das subcategorias da Avaliação, como a chacina é construída no discurso oficial; desaguando, simultaneamente, em como os elementos operadores da Avaliação podem funcionar como mecanismos para controle e dominação de relações assimétricas, na entrevista da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

A violência policial não acontece por acaso – muito menos por via de uma operação pontualmente mal executada –, mas sim como efeito relacionado a fatores avaliativos. Como mostra Legewie (2016), as forças policiais corporificam emocionalmente, de modos distintos, maneiras de agir, a depender da região urbana em que ocorre a atuação. Dessa forma,

8 Nesta pesquisa não estamos prevendo os sentidos, posto que as expressões não carregam valores positivos ou negativos em si e o desejo pode ser subvertido, interrompido, ironizado etc. Contudo, pensamos em uma previsibilidade de intenções/motivações valorativas emergentes, dentro da cultura jornalística em que a entrevista está inserida (SILVA; FERREIRA; ALENCAR, 2014).

9 No original: “I am reserving the category of ‘assumed values’ for cases without the relatively transparent markers of evaluation (evaluative statements, deontic modalities, affective mental process verbs.)”.

o abismo entre parcelas da população se dá, entre tantos motivos, por fatores identificacionais da polícia, como tentaremos mostrar adiante.

A Operação Exceptis regeu 21 mandados sob a justificativa de “busca por aliciamento de crianças e adolescentes pelo tráfico” na comunidade. Segundo matéria da CNN (MOLICA, 2021), apenas quatro indivíduos estavam incluídos na lista dos procurados e doze – neste número inseridos adolescentes – traziam antecedentes vinculados ao tráfico de drogas. Portanto, a princípio, os mandados não justificam o armamento manifesto e a invasão de casas, o que causa pânico nos/as moradores/as, conforme relatos (MOLICA, 2021). Arquitetada por 10 meses e integrada por 200 agentes, a operação executou as vítimas sem confronto, o que impossibilita o argumento de que os assassinatos foram provocados por algo que não saiu como o planejado no decorrer das atividades.

Contudo, a segunda maior chacina do Rio de Janeiro não foi apenas mais um episódio da violência histórica contra vidas precarizadas histórico-socialmente. Para além disso, devemos lançar luz especificamente sobre a construção do fato político, que pode ser observado na propensão latente do delegado entrevistado, ligado à operação, em coletiva de imprensa sobre o fato, após grande repercussão negativa nas redes sociais, quando justificou a violência policial e criticou o “ativismo judicial”, ou seja, a atuação de ativistas e de ONGs associadas aos Direitos Humanos e a ideias de grupos ditos ideológicos sobre a criminalidade (COLETIVA, 2021).

Para entendermos esse complexo movimento antagônico, em que Direitos Humanos e polícia estão em lados opostos, precisamos sistematizar, ao redor do evento, os principais fenômenos sociais do Brasil recente. Nessa conjuntura, o conservadorismo se vê cismado frente aos resultados do “negacionismo” científico, da CPI da Covid-19 e do ressurgimento do líder do maior partido de esquerda da América Latina, Lula da Silva. Consequentemente, para a direita, reativar os discursos que elegeram

Bolsonaro, como os da “autodefesa armada, do ódio de classe e, por conseguinte, da desqualificação das pessoas e entidades que defendem os Direitos Humanos” (SOUTO MAIOR, 2021), parece conveniente.

Para seguirmos esses retalhos de interesses, que usam um evento local para proclamar períodos de aumento da discriminação, como reforço da agenda conservadora política (LEGEWIE, 2016), temos que ir além das suspeitas ligadas às estruturas do governo com a milícia do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2019). Dessa forma, podemos mapear as conexões entre relações de poder e recursos linguísticos, aqui de forma ampla, em que a operação surge como uma reação política inconstitucional de dominação discursiva, que, por sua vez, articula-se a outras dominações, especialmente, nesse caso, à físico-militar.

A exemplo disso, Bolsonaro diz que matar e destruir famílias é próprio dos chamados “traficantes”, e a Polícia Civil do Rio de Janeiro estaria protegendo o que ele chama de “o povo”¹⁰. Ainda segundo o presidente, este em tom de reprovação, a mídia e a esquerda, antes do veredicto, costumam julgar esse chamado traficante como um cidadão “comum e honesto, que respeita as leis e o próximo”. Ou seja, essa resposta se baseia em estereótipos e preconceitos que veem, de antemão, moradores de comunidades, como a de Jacarezinho, como criminosos violentos.

Dessa forma, chegamos à conclusão de que as notícias sobre violência policial, com um suposto criminoso negro e pobre, não apenas aumentam atitudes negativas sobre negros e pobres (LEGEWIE, 2016), mas também fortalecem o fechamento social pelo conservadorismo. Há, portanto, uma relação entre as “operações policiais” e o aumento da popularidade dos políticos de extrema direita. Não por acaso, até o dia anterior à operação, apenas 12% das menções sobre o governador do Rio de Janeiro eram tidas como positivas. Na data da matança, o número aumentou para 41%, na proporção em que as menções negativas passaram de 50% para 41%. As indecisões caíram de 38% para 18%. Importante mencionar, neste ponto, que Jair Bolsonaro e Cláudio Castro, um dia antes do morticínio, reuniram-se presencialmente (SOUTO MAIOR, 2021).

10 Ver: <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-parabeniza-policia-apos-operacao-no-jacarezinho-10052021>. Acesso em: 21 ago. 2021.

A partir dessa análise conjuntural, tomamos o discurso policial, manifestado na entrevista, para compreendermos como se concebe a categoria de Avaliação na construção discursiva da chacina do Jacarezinho.

ANÁLISE DE DADOS

Como pesquisa transdisciplinar (FAIRCLOUGH, 2013), consideramos que o *corpus* indica quais categorias e subcategorias são necessárias para sua análise. Dessa forma, o trabalho a seguir se dá a partir das quatro subcategorias da Avaliação: declarações com juízo de valor, declarações com modalidade deôntica, processos mentais afetivos e valores pressupostos, já que encontramos, no levantamento prévio dos dados, materialidade discursiva de que elas poderiam estar sendo utilizadas como estratégias para a legitimação do discurso dos policiais envolvidos no evento que, em vista do nosso comedimento ético-político, temos reconhecido como chacina.

O desejo é textualmente materializado em *declarações com juízo de valor*. Tais declarações marcam a importância que se dá a algo a partir da intensidade com que é representado textualmente, o que pode ser evidenciado a partir de adjetivos, verbos, advérbios e exclamações selecionados para o discurso, assim, as declarações feitas na entrevista coletiva pela Polícia Civil do Rio de Janeiro podem ser avaliadas para a compreensão da construção discursiva da Chacina do Jacarezinho. Para isso, tomaremos alguns trechos como exemplificação.

No primeiro trecho selecionado para análise, o delegado afirma: “*Não sei se as grandes operações dão resultado. O que eu sei é que a falta de operação dá um péssimo resultado – disse um dos delegados da PF entrevistado*” (G1, 2021). O delegado utiliza o advérbio (não) e o verbo (sei) – *não sei* – mostrando um desconhecimento sobre dados de operações de grande porte realizadas pela polícia, além de classificar essas operações utilizando o adjetivo *grandes*, o que coloca a Operação Exceptis em lugar de antítese, logo, como operação de pequeno porte, o que é contraditório, já que ocorreu em caráter de urgência e de exceção,

indo de encontro ao que foi determinado pelo STF (a suspensão de operações nas comunidades do RJ). Além disso, por não ser uma operação de grande porte, o número de mortos se mostra ainda mais desproporcional. O adjetivo *péssimo* foi usado para caracterizar o resultado de operações que não chegam a ser realizadas, justificando a necessidade da realização da ação do Jacarezinho, mesmo não atingindo o resultado esperado.

Em outro trecho da entrevista, o delegado Oliveira, que é subsecretário operacional da Polícia Civil, criticou o que chamou de “ativismo judicial” afirmando: “*Pseudo* entendidos de segurança pública criaram uma lógica de que, quanto *mais* inteligência, *menor* o confronto. Isso *não funciona* assim” (07min01s). Há uma evidente deslegitimação dos estudiosos e dos dados de segurança pública ao utilizar o prefixo *pseudo* como adjetivo, contrapondo-se ainda à ideia de que é necessário o investimento em inteligência policial, uma vez que está em oposição ao pensamento desses estudiosos ao utilizar o advérbio *não* e o verbo *funciona*, o que deixa evidente que seu posicionamento é contrário e que apresenta uma lógica com advérbios que são antônimos aos utilizados no discurso do outro (*pseudo entendidos de segurança pública*) que o delegado apresenta, ou seja, ele não considera que *mais* inteligência é necessária para conseguir *menor* confronto, ou ainda, que não foi a falta de inteligência policial que culminou no resultado da ação, o que é confirmado em outro trecho em que Oliveira afirma: “A operação foi *muito planejada*, com todos os protocolos e *em cima de 10 meses de investigação*” (19min49s). A junção do advérbio *muito* ao adjetivo *planejada* mostra a intensidade desse planejamento, o que é ainda mais destacado com a presença da locução adverbial *em cima de 10 meses de investigação*, que destaca esse tempo como um longo período de preparação. Logo, é possível comprovar que o delegado considera que uma operação, mesmo planejada, não evita confrontos, ou seja, a operação em questão, segundo a polícia, teria sido bem planejada e os confrontos foram inevitáveis e não foram fruto de falta de inteligência ou de planejamento, mas da natureza mesma da ação. Assim, evidencia um esforço retórico de naturalização da violência e termina por pretender justificá-la, buscando descaracterizar a ação como sendo uma chacina e colocando-a como inevitável.

A palavra deontologia vem do grego, *deon* (dever, obrigação) e *logos* (ciência), ou seja, deontologia é o estudo de valores normativos. Conforme sinalizam Fuzer e Cabral (2014, p. 115), “também chamada de ‘modalidade deôntica’, a modulação ocorre em propostas (ofertas e comandos)”, reunindo num mesmo campo semântico significados como permissão, obrigação, proibição, necessidade, obediência etc. As declarações com modalidade deôntica expressam valores normativos desejáveis e indesejáveis, segundo o que os interessados em administrar e regular a conduta de um povo procuram estruturar e formalizar em sociedade. Nesse sentido, essa conduta é tradicionalmente estudada e executada a partir de demandas, por exemplo, quando leis são regulamentadas para impor uma conduta social¹¹.

Durante a coletiva de imprensa sobre a chacina no Jacarezinho, havia cinco entrevistados da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Declarações com modalidade deôntica foram identificadas no discurso do Secretário Rodrigo Oliveira, o homem sentado ao centro da mesa, também o primeiro a falar. O objetivo de sua fala é explicar a ideia da Operação Exceptis. De início, o secretário destaca que, diante da emissão de vinte e um mandados de prisão, a Polícia dirigiu-se ao Jacarezinho:

E na data de hoje a gente deflagrou essa operação que teve início na parte da manhã, como *determina* a lei, e deixando muito claro para todos os senhores que todos os *protocolos exigidos* na decisão pelo STF foram cumpridos, sem exceção, todos os protocolos foram cumpridos (COLETIVA, 2021, 02min37s, grifos nossos).

O secretário Rodrigo Oliveira atribui um valor desejável à ação da polícia, sinalizando que os policiais agiram de acordo com a Lei. O uso de verbos, como em “como *determina* a lei”, e de sintagmas nominais, como em “*todos os protocolos exigidos*”, sugerem que, dentro das formalidades

11 Para além da demanda das leis, uma conduta social também pode ser incentivada por ações no mundo. Quando Jair Bolsonaro utilizou o Twitter para parabenizar a Polícia Civil do Rio de Janeiro, enquanto chamava os mortos do Jacarezinho de “traficantes que roubam, matam e destroem famílias”, seu discurso hegemônico de alcance internacional fortaleceu um compromisso com os discursos da polícia. A naturalização desses discursos, por sua vez, perpetua práticas de violência e de genocídio contra pessoas negras e pobres no Rio de Janeiro.

protocolares, qualquer ação da polícia poderia ser justificável. O discurso utilizado para justificar a ação da polícia é reiterado mais adiante, quando o secretário sinaliza que a Polícia Civil do Rio de Janeiro sempre estará presente, dentro da legalidade, para defender uma “sociedade de bem”. Embora a ação da polícia seja legitimada pela Lei, seu abuso de poder não o é, e a violência policial no Jacarezinho marca um dos inúmeros abusos de poder da polícia contra pessoas negras e pobres no Brasil. Mais adiante, o secretário Oliveira associa o fortalecimento do tráfico a um “ativismo judicial”¹². Para ele, a existência de políticas de segurança pública em favor das comunidades é um obstáculo para a ação da polícia.

Parte desse ativismo, que de alguma forma orienta a sociedade numa determinada direção, ele *definitivamente* não está do lado da Polícia Civil e *definitivamente* não está do lado da sociedade de bem. Os interesses deles são diversos. Os interesses deles são outros (COLETIVA, 2021, 08min16s, grifos nossos).

Utilizando adjuntos modais – *definitivamente* –, o secretário Oliveira anuncia uma oposição entre os interesses da polícia e os interesses do que ele chama de “ativismo”. Nesse enunciado, o secretário também firma uma oposição entre os interesses do “ativismo” e os interesses da “sociedade de bem”. É uma dicotomia “nós x eles”. Assim, a Polícia Civil do Rio de Janeiro oferta uma suposta garantia de direitos de proteção, incitando práticas sociais de violência contra as comunidades periféricas. Essas práticas, por sua vez, geram discursos comprometidos com políticas de morte. Nas declarações da coletiva de imprensa, o policial firma o compromisso da Polícia Civil do Rio de Janeiro com as determinações da Lei e das decisões do STF, fortalecendo assim o tipo de conduta da polícia e seus excessos como desejáveis.

12 Mais adiante (45min14s), a jornalista Lola Ferreira, do UOL, questiona os entrevistados a quem se refere o “ativismo judicial”, mencionado diversas vezes pelo delegado Rodrigo Oliveira. Embora o delegado continue sem nomear a quem se refere, é importante destacar que, desde 2020, a polícia estava impedida de realizar operações com helicópteros nas favelas do Rio de Janeiro, devido à decisão do ministro Edson Fachin, do STF, em favor de um documento emitido pelo PSB, contra as políticas de segurança pública do governador Wilson Witzel. De acordo com o documento, o uso de aeronaves voando muito baixo é um dos maiores medos das pessoas que vivem em bairros e comunidades desfavorecidas, pois os policiais utilizam essas aeronaves como “plataformas de tiro” (Poder 360, 2021), colocando em risco a vida dessas pessoas.

Em contrapartida, o secretário associa a criação de políticas de segurança pública em favor das comunidades a uma conduta indesejável, pois segundo ele essas políticas de proteção à vida fortalecem o tráfico. Nessa dicotomia, há uma imposição de valores morais à vida das pessoas no Jacarezinho, isto é, estar do lado “indesejável” impõe aos moradores a condição de estarem contra a polícia, contra a sociedade e contra a lei. Nas palavras do secretário, “*É preciso dar um basta nisso tudo. A sociedade precisa entender que a gente tem que acabar com esse discurso quase que de pobre coitado e de vitimização do criminoso*” (Secretário Rodrigo Oliveira, aos 12min36s, grifos nossos). Se, por um lado, a chacina no Jacarezinho é uma maneira de a polícia impor políticas de morte aos moradores da comunidade, por outro ela evidencia qual tipo de proteção oferece, para quem e contra quem.

O discurso da Polícia Civil do Rio de Janeiro determina a repressão violenta como único acordo de proteção viável. A utilização de verbos modais como “*é preciso dar um basta nisso tudo*”, “*a sociedade precisa entender que...*”, “*a gente tem que acabar com...*” evidencia um alto grau de desejo de violência por parte da polícia. Para que desejos dessa natureza sejam executados, o secretário demanda a produção de discursos hegemônicos que favoreçam práticas de violência contra pessoas negras e pobres, perpetuando assim estereótipos racistas que ainda hoje promovem a manutenção das relações de poder étnico-raciais em sociedade. A ação da polícia no Jacarezinho é apenas uma amostra das políticas de morte que viabilizam condutas morais na sociedade.

Avaliação é desenvolvida por Fairclough (2003) como um sistema semântico que produz efeitos nos discursos e que, em sua realização, diversifica-se em uma gama de estruturas. Uma terceira estrutura, depois das declarações com juízo de valor e das declarações com modalidade deôntica, diz respeito aos afetos. Para o autor, com base em Halliday (1994) e Martin e White (2000), esses afetos podem ser analisados a partir de como participantes, processos, circunstâncias e fenômenos figuram nas experiências interpessoais. Contudo, observamos, notadamente, neste ponto da análise, como *processos mentais de apreço*, que podem se apresentar, por ocasião, como *processos relacionais com atributo*

afetivo (FAIRCLOUGH, 2003), contribuem para a construção discursiva das identidades dos policiais diante da chacina no Jacarezinho. Vejamos:

Afeto como processo mental: “Pseudo entendidos de segurança pública criaram uma lógica de que, quanto mais inteligência, menor o confronto. Isso não funciona assim”.

Afeto como processo relacional: “Quanto mais precisa [é] a informação, maior é a resistência do tráfico”.

Para classificar as emoções das falas dos entrevistados, adotamos a estratégia de mapear o terreno como um sistema de oposição. Assim, no primeiro exemplo, o que o processo mental produz é uma recusa de se *criar/inventar/fantasiar* estratégias teóricas, em favor de um olhar mais funcional, contra qualquer *inteligência fantasiosa*. Em outras palavras, na prática: “menos inteligência disfuncional, menor o confronto real”. O segundo exemplo, a propósito do processo relacional (transformado em mental afetivo, o tráfico[ante] *resiste/repele/teima*), reforça que, se a informação é *precisa/garantida/certeira*, o tráfico *resistirá* mais, ou seja, a única forma de não haver chacinas é com obtenção de informações sem planejamento, do ponto de vista da inteligência fantasiada.

Ambos os exemplos têm em comum uma lógica pessoal “mais esclarecida” dos acontecimentos nas comunidades. O primeiro usa uma justificativa pessoal contra uma alternativa – encarnada como do senso comum – que supostamente eleva a função de especialistas sobre o aqui-agora funcional dos agentes. Reescrevendo a sua fala, ficaria: “Eu acho que se *criou* uma lógica em torno dos especialistas [...]”. Contudo, este trabalho não concebe a ligação naturalizada de especialistas como antirracistas, evitando, assim, a interpretação dualista de, ao achar problemática a negação do policial da necessidade de uma postura especializada, ignorar toda a postura ideológica e política contingencial desses especialistas. Por sua vez, o segundo exemplo vê a precisão da informação por um viés pessoal, visto que, em um plano contrário, podemos asseverar: se houve confronto na comunidade, a informação não foi tão *precisa* quanto deveria.

Além dos casos explícitos supracitados, existe ainda a subcategoria de valores pressupostos, para quando não se tem marcadores muito nítidos de Avaliação. Por exemplo, certas avaliações de apreço passivas – do tipo *A operação foi muito planejada, com todos os protocolos e em cima de 10 meses de investigação* – situam-se entre polos (a polícia *planejou/pretendeu/quis* a operação), mas muito do fenômeno é deixado *implícito* (a polícia se recusa a dizer que está insatisfeita com a chacina). Esses casos são normalmente difíceis de categorizar (MARTIN; WHITE, 2000). Sobre isso, Fairclough (2003) nos aconselha a pensar no significado como em uma escala de intensidade, em um jogo de preenchimento das faltas, como se mostra a seguir: A polícia obedeceu à protocolos na Operação Exceptis (baixo comprometimento); A polícia *está confiante [ao não se mostrar envergonhada]* com os resultados da operação/chacina (médio); A polícia defende *[ao dizer que foi planejada por 10 meses] o sucesso da operação/chacina* (alto). Essa linha de raciocínio propositiva implícita se constrói, por exemplo, pelo desvio temático que a seguinte fala expõe e deixa de expor: *“a falta de operação [é que] dá um péssimo resultado” [não a chacina]*.

Dessa forma, os sentimentos dos policiais podem ser classificados de um menor valor, em uma escala de intensidade, em direção a um maior valor. Não queremos sugerir que a escala de valores é sempre indiscreta, mas uma possibilidade para as análises desses pressupostos emocionais é oferecer uma lexicalização que se classifique ao longo de uma escala organizada. Em um momento, na coletiva, podemos ver:

O tráfico vai cooptando [...]

Baixa: crianças, principalmente adolescentes.

Baixa (eufemizada): Aviãozinho.

Média-baixa: Responsável por uma determinada carga de drogas.

Média-baixa: Recebe uma arma.

Mediana: “Executor”.

Mediana: Segurança do traficante.

Mediana: Responsável pela contenção.

Alta: Maioridade – gerente do tráfico de drogas.

Alta: Chefe do tráfico.

Nesse caso, os sentimentos que envolvem o pretendido da operação não cumprem com o objetivo de reação ao aliciamento de menores, na medida em que *a criança* é entendida, no final da escala, como futura *chefe do tráfico*. O primeiro estímulo da operação, que seria de proteção da infância, é ignorado com base em uma predestinação onisciente, absoluta e soberana da coesão social racista. O fio condutor pressuposto leva as crianças das comunidades a serem vistas como ameaças, uma vez que a *cooptação* do tráfico seria impossível de se prevenir.

Os exemplos que fornecemos não são de forma alguma exaustivos, mas incluídos simplesmente para dar a essência da gama de significados envolvidos e enfatizar o fato de que a escolha de um item lexical ou outro sempre envolve avaliar a profundidade do sentimento. A fim de fazer justiça a esse tipo de elaboração lexical, precisaríamos desenvolver topologias semântico-pragmáticas, por meio de uma gama maior de exemplos e fontes. Um projeto muito além do escopo deste trabalho.

CONCLUSÃO

O objetivo principal de investigar a construção discursiva policial sobre a chacina do Jacarezinho – projetada na entrevista coletiva cedida pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, por meio da categoria Avaliação – permitiu-nos arrematar que a construção do discurso oficial sobre o caso colabora para a hegemonia racista e para a criminalização da pobreza.

Para chegarmos a essa conclusão, primeiramente, examinamos a conjuntura sócio-histórica da construção discursiva da chacina do Jacarezinho na entrevista da Polícia Civil, identificando quais fenômenos sociais eram mais relevantes, no momento circunvizinho à produção da coletiva. Nesse momento, o conservadorismo em crise se mostrou mais radical, depois da CPI da Covid-19 e do “ressurgimento de Lula”, o que fez reacender discursos sobre armamento civil, ódio de classe e desqualificação de pessoas e entidades que defendem os Direitos Humanos. Desse modo, o evento local da chacina foi usado para proclamar períodos de aumento da discriminação, como reforço da agenda conservadora política.

Depois disso, analisamos, do ponto de vista do interstício entre os três significados – identificacional, acional e representacional – como a chacina do Jacarezinho foi construída, através do discurso oficial, a partir das subcategorias da Avaliação, a saber: das declarações com juízo de valor, das declarações com modalidade deôntica, das declarações com processos mentais e dos valores pressupostos. Nesse ponto, os policiais: justificaram a necessidade de ações como a de Jacarezinho, afirmando que os confrontos são inevitáveis; deslegitimaram os estudiosos e os dados oficiais de segurança pública, acarretando sobre si mesmos uma lógica pessoal “mais esclarecida” dos acontecimentos nas comunidades; sinalizaram que agiram de acordo com a Lei; criaram um inimigo comum, o “ativismo judicial”; e montaram um cronograma de vida, para a criança moradora do Jacarezinho, que a viu, ao final, como futura chefe do tráfico.

Sobre a nossa posição, a partir da qual o trabalho foi realizado, percebemos os limites de uma análise feita para um exercício de prática teórica. Para uma compreensão mais global, precisaríamos ter contato com as pessoas envolvidas na tragédia e usarmos suas perspectivas para nos ajudar a determinar o que realmente seria mais problemático. Além disso, reconhecemos vir de uma posição particular dentro de um campo teórico específico, que, sobretudo, implica uma perspectiva sobre a categoria analítica estudada, ou seja, outros trabalhos sobre a mesma coletiva poderiam, por exemplo, ser orientados para os problemas dentro da Gramática do Design Visual. Há, é claro, outras reflexões a propor sobre a análise, por isso, mantemo-nos inclinados a contribuições que visem à emancipação de vidas precarizadas, à denúncia de assimetrias e, por fim, à mudança social.

REFERÊNCIAS

- BEAUGRANDE, R.-A. de; DRESSLER, W. U. **Introducción a la lingüística del texto**. Barcelona: Ariel Lingüística, 1997.
- CANÇADO, M. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

- COLETIVA de imprensa operação Comunidade Jacarezinho. 2021. Rio de Janeiro: [s. n.], 1 vídeo (1h04min53s). Publicado pelo canal Cesar Sales. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UzA5sEQbxeQ&t=5s>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Analysing discourse**: Textual analysis for social research. London; New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Critical discourse analysis**: The critical study of language. 2th ed. London: Routledge, 2013.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Tradução de Isabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. 4. ed. London; New York: Routledge, 1994.
- LEGEWIE, J. Racial profiling and use of force in police stops: How local events trigger periods of increased discrimination. **American journal of sociology**, v. 122, n. 2, p. 379-424, 2016.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. **The Language of Evaluation**: appraisal in English. London: Palgrave; Macmillan, 2000.
- MOLICA, F. Jacarezinho: denúncia não fala em aliciamento de menores e sequestro de trens. **CNN**, 08 maio 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/amp/nacional/2021/05/08/jacarezinho-denuncia-nao-fala-em-aliamento-de-menores-e-sequestro-de-trens>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- OLLIVEIRA, C. As ligações dos Bolsonaro com as milícias. **The intercept Brasil**, 22 jan. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SILVA, D. do N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. de N. (org.). **Nova pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- SOUTO MAIOR, J. L. A tragédia no Jacarezinho: mais um massacre policial ou uma articulação política reacionária? **Blog da Boitempo**, 11 maio 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/05/11/a-tragedia-no-jacarezinho-mais-um-massacre-policial-ou-uma-articulacao-politica-reacionaria/>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA

Fernando Henrique Rodrigues de Lima

Genyelle Morais Benevides

Marieli Rosa

Naara Lima Ripardo

INTRODUÇÃO

A pandemia por SARS-CoV-2 intensificou a crise socioeconômica existente no Brasil e, portanto, desde meados de 2020, evidenciou ainda mais a exclusão étnica e social. Pautado em políticas negacionistas e métodos não científicos e paralelos ao combate da covid-19, o Presidente da República empreendeu ações contrárias àquelas direcionadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e demais agências reguladoras de doenças, como a norte-americana CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) ou a britânica MHRA (Agência Reguladora de Medicamentos). A falta de políticas socioeconômicas efetivas, bem como planos de combate eficazes ao vírus, fez com que o número de mortes atingisse recordes mundiais, colocando o Brasil como um país internacionalmente indesejado. Depois de milhares de perdas, o Senado criou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as supostas omissões e irregularidades nas ações do Governo Federal.

Os pontos apurados pela CPI tratam sobre o negacionismo e descaso adotados pelo Governo Federal mediante as orientações fornecidas por cientistas e especialistas da área da Saúde acerca do combate ao vírus. Sobre os trabalhos executados pela Comissão, o Presidente Jair Bolso-

naro, em *Live* transmitida no YouTube em 06/05/2021, afirmou que suas frases sobre o vírus ou sobre a pandemia não ocasionaram as mortes de milhares de pessoas. Ao se pronunciar em redes sociais acerca de suas falas e de seus posicionamentos citados pelos senadores na CPI, o chefe do Executivo entra em modo defensivo, refletindo assim, seu caráter ideológico acerca das medidas sanitárias de combate ao coronavírus.

Diante do exposto, a partir do conceito de heterogeneidade enunciativa (Análise de Discurso Francesa) e seus desdobramentos na Análise de Discurso Crítica (ADC), propomos como objetivo principal em nossa pesquisa analisar as marcas de heterogeneidade enunciativa projetadas no discurso de autodefesa praticado pelo Presidente Jair Bolsonaro ao tratar as acusações a ele destinadas na CPI da Covid-19. Para tanto, como objetivos específicos propomos analisar a conjuntura em torno da CPI da Covid-19, como também as diferentes vozes (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre, aspas, verbos dicendi etc.) e sua relação com os processos de silenciamento discursivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Análise do Discurso (AD), sob a influência da Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste, a partir de Michel Pêcheux, traz o foco de análise nos discursos políticos comunistas e socialistas na França (FAIRCLOUGH, 2001), e desenvolve uma perspectiva de estudos em que a linguagem é compreendida a partir do seu momento histórico.

Portanto, é através desse entendimento que se constrói o sentido dos discursos, além de “atender a uma perspectiva não-imanentista e não-formal da linguagem e privilegia as condições de produção e recepção textual, bem como os efeitos de sentido” (MELO, 2009, p. 4), considerando também as relações de poder que perpassam a sociedade, de modo que os sentidos dos discursos eram produzidos a partir da interação social.

Dessa forma, na AD, o discurso é a materialização das ideologias das hegemonias sociais. Já os sujeitos que participam dessa prática, segundo a Sociologia de Louis Althusser e a Psicanálise de Jacques Lacan, são

assujeitados, não são os donos do seu dizer, e como pertencentes a um processo histórico, apenas reprodutores de discursos que os moldam.

Situada na terceira fase dos estudos da AD, Jacqueline Authier-Revuz é Doutora em Linguística pela Universidade de Paris e Professora Emérita da Université Sorbonne Nouvelle Paris III. Também é Professora visitante na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A pesquisadora segue as perspectivas bakhtinianas sobre a linguagem, em que a primazia dos discursos é dada para a heterogeneidade e dialogicidade da língua, possuindo o interdiscurso como o centro das análises:

Authier-Revuz sustenta que cada discurso é marcado por uma heterogeneidade enunciativa. A autora afirma que essa heterogeneidade deve-se ao fato de que todo discurso é dialógico, atravessado por outros discursos e com os quais ele interage. A pesquisadora postula que cada enunciado, de fato, elabora-se em função de uma reação do destinatário ao já dito (MACEDO, 2016, p. 90).

Por isso, ao utilizar-se dessas ideias, Authier-Revuz (1990) apresenta uma divisão conceitualista dentro da heterogeneidade enunciativa que influencia nas análises. A primeira é a heterogeneidade constitutiva, baseada no dialogismo de Bakhtin e na compreensão de sujeito de Lacan.

Logo, a voz do outro está presente de forma implícita e constitutiva no discurso. Como não é possível apreendê-la na superfície do texto, ela é localizada no exterior do discurso, perpassando os enunciados produzidos sócio-historicamente pelos sujeitos (KADER, 2012), de forma inconsciente:

Nesta afirmação de que, constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o Outro, reencontram-se as concepções do discurso, da ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a linguística, esquecer (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29).

Nisso é rememorado o conceito lacaniano de sujeito clivado. Como um produto da linguagem, esse sujeito é regido pelo inconsciente e pelo interdiscurso, de forma que o dizer criativo lhe escapa, e o que se tem é um sujeito com a ilusão de controle dos seus enunciados (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 17).

Já a heterogeneidade mostrada pode ser captada na superfície textual. Logo, as vozes discursivas são trazidas, intertextualmente, na estrutura sintática das frases. Authier-Revuz (1990) compreende esse processo como uma representação da constituição de um discurso. Sendo assim, é dividida em heterogeneidade mostrada marcada e não marcada. No primeiro tipo, temos as intertextualidades expressas como os discursos diretos, indiretos, aspas, glosas, entonação, entre outros. Na heterogeneidade mostrada não marcada, o discurso indireto livre e a ironia funcionam como bons exemplos.

Fairclough (2001), sob influências de Foucault, entende que o discurso, como uma prática social, é construído coletivamente e dialogicamente, estando presente em sua constituição elementos das estruturas sociais que o moldam, como a diversidade dos gêneros discursivos.

Diferente da perspectiva epistemológica da Análise de Discurso (AD), na Análise de Discurso Crítica (ADC), de vertente faircloughiana, não temos um discurso exclusivamente subjugado a tais estruturas, mas como uma prática social, situada sócio-historicamente, também molda a sociedade, com suas estruturas e instituições, estabelecendo, assim, uma relação dialética. Na ADC, o sujeito, por sua vez, ganha ares de agência, podendo se opor à dominação estabelecida pelas hegemônias sociais, como também é moldado pelas práticas discursivas (FERREIRA, 2017).

Diante dessas diferenças entre essas duas vertentes de estudo sobre o discurso (AD e ADC), de acordo com o objetivo de nossa pesquisa, focamos na heterogeneidade apresentada por Fairclough (2001), trabalhada segundo a Análise de Discurso Crítica. Assim sendo, o autor supramencionado, ao nos apresentar as três dimensões presentes no discurso (texto, prática discursiva e prática social), ressalta que a prática

discursiva, que faz justamente uma mediação entre o texto e a prática social, possui como centro de análise a produção, a distribuição e o consumo desses textos/discursos.

E é nesse processo sociocognitivo de produção e interpretação textual que alguns vestígios de interdiscursos são apresentados na produção textual, influenciando também em sua interpretação. Por isso, Fairclough (2001), através da conceituação de dialogismo de Bakhtin e dos desenvolvimentos feitos por Authier-Revuz, quanto às diferenciações da heterogeneidade enunciativa, apresenta uma distinção quanto, à heterogeneidade discursiva. Assim, dentro do âmbito da heterogeneidade dos textos, Fairclough (2001) apresenta dois processos distintos, entretanto relacionados entre si: intertextualidade manifesta e a intertextualidade constitutiva.

A propriedade do primeiro processo refere-se às marcações explícitas de outros textos na construção de determinado discurso. Por conseguinte, observamos a relação de um texto com outro através da interação, assimilação ou contradição. O segundo processo, denominado também de interdiscursividade, encontra-se no âmbito das ordens do discurso e, portanto, das práticas discursivas no qual analisamos a combinação de diferentes discursos (BESSA; SATO, 2018). Tendo posto esta diferenciação, elencamos o primeiro processo como base para desenvolvimento da análise.

À vista disso, na análise da prática discursiva, temos a possibilidade de naturalização ou reestruturação das ordens de discurso, cumprindo determinados objetivos para a perpetuação de poder, ou mesmo para desestabilizar as ordens de discurso, com vistas a possíveis mudanças sociais. Assim, compreender como os textos são constituídos a partir da heterogeneidade possibilita identificarmos as relações que eles estabelecem com outros aspectos sociais, culturais e políticos na sociedade.

Dentro dessas diferentes formas de constituição dos discursos, seja na intertextualidade constitutiva ou manifesta (FAIRCLOUGH, 2001), a determinadas vozes é dada a prioridade, e a outras o silenciamento. Podemos constatar, como exemplo, uma fala comum no discurso de Jair

Bolsonaro: “Tem a questão do coronavírus também que, no meu entender, está superdimensionado, o poder destruidor desse vírus”.

Para Irineu (2014), a partir de Lessa (2013), o silenciamento discursivo diz respeito a tudo o que não deve ser falado, ensinado ou aprendido. Tudo aquilo que não deve ser trazido para o debate na/em sociedade. Através disso, podemos ter o estabelecimento hegemônico de um conjunto de verdades em detrimento de outros, de forma a orquestrar as estruturas e as instituições sociais.

A partir dessa reflexão sobre a heterogeneidade discursiva dentro da ADC faircloughiana, na próxima seção, daremos início à análise das marcas de heterogeneidade enunciativa, considerando também o silenciamento discursivo, projetadas no discurso de autodefesa praticado pelo Presidente Jair Bolsonaro, ao tratar as acusações a ele destinadas na CPI da Covid-19.

ANÁLISE DE DADOS

A saúde é um Direito Constitucional (art. 196) e, portanto, é dever da União, dos Estados e dos Municípios (art. 23, II) garantir políticas sociais e econômicas para sua implementação (BRASIL, 1988). A saúde é uma condição indispensável para a sociedade e para o progresso material, moral e político. Dessa forma, o poder Público tem responsabilidade de zelar pela assistência à saúde. No entanto, com a pandemia da SARS-CoV-2, a crise política, social e da saúde brasileira intensificou as desigualdades existentes no país.

A postura de Jair Bolsonaro, enquanto chefe de Estado, destoa das posturas de outros líderes políticos ao redor do mundo. Salienta-se que, desde março de 2020, quando comparou o vírus com uma “gripezinha” ou um “resfriadinho”, vislumbramos pronunciamentos em que ele minimizou o vírus e suas consequências. Além disso, ignorou alertas de cientistas e da comunidade internacional sobre as medidas de isolamento e o uso de máscaras; incentivou invasões a hospitais ao questionar o número de casos, os laudos médicos e atestados de óbito; propagou aglomerações

e informações falsas sobre tratamentos sem evidências científicas da eficácia.

O período pandêmico evidenciou a perversidade do neoliberalismo na área da saúde pública. Sob a égide do “Brasil não pode parar”, a economia é o fator de maior importância dentro do planejamento de Bolsonaro. Ademais, a ação deliberada de disseminar o vírus e informações negacionistas são fatos perceptíveis em seus pronunciamentos. Suas declarações reforçam um projeto pautado numa necropolítica que torna a vida e a morte um traço de seu governo. Achille Mbembe (2016) discute sobre a construção de políticas de exclusão em que o Estado regula e regulariza o poder de gestão sobre a vida das pessoas, ou seja, dita quem pode viver e quem deve morrer. Dessa forma, a frase “alguns vão morrer, lamento, essa é a vida” dita por Bolsonaro, representante da mais alta instância de poder, revela a face da política de seu governo.

Logo, com a pandemia, a diferença entre as classes sociais se tornou mais expressiva. A combinação de aspectos econômicos, sociais e sanitários afetaram diretamente determinados grupos em estado de vulnerabilidade, já que a distribuição desigual de renda, o desemprego e a ausência de ações afirmativas durante o período pandêmico fizeram com que milhares de pessoas sofressem com o não-protagonismo do Estado.

Nesse sentido, a ausência de compromisso do presidente, enquanto chefe de Estado, durante a pandemia implicou políticas que potencializaram a morte e não à vida. Por meio de uma análise de conjuntura, Guilherme Costa Garcia Tommaselli (2020, p. 191) corrobora para pensarmos o desenvolvimento de uma política da morte “em que o alvo é o corpo negro, indígena, feminino, LGBTQTI+, periférico”. Dessa forma, o não comprometimento com a ciência, com as medidas de isolamento e o descaso frente as necessidades sociais diante da pandemia também revelam que a política de Bolsonaro tem “alvos certos”, isto é, os grupos sociais que estão à margem da sociedade.

Assim, o conjunto de orientações dadas por Bolsonaro em seus pronunciamentos oficiais ou via *lives* auxiliaram na propagação de informações de cunho negacionistas em relação a Ciência no âmbito da área

da saúde. Diante do número crescente de mortes e das divergências entre entes federados e a União foi instaurada, em abril de 2021, a Comissão Parlamentar de Inquérito. Por falta de ações e assistência aos governos estaduais, a comissão surge para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19 no Brasil, incluindo as declarações de Bolsonaro nos autos do processo.

Enquanto Estadista, a figura de Bolsonaro compactua com uma política de morte e transfere para os cidadãos a livre escolha de seguir ou não com as medidas sanitárias. Isso interfere drasticamente na contenção do vírus e, por sua vez, em suas mutações. Dessa forma, esse deslocamento da responsabilidade banaliza a ideia constitucional do Direito à saúde (LAURELL, 2016), haja vista que as políticas públicas e as medidas sanitárias são negadas e inviabilizadas pelo Executivo.

Cabe ressaltar o caso da falta de oxigênio em hospitais em Manaus, em janeiro de 2021, que ocasionou a morte de pacientes com covid-19. Bolsonaro declarou que “não é obrigação” do governo “se antecipar a problemas” e, em seguida mencionou que “não faz parte de nós [Governo Federal] entregarmos oxigênio”¹. Esse processo efetuado por Bolsonaro aponta o distanciamento da ação do Estado frente as crises.

Com o andamento das investigações na CPI da Covid-19 observamos o depoimento dos ex-ministros da saúde e de outras figuras ligadas ao Governo Federal. Consequentemente, o atual Ministro Marcelo Queiroga ao depor, no dia 6 de maio de 2021, foi questionado pelo senador Renan Calheiros sobre as frases ditas por Bolsonaro durante a pandemia. Queiroga alegou não “fazer juízo de valor” e, em seguida, vislumbramos esse assunto na *live* do presidente da República que denominou a CPI de “xaropada”. A pandemia da covid-19 evidencia, portanto, a degradação do Estado Democrático e, por conseguinte, o direito à vida e à saúde. O Brasil sofre com os danos ocasionados pelo golpe de 2016² que abriu

1 Bolsonaro diz que falta de oxigênio em Manaus não é responsabilidade do governo federal. *Jornal Nacional, Portal G1*. 30 jan. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/01/30/bolsonaro-diz-que-falta-de-oxigenio-em-manaus-nao-e-responsabilidade-do-governo-federal.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2021.

2 O golpe de 2016 refere-se à queda de Dilma Rousseff a partir de uma traição do vice-presidente, Michel Temer, em conjunto com partidos da oposição. Os autores do processo de *impeachment*

caminho para o atual presidente, cuja trajetória vincula-se aos discursos autoritários, misóginos, racistas e homofóbicos.

Tendo posto as reflexões sobre heterogeneidade discursiva (FAIRCLOUGH, 2001), apresentamos o trecho selecionado da *live* do Presidente Jair Bolsonaro referente ao discurso de autodefesa em relação às acusações feitas durante uma sessão da CPI da Covid-19. Para a análise do *corpus* levamos em consideração as contribuições sobre a heterogeneidade discursiva e enunciativa em Fairclough (2001) e em Authier-Revuz (1990, 1998). Apresentaremos agora algumas sentenças presentes no texto para observar os diversos elementos e significados constitutivos do discurso acerca dos aspectos ideológicos, políticos e sociais em relação à pandemia.

Eu descobri hoje que na CPI, eu descobri que na..., assisti... não dá para ouvir tudo. Porque... Primeiro, porque é uma **xaropada (1)**. Raramente tem um Senador ali... Raramente não! Tem Senadores que **bem-intencionados (2)** [inaudível]. **Mas, tem uns quatro senadores que pelo amor de Deus. Sabem tudo! (3)** [alteração de voz] Vocês deviam se apresentar! Se apresente você hoje para ser Ministro da Saúde. Eu te nomeio lá no lugar do Queiroga e **vá resolver o problema das mortes no Brasil (2)**. São os mesmos de sempre, três ou quatro ali. Os mesmos de sempre. **Eu fiquei 28 anos dentro na câmara, eu sei o que é CPI e, na maioria das vezes, sei para que serve a CPI. Sabem tudo! (4)** ‘Porque você não fez isso, porque fez aquilo. Mas, o presidente falou isso...’ **(5)** Um lá..., olha só, olha só que bonito. Eu não tava... eu queria tá na CPI. Eu vou... Eu queria tá na CPI. **Atenção aí Ministro: ‘quais dessas frases que mais matou gente no Brasil?’ (6)** Frase do presidente Jair Bolsonaro. **Botou várias frases lá (7)**. Tá tá. Sabe qual seria minha resposta? Oh, prezado Senador, prezad... Excelentíssimo Senador: **Frase não mata ninguém! (8)** que mata é o desvio de recurso público que seu Estado des-

não encontraram quaisquer atos de corrupção no governo da presidenta Dilma. Desse modo, buscaram pretextos jurídicos como, por exemplo, as chamadas “pedaladas fiscais” para acusá-la e retirá-la do governo. Cf. POZZI, H. C. *Golpe de 2016: uma análise a partir dos editoriais da FSP, O Globo e OESP*. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais) – São Paulo: PUC/SP, 2019.

viou. Então, vamos investigar o teu filho que a gente resolve esse problema. Desvio Mata! Frase não mata! Parabenizo os senadores que têm feito um trabalho excepcional, não é do meu lado não. **É do lado da verdade (9 ok)** (*sic*)”³.

A atribuição de sentido dada pelo pronunciamento de Bolsonaro visa a legitimação de seu projeto de necropolítica, bem como a disseminação de informações negacionistas e o silenciamento de opositores. Por isso, ao iniciar seus apontamentos sobre a Comissão, o presidente expressa sua objeção acerca das investigações, representada pelas contínuas pausas, com risos, ao proferir a sentença: “Eu descobri hoje que na CPI, eu descobri que na..., assisti... não dá para ouvir tudo”. Nesse sentido, a organização da sentença articula os verbos “descobrir”, “assistir” e “ouvir”.

De fato, o constructo de significados aponta para o desejo de Bolsonaro de expressar e transmitir aquilo que foi “descoberto” por ele ou, então, destacar aqueles que, supostamente, o perseguem. Ao observarmos o lugar social e político desse Estadista, ressaltamos o histórico de intolerância ante as críticas, o que corrobora para a análise da última sentença. A colocação “não dá para ouvir tudo” alude a reação de Bolsonaro frente a CPI. Ademais, também empreende o não acesso aos dados levantados pela Comissão. Portanto, as escolhas lexicais, as pausas com risos leves e a assertiva no final da sentença demonstram seu posicionamento ideológico em nível de desaprovação, inferiorização e silenciamento.

O texto constrói-se, exclusivamente, pela articulação da voz de Bolsonaro em discurso indireto livre. Na sentença (5), Bolsonaro não propõe reproduzir exatamente as falas proferidas sobre ele na Comissão, bem como não cita os nomes dos senadores (3) que abordaram durante a sessão a relação de frases negacionistas, retomadas em (7), ditas pelo presidente durante o período pandêmico. Salienta-se que a ausência de

3 O posicionamento de Bolsonaro sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) encontra-se a partir dos 22 minutos e 20 segundos do vídeo. Cf. Íntegra da Live de Jair Bolsonaro. Canal do YouTube: Pingos nos Is (Joven Pan). Publicado em 6 de maio de 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=drb9VS7S_hk. Acesso em: 14 maio 2021.

marcações sobre os sujeitos mencionados ao longo da *live* refere-se ao posicionamento ideológico do presidente, haja vista que “os senadores bem-intencionados” são aqueles que concordam com suas pautas e seu negacionismo acerca da covid-19. Dessa forma, ao silenciar (IRINEU, 2014) outros discursos, ele desqualifica posicionamentos para, assim, construir sua autodefesa.

Portanto, a desqualificação da Comissão em (1) evidencia, em certa medida, sua preocupação frente as acusações e o desmerecimento do processo de investigação dentro dos parâmetros da Constituição Federal. Esse comportamento é legitimado na sentença “eu sei o que é CPI e, na maioria das vezes, sei para que serve a CPI”, visto que classifica as investigações entre aqueles que têm a preocupação com a verdade (6) e aquelas que são “xaropadas” (1). Diante disso, ao adjetivar certos(as) senadores(as) como bem-intencionados(as), o primeiro questionamento que nos vem é: com quem/que eles(as) são condescendentes? Por que o Presidente Jair Bolsonaro os(as) qualifica dessa forma?

Antes de respondermos a essas indagações, gostaríamos de situar nosso(a) interlocutor(a) na compreensão de que uma CPI é um evento discursivo, já que é composta simultaneamente pelo texto, pela prática discursiva e pela prática social (FAIRCLOUGH, 2001). Logo, existem ideologias que subjazem às ordens de discurso (interdiscursividade) que compõem a prática discursiva, orquestrando, por sua vez, o evento discursivo.

Assim sendo, respondendo os questionamentos trazidos acima, os senadores bem-intencionados, para o Presidente, são aqueles que, ideologicamente, concordam com suas pautas e com o seu posicionamento diante da pandemia do covid-19. Logo, ele silencia (IRINEU, 2014) todos os outros que não coadunam com as suas ideias. Por isso, é tão importante para ele desqualificar tais senadores, para, assim, construir um discurso de autodefesa para seus interlocutores.

Esse discurso é ratificado através da sentença (4) no qual consta “Eu fiquei 28 anos dentro na câmara”. Bolsonaro usa de seu histórico no congresso como forma de apresentar seu conhecimento sobre

o porquê e como é desenvolvida uma CPI, acendendo em seus(suas) interlocutores(as) uma postura de defesa diante de um possível engano engehado pelos senadores opositores ao atual governo. Ao proferir que sabe o que é e para que serve uma CPI, ele deixa implícito que o objetivo dela é caçá-lo, engendrar uma situação que desgaste o seu governo perante a opinião pública, como vemos em (5).

Seu discurso de autodefesa é ratificado também através do seu questionamento em (6), construindo-se como vítima das artimanhas da mídia brasileira que repercutiram frases ditas por ele no início da pandemia, e agora, são trazidas pelos seus opositores na CPI (7).

Por fim, emerge em seu discurso um enunciado que tem sido usado de forma incansável, através da intertextualidade, por seus(suas) defensores(as), como podemos ver em (8). Dessa forma, o pretenso estadista se esquivava da responsabilidade inerente ao seu cargo e relativiza o impacto das suas falas perante a população, acusando um senador, não nomeado, dizendo que quem mata é o desvio de dinheiro público. Em seguida, sugere a investigação do filho desse senador: “vamos investigar o teu filho que a gente resolve esse problema”. Com isso, Bolsonaro utiliza-se da estratégia de deslocamento, ou seja, busca mudar a questão central da investigação da Comissão – a omissão do Governo Federal no combate a covid-19 – ao apontar atos de corrupção em outros governos.

O senador em questão é Renan Calheiros, relator da CPI e pai do governador de Alagoas, Renan Filho. Desde o começo da pandemia, o Governo Federal tenta se eximir das responsabilidades atribuindo a culpabilidade aos governos estaduais. Em uma “queda de braço” antes federados e a União tiveram diálogos difíceis sobre leitos hospitalares, respiradores, os já citados tanques de oxigênio e, mais recente, a compra das vacinas. Portanto, o governo de Bolsonaro durante a pandemia dificultou o diálogo com os governadores.

Seu modelo de gestão governamental é pautado em polêmicas, pontuado por muitos jornalistas como cortina de fumaça para encobrir suas falhas; ataques e desafetos aos que são contra sua política;

descrédito e desrespeito aos veículos tradicionais de comunicação de massa; uso exacerbado de redes sociais e pautas anacrônicas e de retrocesso como, por exemplo, a questão do desarmamento ou do voto impresso.

É válido ressaltar também que o período inicial do governo Bolsonaro seguia à risca o modelo norte-americano de Donald Trump, ex-presidente dos EUA, que também minimizava as questões relativas à pandemia em 2020. Mesmo com a não-reeleição de Trump e a mudança do discurso americano com o novo presidente Joe Biden, Bolsonaro manteve-se fiel ao discurso do modelo trumpista. O governante segue à risca um modelo de gestão rejeitado na superpotência (Trump não foi reeleito) e acredita piamente ser vítima de forças superiores que não aceitam sua gestão, não estão “do lado da verdade” (9), sentença que o liberta de responsabilidades e atribui um caráter superior ao seu mandato. Não é o mandato do Bolsonaro, é o mandato da verdade, de uma parcela da sociedade órfã da ditadura militar, praticante da moral e dos bons costumes, denominada patriotas. Para o presidente, quem está contra ele está do lado da mentira. Afinal, em relação ao Brasil, dentro da política do Bolsonaro, é “ame-o ou deixe-o”, ou seja, suas ações trazem de volta um discurso advindo do período da ditadura civil-militar.

CONCLUSÃO

A heterogeneidade discursiva realiza-se no discurso de várias maneiras, sendo um elemento observável e analisável dentro do discurso presente em vários meios de comunicação de massa e de autoridades que fazem pronunciamentos públicos. Como podemos observar no trecho aqui analisado do discurso do presidente Jair Messias Bolsonaro em que ele se pronuncia em relação à CPI da Covid-19, buscando reafirmar seus posicionamentos ideológicos, mas defendendo-se de possíveis entraves jurídicos advindos da investigação da comissão parlamentar.

A comissão busca encontrar as falhas em relação ao tratamento dado à doença pelo governo brasileiro e, inevitavelmente, chega à fi-

gura do presidente como alvo de investigação, por mais que haja uma tentativa de blindagem dos seus aliados da base parlamentar governista. O discurso de Jair Bolsonaro é ratificado através de polêmicas e sem base, sendo espelhado em atitudes de outros governos nos quais ele se baseia, em especial, o do ex-presidente norte-americano Donald Trump. Há muitas ramificações observáveis em seu discurso, dentre elas, a manipulação de dados e de informações científicas, além de um negacionismo em relação ao discurso científico e um negacionismo, inclusive, de declarações dadas por ele e por sua base governista em um momento prévio da investigação.

O gênero *live* apresenta-se como uma ferramenta inovadora e de ampla repercussão social, tendo sido muito divulgada e atingindo um número maior de pessoas a partir do início da pandemia de SARS-CoV-2, em março de 2020. Através dela, o presidente consegue-se dirigir diretamente ao seu público apoiador, visto que sua relação com a imprensa brasileira não é das melhores e, constantemente, entram em atrito, muitas vezes como resultado de ações hostis dele para com os jornalistas. Ao validar o discurso presidencial em suas *lives*, Bolsonaro consegue atingir uma rede de pessoas que compartilham/concordam com seus posicionamentos, fortificando, expandindo e atingindo um público maior que é persuadido por sua fala popular. Em síntese, podemos afirmar que o político usa de uma série de artimanhas discursivas para tirar o foco de questões centrais e levantar questões periféricas, atitude comumente chamada de cortina de fumaça. Também usa do silenciamento discursivo ao tratar dos intertextos de seus opositores, privilegiando e fundamentando outros elementos das ordens do discurso para isso.

Logo, Jair Bolsonaro tem conseguido um apoio popular, criando uma validação de seus discursos e de suas ações à frente da presidência. Enfim, chega-se à conclusão do poder de influência e de manipulação do/através do discurso de necropolítica. A ausência de uma gestão governamental que se comprometa com a vida e a saúde de milhares de cidadãos desencadeia consequências desumanas.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- BESSA, D.; SATO, D. T. B. *In*: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 de agosto de 2021.
- DAVIS, M. *et al.* (org.). **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2020.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FERREIRA, D. M. M. Agência na linguagem: do diferente ao semelhante. *In*: FERREIRA, D. M. M. (org.). **Estudos Críticos da Linguagem**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 31-51.
- IRINEU, L. M. Memórias sobre a América Latina na formação de professores de espanhol. *In*: LIMA, L. M. de. (org.). **A (in)visibilidade da América Latina na formação do professor de espanhol**. Campinas: Pontes Editores, 2014.
- KADER, C. C. C. A heterogeneidade enunciativa: um entrelugar. *In*: **IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, Caxias do Sul, 2012.
- LAURELL, A. E. C. Políticas de saúde em conflito: seguro contra os sistemas públicos universais. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, n. 24 e2668, 2016. Disponível em: <http://rlae.eerp.usp.br/>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- LESSA, G. da S. M. Memórias e identidades latino-americanas invisíveis e silenciadas no ensino-aprendizagem de espanhol e o papel político do professor. *In*: ZOLIN-VEZ, F. (org.). **A invisibilidade da América Latina no ensino de espanhol**. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- MACEDO, E. B. I. de. **O Eu e os Outros**: uma análise da heterogeneidade enunciativa do sujeito na produção acadêmica. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Letras, p. 131, 2016.
- MBEMBE, A. Necropolíticas. Tradução de Renata Santini. Arte e ensaios. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, Rio de Janeiro, ed. 32, dez. 2016.

MELO, I. F. de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista eletrônica de divulgação científica em língua portuguesa, linguística e literatura**, n. 11, p. 1-18, 2009.

POZZI, H. C. **Golpe de 2016**: uma análise a partir dos editoriais da FSP, O Globo e OESP. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais) – São Paulo: PUC-SP, 2019.

TOMMASELLI, G. C. G. Necropolítica, racismo e governo Bolsonaro. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 179-199, dez. 2020.

LEXICALIZAÇÃO

Ana Lorena dos Santos Santana

Maria José dos Santos

Micheli Rosa

Tatiana Freitas Ribeiro Alcântara

INTRODUÇÃO

A lexicalização é uma categoria presente na proposta da análise de discurso inglesa (FAIRCLOUGH, 2001, 2003), a qual permite observar a constituição das múltiplas possibilidades de combinação do sistema linguístico. Em vista disso, pode-se dispor de um acervo linguístico que poderá ser usado em diferentes contextos conforme as intencionalidades discursivas dos autores. Este processo de lexicalização compreende toda a execução de novos termos linguísticos, sejam eles do nível simples ou o mais complexo, ou unicamente dando outro significado para vocábulos já inseridos no contexto linguístico do falante (BRINTON; TRAUGOTT, 2005).

Destarte, observa-se que existem maneiras de expressar algo através do léxico, revelando significados diversos em cada nova utilização, pois questões sociais, culturais e ideológicas permeiam a construção do discurso. Na atual conjuntura política, social e cultural, observamos os diversos discursos que circulam acerca da pandemia da covid-19.

A pandemia evidenciou sobremaneira problemas estruturais no Brasil: racismo, machismo, desigualdades sociais entre outros. Compreendemos que o povo brasileiro vivencia uma tragédia nacional, pois as práticas

governamentais, especialmente Federais, são conservadoras, retrógradas e não visam ao bem-estar social¹. Por isso, salientamos a importância dos estudos discursivos como uma das formas de modificar socialmente a realidade de grupos sociais que são abandonados pelo Estado.

Nosso interesse em abordar diferentes modos de lexicalização parte do pressuposto de que variadas abordagens de vocabulário podem envolver diferentes maneiras de se posicionar ideologicamente (FAIRCLOUGH, 2001). Com isso, é possível perceber que alguns discursos se articulam melhor à medida que escolhas pontuais, de termos que correspondem a determinados interesses, são feitas. Desse modo, o presente artigo tem como objetivo maior analisar o processo de lexicalização envolvido na construção discursiva de uma notícia sobre violência de gênero no contexto pandêmico publicada pelo portal R7.

Nosso *corpus* é constituído por uma manchete retirada de uma notícia pertencente ao portal jornalístico de grande popularidade nacional, R7 (filiado à rede de televisão Record), compreendida entre março de 2020 e maio de 2021, relacionada a discursos sobre a violência de gênero.

Importa destacar que vivemos um período atípico com o advento da pandemia e, principalmente, na rotina dos lares mundiais houve uma profunda e severa mudança social. Segundo o jornal Correio Braziliense 2020, na esfera social houve um avanço positivo, pois muitas pessoas demonstraram solidariedade, mas, por outro lado, o convívio em família foi mais constante devido às restrições impostas para conter a pandemia e, para muitas famílias, a violência contra a mulher se intensificou nesse período, já que muitas mulheres tiveram que ficar mais tempo com seu agressor. Partindo desse entendimento, surge o seguinte questionamento: *Qual o processo de lexicalização utilizado no portal de notícias R7, para expor notícias sobre violência de gênero, no cenário pandêmico?* Visto que houve um aumento significativo de violência contra mulheres desde o início da pandemia sendo, por diversas vezes, noticiado na mídia hegemônica. Diante disso, estabelecemos os seguintes objetivos:

1 As mídias alternativas apresentam várias reportagens sobre os acontecimentos sociais, políticos e econômicos ocorridos e agravados durante a pandemia da covid-19. Ver: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/10/03/estamos-vivendo-uma-tragedia/>.

1. Analisar a conjuntura das práticas sociais com foco nas questões de gênero e violência contra a mulher;
2. Identificar a formação de campos semânticos e suas relações de significado em uma notícia veiculada na mídia hegemônica;
3. Reconhecer qual(is) ideologia(s) predomina(m) no discurso veiculado sobre violência de gênero em uma notícia do portal R7.

Com a intenção de alcançarmos tais objetivos, construímos nosso entendimento acerca da lexicalização sob a ótica da Análise de Discurso Crítica (doravante ADC), pensando na adoção de determinados termos lexicais em vez de outros, como sendo pertinente para investigar como tal fenômeno linguístico ocorre no portal de notícias escolhido.

Como método científico de investigação, nossa pesquisa se respalda no modelo qualitativo. Para a análise dos dados, o *corpus* utilizado partiu de alguns exemplos retirados do portal de notícias já citado anteriormente. Como aporte teórico, usamos Fairclough (2001, 2003), Resende e Ramalho (2014), Vieira e Resende (2016), entre outros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a intenção de estabelecer um paralelo entre linguagem e sociedade, pesquisas em ADC se mostram cada vez mais fecundas no que se refere a ações propositivas de modo a iniciar um percurso de compreensão voltado às representações do mundo. De base ontológica e epistemológica, a ADC se volta para o entendimento da sociedade de modo a estabelecer relação direta com a linguagem, existindo, portanto, um elo dialético em que é possível desvelar aspectos ideológicos, presentes nos textos, que permeiam as relações sociais no mundo contemporâneo.

Dessa forma, é possível perceber que a relação dialética entre linguagem e sociedade incorpora traços característicos da ordem do discurso (FOUCAULT, 2014), o que implica dizer que “um *discurso*

particular (representação) pode ser legitimado em *gêneros* específicos (ação/relação) e inculcado em *estilos* de vida projetados na construção de identidades e identificações” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 114, grifos das autoras). Assim, os modos de representar, agir/interagir e identificar/identificar-se empreendem uma concepção de discurso voltada para as práticas sociais materializadas nos textos e desveladas a partir de categorias analíticas que nos dão melhores condições para investigar aspectos discursivos e não discursivos de diversas áreas da vida social. As autoras ainda enfatizam que as práticas sociais têm a sua forma particular de produzir e utilizar gêneros discursivos, assim os estilos e discursos são organizados mantendo uma relativa constância. No entanto, ressaltam que há um recorte no contexto sócio-histórico e cultural (RESENDE; RAMALHO, 2014).

Ao nos voltarmos para o nosso objeto de investigação: a categoria *lexicalização*, faz-se necessário mencionar que o modo como escolhemos determinadas palavras revela o que de fato queremos enfatizar. Quando lexicalizamos, fazemos escolhas de mundo a partir de diferentes perspectivas, nem sempre livre de desdobramentos de sentido. Para Fairclough (2003, p. 129, tradução nossa), “discursos ‘nomeiam’ ou ‘lexicalizam’ o mundo de modos particulares”²; nesse sentido, diferentes discursos podem modificar o mundo de diversas maneiras, a partir de escolhas semânticas particulares que engendram o modo como o mundo, associado aos discursos, está estruturado (FAIRCLOUGH, 2003).

A relação entre as palavras e seus significados estabelece uma quantidade significativa de atribuições de sentidos que nem sempre está ao alcance de uma estabilidade particular. Lexicalizar de diferentes formas significa estabelecer diferentes sentidos, sendo “mais produtivo dizer que há sempre formas alternativas de significar [...] – de atribuir sentido a – domínios particulares de experiência, o que implica ‘interpretar’ de uma forma particular [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 236). Assim, compreender que diferentes maneiras de lexicalizar atravessam o mundo de forma a explorar diferentes perspectivas, quer sejam elas de ordem política, social ou ideológica, constitui importante papel no

2 discourses ‘word’ or ‘lexicalize’ the world in particular ways.

desempenho de termos cuidadosamente escolhidos na formação da construção de sentidos. Como pontua Calvacanti (2016, p. 100), as “formas de lexicalização são fundamentais para se perceber quais elementos do mundo desejamos representar e de que modo”.

De acordo com Fairclough (2001), os dicionários tentam dar aos vocábulos um significado padrão, como se só existissem as formas estabelecidas neles, não reconhecendo assim, como legítimas a diversidade dos vocábulos falados numa comunidade, por exemplo. A princípio, a padronização e a sistematização da língua fizeram-se necessárias para resguardar a codificação nela presente. No entanto, uma visão unitária de língua e do vocabulário dos falantes expõe claramente o emprego da normatividade. Por essa razão, os dicionários apresentam as formas presentes neles como sendo a padrão, portanto, única e dominante.

O mesmo autor enfatiza que não devemos pensar na significação das palavras como sendo estáveis, pois há uma multiplicidade que se deve considerar, afinal, é importante salientar que os significados de uma língua se concebem antes de serem propriamente postos em palavras propriamente. No seguinte excerto, percebe-se explicitamente esse viés:

Perspectivas diferentes sobre os domínios da experiência implicam formas diferentes de expressar essas experiências; é nesses termos que devemos considerar lexicalizações alternativas, tais como as palavras como influxo ou enchente usadas para expressar imigração de forma oposta a ‘busca’ de uma vida nova (FAIRCLOUGH, 2001, p. 236).

A substituição de uma palavra por outra representa a modificação do significado e, conseqüentemente, ao realizar essa mudança o sujeito posicionará uma nova expressão em termos culturais e ideológicos, chamado de itens lexicais por Michael Halliday (1966). Fairclough (2001) menciona que um tipo de processo que alcança um grau de fixidez e estabilidade “é a lexicalização que envolve o processo de nominalização” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 237). De forma geral, a “nominalização é um recurso de generalização, abstração de eventos particulares e, nesse senti-

do, constitui uma ferramenta importante no discurso técnico e científico” (CAVALCANTI, 2016, p. 107). Salientamos, portanto, que a nominalização permite compreender os domínios das experiências dos sujeitos sociais, sejam culturais, científicos ou ideológicos (FAIRCLOUGH, 2001). Além disso, “a análise das formas de nominalização influenciam principalmente no modo como são representados os atores sociais envolvidos no processamento dos textos” (CAVALCANTI, 2016, p. 101).

Ainda sob a perspectiva da lexicalização, a língua é um fenômeno vivo no qual palavras se metamorfoseiam constantemente, assim surgindo novos itens lexicais. Torna-se importante pensar em expressões que podem ser substituídas por vocábulos ou vice-versa. Isso ocorre porque um item lexical pode ter um grau mais acentuado de estabilidade do que outro, ou seja, a intencionalidade comunicativa deve ser considerada sempre no contexto. Sendo assim, analisar “itens lexicais utilizados em quaisquer *corpora* para discutir os significados das palavras será feito sempre na correlação textual – o emprego de determinadas palavras em determinados contextos” (BESSA; SATO, 2018, p. 146).

Na mesma esteira de discussão, na esfera do uso da língua como um todo, há uma complexidade na eleição de itens lexicais, visto que se entende o léxico de uma língua como um sistema aberto, no qual angariamos diversas combinações através da multiplicidade que ele nos dispõe. Em outras palavras, ao optar por um vocábulo, o qual não atinge todos os leitores em termos de compreensão, privilegia-se um leitor em detrimento de outro. É importante salientar que, mesmo havendo variadas possibilidades de combinações, elas são fixas.

Fairclough (2001) aponta outra observação importante ao se pensar na significação das palavras, bem como na lexicalização de significados, já que esses processos não são construções que podemos designar como individuais, pois, na verdade, são variáveis no meio social e, além disso, podem ser contestadas. Nas palavras do autor, elas são facetas que têm seus processos sociais e culturais com dimensões abundantes.

Para Ramalho (2005), por exemplo, no processo de lexicalização, muitas vezes a variação semântica é vista como um fator que causa con-

flito no âmbito ideológico, já que os significados das palavras podem ser empregados política e ideologicamente no dado contexto. A mesma autora apresenta alguns exemplos sobre o processo de lexicalização que vocábulos ou frases sofrem e se perpetuam, ao longo do tempo, na comunicação do meio social. Assim, no tocante ao *corpus* da violência contra a mulher, frases como: “Mulher tem que se dar o respeito”, agredindo o psicológico feminino, ou, ainda, “Se ela me deixar, eu mato ela” explicitam o viés ideológico que desde há bastante tempo se perpetua atualmente.

Sob a reflexão da seleção do léxico, Ramalho (2005) ratifica que, segundo Rajagopalan (2003), o processo de designação de vocábulos é uma ação de supremacia política, já que os meios midiáticos influenciam na opinião da sociedade como um todo e, muitas vezes, no comportamento perante o meio social. Assim, não importa se os fatos noticiados sejam favoráveis ou contrários a essas personalidades expostas nas notícias. Na verdade, a partir desse momento, já está se fazendo a lexicalização propriamente dita. Desta forma, cabe refletir sobre o fato de que a designação de itens lexicais na mídia está carregada de propósitos comunicativos, bem como intencionais para além da comunicação com o público receptor.

Cavalcanti (2016) afirma que as escolhas linguísticas (lexicais) que estão por trás da conformação genérica dos textos de uma ampla cadeia de práticas sociais refletem um posicionamento ideológico e um direcionamento político claramente ancorados nos anseios do contexto histórico e social em que foram geradas. Assim, portanto, tais ocorrências trazem em si marcas sensíveis das relações assimétricas de poder dos sujeitos envolvidos no processamento desse discurso, bem como os indícios da luta hegemônica travada entre eles.

De acordo com o quadro que está sendo delineado até aqui, corroborando os demais autores citados, van Dijk (2018, p. 18) afirma que “se o discurso controla mentes e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar”. É sabido que um evento comunicativo não se constitui somente de elemen-

tos verbais (fala e escrita), pois o contexto também influencia o discurso. Portanto, afirma o autor, para se controlar o discurso, faz-se necessário, primeiramente, controlar seus contextos. Ele cita que precisamos estar atentos às maneiras como o acesso ao discurso está sendo regulado por aqueles que estão no poder, como é o caso do que acontece, por exemplo, na mídia de massa, uma das formas mais influentes de discurso público.

É de interesse do analista crítico do discurso investigar e desvelar como as próprias estruturas do discurso estão sendo controladas. Ou seja, o que pode e deve ser dito, como pode e deve ser dito, quais palavras selecionadas, se de forma mais ou menos detalhadas, em que tipo de oração, em que ordem, quais atos de fala ou outros atos comunicativos devem e podem ser realizados etc. Embora as mídias tenham se diversificado com o advento das novas tecnologias digitais e os leitores e espectadores tenham se tornado mais críticos e independentes nos últimos tempos, mais análises críticas são necessárias para verificar se essa diversidade de tecnologias, mídias, mensagens e opiniões faz com que o cidadão comum esteja mais bem informado e resistente à manipulação das ideologias hegemônicas, as quais não mudaram muito.

Ainda de acordo com van Dijk (2018), estamos começando a entender como o discurso está sendo tratado, no entanto, ainda não compreendemos o suficiente como esse entendimento leva a uma mudança de mentalidade, por meio da aprendizagem, persuasão, manipulação ou doutrinação. Ele assevera que esse controle sobre a mente envolve mais do que compreensão da fala e da escrita. Envolve conhecimento pessoal e social, experiências prévias, ideologias, normas, valores entre outros fatores que possibilitam a mudança de mentalidade das pessoas. Assim, se pudermos ampliar a nossa visão acerca desses complexos processos e representações cognitivas, poderemos discutir sobre como reportagens tendenciosas podem levar à formação e confirmação de preconceitos e estereótipos. Como essas mesmas formas de dizer podem ser usadas para produzir novas falas e novas escritas tendenciosas em outros contextos.

A seguir, na próxima seção, nos dedicamos à análise do nosso *corpus* perceptível no nível da texturização de elementos na composição dos

textos. Como já elencamos anteriormente, nossa análise versará sobre a *lexicalização*, uma categoria frutífera para pensar no dinamismo dos gêneros do discurso.

ANÁLISE DOS DADOS

Na presente seção, trazemos o *corpus* a ser analisado com base em uma manchete retirada do portal de notícias R7, acerca da violência de gênero, no contexto da pandemia, durante o período de março de 2020 a maio de 2021. A escolha do referido portal se dá pela grande adesão de usuários que o utilizam para se manterem informados. No entanto, seus textos são publicados a partir de um viés, muitas vezes, religioso e machista, referendando, portanto, o caráter ideológico da emissora a eles vinculada (Record). Diante disso, para os objetivos de pesquisa, o portal R7 se ajusta ao que pretendemos analisar, visto que nele percebemos inúmeras possibilidades de aproximar palavras e significados.

A metodologia que utilizamos é embasada na Análise de Discurso Textualmente Orientada (doravante ADTO), considerando a abordagem dialético-relacional (FAIRCLOUGH, 2001) com a escolha da categoria *lexicalização*, nosso objeto de estudo, corolário dos textos escolhidos para as nossas inquietações de pesquisa, com as subcategorias *vocabulário* e *significado das palavras*. A partir de uma análise voltada para um enquadre crítico nos estudos linguístico-discursivos, podemos verificar, mais pormenorizadamente, como determinadas escolhas lexicais podem mitigar ou maximizar discursos que atravessam os textos, conforme salienta Pedro (1997, p. 33):

[...] na sua função de construção, a linguagem projecta, permanentemente, relações e estruturas sociais, de acordo com os desejos dos participantes, em regra os do(s) participante(s) mais poderoso(s). [...] Nesse sentido, todas as formas e processos linguísticos são afectados a todos os níveis (PEDRO, 1997, p. 33).

No contexto histórico, desde os primórdios, a mulher sempre foi vista como uma figura frágil e que deveria ser submissa aos anseios masculinos numa sociedade predominantemente machista e patriarcal. Com o passar do tempo, os movimentos feministas, que surgiram em meados do século XIX, pressionaram a sociedade para que a violência contra as mulheres deixasse de ser vista como um comportamento natural na cultura brasileira. Desde então, houve grandes avanços com relação às conquistas femininas, embora comportamentos de desmerecimento e de violência contra a mulher ainda persistam nos dias atuais. A violência compreende tudo aquilo que vai contra a ordem natural das coisas, ou seja, é quando os modos operantes vão contra aquilo a que estavam predestinados. Assim, o recurso privilegiado da ideologia é justamente a questão de naturalização das determinações sociais e históricas de aceitação da violência como não-violência (CHAUÍ, 1995).

Conforme Beauvoir (1970), é a sociedade que constrói essa imagem da mulher, posto que nenhum destino em si, seja ele de qual ordem for, define o papel da mulher no seio de uma sociedade, ou seja, as civilizações socialmente estabelecidas vão definindo o feminino ao longo do tempo. Ainda de acordo com a filósofa francesa, a mulher é colocada no mundo como sendo segundo sexo e ela, por muitas vezes, contribui para essa configuração na sociedade, resignando-se a um mero papel de coadjuvante no meio social.

Na dominação masculina que é imposta na sociedade, há um exemplo de submissão paradoxal, denominando-se como violência simbólica que acarreta outros tipos de violência tais como: suave, insensível e invisível, bem como suas próprias vítimas. Estas sendo guiadas principalmente pelas vias simbólicas da comunicação e, além disso, do conhecimento. Ademais, através da violência simbólica, as instituições sociais como a igreja, o estado, a família e outras consideradas macroestruturas legitimam essas formas de dominação (BOURDIEU, 1999).

No ponto de vista de Osterne (2020), geralmente, as pessoas tendem a reconhecer a violência quando há o uso de força física, psicológica ou moral aplicada contra alguém agressivamente, visando a obrigar ou opri-

mir uma pessoa a realizar ações contra sua vontade, não havendo o livre arbítrio. Além disso, entende-se a violência como forma vil de maus-tratos e ameaças que, muitas vezes, podem levar à morte. Em outras palavras, há a violação dos direitos essenciais da vítima, principalmente, de sua liberdade. Na verdade, a violência tem um sentido mais amplo do que esse do senso comum, pois ela pode ser compreendida como fenômeno que vai mais além do ordenamento do meio social, refletindo no âmbito das relações pessoais, bem como na via institucional.

De acordo com o Instituto Maria da Penha (doravante IMP), não existe um perfil específico de quem sofre violência doméstica, pois este é um fenômeno social que não distingue classe social, raça, etnia, idade, orientação sexual e grau de escolaridade. Diariamente, são noticiados, pela mídia, casos de mulheres que foram violentadas e/ou agredidas por seus companheiros ou ex-parceiros. Na maioria dos casos, as vítimas já vinham sofrendo, há certo tempo, vários tipos de violência (física, moral, psicológica, sexual e patrimonial), mas a situação só chega ao conhecimento de outras pessoas quando essas agressões crescem.

O IMP ainda informa que, segundo os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2013, o Brasil já ocupava o 5º lugar, num *ranking* de 83 países onde mais se matam mulheres, sendo 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, dos quais 30% dos crimes ocorrem nos domicílios das vítimas. Segundo o art. 5º da Lei nº 11.340/2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. A lei, sancionada em 07 de agosto de 2006, inaugurou um sistema de enfrentamento da violência contra a mulher. Portanto, a legislação citada será aplicada para proteger todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino e que sofram violência em razão deste fato. Vale salientar, ainda, que a denominação da lei foi motivada para homenagear a cearense Maria da Penha Alves Fernandes, que lutou por 20 anos para que seu agressor fosse condenado pelo Estado brasileiro.

Diante do contexto pandêmico, consequência da covid-19, a permanência em casa é considerada uma das medidas mais eficientes para diminuição da propagação da doença. No entanto, segundo a Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), essa permanência potencializa os fatores que contribuem para o aumento da violência contra a mulher em vários países. Isso motivou a organização a recomendar, aos governos nacionais, a adoção de medidas que objetivem conter a violência de gênero, garantindo além da continuidade dos serviços de assistência, a proposição de ações específicas para mulheres durante a pandemia, uma vez que as mulheres vítimas de violência acabam tendo sua rede de apoio comprometida e ainda se veem obrigadas a conviver por mais tempo ao lado do agressor.

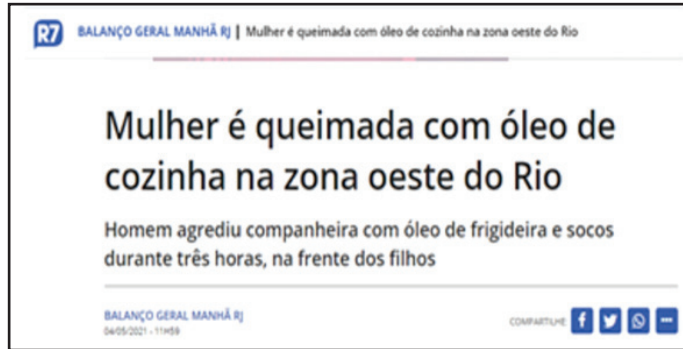
Assim, analisar o processo de lexicalização pode contribuir para que determinadas visões particulares do mundo, presentes nos textos, possam ser repensadas com vistas a um pensamento mais emancipatório e à revelia de interpretações hegemônicas. Dentre tais visões que permeiam a sociedade, a violência contra a mulher é um fenômeno social que perpassa o tempo. Então, torna-se importante analisar e refletir essa visão de mundo, machista e patriarcal, sobre a mulher, haja vista que a violência é banalizada e legitimada socialmente. Desta forma, a violência está presente no cotidiano de milhares de mulheres no Brasil e no mundo. Compreende-se que esse fenômeno ocorre em qualquer classe social, independente da instrução, dos fatores econômicos e manifesta-se em espaços públicos ou privados.

Os portais de notícias trazem conteúdos jornalísticos e são afiliados a empresas de televisão. Tais portais podem ser acessados gratuitamente, afinal, o recurso financeiro para manter os conteúdos *online* está atrelado ao número de acessos dos internautas e aos anúncios publicitários. Então, esse fator possibilita compreender a construção das manchetes, principalmente, no portal R7, já que as manchetes que circulam no portal afiliado à Rede Record são de cunho sensacionalista.

Para Angrimani (1995), o sensacionalismo dos meios de comunicação está ligado a um fato que não precisaria tomar determinada propor-

ção, ou seja, tornar-se algo escandaloso, alarmante e desproporcional. Vejamos a figura:

Figura 1 – Violência doméstica na Mídia



Fonte: Portal de notícias R7³

A manchete, publicada em 04 de maio de 2021, em uma leitura preliminar, parece só mais um fato prosaico sem grande relevância, podendo se tratar de um mero acidente doméstico, pois não há o agente causador no enunciado principal. Ainda com relação à escolha do processo de nominalização, nota-se que houve uma preferência em noticiar o fato na voz passiva, no entanto sem o agente causador na manchete, o que pode nos levar a várias interpretações. No processo de nominalização, há motivações quando se faz a omissão do agente da passiva, sejam elas de que ordem for, tais como: a) permitir a omissão do agente, isso pode estar conectado com o fato de que o agente está em evidência; b) atrelar razões de ordem política ou ideológica, pois, assim, permite-se a retirada da responsabilidade pelo fato (FAIRCLOUGH, 2001).

O leitor terá acesso a outras informações, primeiramente, por meio da lide. Esta parte do jornal é uma ferramenta que traz os principais elementos da narrativa, ou seja, informa o lugar, a causa, os personagens e a consequência etc. A sua função é contextualizar o leitor sobre os fatos para que ele mantenha o interesse no assunto. Então, abaixo da manchete

3 Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha-rj/videos/mulher-e-queimada-com-oleo-de-cozinha-na-zona-oeste-do-rio-05052021>. Acesso em: maio 2020.

da notícia encontramos a seguinte lide: “Homem agrediu companheira com óleo de frigideira e socos durante três horas, na frente dos filhos”. Aqui, é possível encontrar elementos que permitem compreender que o episódio tratado na manchete não é apenas um acidente doméstico na cozinha, mas, sim, uma violência contra a mulher. Além disso, aqui é revelado, ao leitor, o agente da ação (homem).

A escolha e a colocação das palavras na manchete e na lide não são por acaso, haja vista que o portal se alinha a um jornalismo sensacionalista, buscando capturar o leitor, através de palavras como “Mulher” e “Queimada”, e o incentivando a continuar interagindo com a notícia. Então, na sequência, a lide contempla os pormenores do acontecimento, trazendo novos elementos sobre essa “mulher queimada”, apresentando “como ocorreu?” e “onde ocorreu?” o fato em destaque.

Não há dúvida de que a violência contra mulher no Brasil é um problema estrutural atrelado à ideologia patriarcal e ao machismo. O patriarcado não pode ser resumido apenas à dominação da mulher ou à disseminação da ideologia machista, pois, segundo Saffioti (1979), esse processo também é fruto da exploração econômica, tendo o homem como principal beneficiário, visto que essa socialização machista mantida pelo capitalismo fortalece a relação de desigualdade e “estabelece como destino natural das mulheres a sua submissão e exploração pelos homens, forçando-as muitas vezes a reproduzir o comportamento machista violento” (SAFFIOTI, 1979, p. 150).

Sabemos que, no nosso país, são as mulheres que correspondem ao maior quantitativo referente a esses casos. De acordo com Schwarcz (2019), só no início dos anos 2000, cerca de 50 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, no entanto, o termo “feminicídio” só foi reconhecido a partir do ano de 2015. Percebemos, portanto, que a luta das mulheres pela manutenção da própria existência é de períodos muito anteriores à possibilidade de criminalizar essas violências e mais anteriores ainda àquilo que hoje podemos chamar de justiça.

Segundo Saffioti (2015, p. 18), violência é a “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíqui-

ca, integridade sexual, integridade moral”; nesse sentido, revelar que mais mulheres sofrem violências, muitas vezes de âmbito relacional, dos próprios companheiros e em seus próprios lares, significa construir discursos que permitam limitar os efeitos desses relacionamentos abusivos. Quando não há intenção de ir além do significado, abre-se espaço para que interpretações equivocadas sejam produzidas e se associem a identidades de grupos sociais.

Posto isto, é importante salientar que o sensacionalismo, conforme observado anteriormente, torna o fato em uma notícia alarmante, sem nenhum comprometimento com a crítica e com o sujeito que sofreu a violência, pois o objetivo é aumentar a audiência. No caso do portal R7, é importante relacionar as notícias com um elevado número de acessos em sua página eletrônica. Assim, quando há a prática de um discurso manipulador, no caso em questão a notícia, ele tem por interesse buscar, muitas vezes, desacreditar as fontes e crenças arraigadas divergentes do seu posicionamento. Assim, há um apelo forte para as ideologias, para os atos, bem como para as emoções dos receptores (VAN DIJK, 2018).

A partir do Instituto Comscore, que divulga quais portais são mais acessados no Brasil, podemos vislumbrar o quanto a questão de audiência é importante para os *sites* de notícias. A classificação realizada em abril de 2021 mostra que entre os quinze *sites* acessados, o portal R7 ocupa o 9º lugar[□].

Fairclough (2001) acrescenta que a mídia de notícias está mudando consideravelmente, procurando driblar o meio competitivo em que se encontra no momento atual. No entanto, ressalta que está em concordância com o que ressalta Hartley (2013), no tocante aos meios de notícias agirem como “mediadores”, cultivando estratégias para angariar sempre a audiência alvo. Desta forma, a alta cúpula midiática seleciona os eventos, visando uma alta audiência, que podem ser “eventos dignos” de serem noticiados nos principais meios de comunicação hegemônicos. Então, para a concretização desse artifício, essa seleção é feita tendo como base o “senso comum” ou em uma versão carregada de estereótipos daquilo que foi noticiado.

Então, além da manchete que apresenta a possibilidade de várias interpretações ao leitor, a lide expõe como essa mulher sofreu a violência por meio das escolhas lexicais: “agressões” e “socos”. Estas, por sua vez, fazem parte de estratégias que visam à audiência e ao lucro, distanciando-se ainda mais de um posicionamento crítico, relacionado à mídia hegemônica da qual o portal R7, afiliado à Rede Record de Televisão e atravessado por uma ideologia conservadora e religiosa, faz parte.

Nesses termos, a seleção lexical que é empreendida por enunciantes, em especial por aqueles que compõem a mídia hegemônica, nos processos sociais de produção e distribuição dos textos, também produz sentidos acerca da imagem construída de quem se fala. Assim, é possível perceber a exposição de posturas ideológicas e culturais de grupos midiáticos que revelam relações de sentido, aproximando-se das preferências desse grupo, resultando, portanto, em uma (re)adequação de unidades lexicais nesse campo de atuação.

Conforme Fairclough (2001), a configuração de discursos gera novas lexicalizações e se faz necessária para a comparação de expressões que são de domínios particulares e de perspectivas particulares, sendo produzidas, muitas delas, de modo sinonímico. Vejamos, em seguida, como se dá o processo lexical da notícia em análise.

Quadro 1 – Processo de Lexicalização

LOCAL DA NOTÍCIA	FRAGMENTOS DA NOTÍCIA
1. Manchete	Mulher é <i>queimada</i> com óleo de cozinha
2. Lide	Homem <i>agrediu</i> companheira com óleo de frigideira
3. Corpo de texto	Ele utilizou óleo de uma frigideira <i>quente</i> para machucá-la
4. Reportagem	[...] Um mecânico <i>agrediu</i> a companheira com uma frigideira <i>quente</i> e ainda deu socos e arrancou os cabelos da mulher

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os vocábulos encontrados ao longo da notícia, tais como “queimada” e “agrediu”, possibilitam compreender os usos dos itens lexicais e,

consequentemente, o sentido empregado em cada um deles. Salientamos, no entanto, que a progressão das informações dadas pela notícia começa a partir da manchete, ou seja, o mesmo item lexical é empregado, mas apresenta sentidos diferentes. Em (1) “queimada”, o sentido expresso por meio do léxico direciona para um acidente doméstico. Já em (3) e (4), o vocábulo refere-se a um objeto “quente”, ou seja, o objeto com o qual o sujeito foi atingido. Percebemos em (2) “agrediu”, que a palavra compõe o campo lexical “violência”, mas minimiza aquilo que pretende aclarar. Observemos, no Quadro 2, quais conjuntos semânticos são mais recorrentes no fato noticiado pelo portal R7.

Quadro 2 – Seleção de campos semânticos da notícia do portal R7

CAMPOS SEMÂNTICOS
Violência
Família
Relações de Gênero
Dependência
Justiça

Fonte: Elaborado pelas autoras

O léxico que compõe cada campo semântico, destacado anteriormente, está sujeito a uma escala de intensidade que dá cadência à maneira como a notícia é explorada, revelando quais afirmações são consideradas desejáveis ou indesejáveis (RESENDE; RAMALHO, 2014). Tais afirmações encontram-se a serviço do portal de notícias R7 e não contribuem para um debate de grande envergadura, sem a preocupação/intenção de problematizar o discurso que está sendo engendrado com fins informativos, *a priori*. Tendo em vista que a violência de gênero, principalmente contra mulheres, aumentou vertiginosamente durante a pandemia, e produz fissuras indelévels em suas vítimas, conseguimos visualizar, no percurso da notícia, a discursivização parcial do fato ocorrido, principalmente pela escolha dos vocábulos ao longo do texto.

Por exemplo, no vídeo da reportagem, em “puxou o cabelo da vítima com tanta força, que arrancou *o aplique*” vemos uma informação que não nos permite resgatar, ao assistirmos à reportagem, a intensidade do ato cometido. Se o portal de notícias teve a intenção de reportar o crime, ao relatar que *o aplique* de cabelo da vítima foi arrancado, não conseguiu. O que aconteceu foi a minimização do fato, encobrindo as sequelas causadas pela violência doméstica, assim como o grau de crueldade empregado no crime. Desta forma, a violência é um fenômeno histórico, cultural e social, bem como um ato codificado que está atrelado aos valores sociais de cada indivíduo e, além disso, à visão de mundo dos sujeitos implicados nessa conjuntura (OSTERNE, 2020).

O portal de notícias R7 mostrou, como resultado do que pretende aclarar, uma relação léxico-discursiva que não possibilita um posicionamento crítico voltado à reflexão sobre a condição social de impotência e violência imputada a milhares de mulheres. Nesses termos, percebemos que o léxico utilizado (ou até mesmo, atenuado) possui uma relevância semântica que aponta a intencionalidade do produtor do texto. Este fato é perceptível na declaração da delegada, na reportagem: “Ele realmente queria marcá-la”. Há nitidamente o abrandamento da gravidade do crime cometido, visto que o agressor praticou os mais diversos atos de violência contra a vítima durante três horas, com isso a lexicalização escolhida, verbo “*marcar*”, não dá a devida percepção do grau de seriedade do ocorrido. Portanto, mais uma vez, tanto pela mídia como pela própria polícia, o caso foi encarado como um acontecimento meramente “banal” do cotidiano.

Em outro momento, notamos em “ele queria diminuir a *autoestima* da mulher” outra tentativa de desprezar o ocorrido. Ao redirecionar o foco do leitor para o vocábulo *autoestima*, somos levados para a compreensão superficial dos fatos, de modo a interferir “nas semióticas sociais, modificando realidades” (ALENCAR, 2006, p. 57). Considerar quais léxicos poderão corresponder melhor àquilo que se pretende representar, de forma direta ou indireta, compromete o percurso do discurso e os reflexos dessas escolhas diante dos interlocutores.

Tudo aquilo que está autorizado a ser dito tem um peso imenso nos resultados que se pretende atingir. Dessa forma, o portal de notícias R7 ao estabelecer, e tornar público, o que considera importante de ser divulgado ratifica o valor de determinado acontecimento de modo a deixá-lo mais ou menos exposto, conforme seus objetivos jornalísticos. À medida que as escolhas lexicais veiculadas pelo jornal se propõem a dissociar/distanciar/excluir alguns efeitos de sentido, mais evidente será a homogeneização em torno das relações estabelecidas entre vítima e agressor, no que concerne à violência contra a mulher, promovendo, portanto, a dissolução da culpabilização do homem.

Dessa forma, foi possível perceber, na presente reportagem, a despreocupação em enfatizar o fato de a vítima ter sido queimada com óleo de cozinha. À exceção do título, a construção violenta da imagem do agressor foi bastante minimizada, sendo substituída, em determinado momento, pela imagem paterna, quando se romantizou o fato de os filhos do agressor só terem como parente mais próximo o *pai*, visto que a vítima era a *madrasta*. Nesse sentido, verificamos que a mulher, ainda que esteja situada em quaisquer condições análogas de violência, sempre precisará reivindicar a legitimidade da sua existência, chamando a atenção para todas as dimensões da sua vida, ainda vinculadas às estruturas de dominação e opressão, as quais negligenciam e/ou omitem seus direitos.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos evidenciar, à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos da ADC, como processos de lexicalização têm relevância em estudos discursivos e como essa categoria analítica corrobora para observarmos as visões de mundo presentes nos textos, considerando, como diz Fairclough (2003), que os discursos “lexicalizam” o mundo de modo particular.

A partir da manchete que compôs a notícia publicada em 04 de maio de 2021, pelo portal de notícias R7, vinculado à rede Record de televisão, o presente trabalho analisou como o portal citado expôs a notícia sobre

a violência de gênero no cenário pandêmico. Este cenário favoreceu um aumento significativo de casos de violência contra mulheres desde seu início, conforme vêm noticiando as principais mídias de comunicação.

É sabido que a violência contra a mulher é um fenômeno social global que perpassa o tempo, sendo um problema estrutural vinculado à ideologia patriarcal e ao machismo. Uma vez que a ADC tem como aspecto principal a relação dialética entre linguagem e sociedade, além do que, busca a explanação desses fenômenos sociais, com vistas a desvelar o modo como o discurso, enquanto linguagem em uso, atua na construção e estabilização das relações assimétricas de poder, esperamos, com este trabalho, de alguma forma, contribuir com pesquisadores que trabalham ou pretendem desenvolver pesquisas com análise de textos, os quais dizem muito sobre as nossas crenças, valores, práticas e ideologias.

Com a pretensão de analisar a conjuntura das práticas sociais com foco nas questões de gênero e violência contra a mulher, bem como reconhecer as ideologias predominantes no discurso veiculado sobre esse fenômeno em notícias do portal R7, o presente artigo, no resultado de sua análise, evidenciou que a escolha e a colocação de palavras na manchete e no lide da notícia não foi por acaso. Ao longo do que foi noticiado, conseguimos visualizar que a escolha vocabular presente leva os interlocutores do texto a uma compreensão superficial acerca do fato ocorrido.

A manchete tem como propósito tornar a notícia alarmante, mas sem qualquer comprometimento com a análise crítica sobre o aumento da violência contra as mulheres brasileiras e/ou sobre os fenômenos sociais por trás dessa violência. Assim sendo, percebemos que o léxico utilizado não possui uma relevância semântica, o que aponta a intencionalidade do produtor do texto e a despreocupação em enfatizar o fato de a vítima (mulher) ter sido queimada com óleo de cozinha. Como verificamos, excetuando o título, a construção violenta da imagem do agressor (homem) foi bastante minimizada.

O Brasil, de acordo com os dados divulgados pelo IMP, é o país que, segundo a OMS, em 2013 já ocupava o quinto lugar no *ranking* de oitenta e três países que mais matam mulheres. Logo, a presente pesquisa

dedica-se a uma análise linguístico-discursiva que versa sobre como os discursos produzidos pela mídia podem estar a serviço da manutenção das práticas de violência de gênero, uma vez que debates substanciais acerca do fenômeno analisado ainda não se fazem presentes nos meios de comunicação hegemônicos.

Assim sendo, salientamos, portanto, a necessidade de realizarmos cada vez mais pesquisas de caráter denunciativo e emancipatório que legitimem a luta de grupos historicamente vulneráveis.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C. N. de. Identidade e poder: reflexões sobre a linguística crítica. *In*: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. **Políticas em linguagem**: perspectivas identitárias. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. p. 47-68.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo 2**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de análise. *In*: BATISTA JR., J. R.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. **Análise de Discurso Crítica**: para linguistas e não linguistas. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. p. 124-157.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRINTON, L. J.; TRAUOGOTT, E. Closs. **Lexicalization and language change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CAVALCANTI, M. C. G. M. **Direitos Humanos como significante vazio**: modos de agir, modos de representar e modos de ser na luta (discursiva) por direitos. 213p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2020/01/TESE_MARIA-CLARA-GOMES-MATHIAS-CAVALCANTI.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1995.
- DIJK, T. A. van. **Discurso e poder**. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. L. **Analyzing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HALLIDAY, M. A. K. Lexis as a linguistic level. *In*: BAZELL, C. E.; CATFORD, J. C.; HALLIDAY, M. A. K.; ROBINS, R. H. (org.). **In memory of J. R. Firth**. Londres: Longman, 1966. p. 148-162.

HARTLEY, J. **Understanding news**. Londres: Routledge, 2013.

KAFRUNI, S. Pandemia pode deixar legado definitivo no comportamento social. **Correio Braziliense**. 15 maio 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/05/17/interna-brasil,855631/pandemia-pode-deixar-legado-definitivo-no-comportamento-social.shtml>. Acesso em: 23 de out. 2021.

OSTERNE, M. do S. F. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. 1. ed. Fortaleza: Edmeta Editora, 2020.

PEDRO, E. R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. *In*: PEDRO, E. R. (org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 19-46.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2014.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SCHWARCZ, L. M. Raça e Gênero. *In*: SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 174-206.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Antônio Henrique da Silva: mestre em Letras pela UFC. Professor da SME/Fortaleza.
E-mail: ahsufc2018@gmail.com

Alcilene Aguiar Pimenta: doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL-UFC). Professora efetiva da Secretaria Estadual da Educação do Ceará (SEDUC/CE). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).
E-mail: alcilene.ufc@gmail.com

Amanda Almeida Alencar de Souza: mestre em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME) e da Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC/CE). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).
E-mail: amanda_almeida_alencar@hotmail.com

Ana Lorena dos Santos Santana: doutoranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Professora de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq) e do Núcleo de Estudos *Queer* e Decoloniais (NuQueer/UFRPE/CNPq).
E-mail: alorena.santana@gmail.com

Angélica Cecília Freire Sampaio de Almeida: mestranda no Mestrado Interdisciplinar em História e Letras pela UECE/FECLESC. Membro do Grupo de Pesquisa Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará (PRAETECE). Escritora e membra efetiva das arcádias: Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza (AMLEF), Academia Fortalezense de Letras (AFL), Academia Quixadaense de Letras (AQL), Academia Internacional de Literatura Brasileira (AILB).

E-mail: angelicasampaio13@gmail.com

Arlene Maria de Oliveira Chaves: graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em Pedagogia - com área de aprofundamento em Educação do Campo - pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: arlenechaves@gmail.com

Camila Alves Rocha: mestranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bolsista CAPES. Membro dos seguintes Grupos de Pesquisa: TECER (Tradução, Discurso e Ensino – UEMA/CNPq), MELP (Multiletramentos no Ensino de Língua Portuguesa – UEMA/CNPq) e GPADC (Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos – UECE/CNPq).

E-mail: calvesr1@gmail.com

Camila Rayssa Barbosa da Silva: doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Texto e Discurso (Cataphora).

E-mail: camilarayssa02@gmail.com

Carla Silva do Nascimento: mestranda em Letras pelo PROFLETRAS/UECE. Professora da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza.

E-mail: carlaletrasufc@hotmail.com

Catia Manuel: licenciada em Letras/Português pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Membro do GPADC/UECE. Membro e tradutora da Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras (NJINGA & SAPÉ). Membro do Coletivo para Emancipação de Mulheres Guineenses (CEMGUI) AS Okinkas.

E-mail: manuelcatia20@gmail.com

Clodoaldo Pires Araújo: doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (ProPED) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Membro dos seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq) e Educação e Comunicação (GPEC/UERJ/CNPq). E-mail: cparaujo@uea.edu.br

Cristiane da Cruz Santos: mestra em Letras pelo PROFLETRAS /UERN. Professora de Língua Inglesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. E-mail: cristiane.cruz@ifce.edu.br

Darlice da Silva Monte: mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGEL da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Professora da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC-PI. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos □ GPADC-UECE-CNPq e Núcleo de Estudos Críticos da Linguagem – NECRIL. E-mail: darlicemonte@yahoo.com.br

Davi Francklino Guedes: graduando em Letras – Língua Portuguesa / Licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professor do Núcleo Pré-Universitário da UECE (UECEVest) e da Educação Básica das redes estadual, municipal e privada de Fortaleza e membro do Grupo de Estudos e Ensino de Texto (GEENTE), Grupo de Estudos Mediação de Leitura: Teoria, Prática e Crítica e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq). E-mail: davi.francklino@aluno.uece.br

Diana Andrade Bezerra Farias: mestra em Letras pelo PROFLETRAS/UECE. Professora de português e inglês da Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE. E-mail: dianabfv1@gmail.com

Diógenes Felipe Santiago Nobre Junior: Graduado em Letras – Língua Portuguesa – Inglês pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professor da rede estadual e privada de Fortaleza. E-mail: professordiogenes32@gmail.com

Érica Alves do Nascimento: mestranda do curso de Letras e História pela UECE/ FECLESC. Especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela UECE/ESPELP. Professora da Rede Estadual de Ensino do Ceará (SEDUC-CE).

Erick Cruz Padilha de Oliveira: doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de História na Secretaria de Educação do Ceará. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

E-mail: erick.cruz.po@gmail.com

Érika Rodrigues Moraes Machado Girão: Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Professora de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME).

Fátima Ingrid Bezerra Bonfim: Mestra em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL/UFPI). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI/CNPq).

E-mail: ingrid_bonfim@hotmail.com

Fernanda do Nascimento Sousa: mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Membro do Grupo de Pesquisa Análise de Discurso Crítica, representações, ideologia e letramento (GPADC/UECE) e do Grupo de Estudos Bakhtinianos do Ceará (GEBACE).

E-mail: fesousaes3@gmail.com

Fernando Henrique Rodrigues de Lima: doutorando em Linguística (PPGL-UFC). Professor da Rede Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: prof.fhlima@gmail.com

Fidel Quessana Mbana: graduando em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bolsista do Programa Residência Pedagógica (PRP/CAPES) e professor de língua crioula e culturas guineenses, do Projeto de Extensão Curso de Línguas e Culturas Crioulas, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão de Línguas Estrangeiras e Portuguesa (PIBELPE/PROEX-UNILAB).

E-mail: fidelmbana10@gmail.com

Francisco Djefrey Simplicio Pereira: mestrando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Especialista em ensino de Língua Portuguesa (Espelp-UECE). Graduado em Letras/Português (UECE). Membro do grupo de pesquisa Pragmática Cultural, Linguagem e Interdisciplinaridade (Pragmacult-UECE). Revisor da revista Entrepalavras e bolsista CAPES.

E-mail: francisco.simplicio@aluno.uece.br

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva: doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor efetivo de Língua Portuguesa e Literaturas da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: jeimes.paiva@uece.br

Francisco José Holanda: doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor do Governo do Estado do Ceará e da rede particular de ensino.

E-mail: holanda013@yahoo.com.br

Genyelle Morais Benevides: especialista em Semiótica em Literatura e Áreas Afins pela UECE.

E-mail: genyelle@gmail.com

Gustavo Cândido Pinheiro: doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC). Membro do Grupo de Estudos de Discurso, Identidade e Prática Social (GEDIP/UFC) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica (GPADC/UECE). Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

E-mail: intergug@hotmail.com

Gustavo Santos de Macedo: mestrando em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Aplicada e Sociolinguística (GEPLIAS/UNEMAT/CNPq). Professor efetivo da Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT).

E-mail: gustavo.macedo@edu.mt.gov.br

Heuler Costa Cabral: doutorando em Filosofia na Universidade Federal de ABC (UFABC), mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB. Membro de Grupo de Pesquisa África Contemporânea/GPAC da Unilab e de grupo de estudo e pesquisa SANKOFA também da Unilab.

E-mail: heuler1993@gmail.com

Humberto Soares da Silva Lima: doutorando em Linguística na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e professor do Instituto Federal de Alagoas, *campus* Piranhas. Membro do Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/UFAL/CNPq).

E-mail: letrabeto@gmail.com

Ikaro César da Silva Maciel: Professor de Inglês da Rede Municipal de Ensino do Crato – Ce. Mestre em Linguística Aplicada (PosLA – UECE) e membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: teacherikaro@gmail.com

Índira Lima Guedes: mestre em Linguística Aplicada PosLA/UECE. Coordenadora escolar da rede Estadual de ensino do Ceará.

E-mail: indira.guedes@prof.ce.gov.br

Isabella Freire Ribeiro Rocha: doutoranda em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Grupo de pesquisa Educação e Comunicação GPEC/UERJ, coordenado pela Prof^ª Dr^ª Raquel Goulart Barreto.

E-mail: isabella.rocha@gmail.com

Janáina Alves More: mestranda em Administração pela UTFPR. Professora de Ensino Médio há 15 anos.

E-mail: janaina.more84@gmail.com

Jhussyenna Reis de Oliveira: mestra em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI/CNPq).

E-mail: jhussyreis@gmail.com

João Flávio Furtado Cruz: mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor efetivo de Língua Portuguesa no município de Itatira-CE Membro do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: joaofurtado@ufba.br

Joelma Soares da Silva: Doutora em Administração pela UECE. Professora adjunta da Universidade Federal do Ceará. Membro do GPADC/UECE.

E-mail: joelma.soares@ufc.br

José Alves Ferreira Neto: doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza e da Secretaria da Educação do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: jfnetoce@gmail.com

José Janio Lopes Silva: Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Francesa (UFC). Professor Coordenador Pedagógico da Secretaria Estadual do Ceará e Professor Substituto da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. Especialista em Gestão Escolar (UVA).

E-mail: jjanio.ls@gmail.com

Kelvy Wanderson de Moraes Maia: mestrando em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas (PPG-LA-IEL). Professor Concursado de Língua Portuguesa pela Secretaria de Educação do Estadual do Ceará. Revisor da revista RELACult e bolsista CAPES.

E-mail: kelvy.maia@prof.ce.gov.br

Klausney Muniz Sampaio: mestrando em Linguística Aplicada pela UECE.

E-mail: klausneymuniz@hotmail.com

Lázaro Rodrigues Tavares: mestre em Linguística Aplicada pela UECE. Professor do IFCE.

E-mail: lazarortavares@gmail.com

Leidiane Sousa Barros: graduanda em Letras Português/Espanhol pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora de Português como língua estrangeira na Casa de Cultura Portuguesa da UFC e professora de Português, Literatura e Redação na rede privada de Fortaleza. Membro do Grupo de Estudos de Literatura, Tradução e suas Teorias (GELTTE/UFC). Membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NUEPPE).

E-mail: leidianesousabarros@hotmail.com

Leonardo de Oliveira Colares: mestrando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

E-mail: leonardocolaresufc@gmail.com

Luciana da Silva Moraes Sardeiro: doutoranda em Contabilidade e Controladoria na Universidade de Brasília, PPGCont UnB. Professora na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso Crítico (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: lucianamsardeiro@gmail.com

Lucimara do Nascimento Numata: mestranda em Administração na UTFPR. Psicóloga Organizacional e do Trabalho e Docente nos cursos superiores de Psicologia e Administração.

E-mail: lunascimento1515@gmail.com

Lucineudo Irineu: pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Curso de Letras e do PosLA/UECE. Líder do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítico: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: lucineudo.irineu@uece.br

Ludovica Olimpio Magalhães: doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Professora do quadro efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Linguagem e Pensamento – Cognição e Linguística – (GELP-COLIN) e do Grupo de Estudos em Preconceito, Polidez e Impolidez Linguística (GEPPIIL-UNILAB).

E-mail: ludovica.magalhaes@ifce.edu.br

Márcia Linhares Rodrigues: mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) UECE. Atualmente é professora da rede pública e particular de Fortaleza.

E-mail: marcinha.linhares@aluno.uece.br

Maria de Castro Damázio Queiroz: mestre pelo programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da Rede Estadual do Ceará e no Município de Fortaleza. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (UECE/CNPq).

E-mail: mariacdqueiroz@gmail.com

Maria José dos Santos: especialista em Ludopedagogia e Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Futura. Professora efetiva de língua espanhola da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME). Atualmente é professora de língua espanhola no Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Imparh).

E-mail: maryespanhol@yahoo.com.br

Maria Natália Coelho da Silva: mestranda em Linguística Aplicada pela UECE. Membro do Grupo de Estudos Bakhtinianos do Ceará (GEBACE/UECE). Bolsista da CAPES.

E-mail: natalia_luda@hotmail.com

Maria Renata Soares do Nascimento: mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinares da Linguagem (Geil).

E-mail: mresoares@gmail.com

Maria Vitória Martins Souza: mestranda em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Licenciada em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

E-mail: vitoria.sous@outlook.com

Mariana Costa Araújo: especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria pela Uniassevi. Professora da Rede Municipal de São Gonçalo do Amarante (PMSGa).

E-mail: mariana.letraslibras@gmail.com

Marianna Ribeiro da Silva: é mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa. Professora de ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Tocantins. E-mail: marianna.silva@ufv.br

Marieli Rosa: mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Identidades da UEPG. Membro do Grupo de pesquisa Linguística Forense (UNICENTRO), Gramática(s) em perspectiva (UNICENTRO). E-mail: marielly_rosa@yahoo.com.br

Marizita Saraiva Rabelo: especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora aposentada da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq). E-mail: marizita_rabelo@yahoo.com.br

Micheli Rosa: mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Identidades da UEPG, PPGH/UEPG. Membro do Grupo de pesquisa Linguística Forense (UNICENTRO), Gramática(s) em perspectiva (UNICENTRO). E-mail: michelly.hist@gmail.com

Miguel Leocádio Araújo Neto: mestre em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE), *campus* de Quixadá (FECLESC). E-mail: miguel.neto@uece.br

Naara Lima Ripardo: mestre em Linguística Aplicada pela UECE. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Pragmática Cultural, Linguagem e Interdisciplinaridade (PRAGMACULT/UECE). E-mail: naara.lima@aluno.uece.br

Paula Alves Pereira da Silva: doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (ProPed) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Membro do Grupo de pesquisa Educação e Comunicação GPEC/UERJ. E-mail: paula.ufu@gmail.com

Rafaelle Leite de Sousa: mestre em Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação

Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Servidora da área Técnica Administrativa em Educação da UNILAB.

E-mail: rafaellete@unilab.edu.br

Rafael Valladão: doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com bolsa PROEX-CAPES. Tutor da graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Membro do Grupo de pesquisa Educação e Comunicação GPEC/UERJ.

E-mail: rafaelvalladao1@gmail.com

Raimunda da Conceição Silva: doutoranda em Letras/Linguística pelo PPGEL/UFPI. É membro do Núcleo de Estudos do Português – NUPEP e dos Grupos de Pesquisa As normas linguísticas no/do Brasil: história, pesquisa e ensino e Historiografia Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas.

E-mail: rai-teresina81@hotmail.com

Reginaldo Gurgel Moreira: doutor em Linguística Aplicada pela UECE. Membro do Grupo de Pesquisa em Pragmática Cultural, Linguagem e Interdisciplinaridade (PRAGMACULT-UECE) e do Grupo de Estudos em Preconceito, Polidez e Impolidez Linguística (GEPPIL-UNILAB).

E-mail: reginaldo.moreira@aluno.uece.br

Ritacy de Azevedo Teles: mestre em Letras-Literatura pela UFC. Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Ceará, com atuação no Ensino Médio e na Licenciatura em Letras do *campus* de Tabuleiro do Norte. Membro da Academia Cearense de Língua Portuguesa, titular da cadeira 23.

E-mail: ritacyazevedo@gmail.com

Samantha Ellen de Souza: mestranda em Letras pelo Programa de Metrado em Letras (PROMEL/UFSJ). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: samantha-ellen1@hotmail.com

Suze do Amaral Oliveira: mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Professora da Rede

Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: suzeamaral@hotmail.com

Tânia Gracieli Vega Incerti: doutoranda em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pesquisadora do Núcleo de Gênero e Tecnologia (GeTec/UTFPR). Assistente Social do Instituto Federal do Paraná – *campus* Curitiba.

E-mail: taniag_vega@yahoo.com.br

Tatiana Freitas Ribeiro Alcântara: mestranda em Letras pelo Profletras/UERN. Professora-formadora da rede municipal de Maracanaú-CE. Membro do Grupo de Estudos em Práticas de Letramento, Gêneros Textuais, Tecnologias e Formação Tecnológica do Professor (PRAGENTEFORTE/UECE) e do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: tatianatfra@gmail.com

Tiago Silvio Dedoné: Mestre em Formação de Gestores Educacionais (UNICID-SP); doutorando em História (UPF-RS), doutorando em Educação (PUC-PR). Pesquisador membro da ABPEducom (Associação Brasileira de Profissionais e Pesquisadores em Educomunicação); Professor na Educação Básica (Ensino Médio - Colégio ECEL Positivo) e Ensino Superior (Faculdade Dom Bosco), no Paraná.

E-mail: tiagoassessor@hotmail.com

Thiago Teixeira de Almeida: especialista em Linguística pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: prof.2007@yahoo.com.br

Wes Viana: mestrando em História e Letras e especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduado em Letras, com experiência no PIBID, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É pesquisador no Laboratório de Estética e Filosofia da Arte (LEFA), no Grupo de Estudos Práticas de Letramento, Gêneros Textuais e Formação Tecnológica do Professor (PRAGENTEFORTE/UECE) e no Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica (GPADC/UECE/CNPq). Bolsista CAPES. E-mail: wmvhlv@gmail.com.

Yago Bezerra Pessoa: Mestre em Linguística Aplicada no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Professor de Língua Portuguesa na Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza-CE. Membro do Grupo de Pesquisa Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará (PRAETE-CE/UECE/CNPq).

E-mail: y.bezerra@hotmail.com

